



Ministério da Ciência, Tecnologia e  
Inovação - MCTI

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Rio de Janeiro, 2013



Ministério da  
Ciência, Tecnologia  
e Inovação

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**PRESIDENTA DA REPÚBLICA**  
**Dilma Vana Rousseff**

**MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**Marco Antonio Raupp**

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**Luiz Antonio Rodrigues Elias**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Glauco Antonio Truzzi Arbix**  
**PRESIDENTE**

**Fernando de Nielander Ribeiro**  
**DIRETOR**

**João Alberto De Negri**  
**DIRETOR**

**Cláudio Guimarães Júnior**  
**DIRETOR**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Marco Antonio Raupp**  
**PRESIDENTE**

**Glauco Antonio Truzzi Arbix**  
**CONSELHEIRO NATO**

**Alexandre Kiyoshio Ramos Tanaka**  
**CONSELHEIRO**

**Júlio Alexandre Menezes da Silva**  
**CONSELHEIRO**

**Paulo Bernardo Silva**  
**CONSELHEIRO**

**Pedro de Carvalho Pontual**  
**CONSELHEIRO**

**CONSELHO FISCAL**

**Luiz Antonio de Mello Rebello**  
**PRESIDENTE**

**Marco Antonio de Oliveira**  
**CONSELHEIRO TITULAR**

**Éride Machado Bueno Bomtempo**  
**CONSELHEIRA TITULAR**

**José Luis Pinho Leite Gordon**  
**CONSELHEIRO SUPLENTE**

**Gerson Galvão**  
**CONSELHEIRO SUPLENTE**

**Soraya Freitas Caixeta**  
**CONSELHEIRA SUPLENTE**

**Posição em maio de 2013**

**Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI**

**Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, da DN TCU nº 124/2012 e das orientações do órgão de controle interno através da Portaria CGU 133/2012.

**Unidades Consolidadas no Relatório:**

- ✓ FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- ✓ Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP

**Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:**

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) / Área de Planejamento (APLA)

## **SUMÁRIO**

<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO .....	16
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS .....	17
1.2.1 FORMAS DE OPERAÇÃO.....	19
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	22
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	28
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO .....	29
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS .....	30
1.6.1 PARCERIA COM AGENTES FINANCEIROS .....	30
1.6.2 PARCERIA COM MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR .....	30
1.6.2.1 PROGRAMA INOVA PETRO .....	31
1.6.2.2 PLANO CONJUNTO BNDES-FINEP DE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INDUSTRIAL DOS SETORES SUCROENERGÉTICO E SUCROQUÍMICO – PAISS .....	32
1.6.3 PARCERIA COM O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES .....	33
1.6.4 PARCERIA COM MINISTÉRIO DA SAÚDE .....	34
1.6.5 PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO / SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	34
1.6.6 PARCERIA COM MINISTÉRIO DO TURISMO .....	35
1.6.7 PARCERIA COM EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA .....	35
1.6.8 PARCERIA COM AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA .....	36
1.6.9 PARCERIA COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA.....	36
1.6.10 PARCERIA COM FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.....	37
<b>2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES .....</b>	<b>39</b>
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES .....	39
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	44
2.2.1 REDUÇÃO DOS TEMPOS DE ANÁLISE.....	44
2.2.2 INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS E DESCENTRALIZAÇÃO.....	45
2.2.3 ELABORAÇÃO DE PLANO DE INVESTIMENTO PARA INOVAÇÃO .....	45
2.2.4 CAPITALIZAÇÃO DA FINEP .....	45
2.2.5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	46
2.2.6 OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO.....	46
2.2.7 CAPTAÇÃO DE RECURSOS .....	47
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES .....	50
2.3.1 EIXO: REPOSICIONAMENTO DA FINEP.....	50
2.3.2 EIXO: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....	52
2.3.3 EIXO: GESTÃO OPERACIONAL .....	53
2.3.4 EIXO: APERFEIÇOAMENTO ORGANIZACIONAL.....	55
2.3.5 EIXO: PESSOAS .....	59
2.4 INDICADORES .....	60
<b>3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....</b>	<b>66</b>
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	66
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	69
3.2.1 AMBIENTE DE CONTROLE.....	69
3.2.2 AVALIAÇÃO DE RISCO .....	70
3.2.3 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE.....	71
3.2.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....	71
3.2.5 MONITORAMENTO .....	72
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES .....	74



**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

3.3.1	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL .....	74
3.3.2	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS .....	75
3.3.3	DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS .....	75
3.3.4	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES .....	77
3.4	SISTEMA DE CORREIÇÃO .....	78
3.5	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU .....	79
<b>4</b>	<b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>80</b>
4.1	PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG .....	81
4.1.1	ORIGENS DE RECURSOS .....	81
4.1.2	APLICAÇÕES DE RECURSOS .....	83
4.1.2.1	APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	85
4.2	ANÁLISE DO DESEMPENHO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	87
4.2.1	EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	88
4.2.2	EVOLUÇÃO DAS LIBERAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	90
4.3	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	93
4.4	ACOMPANHAMENTO DE GARANTIAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	95
4.5	PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	96
<b>5</b>	<b>TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>99</b>
5.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....	99
5.1.1	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES EM 2012 .....	99
5.1.2	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS .....	100
5.1.3	INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEQUINTE .....	101
5.1.4	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS .....	101
<b>6</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....</b>	<b>106</b>
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS ATIVOS.....	106
6.1.1	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA FINEP.....	106
6.1.1.1	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA FINEP .....	107
6.1.2	QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	108
6.1.2.1	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A IDADE .....	108
6.1.2.2	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	109
6.1.3	DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL.....	110
6.1.4	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	110
6.1.5	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS .....	111
6.1.6	INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO .....	111
6.1.6.1	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC.....	111
6.1.6.2	INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS .....	113
6.1.7	CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS.....	113
6.1.8	PLANO DE APOIO À APOSENTADORIA.....	114
6.1.9	SISTEMA DE FREQUÊNCIA .....	115
6.1.10	COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA).....	115
6.1.11	INDICADORES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS .....	116
6.1.11.1	ROTATIVIDADE .....	116
6.1.11.2	ABSENTEÍSMO .....	116
6.1.11.3	EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	116
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .....	119
6.2.1	INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO E CARGOS DA FINEP .....	119
6.2.2	INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.....	120
6.2.3	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	120

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

6.2.4	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DA FINEP .....	120
6.2.5	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	120
<b>7</b>	<b>GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>121</b>
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	121
7.1.1	FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO .....	121
7.1.2	FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO .....	122
7.1.3	FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA .....	122
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	123
7.2.1	DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS .....	123
7.2.2	DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS .....	124
<b>8</b>	<b>GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>126</b>
<b>9</b>	<b>GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>127</b>
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	127
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	128
<b>10</b>	<b>CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>129</b>
10.1	DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI).....	129
10.1.1	DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) .....	129
10.1.2	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) .....	129
10.1.2.1	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	130
10.1.2.2	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO .....	130
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	131
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93 .....	133
10.3.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	133
<b>11</b>	<b>DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL – SISTEMA SIASG .....</b>	<b>134</b>
11.1	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG .....	134
<b>12</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES .....</b>	<b>135</b>
12.1	NOVO MODELO DE GESTÃO.....	135
12.1.1	CARACTERIZAÇÃO DE MODELOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA FINEP EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.....	135
12.1.2	O PROJETO NOVO MODELO DE GESTÃO.....	136
12.2	PROJETO MODERNIZE .....	139
12.3	SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA A GESTÃO E CONTROLE DE PROJETOS .....	143
12.4	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO .....	145
12.5	PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO .....	146
12.6	PARTICIPAÇÃO DA FINEP NA RIO + 20 .....	149
<b>13</b>	<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO .....</b>	<b>150</b>
13.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL .....	150
13.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76.....	150
13.3	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL .....	150
13.4	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA FINEP .....	150
<b>14</b>	<b>CONTEÚDO ESPECÍFICO.....</b>	<b>151</b>
14.1	AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....	151
14.2	PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....	154
14.3	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP .....	155
<b>15</b>	<b>PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP .....</b>	<b>158</b>
<b>16</b>	<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES .....</b>	<b>159</b>
	<b>LISTA DE ANEXOS .....</b>	<b>161</b>

**LISTA DE QUADROS**

QUADRO I – Identificação da FINEP – Relatório de Gestão Consolidado .....	16
QUADRO II – Modalidades de Apoio e Instrumentos Operacionais .....	20
QUADRO III – PTFs com previsão de encerramento em 2013.....	38
QUADRO IV – Eixos de Sustentação da ENCTI 2012-2015 .....	40
QUADRO V – Ingresso de Recursos Captados .....	48
QUADRO VI – Ação Estratégica: Participar ativamente da formulação e implementação do novo marco legal-regulatório adaptado às necessidades específicas do SNCT&I.....	50
QUADRO VII – Ação Estratégica: Elaborar com os principais atores do sistema uma agenda indutora de longo prazo para a inovação .....	51
QUADRO VIII – Ação Estratégica: Ampliar as fontes de captação.....	52
QUADRO IX – Ação Estratégica: Concluir o processo de transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos e implementar as adequações necessárias para sua atuação como instituição financeira .....	52
QUADRO X – Ação Estratégica: Alavancar os investimentos empresariais em PD&I, visando alcançar os índices definidos nas Políticas Industrial e Tecnológica .....	53
QUADRO XI – Ação Estratégica: Viabilizar os recursos do FNDCT necessários ao atendimento da demanda das ICTs para C,T&I .....	53
QUADRO XII – Ação Estratégica: Estabelecer parcerias para operar os instrumentos da FINEP e do FNDCT .....	54
QUADRO XIII – Ação Estratégica: Estruturar a operação da FINEP, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas .....	55
QUADRO XIV – Ação Estratégica: Definir e implementar modelo de governança e acompanhamento das ações prioritárias no âmbito do PGE voltadas para a modernização contínua da gestão, fortalecimento dos canais de comunicação e mitigação dos riscos institucionais .....	56
QUADRO XV – Ação Estratégica: Simplificar, agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos .....	56
QUADRO XVI – Ação Estratégica: Adotar gestão que agilize os processos de análise das prestações de contas, com vistas ao encerramento de convênios e termos de cooperação .....	57
QUADRO XVII – Ação Estratégica: Implementar a modelagem, otimização e modernização de sistemas da FINEP ...	57
QUADRO XVIII – Ação Estratégica: Estabelecer política agressiva de comunicação institucional .....	58
QUADRO XIX – Ação Estratégica: Implementar o monitoramento interno das atividades da FINEP .....	58
QUADRO XX – Ação Estratégica: Elaborar e implementar sistema de gestão por competências que deve nortear a evolução nos cargos e nas carreiras da empresa.....	59
QUADRO XXI – Ação Estratégica: Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus funcionários .....	59
QUADRO XXII – Indicador Institucional – Comprometimento de Recursos com a Contratação de Operações de Crédito .....	61
QUADRO XXIII – Indicador Institucional – Desembolso para Operações de Crédito .....	62
QUADRO XXIV – Indicador Institucional – Captação de Recursos para Operações de Crédito .....	63
QUADRO XXV – Indicador – Execução das atividades do Plano de Ação da FINEP .....	64
QUADRO XXVI – Treinamento de Pessoal .....	65
QUADRO XXVII – Demandas Processadas pela Ouvidora.....	67
QUADRO XXVIII – Cronograma de Pagamento da PLR aos Dirigentes da FINEP .....	74
QUADRO XXIX – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Executiva .....	75
QUADRO XXX – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração .....	76
QUADRO XXXI – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal .....	76
QUADRO XXXII – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores .....	77
QUADRO XXXIII – Ações da FINEP previstas na LOA 2012 .....	80
QUADRO XXXIV – Dispendios Executados em 2011 e 2012 e Projetados para 2012 (em R\$ milhões) .....	84
QUADRO XXXV – Aplicações em Operações de Crédito em 2012 .....	86
QUADRO XXXVI – Comparativo do Nº e Valor das Operações de Crédito Processadas em 2010 e 2011 .....	87
QUADRO XXXVII: Evolução da Demanda por Financiamento .....	88
QUADRO XXXVIII – Garantias das Operações Contratadas em 2012 .....	95
QUADRO XXXIX: Inadimplência e Realizável Contábil.....	96
QUADRO XL - Valores Recuperados e Resultados da FINEP .....	98
QUADRO XLI – Renegociações Aprovadas em 2012 .....	98
QUADRO XLII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios – UG Contratos e Convênios .....	100
QUADRO XLIII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios – UG FUNTTEL.....	100

# **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

## **Relatório de Gestão 2012**

QUADRO XLIV – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes – UG	
Contratos e Convênios .....	101
QUADRO XLV – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes – UG	
FUNTTTEL.....	101
QUADRO XLVI – Prestação de Contas Financeira Analisadas e Aprovadas em 2012 – UGs 360001e 410049 .....	102
QUADRO XLVII – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela FINEP - UG 360001	
Contratos e Convênios .....	104
QUADRO XLVIII – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela FINEP - UG 410049	
FUNTTTEL.....	105
QUADRO XLIX – Força de Trabalho da FINEP – Situação apurada em 31/12/12.....	107
QUADRO L – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da FINEP.....	107
QUADRO LI – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas – Situação em 31/12/2012	
.....	108
QUADRO LII – Quantidade de Empregados por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/12.....	108
QUADRO LIII – Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2013.....	109
QUADRO LIV – Custos de Pessoal em 2012, 2011 e 2010.....	110
QUADRO LV – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	111
QUADRO LVI – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	112
QUADRO LVII – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC .....	112
QUADRO LVIII – Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro.....	113
QUADRO LIX – Empregados contratados em 2012 – Concurso 2011 .....	114
QUADRO LX – Rotatividade dos Empregados.....	116
QUADRO LXI – Absenteísmo – 01/01/2012 a 31/12/2012 .....	116
QUADRO LXII – Valor das Capacitações Realizadas – 2012 X 2011 .....	117
QUADRO LXIII – Indicadores de Treinamento – 2012, 2011 e 2010 .....	118
QUADRO LXIV – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da FINEP .....	119
QUADRO LXV – Composição do Quadro de Estagiários .....	120
QUADRO LXVI – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	128
QUADRO LXVII – Recomendações do OCI .....	130
QUADRO LXVIII – Demonstrativo do Cumprimento, por Empregados da FINEP, da Obrigação de Entregar a DBR133	
QUADRO LXIX – Modernize - Cronograma Geral Atualizado – Posição em 31/12/12 .....	141
QUADRO LXX – Número e Forma de Pedidos de Acesso recebidos pelo SIC FINEP .....	145
QUADRO LXXI – Categorias e Valores das Premiações Regionais .....	146
QUADRO LXXII – Etapas e Valores das Premiações Nacionais.....	147
QUADRO LXXIII – Distribuição Regional das Inscrições – Prêmio FINEP.....	147
QUADRO LXXIV – Valores Executados com Publicidade Institucional .....	151
QUADRO LXXV – Especificações dos Contratos de Publicidade .....	151
QUADRO LXXVI – Despesa de Patrocínio em 2012 .....	153
QUADRO LXXVII – Evolução dos Saldos Devedores de Empréstimo Externo .....	154
QUADRO LXXVIII – Demonstrativo Anual 2012 .....	156

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO I – Documentos normativos produzidos 2009-2012 .....	73
GRÁFICO II – Captação em 2012 (em R\$ milhões) .....	82
GRÁFICO III – Composição das Rendas de Operações de Crédito (em R\$ milhões) .....	83
GRÁFICO IV – Receitas em 2012 (em R\$ milhões) .....	83
GRÁFICO V – Evolução das Contratações 2008 a 2012.....	88
GRÁFICO VI – Valor das contratações por Região .....	89
GRÁFICO VII – Valor das contratações por Região .....	90
GRÁFICO VIII – Evolução dos Desembolsos das Operações Reembolsáveis 2008 – 2012.....	90
GRÁFICO IX – Liberações Efetuadas em 2012 por Fonte.....	91
GRÁFICO X – Liberações Efetuadas em 2012 por Região.....	92
GRÁFICO XI – Liberações Efetuadas em 2012 por Setor .....	92
GRÁFICO XII – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos – Posição em 31/12/12.....	93
GRÁFICO XIII – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos – Posição em 31/12/11 .....	94
GRÁFICO XIV – Evolução do Realizável e do Índice de Inadimplência .....	97
GRÁFICO XV – Evolução dos Índices de Inadimplência .....	98
GRÁFICO XVI – Convênios e Termos de Cooperação Encerrados – UG’s 3600001, 410049 e 240901.....	103
GRÁFICO XVII – Distribuição por carga horária - Treinamentos pontuais e <i>in company</i> .....	118
GRÁFICO XVIII – Total de Recomendações – 2009 a 2012.....	130
GRÁFICO XIX – Avanço Físico do Projeto Soluções Integradas.....	144
GRÁFICO XX – Prêmio FINEP - Evolução da Quantidade de Inscrições – 2000 a 2012 .....	148

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA I – Processo Geral para Apoio a Projetos .....	28
FIGURA II – Estrutura do Plano de Ação 2012 .....	41
FIGURA III – Transformação Evolutiva FINEP .....	135
FIGURA IV – Núcleo de Fases de Desenvolvimento comum a cada Bloco Metodológico do Projeto Novo Modelo de Gestão FINEP .....	138
FIGURA V – Mapa de Eventos Exclusivos do Prêmio FINEP 2012 .....	148



**LISTA DE SIGLAS**

ABC – Academia Brasileira de Ciências  
ABCE - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica  
ABRUEM - Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais  
ACOM - Área de Comunicação  
ACRD - Área de Crédito  
ADES - Área de Desenvolvimento Organizacional  
AEB - Agência Espacial Brasileira  
AFC - Área Financeira e de Captação  
AFI - Área de Financiamento  
AINV - Área de Investimento  
AITP - Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa  
AJUR - Área Jurídica  
ALM - Asset and Liability Management  
ANCINE - Agência Nacional de Cinema  
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras  
APID - Área de Apoio a Projetos Inovadores e Descentralização  
APLA - Área de Planejamento  
ARH - Área de Recursos Humanos  
ASCL - Assessoria de Apoio aos Colegiados  
ASEC - Área de Serviços Corporativos  
ATDS - Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social  
AUDI - Área de Auditoria Interna  
AUNI - Área das Universidades  
BACEN - Banco Central do Brasil  
BID/FUMIN – Fundo Multilateral de Investimentos pertencente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
C&T - Ciência e Tecnologia  
CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho  
CEP - Comitê de Enquadramento e Priorização  
CFTV - Circuito Fechado de Televisão  
CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
CGU - Controladoria-Geral da União  
CINT - Coordenação de Cooperação Internacional  
CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CMN - Conselho Monetário Nacional  
CNI - Confederação Nacional da Indústria  
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COFIEEX - Comissão de Financiamentos Externos  
CONSECTI - Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação  
CP - Consulta Prévia  
CPADS - Comitê Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos  
CPLAN - Comitê de Planejamento  
CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações  
CPROJ - Coordenação de Projetos Especiais  
C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação  
DAAG - Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias  
DAGI - Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da informação  
DARH - Departamento de Administração de Recursos Humanos  
DCAD - Departamento de Contratações e Compras Administrativas  
DCCA - Departamento de Consultoria Jurídica em Contratos Administrativos  
DCCJ - Departamento de Convênios e Consultoria Jurídica  
DCCT - Departamento de Consultoria Jurídica em Contratos  
DCNT - Departamento de Contabilidade

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

DCOB - Departamento de Cobrança  
DCOF - Departamento de Controle Financeiro e de Contratos Nacionais e Internacionais  
DCOM - Departamento de Comunicação  
DCRE - Departamento de Análise de Crédito  
DEAC - Departamento de Acompanhamento  
DEAN - Departamento de Análise  
DECS - Departamento de Complexo da Saúde  
DENE - Departamento de Energia e Tecnologias Limpas  
DEPO - Departamento de Gestão e Inovação de Processos Organizacionais  
DERH - Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos  
DESE - Departamento de Engenharia e Serviços  
DEST - Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais  
DFIP - Departamento de Fomento aos Institutos de Pesquisa  
DGIS - Departamento de Gestão e Inovação de Sistemas  
DICARB - Discriminação das Aplicações de Recursos dos Bancos  
DICORB - Discriminação das Origens de Recursos dos Bancos  
DINF - Departamento de Investimentos em Fundos  
DINP - Departamento de Investimento em Participações  
DJCT - Departamento Jurídico de Contencioso  
DMET - Departamento de Metal-Mecânica, Equipamentos e Transportes  
DMKT - Departamento de Marketing  
DODR - Departamento de Operações Descentralizadas Reembolsáveis  
DODS - Departamento de Operações de Subvenção  
DORC - Departamento de Orçamento  
DPC1 - Departamento de Prestação de Contas de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação  
DPC2 - Departamento de Prestação de Contas de Subvenção e Contratos  
DPGN - Departamento de Petróleo, Gás e Indústria Naval  
DPIN - Departamento de Processos Industriais  
DPPE - Departamento de Programas e Projetos Especiais  
DPRO - Departamento de Promoção  
DRAF - Diretoria de Administração e Finanças  
DRCT - Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
DREC - Departamento de Recuperação de Crédito  
DRIN - Diretoria de Inovação  
DSAD - Departamento de Serviços Administrativos  
DSIN - Departamento de Suporte e Serviços de Tecnologia da Informação  
DTAD - Departamento de Tecnologias Aeroespacial e de Defesa  
DTES - Departamento de Tesouraria  
DTIS - Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços  
DTS1 - Departamento de Tecnologias Sociais 1  
DTS2 - Departamento de Tecnologias Sociais 2  
DUN1 - Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico I – Ciências Exatas e da Terra  
DUN2 - Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico II – Ciências Humanas, Sociais e da Vida  
DUN3 - Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico III – Engenharias e Infraestrutura das Instituições de Pesquisa  
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários  
ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
ESB - Escritório de Brasília  
ETRI - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes  
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FEFCx - Fechamento do Fluxo de Caixa  
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos  
FIPECAFI - Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras  
FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP  
FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro  
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FNS - Fundo Nacional de Saúde  
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual  
FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações  
GAPR - Gabinete da Presidência

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

GEMEC - Gerência do Mercado de Capitais  
GTNS - Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas  
IAE - Instituto de Aeronáutica e Espaço  
ICTs - Instituições de Ciência e Tecnologia  
IF - Instituição Financeira  
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
INOVACRED – Programa de Descentralização de Crédito da FINEP  
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
LAI - Lei de Acesso à Informação  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MCTI - Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação  
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MF- Ministério da Fazenda  
MinC - Ministério da Cultura  
MINICOM - Ministério das Comunicações  
MME - Ministério de Minas e Energia  
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MPT - Ministério Público do Trabalho  
MS - Ministério da Saúde  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
MTur - Ministério do Turismo  
MURP - Melhor Uso do Recurso Público  
NMGP - Projeto Novo Modelo de Gestão de Pessoas  
OCI - Órgão de Controle Interno  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
PAINT - Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna  
PAISS - Plano Conjunto BNDES-FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico  
PAV - Plano Anual de Visitas  
PBM - Plano Brasil Maior  
PCE - Plano de Cargos Efetivos  
PCG - Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas  
PDG - Programa de Dispendios Globais  
PFI - Prêmio FINEP de Inovação  
PGE - Plano de Gestão Estratégica  
PLR - Participação nos Lucros Ou Resultados  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA - Plano Plurianual  
PPC - Plano de Previdência Complementar  
PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar  
PRONEX - Programa Apoio a Núcleos de Excelência  
PSC - Plano de Suporte Conjunto  
PSI - Programa de Sustentação do Investimento  
PTF - Proposta de Transferência Financeira  
PUC - Pontifícia Universidade Católica  
REP - Registradores Eletrônicos de Ponto  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SCTIES - Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos  
SDACI - Sistema de Detecção e Alarme Contra Incêndio  
SDAv - Secretaria de Desenvolvimento Audiovisual  
SECEX – Secretaria de Comercio Exterior  
SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República  
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados  
SF - Solicitação de Financiamento  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

SICOM - segurança da informação e comunicações  
SICs - Serviços de Informações ao Cidadão  
SIES - Sistemas Estaduais de Informação de Economia Solidária  
SIGP - Projeto de Soluções Integradas  
SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes  
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão  
SNCT&I - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
SPDA - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas  
SREP - Sistema de Registro Eletrônico de Ponto  
SRSP - Superintendência Regional de São Paulo  
STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
SUS - Sistema Único de Saúde  
T&D - treinamento e desenvolvimento  
TAC - Termo de Ajuste de Conduta  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TECNOVA - Programa de Apoio à Inovação Tecnológica em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte  
TI - Tecnologia da Informação  
TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação  
TMI - Torre Móvel de Integração  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UGs - Unidades Gestoras  
USP - Universidade do estado de São Paulo  
VLS - Veículo Lançador de Satélites

## **INTRODUÇÃO**

Este Relatório de Gestão tem o objetivo de apresentar os resultados da gestão consolidada da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e do Programa de Ações Especiais/MCT-FINEP no exercício de 2012, a fim de fornecer uma visão ampla da gestão da empresa aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O Relatório está organizado de acordo com os conteúdos exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme estabelecido no Anexo II da Decisão Normativa TCU N° 119/2012. Assim, as informações gerais sobre a gestão da FINEP aparecem apresentadas em 16 itens, como se segue.

No Item 1 é apresentada a identificação da unidade, de forma consolidada, contendo informações técnicas e cadastrais, como: órgão de vinculação; denominação da unidade, código da FINEP na Lei Orçamentária Anual (LOA); natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato e endereço postal; normas relacionadas à criação, gestão e estrutura da empresa; manuais e publicações relacionadas às atividades da FINEP; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Neste Item também é apresentada a finalidade e competências institucionais da FINEP, formas de atuação, sua estrutura formal, macroprocessos finalísticos e de apoio e os principais parceiros.

O Item 2, que versa sobre o planejamento estratégico, plano de metas e de ações, está dividido em três seções principais, a saber: i) Planejamento das Ações; ii) Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos, iii) Execução do Plano de Ação e iv) Indicadores.

O Item 3 apresenta a estrutura de governança e de autocontrole da gestão incluindo a avaliação do funcionamento dos controles internos, a remuneração paga a administradores, o sistema de correição e o cumprimento pela instância de correição da portaria nº 1.043/2007 da CGU.

São expostas no Item 4 a programação e execução da despesa orçamentária e financeira, em cinco subitens: i) Plano de Dispendios Globais - PDG; ii) Análise do desempenho nas operações de crédito; iii) Classificação de risco da carteira de operações de crédito; iv) Acompanhamento de garantias das operações de crédito e v) Prevenção e tratamento da inadimplência das operações de crédito.

No Item 5 são apresentadas informações sobre as transferências de recursos realizadas pela empresa, enquanto parceira ou agente financeiro de outros Ministérios ou Órgãos de Governo. No âmbito dessas parcerias a FINEP financia projetos na modalidade não reembolsável, selecionados através de chamadas públicas ou encomendas.

No Item 6 são apresentadas informações sobre recursos humanos: composição do quadro de empregados ativos, terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários.

O Item 7 refere-se à gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, apresentando informações sobre a frota de veículos contratados de terceiros pela FINEP e sobre o patrimônio imobiliário da FINEP e locado de terceiros.

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

O Item 8 trata da gestão da tecnologia da informação, enquanto o Item 9 aborda a questão da gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.

O Item 10 trata da conformidade e tratamento de disposições legais e normativas: deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU); recomendações do órgão de Controle Interno (OCI); informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna e informações sobre a entrega das declarações de bens e rendas, conforme estabelecido na lei nº 8.730/93.

No Item 11 é apresentada a declaração da área responsável sobre os registros no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) referentes aos contratos administrativos e às compras realizadas por meio de dispensa de licitação.

No Item 12, que abre espaço para a apresentação de outros fatos referentes à gestão da FINEP, é abordada a questão da definição do modelo de gestão da FINEP, o projeto de modernização de processos e de sistemas de informação da FINEP – MODERNIZE, o Projeto Soluções Integradas para Gestão de Projetos e Controle de Projetos, o Programa Prêmio FINEP de Inovação e a participação da FINEP na Rio+20.

No Item 13 encontram-se disponibilizadas as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 referentes às Unidades Gestoras FINEP e Contratos e Convênios. Além disso, em substituição à demonstração contábil da Unidade Gestora Programa de Ações Especiais MCT/FINEP, apresenta-se a declaração do contador responsável atestando a adequação destes demonstrativos contábeis.

O Item 14 aborda conteúdos específicos da Unidade. Nele são apresentadas as informações sobre as ações e despesas com publicidade e patrocínio, projetos e programas financiados com recursos externos e previdência complementar patrocinada pela FINEP.

O Item 15 resume o Programa de Ações Especiais/MCT-FINEP.

Por fim, no Item 16, estão apresentados os principais resultados e conclusões da gestão consolidada da FINEP em 2012.

Dentre as opções do Quadro 1 da Decisão Normativa TCU nº 119/2012N, a FINEP classifica-se na categoria de “Empresas públicas, sociedades de economia mista (empresas estatais dependentes ou não) e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União, incluindo empresas encampadas ou sob intervenção federal ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio da União ou de entidade pública federal”. No entanto, por ser uma Empresa Pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, alguns itens previstos na categoria citada acima e detalhados na Portaria TCU nº 150/2012 não se aplicam à natureza jurídica da FINEP. Dessa forma, encontram-se listados abaixo os itens da referida Portaria que não constam neste Relatório em função de não terem ocorrido em 2012 ou por não serem aplicáveis à FINEP:

- Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira – Não se aplica à natureza jurídica da FINEP. Com empresa não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social a FINEP não é responsável por programas de governo temáticos e programas de governo de gestão e manutenção, bem como por iniciativas e ações vinculadas a estes programas.
- Reconhecimento de Passivos – Não se aplica à natureza jurídica da FINEP.



**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

- Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – Não se aplica a natureza jurídica da FINEP.
- Suprimento de Fundos – Não se aplica a natureza jurídica da FINEP.
- Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – Não ocorreu no período, pois não há programas de renúncia fiscal aplicados ao FNDCT.
- Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas – Não se aplica à natureza jurídica da FINEP, pois sendo uma empresa pública federal a FINEP é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90.
- Atos Sujeitos à remessa ao TCU em meio Físico – Não se aplica à natureza jurídica da FINEP, pois sendo uma empresa pública federal é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90.
- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis e de Uso Especial – Não ocorreu no período. Não há na FINEP bens classificados como “Bens de uso Especial” de propriedade da União, locados de terceiros ou de responsabilidade da FINEP.
- Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ – Não ocorreu no período. A FINEP não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.
- Deliberações do TCU – Não ocorreu no período. Não foram recebidos Acórdãos com determinações, recomendações e alertas relacionados à empresa FINEP.
- Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SICONV – Não se aplica. Conforme Nota Técnica nº 66 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) encaminhada à FINEP através do Ofício nº 206/12 do Ministério da Ciência Tecnologia Inovação (MCTI), de 10/05/2012, ficou ratificada a não obrigatoriedade da utilização do SICONV pela FINEP.
- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 – Estas demonstrações foram substituídas pela declaração do contador responsável, que atesta a conformidade das mesmas.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

## 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA FINEP

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO

**QUADRO I – Identificação da FINEP – Relatório de Gestão Consolidado**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			Código SIORG: 001988
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos		Denominação abreviada: FINEP	
Código SIORG: 000001	Código LOA: 24202	Código SIAFI: 20502	Situação: Ativa
Natureza Jurídica: Empresa Pública do Poder Executivo Federal – (Sociedade por quotas de respons.Ltda)			
Principal Atividade: Outras atividades de intermediação financeira		CNPJ: 33.749.086/0002-90	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3035 7150	(061) 3035 7158	Código CNAE: 64.99-9
Endereço eletrônico: <a href="mailto:seac@finep.gov.br">seac@finep.gov.br</a>		Página da Internet: <a href="http://www.finep.gov.br">www.finep.gov.br</a>	
Endereço Postal: SCN – Quadra 2 - Bloco D - Torre A - SL 1102 - CEP 70712-903 - Brasília – DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP		Ativa	001988
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei Nº 61.056, de 24 de julho de 1967; Lei 8.172, de 18 de janeiro de 1991.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998. Lei 11.540 de 12 de novembro de 2007; Decreto 6.938, de 13 de agosto de 2009. O Estatuto da FINEP foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site <a href="http://www.finep.gov.br">www.finep.gov.br</a> ;			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
365001	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP		
365002	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/BSB		
365004	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/SP		
360001	FINEP/CONTRATOS E CONVÊNIOS		
410049	FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES – FUNTTEL		
240131	PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS DO MCT/FINEP		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
36801	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP		
00001	TESOURO NACIONAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
365001 – 365002 – 365004 – 360001		36801	
410049 – 24013		00001	

## **1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS**

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) é uma empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) constituída pelo Decreto nº 61.056, de 24 de julho de 1967, que regulamentou a autorização disposta no art. 191 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto-lei nº 298, de 28 de fevereiro de 1967. A FINEP foi criada com o objetivo de financiar a elaboração de estudos, projetos e programas de desenvolvimento econômico, estabelecidos nos planos de ação do Governo Federal, bem como apoiar o aperfeiçoamento da tecnologia nacional, na área de engenharia de projetos e assistência técnica.

Ainda em 1967, obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para proceder à concessão de crédito, qualificando-a como instituição financeira pública federal, mediante expedição de Carta-Patente nº A-67/3247, em 18 de outubro de 1967, registrada na Gerência do Mercado de Capitais (GEMEC).

Posteriormente, com o Decreto nº 68.748, de 15 de Junho de 1971, a FINEP assumiu a Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), responsável pelo financiamento da expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCT&I). A visão integrada desse Sistema é reconhecida pelo Governo Federal no Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975, quando pela primeira vez é instituído um plano nacional para área de Ciência e Tecnologia (C&T), e definido que os Ministérios com atuação significativa nesta área disporão de Órgãos Setoriais com a responsabilidade de gerir de forma integrada as entidades subordinadas que atuam no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico.

Como agente de fomento a missão da FINEP é “Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas”. Para isso a FINEP executa um papel singular, inclusive se comparada a outras experiências internacionais, na medida em que seu espectro de atuação compreende o apoio financeiro a todos os segmentos/atores que compõem o SNCT&I.

Considerando sua missão, a FINEP se constitui como Agência Brasileira da Inovação, podendo captar recursos financeiros de diferentes fontes – recursos do orçamento fiscal e de terceiros públicos, nacionais e internacionais.

Para atingir a sua finalidade o estatuto autoriza a FINEP (Decreto nº 1808, de 07 de fevereiro de 1996, no seu Art. 4º) a praticar diversos instrumentos e mecanismos operacionais:

1. conceder a pessoas jurídicas brasileiras, de direito público ou privado, financiamento sob a forma de mútuo, de abertura de crédito, ou, ainda, de participação no capital social respectivo, observadas as disposições legais vigentes;
2. conceder aval ou fiança;
3. contratar serviços de consultoria;
4. celebrar convênios e contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas e internacionais;
5. conceder subvenções;
6. realizar outras operações financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional;

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

7. captar recursos no país e no exterior;
8. realizar outras operações financeiras sob qualquer modalidade, atendida a legislação em vigor.

Até 5 de março de 1985 a FINEP foi vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, quando mediante Decreto nº 91.146, passou a ser vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Os recursos financeiros utilizados pela FINEP para o apoio a estudos, projetos e programas são movimentados através do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. No SIAFI, a FINEP opera sete Unidades Gestoras (UGs):

- UG 240901: Unidade Gestora do FNDCT
- UG 360001: Unidade Gestora Contratos e Convênios;
- UG 365001: Escritório da Empresa FINEP, no Rio de Janeiro;
- UG 365002: Escritório da Empresa FINEP, em São Paulo;
- UG 365004: Escritório da Empresa FINEP, em Brasília;
- UG 410049: FUNTTEL - Operações não reembolsáveis;
- UG 240131: Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP

Através da Unidade Gestora 240901 a FINEP, na função de Secretaria Executiva do FNDCT, executa os recursos do FNDCT previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). As informações referentes às movimentações ocorridas no exercício 2012 nesta Unidade Gestora não serão abordadas nesse relatório, tendo em vista que as mesmas foram apresentadas detalhadamente no Relatório de Gestão do FNDCT.

Até 2008 a Unidade Gestora Contratos e Convênios - 360001 era utilizada pela FINEP para administrar e repassar recursos de outros órgãos governamentais para financiamento não-reembolsável de projetos. As atividades executadas em 2012 referentes a estes recursos encontram-se detalhadas nos Itens 1.6.4 a 1.6.10 deste relatório. O Anexo I apresenta a relação dos principais convênios firmados com estes órgãos até 2008 e que ainda encontravam-se vigentes em 2012.

Atualmente, a transferência de recursos de terceiros à FINEP para financiamento não-reembolsável é realizada na Unidade Gestora 240901 – FNDCT e encontra-se detalhada no Relatório de Gestão do FNDCT.

Nas Unidades Gestoras que se referem aos três escritórios da FINEP são movimentados os recursos da própria empresa e aqueles captados de terceiros para serem utilizados em operações de financiamento reembolsável, como os do FNDCT, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Nessas operações a FINEP arca com o risco de crédito e remunera-se com o diferencial entre os encargos pagos (custo de captação) e os encargos cobrados das instituições financiadas.

Na UG 410049 a FINEP movimenta, como Agente Financeiro, os recursos do FUNTTEL para concessão de recursos na modalidade não-reembolsável, conforme detalhado no Item 1.6.3.

No tocante à UG 240131 - Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP, são movimentados os recursos referentes a programas antigos, tais como Programa Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(PADCT) e recuperação de recursos do Ministério da Cultura (MinC). Essa UG deverá ser extinta, tão logo sejam finalizadas as prestações de contas dos convênios contratados com esses recursos, conforme citado no Item 15.

Durante o exercício de 2012, a FINEP realizou esforços para melhoria de seus procedimentos institucionais, com foco na qualidade, agilidade e eficiência dos processos operacionais. A estratégia foi voltada para a elaboração e viabilização de programas setoriais de apoio à inovação nas áreas priorizadas pelo Plano Brasil Maior. Além disso, foram estabelecidas as bases para o fortalecimento das ações de apoio às micro e pequenas empresas, através da elaboração de programas específicos para operar de forma descentralizada os instrumentos de crédito e subvenção econômica.

Entre os esforços relacionados à melhoria dos procedimentos, destaca-se a aprovação de um novo Modelo Operacional. As atividades deste modelo foram consolidadas com a conclusão da implantação do Comitê de Enquadramento e Priorização (CEP). Este buscou antecipar, aperfeiçoar e padronizar o processo de análise e deliberação de operações envolvendo instrumentos de crédito, subvenção econômica, investimento em fundos e financiamento a Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), dando foco às atividades de inovação, ao risco tecnológico e seu enquadramento na Política Operacional vigente.

Os programas setoriais foram elaborados considerando-se a definição estratégica de atuação com integração dos instrumentos operacionais. Além disso, buscou-se a articulação da FINEP com outros parceiros que pudessem contribuir com recursos, estratégias e prioridades na promoção da inovação, como p.ex. outros Ministérios, Agências Reguladoras, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Petrobras.

Em relação à estratégia de descentralização e de fortalecimento do apoio a empresas de menor porte foram desenvolvidas atividades por meio de dois programas específicos. O primeiro foi o Programa de Apoio à Inovação Tecnológica em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – TECNOVA, lançado em setembro de 2012, que fomenta a realização de parcerias e cooperações no nível estadual para a operacionalização de recursos de subvenção econômica à inovação para empresas de menor porte (os recursos de subvenção econômica são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT). Ainda em 2012 foram estabelecidas as bases de funcionamento do segundo programa, o INOVACRED, que descentralizará operações de crédito para micro, pequenas e médias empresas, através de agentes financeiros estaduais e regionais.

### **1.2.1 FORMAS DE OPERAÇÃO**

Os projetos e atividades financiados pela FINEP cobrem todo o espectro da inovação, desde a pesquisa básica, o desenvolvimento de novos produtos e processos, a infraestruturas de pesquisa, até a popularização da ciência, sendo o risco inerente a cada uma dessas fases muito diferenciado. Por esta razão, existe uma simetria entre o esforço realizado na área da inovação, a instituição envolvida nesse esforço e as condições financeiras necessárias ao desenvolvimento do programa, projeto ou ação. Portanto, existem atividades, como a pesquisa básica, que se caracteriza como etapa ainda distante da apropriação dos resultados, que somente Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), sustentadas por subvenções sociais (financiamento não-reembolsável), são capazes de realizar. As empresas raramente desenvolvem essas atividades e, quando o fazem, é

porque dispõem de reservas financeiras ou estão sendo subsidiadas pelo poder público. Por outro lado, há atividades que devem ser desenvolvidas por empresas, pelas suas características finalísticas e destinadas ao mercado, mas que sem a subvenção econômica, o capital de risco ou o crédito subvencionado, não seriam realizadas.

Para promover o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional a FINEP apoia programas, projetos e fundos de investimento, através das modalidades de apoio e respectivos instrumentos operacionais previstos na Política Operacional 2012-2014. De modo geral, todos os instrumentos utilizados para o financiamento às empresas estão previstos no Estatuto da FINEP e na Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT.

A política operacional da FINEP leva em consideração a natureza das atividades de inovação que devem ser desenvolvidas e o perfil das instituições a serem apoiadas, para aplicar os instrumentos mais adequados a cada caso. O Quadro II demonstra as modalidades de apoio operadas pela FINEP e os respectivos instrumentos operacionais.

**QUADRO II – Modalidades de Apoio e Instrumentos Operacionais**

Modalidades de apoio	Instrumentos Operacionais
Financiamento Reembolsável	Crédito
Financiamento não-reembolsável	Subvenção Econômica a empresas
	Financiamento a ICTs
Investimento	Investimento em Fundos

Fonte: FINEP - Política Operacional 2012-2014

O Crédito é um instrumento de concessão de recursos reembolsáveis para empresas, oferecido continuamente em atendimento às ações de fomento e à demanda espontânea de empresas, utilizando para isso recursos próprios e recursos captados de outras fontes, inclusive do FNDCT. O principal programa de crédito oferecido atualmente pela FINEP é o Inova Brasil, que tem por objetivo o apoio aos Planos de Investimentos Estratégicos em Inovação de médias, médias-grandes e grandes empresas, detalhados em metas e objetivos pretendidos durante o período de tempo do financiamento, em consonância com o Plano Brasil Maior (PBM) do Governo Federal. Além de operar este programa, a FINEP aprovou em 2012 o INOVACRED, para descentralização das operações de crédito.

O instrumento de Subvenção Econômica é operacionalizado pela FINEP enquanto Secretaria Executiva do FNDCT e se refere à concessão do FNDCT para as empresas, através do lançamento de Chamadas Públicas. Este programa busca promover um significativo aumento das atividades de inovação e o incremento da competitividade das empresas e da economia do país através da aplicação de recursos não-reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades.

O Investimento em Fundos refere-se a operações de participação minoritária em fundos de investimentos privados, implementadas com recursos do FNDCT a partir do lançamento de Chamadas Públicas. Este instrumento é operacionalizado através do Programa INOVAR.

No caso do Financiamento a ICTs as demandas podem ser apresentadas à FINEP em resposta a chamadas públicas, cartas-convite ou encomendas autorizadas pelo MCTI através de Termos de Referência (TR).



**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

O foco do presente relatório serão as ações de crédito. Além disso, serão abordadas as ações de financiamento a ICTs quando operados através das Unidades Gestoras Contratos e Convênios (UG 360001) e FUNTTEL (UG 410049). A atuação da FINEP como Secretaria Executiva do FNDCT está registrada no Relatório de Gestão do FNDCT 2012 (UG 240901).

### **1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL**

A estrutura formal da FINEP em dezembro de 2012 apresentava-se constituída da seguinte forma, conforme apresentada no Organograma da FINEP vigente em 31/12/12 (Anexo II)

A – Órgãos de Direção e Administração:

1. Conselho de Administração;
2. Diretoria-Executiva:
  - a) Presidência;
  - b) Diretoria de Administração e Finanças (DRAF);
  - c) Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DRCT);
  - d) Diretoria de Inovação (DRIN);

B – Órgãos de Fiscalização e Acompanhamento

1. Conselho Fiscal;
2. Conselho Consultivo;
3. Comissão de Ética;
4. Ouvidoria;
5. Auditoria Interna;

A Presidência da FINEP é constituída pelos seguintes órgãos de apoio:

I – Gabinete da Presidência (GAPR)

Estrutura do GAPR:

- a) Assessoria de Apoio aos Colegiados (ASCL);

II – Área de Planejamento (APLA)

Estrutura da APLA:

- a) Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da informação (DAGI);
- b) Departamento de Programas e Projetos Especiais (DPPE);

III – Área de Recursos Humanos (ARH)

Estrutura da ARH:

- a) Departamento de Administração de Recursos Humanos (DARH);
- b) Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DERH);

IV – Área Jurídica (AJUR)

Estrutura da AJUR:

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

- a) Departamento de Consultoria Jurídica em Contratos Administrativos (DCCA);
- b) Departamento de Convênios e Consultoria Jurídica (DCCJ);
- c) Departamento de Consultoria Jurídica em Contratos (DCCT);
- d) Departamento Jurídico de Contencioso (DJCT).

**V – Área de Desenvolvimento Organizacional (ADES)**

**Estrutura da ADES:**

- a) Departamento de Gestão e Inovação de Processos Organizacionais (DEPO);
- b) Departamento de Gestão e Inovação de Sistemas (DGIS);
- c) Departamento de Suporte e Serviços de Tecnologia da Informação (DSIN);
- d) Coordenação de Projetos Especiais – Projeto MODERNIZE (CPROJ)

**VI – Área de Comunicação (ACOM)**

**Estrutura da ACOM:**

- a) Departamento de Comunicação (DCOM);
- b) Departamento de Promoção (DPRO);
- c) Departamento de Marketing (DMKT).

**VII– Coordenação de Cooperação Internacional (CINT)**

**VIII – Escritório de Brasília (ESB)**

A Diretoria de Administração e Finanças tem a seguinte estrutura:

**I – Área Financeira e de Captação (AFC)**

**Estrutura da AFC:**

- a) Departamento de Controle Financeiro e de Contratos Nacionais e Internacionais (DCOF);
- b) Departamento de Cobrança (DCOB);
- c) Departamento de Contabilidade (DCNT);
- d) Departamento de Tesouraria (DTES);
- e) Departamento de Orçamento (DORC).

**II – Área de Crédito (ACRD)**

**Estrutura da ACRD:**

- a) Departamento de Análise de Crédito (DCRE);
- b) Departamento de Prestação de Contas de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação (DPC1);
- c) Departamento de Prestação de Contas de Subvenção e Contratos (DPC2);
- d) Departamento de Recuperação de Crédito (DREC);
- e) Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias (DAAG).

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**III – Área de Serviços Corporativos (ASEC)**

Estrutura da ASEC:

- a) Departamento de Serviços Administrativos (DSAD);
- b) Departamento de Contratações e Compras Administrativas (DCAD).

A Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico tem a seguinte estrutura:

**I – Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (ATDS)**

Estrutura da ATDS:

- a) Departamento de Tecnologias Sociais 1 (DTS1);
- b) Departamento de Tecnologias Sociais 2 (DTS2);
- c) Departamento de Complexo da Saúde (DECS).

**II – Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa (AITP)**

Estrutura da AITP:

- a) Departamento de Tecnologias Aeroespacial e de Defesa (DTAD);
- b) Departamento de Fomento aos Institutos de Pesquisa (DFIP).

**III – Área das Universidades (AUNI).**

Estrutura da AUNI:

- a) Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico I – Ciências Exatas e da Terra (DUN1);
- b) Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico II – Ciências Humanas, Sociais e da Vida (DUN2);
- c) Departamento de Fomento, Análise e Acompanhamento Técnico III – Engenharias e Infraestrutura das Instituições de Pesquisa (DUN3).

A Diretoria de Inovação tem a seguinte estrutura:

**I – Área de Financiamento (AFI)**

Estrutura da AFI:

- a) Departamento de Metal-Mecânica, Equipamentos e Transportes (DMET);
- b) Departamento de Processos Industriais (DPIN);
- c) Departamento de Petróleo, Gás e Indústria Naval (DPGN);
- d) Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços (DTIS).

**II – Área de Apoio a Projetos Inovadores e Descentralização (APID)**

Estrutura da APID:

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

- a) Departamento de Energia e Tecnologias Limpas (DENE);
- b) Departamento de Operações de Subvenção (DODS);
- c) Departamento de Engenharia e Serviços (DESE);
- d) Departamento de Operações Descentralizadas Reembolsáveis (DODR).

**III – Área de Investimento (AINV)**

**Estrutura da AINV:**

- a) Departamento de Investimentos em Fundos (DINF);
- b) Departamento de Investimento em Participações (DINP).

**IV – Superintendência Regional de São Paulo – SP (SRSP).**

**Estrutura da SRSP:**

- a) Departamento de Análise (DEAN).
- b) Departamento de Acompanhamento (DEAC);

A seguir as principais competências e atribuições das áreas que compõem a estrutura organizacional da FINEP:

**Presidência** – dentre as atribuições da Presidência destaca-se: aprovar a orientação geral das atividades da FINEP, executar e mandar executar o programa de ação e as demais decisões da Diretoria Executiva, conduzindo e supervisionando as atividades da Empresa, representar a FINEP em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição em casos específicos, avocar a decisão sobre qualquer assunto que se situe no âmbito das unidades que lhe são subordinadas, etc.

**Gabinete da Presidência** - dar apoio técnico e administrativo à Presidência e à Diretoria-Executiva, bem como coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos vinculados.

**Área de Planejamento** – coordenar o processo de formulação e consolidação de estudos, planos de ação e programas da FINEP; coordenar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas às atividades operacionais; coordenar e apoiar as áreas operacionais na implementação das diretrizes estratégicas e dos programas da FINEP; coordenar a relação com o MCTI para a implementação das atividades do FNDCT; coordenar o processo de definição de objetivos e metas organizacionais e sua implementação; promover a gestão estratégica da informação das ações operacionais; avaliar a priorização dos projetos submetidos à FINEP;

**Área de Recursos Humanos** - gerenciar as atividades de gestão e desenvolvimento do quadro de pessoal da FINEP.

**Área Jurídica** - manifestar-se previamente à celebração de contratos, convênios ou acordos de qualquer natureza; promover a defesa judicial dos interesses da Empresa; prestar assessoria jurídica à Diretoria-Executiva; acompanhar a tramitação de processos e procedimentos judiciais terceirizados e opinar sobre as normas internas elaboradas pela Diretoria Executiva.

**Área de Desenvolvimento Organizacional** - apoiar a melhoria permanente dos resultados corporativos por meio de ações integradas voltadas para a inovação e a gestão dos processos e sistemas de trabalho.

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

Área de Comunicação - identificar, planejar, executar e monitorar ações estratégicas de comunicação com o objetivo de posicionar e fortalecer a imagem da FINEP perante clientes atuais e potenciais, público interno, formadores de opinião e a sociedade em geral, em consonância com as diretrizes da Diretoria Executiva da empresa.

Coordenação de Cooperação Internacional - assessorar a Diretoria-Executiva da FINEP nas ações relacionadas à identificação, negociação e acompanhamento de iniciativas de cooperação com parceiros internacionais em temas e áreas prioritários, bem como na promoção de eventos que envolvam a participação de entidades de outros países.

Escritório de Brasília - representar a FINEP perante o Congresso Nacional; monitorar a agenda legislativa relativa à ciência, tecnologia e inovação, bem como outras proposições legislativas de interesse da Empresa; zelar pelos interesses da Empresa perante órgãos do Poder Público, entidades privadas, organismos internacionais e demais instituições localizados em Brasília.

Diretoria de Administração e Finanças - realizar a gestão dos recursos materiais e financeiros da Empresa

Área Financeira e de Captação - planejar, executar, acompanhar, controlar e registrar as atividades inerentes à origem e à aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da FINEP, bem como participar das atividades relacionadas à captação de recursos, em consonância com as estratégias e diretrizes estabelecidas pela Direção da Empresa.

Área de Crédito - identificar, formular e propor políticas e diretrizes de crédito, de avaliação e acompanhamento de garantias, de liberação e acompanhamento de contratos e convênios, e ainda de recuperação de créditos, visando preservar a seletividade e a qualidade do crédito.

Área de Serviços Corporativos - planejar e executar a gestão de compras e aquisição de serviços, bem como prestar apoio logístico às atividades desenvolvidas pela Empresa, responsabilizando-se pelos serviços de protocolo e arquivo de documentos.

Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico apoiar às universidades e institutos de pesquisa, bem como realizar fomento a ações de ciência, tecnologia e inovação voltadas ao desenvolvimento social.

Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social - fomentar e apoiar as ações relacionadas ao desenvolvimento social, especialmente nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança alimentar e nutricional, segurança pública, defesa, economia solidária, inclusão digital, habitação, recursos hídricos e saneamento ambiental, com foco em programas e projetos voltados para a identificação de oportunidades e para a resolução de problemas prioritários definidos em políticas públicas; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP.

Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa - fomentar e apoiar as ações de C,T&I relacionadas com a difusão e extensão tecnológica, especialmente em ações cooperativas com os institutos de pesquisa tecnológica, visando o aumento da competitividade e a redução das diferenças regionais; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP.



## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

Área das Universidades - fomentar e apoiar ações de C,T&I das universidades e instituições de pesquisa com o objetivo de promover o fortalecimento institucional tanto das instituições emergentes como das consolidadas, reforçando sua vocação regional, sua infraestrutura e seus grupos de pesquisa cuja temática esteja orientada para a consolidação e a ampliação do conhecimento nas Áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Sociais e da Vida e Engenharias e Infraestrutura de Pesquisa; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP

Diretoria de Inovação - fomentar as ações de pesquisa e desenvolvimento executadas pelo Setor empresarial.

Área de Financiamento - financiar os planos e projetos de P&D e Inovação nas empresas, que resultem na criação e manutenção de vantagem competitiva e contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, em consonância com as políticas governamentais, por meio de instrumentos de concessão de crédito, subvenção econômica e apoio à cooperação com instituições científicas e tecnológicas; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da FINEP.

Área de Apoio a Projetos Inovadores - apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas por meio da concessão de recursos de subvenção econômica, crédito reembolsável e investimento direto em participações, sempre em consonância com as políticas e diretrizes governamentais.

Área de Investimento - apoiar a Diretoria-Executiva em todas as ações de investimento, sendo responsável pela elaboração das Políticas de Investimento e de Diversificação de Risco; coordenar tecnicamente a cooperação da FINEP com o BID/FUMIN para desenvolvimento da indústria de *seed venture* e *private equity* no Brasil, em todas as suas ações de investimento e empreendedorismo inovador.

Superintendência Regional de São Paulo - fomentar e financiar os planos e projetos de P&D e Inovação nas empresas, no âmbito do Estado de São Paulo, que resultem na criação e manutenção de vantagem competitiva e contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, em consonância com as políticas governamentais, por meio de instrumentos. É responsável também pelo fomento e acompanhamento de projetos de P&D desenvolvidos pelo setor empresarial no Estado de São Paulo e pela representação da FINEP em demandas localizadas no Estado.

## **1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**

A FINEP executa os processos finalísticos listados abaixo, agrupados conforme modalidade de apoio, instrumento operacional ou ainda de acordo com os tipos de programas.

### **FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL**

- Macroprocesso Programa Inova Brasil (Anexo III)

### **FINANCIAMENTO NÃO-REEMBOLSÁVEL A ICTs**

- Macroprocesso Convênios e Termos de Cooperação – Projetos de Instituições Científicas e Tecnológicas (Anexo IV)

### **PROGRAMAS DE DESCENTRALIZAÇÃO**

- Macroprocesso INOVACRED (Anexo V)

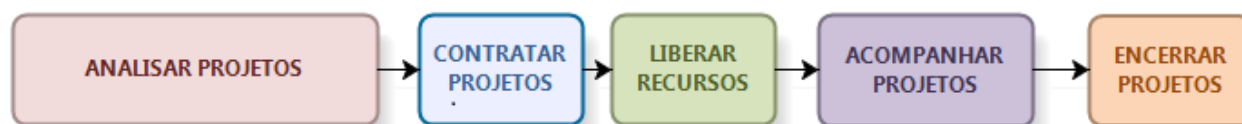
### **PROGRAMAS COM INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS**

- Macroprocesso INOVA PETRO (Anexo VI)

O macroprocesso Convênios e Termos de Cooperação, refere-se às operações não-reembolsáveis processadas nas UGs 360001 e 410049, Contratos e Convênios e FUNTTEL, respectivamente.

Em geral, os macroprocessos que se referem ao apoio a projetos também podem ser representados pela Figura I, que contempla as cinco principais etapas realizadas pela FINEP para o apoio a projetos de inovação.

**FIGURA I – Processo Geral para Apoio a Projetos**



Fonte: FINEP – ADES

## **1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO**

Para a operação dos macroprocessos finalísticos a FINEP utiliza macroprocessos de apoio conforme a seguir:

- Macroprocesso Recursos Humanos (Anexo VII)
- Macroprocesso Tecnologia da Informação (Anexo VIII)
- Macroprocesso Assessoria Jurídica (Anexo IX)
- Macroprocesso Ouvidoria (Anexo X)
- Macroprocesso Comunicação (Anexo XI)
- Macroprocesso Suprimentos (Anexo XII)
- Macroprocesso Apoio Administrativo (Anexo XIII)

Além dos macroprocessos de apoio são executados macroprocessos de gestão, conforme abaixo:

- Macroprocesso Gestão Estratégica
- Macroprocesso Gestão Financeira
- Macroprocesso Gestão de Programas
- Macroprocesso Gestão de Processos e Normalização
- Macroprocesso Processo Decisório
- Macroprocesso Auditoria

## **1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS**

A FINEP firma parcerias com outras áreas do governo para aumentar sua capacidade de investimento. A utilização de parcerias tem sido intensificada, em função da necessidade crescente de atuação transversal e articulada para ampliar o impacto direto no desenvolvimento econômico do país.

As parcerias ocorrem para financiar projetos nas modalidades crédito, subvenção econômica e financiamento não-reembolsável à ICT'S. Na modalidade crédito os recursos são movimentados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) na UG 365001, na modalidade não-reembolsável na UG 410049 quando se trata de recursos do Fundo de Telecomunicações (FUNTTEL) e na UG 360001 Contratos e Convênios quando tratar-se de recursos de parceiros.

### **1.6.1 PARCERIA COM AGENTES FINANCEIROS**

Em 2012 foram estabelecidas e aprovadas as bases de funcionamento da descentralização das operações de crédito com objetivo de alcançar um maior número de empresas inovadoras, especialmente aquelas de menor porte. Esta atuação descentralizada, aumenta a capilaridade das ações e potencializa o estabelecimento de sinergias entre os atores das esferas de governo envolvidas nos sistemas locais, estaduais, regionais e federais de ciência, tecnologia e inovação.

Aprovado em novembro de 2012, o INOVACRED é um programa de financiamento focado em micro, pequenas e médias empresas a ser operado de maneira descentralizada por Agentes Financeiros que atuarão em seus respectivos estados ou regiões, podendo ser credenciado como tais, os Bancos de Desenvolvimento, Agências Estaduais de Fomento e Bancos Comerciais com carteira de desenvolvimento. Com a parceria a FINEP descentraliza as atividades de análise, aprovação, contratação e acompanhamento dos financiamentos, além da cobrança e definição das garantias a serem oferecidas para o financiamento.

O objetivo do Programa é financiar empresas com receita operacional bruta anual ou anualizada de até R\$ 90 milhões para aplicação no desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços, bem como aprimoramento dos já existentes, inovação em marketing ou inovação organizacional, no ambiente produtivo ou social, visando a ampliar a competitividade das empresas no âmbito regional e até nacional. Cada agente terá recursos disponibilizados no valor de até R\$ 30 milhões e os empréstimos às empresas poderão variar de R\$ 150 mil a R\$ 2 milhões. Em cinco anos, o programa objetiva financiar cerca de duas mil empresas através de vinte agentes financeiros.

### **1.6.2 PARCERIA COM MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), é um dos principais parceiros da FINEP. O estabelecimento dessa parceria considera:

- O papel essencial da FINEP e do BNDES na definição e no estabelecimento de políticas que visem o desenvolvimento industrial e tecnológico do país;
- A necessidade de articulação e integração entre os ministérios, objetivando intensificar o fomento tecnológico em setores fundamentais para o desenvolvimento do país, em consonância com as orientações estratégicas do governo federal;
- O desejo da FINEP e do BNDES de uma maior coordenação das ações de fomento e uma melhor integração de instrumentos de apoio financeiro disponíveis para a inovação no Brasil.

Em 2012 destacam-se dois programas resultantes dessa parceria: INOVA PETRO e PAISS.

### **1.6.2.1 PROGRAMA INOVA PETRO**

O INOVA PETRO é um Programa que envolve a atuação de três ministérios – MCTI, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério de Minas e Energia (MME), resultante de uma iniciativa conjunta da FINEP e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e que conta com o apoio técnico da Petrobras. Este programa tem como objetivo o desenvolvimento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural, contribuindo dessa forma para a política de aumento de conteúdo local e para a competitividade e sustentabilidade da cadeia de fornecedores nacional. Além disso, o INOVA PETRO visa atender à necessidade de expansão da cadeia de suprimentos da Petrobras.

Lançado em agosto de 2012, o programa conta com a integração de instrumentos financeiros de apoio à inovação. Os recursos da FINEP são oferecidos nas modalidades de Crédito, Subvenção Econômica e Financiamento Não-reembolsável para ICTs em cooperação com empresas (recursos do CT-PETRO), sendo a utilização desses dois últimos instrumentos condicionada à concessão do Crédito. O BNDES oferece seus recursos na forma de Crédito, instrumentos de Renda Variável e Financiamento Não-reembolsável para ICTs em cooperação com empresas (recursos do FUNTEC).

A operacionalização do INOVA PETRO teve início em setembro de 2012 com o lançamento do primeiro edital do Programa - Edital de Seleção Pública Conjunta FINEP/BNDES de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial no Setor de Petróleo & Gás – INOVA PETRO – 01/2012 na abertura da Rio Oil & Gas 2012. Através desta Chamada Pública serão disponibilizados, até 2017, recursos no valor total de R\$ 3 bilhões, divididos igualmente entre a FINEP e o BNDES. A seleção pública é conduzida por um Comitê de Avaliação formado por representantes da FINEP, do BNDES e da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), responsável pelas seguintes fases: seleção das Cartas de Manifestação de Interesse apresentadas pelas empresas e seleção dos Planos de Negócios referentes à estratégia de inovação que as empresas propõem implementar e respectivos projetos. Em seguida, para cada Plano de Negócio selecionado, a FINEP e o BNDES estruturarão um Plano de Suporte Conjunto (PSC) correspondente e definirão, dentre os instrumentos de apoio oferecidos no Programa, aqueles que considerarem mais adequados aos Planos de Negócio selecionados e respectivos projetos. Uma vez finalizada a etapa de estruturação do PSC, caberá às empresas responsáveis submeterem os projetos passíveis de apoio às instituições financiadoras correspondentes.

A Petrobras, além de participar no Comitê de Avaliação, no qual contribuirá com a análise técnica dos projetos e analisará os planos de negócios apresentados pelas empresas proponentes,

também dará apoio técnico no acompanhamento do desenvolvimento dos projetos aprovados. Além disso, a Petrobras foi fundamental para a definição das três linhas temáticas que apresentam desafios tecnológicos e maior potencial de desenvolvimento nacional: Linha 1 - Tecnologias Aplicáveis em Processamento de Superfície; Linha 2 - Tecnologias Aplicáveis em Instalações Submarinas; Linha 3 - Tecnologias Aplicáveis em Poços.

Em 2012 foram recebidas 38 Cartas de Manifestação de Interesse, representando uma demanda de R\$ 2,7 bilhões. Considerando que, de acordo com o edital, na Carta de Manifestação poderia ser indicada a necessidade de apoio em mais de uma Linha Temática, foram apresentadas 23 propostas para a Linha 1, 24 para a Linha 2 e 15 para a Linha 3. Conforme o cronograma da Chamada Pública, a divulgação do resultado da seleção das empresas cujas Cartas de Manifestação de Interesse foram aprovadas, habilitando-as a apresentar o Plano de Negócios, estava prevista para janeiro de 2013.

#### **1.6.2.2 PLANO CONJUNTO BNDES-FINEP DE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INDUSTRIAL DOS SETORES SUCROENERGÉTICO E SUCROQUÍMICO – PAISS**

Lançado em 2011, o PAISS tem como objetivo adotar um modelo de gestão de recursos públicos federais para o fomento tecnológico do setor sucroenergético e sucroquímico, concentrando esforços de pesquisa nas novas rotas de conversão industrial de cana-de-açúcar. Para isso, foram definidas as seguintes linhas temáticas: Linha 1 - Bioetanol de 2ª Geração; Linha 2 - Novos Produtos de Cana-de-açúcar; Linha 3 - Gaseificação: Tecnologias, equipamentos, processos e catalisadores.

Esta iniciativa foi muito importante, ao disponibilizar recursos para um setor de alta relevância, em um momento em que o Brasil luta para manter sua competitividade e liderança, frente a alternativas encontradas em outros países, como etanol de milho, nos Estados Unidos, e açúcar de beterraba, na Europa, além do apoio governamental destes países ao desenvolvimento de tecnologias de produção de etanol de segunda geração.

O programa conta com a integração de instrumentos financeiros de apoio à inovação. Os recursos da FINEP são oferecidos nas modalidades de Crédito, Subvenção Econômica e Financiamento Não reembolsável para ICTs em cooperação com empresas. O BNDES oferece seus recursos na forma de Crédito, Participação Acionária e Financiamento Não reembolsável para ICTs em cooperação com empresas.

Através do processo de seleção iniciado em 2011, foram disponibilizados recursos no valor total de até R\$ 1 bilhão, divididos igualmente entre FINEP e BNDES, a serem desembolsados até 2014. Este processo de seleção foi conduzido por um grupo de trabalho formado por representantes da FINEP e do BNDES, responsável pelas seguintes fases:

- Seleção das empresas: a partir da avaliação das Cartas de Manifestação de Interesse e das exposições presenciais das propostas, foram selecionadas 39 empresas;
- Seleção dos Planos de Negócios: foram selecionados 35 Planos de Negócios referentes à estratégia de inovação das empresas. Considerando que o Programa previa a possibilidade de apoio em mais de uma Linha Temática por Plano de Negócio, foram apresentadas 13

propostas para a Linha 1, 20 para a Linha 2 e duas para a Linha 3. O montante de recursos pleiteados pelos Planos de Negócios chegou a R\$ 3,1 bilhões.

- Estruturação do Plano de Suporte Conjunto (PSC): esta etapa foi realizada em 2012. Para cada Plano de Negócio selecionado, foi estruturado um Plano de Suporte Conjunto correspondente indicando, dentre os instrumentos de apoio financeiro oferecidos no Programa, aqueles que melhor se adequam aos projetos.

Além da estruturação dos PSCs, em 2012 foi iniciado o processo de recebimento e avaliação dos projetos submetidos pelas empresas e ICTs. Para cada instrumento utilizado para financiamento dos Planos de Negócios, as empresas e ICTs precisam submeter uma proposta específica à FINEP. Na FINEP, foram apresentadas 26 propostas (9 para Crédito, 14 para Subvenção e 3 para Financiamento não-reembolsável). Das propostas referentes ao Crédito, duas foram aprovadas e uma contratada ainda em 2012.

### **1.6.3 PARCERIA COM O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

O Ministério das Comunicações disponibiliza para a FINEP recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Esse Fundo tem como objetivos estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações (Lei 10.052 de 2000).

Os recursos do FUNTTEL são disponibilizados à FINEP de duas formas:

- Através de empréstimo à FINEP para financiamento de projetos de empresas com enfoque na inovação do setor de telecomunicações, concedido através do instrumento crédito ou;
- Através da Unidade Gestora UG 410049 - FUNTTEL/FINEP, na qual a FINEP atua como agente financeiro do Fundo para concessão de recursos não-reembolsáveis a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs)

Em 2012 o empréstimo concedido à FINEP foi de R\$ 200 milhões. Com esses recursos a FINEP contratou três projetos no valor total de R\$ 144,5 milhões e desembolsou R\$ 13,61 milhões.

Em relação aos projetos não-reembolsáveis, a FINEP contratou três novas operações em 2012 no valor de R\$ 111,1 milhões referente às transferências que fazem parte do Plano de Aplicação de Recursos da Fundação CPqD aprovado pelo Conselho Gestor do FUNTTEL (CGF). Este tipo de operação é destinado à preservação da capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fundação CPqD e determinadas pela Lei do FUNTTEL (Lei nº 10.052/00) e pela Lei Geral das Telecomunicações (Lei nº 9.472/97).

As liberações de recursos não reembolsáveis no ano de 2012 referem-se às operações aprovadas no âmbito de Chamadas Públicas, Encomendas e as transferências legais ao CPqD em execução que totalizaram um desembolso de R\$ 59,45 milhões, conforme Anexo XIV.

#### **1.6.4 PARCERIA COM MINISTÉRIO DA SAÚDE**

A FINEP apoia desde 2005 projetos em parceria com o Ministério da Saúde (MS) utilizando recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Essa parceria foi realizada no período de 2005 a 2007, com a transferência de recursos do FNS para a Unidade Gestora 360001 – Contratos e Convênios através de convênios estabelecidos entre a FINEP e a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS (SCTIES/MS) e a partir de 2008, através de transferência direta do FNS ao FNDCT Unidade Gestora 240901.

Em 2012 três convênios formalizados com o Ministério da Saúde estavam vigentes:

- Convênio MS x FINEP - Portaria 1371/07 - R\$ 8.367.990,00
- Convênio MS x FINEP - Portaria 0130/07 - R\$ 43.039.746,07
- Convênio MS x FINEP - Portaria 0689/07 - R\$ 6.932.153,00

O objetivo da parceria é promover o desenvolvimento científico e tecnológico do Complexo Industrial da Saúde como parte das políticas específicas definidas pelo MCTI e MS. Os recursos transferidos são destinados ao apoio a projetos de pesquisas para o combate a doenças que afligem a sociedade brasileira, possibilitando a transferência de tecnologia de produtos, processos e de serviços para o setor produtivo, especialmente àqueles diretamente vinculados a melhorias do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2012 foi dado prosseguimento ao acompanhamento dos projetos contratados com recursos do FNS selecionados por meio de Chamadas Públicas e encomendas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde.

O convênio relativo a Portaria 1371/07 apresentou sua prestação de contas final e teve seu saldo devolvido ao FNS em 2012. Em relação ao convênio referente à Portaria 0689/07, o saldo foi integralmente utilizado e deverá ser encerrado em 2013.

#### **1.6.5 PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO / SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A parceria da FINEP com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve início em 2005 com a assinatura de convênio Portaria 1057/05 que tinha como objetivo apoiar instituições de ensino superior, organizações não governamentais e organizações governamentais que desenvolvam projetos e/ou programas de pesquisa, formação e acompanhamento técnico de cooperativas e formas associativas de trabalho, organizados através dos Sistemas Estaduais de Informação de Economia Solidária (SIES). O apoio tem ainda o objetivo de identificar e implantar iniciativas inovadoras de geração de trabalho e renda.

A vigência desse convênio encerrou-se em dezembro de 2012 e a prestação de contas final deverá ser feita ao MTE em 2013.

Em 2007 a FINEP assinou outro convênio com o MTE que teve por objetivo implementar ações de desenvolvimento tecnológico e disseminação de informações aplicadas à Economia



Solidária, por meio do apoio a incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), formação de núcleos temáticos e regionais em incubação de EES, ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e produção de estudos e pesquisas que visem à geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. Os recursos desse convênio são transferidos para a FINEP na Unidade Gestora 360001 – Contratos e Convênios e sua vigência se encerrará em setembro de 2013.

Em 2012 foram contratados 2 novos projetos e concedidos recursos adicionais para 11 projetos, totalizando novos compromissos no valor total de R\$ 3,11 milhões. No exercício foram realizadas atividades de acompanhamento técnico e financeiro das operações contratadas até 2011. A liberação de recursos financeiros em 2012 oriundos desta fonte totaliza R\$ 2,4 milhões. A relação dos projetos que tiveram recursos pagos em 2012 está detalhada no Anexo XV.

#### **1.6.6 PARCERIA COM MINISTÉRIO DO TURISMO**

Em 2007 a FINEP assinou o convênio 599/2007 com o Ministério do Turismo (MTur) com o objetivo de fomentar a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para a inclusão social na cadeia produtiva do turismo e a produção de conhecimento associado a este processo. A transferência de recursos é feita pelo Ministério do Turismo à FINEP na Unidade Gestora 360001 – Contratos e Convênios.

No exercício 2012 a FINEP contratou um novo projeto no valor de R\$ 434.86 mil além de realizar o acompanhamento técnico e financeiro das operações contratadas até 2011. A liberação de recursos financeiros oriundos desta fonte em 2012 totaliza o montante de R\$ 406 mil. A relação dos projetos que receberam recursos dessa fonte em 2012 encontra-se detalhada no Anexo XVI.

#### **1.6.7 PARCERIA COM EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**

A parceria da FINEP com a Empresa Brasileira de Infraestrutura (INFRAERO) se dá na Unidade Gestora 360001 – Contratos e Convênios. A FINEP atuou em conjunto com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), na busca de soluções de gerenciamento adequado de recursos hídricos em aeroportos, com foco em gestão de uso e reuso em sítios aeroportuários gerenciados pela INFRAERO.

No âmbito desta parceria foi lançada em 2005 a Chamada Pública MCT/FINEP/CT-HIDRO-Águas em Aeroportos-03/2005. Essa Chamada contou com recursos do FNDCT/ CT-Hidro e da INFRAERO para apoio financeiro a projetos de uso e conservação de recursos hídricos em ambiente aeroportuários nos temas: engenharia, arquitetura e demais especialidades, otimização do consumo, reciclagem, tratamento de esgoto, reuso, drenagem de pistas e áreas externas (macrodrenagem), aquíferos e tecnologia e ferramentas de apoio à gestão.

Em 2012 não houve pagamento para os projetos contratados no âmbito da parceria. O convênio com a INFRAERO tem vigência até março de 2013.

### **1.6.8 PARCERIA COM AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA**

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), credenciada pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) em dezembro de 2007 e pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) em setembro de 2008, foi a primeira instituição financeira contratada como agente financeiro para operação das linhas de produção e distribuição de obras audiovisuais para cinema e televisão, relacionadas a seguir:

- Linha A: Produção cinematográfica: investimento na produção de obras cinematográficas de longa-metragem;
- Linha B: Produção para televisão: investimento na produção independente de obras audiovisuais para o mercado de televisão, privada ou pública, aberta ou por assinatura;
- Linha C: Aquisição de direitos de distribuição cinematográfica: investimento na aquisição de direitos de exploração comercial de obras cinematográficas de longa-metragem nos diversos segmentos de mercado visando à sua posterior distribuição;
- Linha D: Comercialização de obras cinematográficas: Investimento na comercialização de obras cinematográficas de longa-metragem em salas de cinema.

A FINEP foi responsável pelo lançamento das chamadas públicas das linhas de ação descritas acima entre os anos de 2008 a 2010.

No final de 2012 encerrou-se a vigência do contrato celebrado entre ANCINE e FINEP que objetivava reger a forma e as condições de transferência dos recursos do FSA.

A partir de 2013, a ANCINE deverá contratar um novo agente financeiro para executar as linhas de ação e recursos do FSA. FINEP e ANCINE deverão acordar os termos e condições da transição de atividades e recursos referentes à operação do FSA para o novo agente financeiro.

Em 2012, foi dado prosseguimento aos processos ainda em andamento no âmbito da parceria com o acompanhamento, liberação e contratação de projetos selecionados para investimento do FSA nas Chamadas Públicas lançadas em anos anteriores. A carteira de projetos relacionados a esta ação ao final de 2012 era composta por 119 projetos no valor total de R\$ 460,3 milhões, sendo 52 operações no valor de R\$ 44,5 milhões contratadas no exercício. Do conjunto de operações vigentes em 2012, 65 receberam liberações no valor de R\$ 37,0 milhões conforme Anexo XVII.

### **1.6.9 PARCERIA COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA**

Em dezembro de 2004, através do convênio 15/2004 a FINEP formalizou parceria com o MCTI e a Agência Espacial Brasileira (AEB) para apoio ao Projeto de Reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) e Lançamento do Veículo Lançador de Satélites (VLS), no Centro de Lançamento de Alcântara.

Em 2012, foi assinado o 7º termo aditivo para prorrogação de prazo de execução das metas pactuadas no convênio, estendendo sua vigência para 31/12/2013.

As atividades realizadas no exercício foram apenas de complementação às grandes obras já executadas, dentre as quais destacamos:

- O projeto executivo do Sistema de Potência Elétrica foi concluído;
- A revisão do projeto de automação e Sistema de Detecção e Alarme Contra Incêndio (SDACI);
- A execução e o teste das interligações entre subestação, painéis e quadros elétricos;
- A colocação das malhas do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- O desenvolvimento de softwares de automação pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE);
- A instalação dos exaustores, ventiladores e barras de descargas atmosféricas, câmeras de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e os cilindros de gás para o SDACI;
- A instalação de todos os sistemas da Plataforma.

#### **1.6.10 PARCERIA COM FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

Entre os anos de 2003 e 2008 a FINEP, como Agência Financeira Oficial de Fomento do Governo Federal, utilizou um procedimento intitulado Proposta de Transferência Financeira (PTF), que consistia na transferência de recursos do Orçamento Geral da União (Unidade Gestora 240901 – FNDCT) para a FINEP (Unidade Gestora 36001 – Gestão Contratos e Convênios), para posterior financiamento não-reembolsável de projetos oriundos de chamadas públicas e encomendas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

No total foram aprovadas 66 PTFs, das quais 80 % já foram encerradas, sendo que 16 foram encerradas no exercício 2012. O processo de encerramento de uma PTF consiste na devolução ao FNDCT de possíveis saldos referentes à diferença entre os recursos transferidos por este à FINEP e os recursos pagos para os projetos enquadrados nas respectivas PTFs. Este processo é feito somente após o desembolso integral dos recursos dos projetos nela enquadrados, ou ainda após o vencimento do prazo de execução dos projetos.

Permanecem ativas 13 PTFs, por apresentarem projetos ainda vigentes. O saldo dessas PTFs em 31/12/2012 totaliza o montante de R\$ 39,1 milhões.

Em 2013 estima-se o encerramento de 5 PTFs por não apresentarem projetos com saldo a liberar e a previsão de devolução de R\$ 5,51 milhões de recursos para o FNDCT, conforme Quadro III. A relação dos projetos que receberam esses recursos em 2012 encontra-se no Anexo XVIII.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO III – PTFs com previsão de encerramento em 2013**

<b>Nº da PTF</b>	<b>Descrição</b>	<b>Saldo Total (R\$ Milhões)</b>
023/03	Encomendas - Rastreabilidade das Cadeias Produtivas / Instituto Virtual de Informação / Biofábrica / MOSCAMED	1,28
029/03	Concessão de Subvenção Econômica para Empresas que Executam PDTI ou PDTA	2,57
043/05	Chamada Pública MCT/Finep/CT-Amazônia - Infraestrutura - 01/2005	0,70
059/05	Encomendas Verticais - CT-Aquaviário	0,83
075/06	Fatores de Coagulação Sanguínea	0,13
<b>Total</b>		<b>5,51</b>

Fonte: FINEP – Área Financeira e de Captação (AFC)

## **2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

### **2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES**

O planejamento das ações da FINEP está baseado no planejamento governamental e tem relação com os seguintes documentos:

- 1) Estatuto da FINEP: em consonância com o artigo 3º do seu estatuto, aprovado por meio do decreto no 1.808, de 7 de fevereiro de 1996 e alterações posteriores, a FINEP tem se empenhado cada vez mais em apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.
- 2) Planos do Governo Federal:
  - O Governo Federal tem envidado esforços significativos para a consolidação do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a **Mensagem Presidencial do PPA 2012-15** destaca como um dos 11 macro desafios para o período, “consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro”;
  - A Inovação é um dos temas transversais que permeia o **Plano Brasil Maior (PBM)**, através do qual o governo federal estabelece a sua política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014. Em relação aos objetivos do Plano no que tange à inovação, destaca-se a orientação de que as políticas em curso sejam aprofundadas, buscando maior inserção em áreas tecnológicas emergentes, o que envolve movimentos de diversificação de grandes empresas domésticas e criação de novas empresas para explorar oportunidades tecnológicas latentes. A articulação entre políticas de ciência e tecnologia e políticas industriais, de modo a construir novas empresas ou fomentar a diversificação de atividades de empresas existentes em setores ainda relativamente frágeis (saúde, tecnologia da informação e comunicação-TIC e tecnologias emergentes, como nanotecnologia e biotecnologia), deve ser uma referência para o fortalecimento do sistema público de financiamento e estímulo à inovação;
  - A **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI)** definida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação (MCTI) para o período de 2012 a 2014, destaca que é preciso fortalecer os instrumentos destinados a ampliar o esforço de inovação no setor produtivo brasileiro, pois evidências recentes mostram que as políticas de apoio à inovação têm impactos positivos na ampliação dos esforços tecnológicos das empresas apoiadas.

Uma vez estabelecido que C,T&I são eixos estruturantes do desenvolvimento sustentável brasileiro e definidos os desafios a serem enfrentados pela ENCTI, foi necessário apontar os objetivos e os caminhos para alcançá-los. Nesse sentido, a ENCTI estabeleceu quatro eixos de sustentação (Quadro IV) e os programas prioritários listados a seguir, que envolvem as cadeias mais importantes para impulsionar a economia brasileira.

**QUADRO IV – Eixos de Sustentação da ENCTI 2012-2015**

<b>Eixo de Sustentação ENCTI</b>	<b>Objetivo</b>
Promoção da inovação nas empresas	Ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do país, com vistas ao aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional.
Novo padrão de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico	Ampliar os recursos destinados ao desenvolvimento da base científica nacional e à inovação tecnológica
Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica	Fortalecer a pesquisa e a infraestrutura científica e tecnológica, de modo a proporcionar soluções criativas às demandas da sociedade brasileira e uma base robusta de esforço à inovação.
Formação e capacitação de recursos humanos	Ampliar o capital humano capacitado para atender as demandas de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país.

Fonte: ENCTI 2012-2015

**Programas Prioritários – ENCTI 2012-2014:**

- Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)
- Fármacos e Complexo Industrial da Saúde
- Petróleo e Gás
- Complexo Industrial da Defesa
- Aeroespacial
- Nuclear
- Fronteiras para a Inovação
  - Biotecnologia
  - Nanotecnologia
- Fomento a Economia Verde
  - Energias Renováveis
  - Mudanças Climáticas
  - Biodiversidade
  - Oceanos e Zonas Costeiras
- C,T&I para o Desenvolvimento Social
  - Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências
  - Inclusão Produtiva e Tecnologia Social
  - Tecnologias para Cidades Sustentáveis

Com base nesses Programas Prioritários a FINEP definiu, para execução da sua Política Operacional 2012-2014, as seguintes Áreas Prioritárias:

- Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Defesa e Aeroespacial;
- Petróleo & Gás;
- Energias Renováveis;
- Complexo da Saúde;
- Desenvolvimento Social e Tecnologia Assistiva.

Além destas áreas, a FINEP priorizará as microempresas, pequenas empresas e empresas de pequeno porte, por meio de operações descentralizadas, e as tecnologias voltadas ao desenvolvimento de produtos e processos sustentáveis.

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

A gestão da FINEP foi orientada ainda pelo Plano de Gestão Estratégica da FINEP (PGE), que abrange o período de 2010 a 2025. Sua Visão de Futuro para 2025 é “Transformar o Brasil por Meio da Inovação”.

Desde a realização do PGE, a FINEP tem buscado elementos para o fortalecimento da sua gestão. Em 2011 foram realizadas na empresa uma série de discussões sobre o ambiente de C,T&I, o papel da FINEP e sobre qual seria a forma mais adequada de responder aos grandes desafios nacionais na área tecnológica. O resultado das discussões consistiu na percepção da necessidade e viabilidade de uma mudança profunda da FINEP, desde o seu modelo institucional até o perfil desejado para seu corpo funcional. Além disso, o ambiente político-institucional mudou no período 2010-12, e esses dois fatores resultaram na constatação da necessidade de reorientação do PGE.

Adicionalmente, o MCTI demandou em 2011, estudos para a proposição do novo modelo institucional para a FINEP. Como resultado, optou-se pela adoção do modelo de Agência de Fomento como uma referência para a discussão da tipificação da FINEP e seu enquadramento como Instituição Financeira fiscalizada pelo BACEN. Assim no ano de 2012 foram feitas discussões com a participação dos gestores da FINEP, o que resultou em ajustes no PGE, na elaboração e aprovação de um Plano de Ação 2012-14 e inclusive na definição de uma nova Visão de Futuro, para 2015: “Mostrar-se relevante e imprescindível ao Sistema Nacional de CT&I”.

O Plano de Ação foi organizado em diretrizes e ações estratégicas do PGE que deverão ser priorizadas no período da referência do Plano, bem como define as Atividades a serem executadas para o cumprimento das ações Estratégicas. A Figura II demonstra sua forma de organização.

**FIGURA II – Estrutura do Plano de Ação 2012**



Fonte: Plano de Ação 2012-2014

No total foram priorizadas 10 diretrizes estratégicas, 16 ações e estabelecidas 28 atividades para 2012.

**Diretrizes Estratégicas priorizadas:**

- 1) Diretriz 1: Atuar para o aperfeiçoamento e consolidação do marco legal e regulatório no seu ambiente de atuação, visando maior efetividade no apoio à inovação;
- 2) Diretriz 3: Atuar de forma proativa na formulação de políticas públicas aderentes à sua missão;
- 3) Diretriz 4: Viabilizar os recursos públicos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional por meio da inovação;
- 4) Diretriz 6: Viabilizar a transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos de modo a ampliar as fontes de captação;
- 5) Diretriz 7: Aumentar a abrangência e capilaridade dos seus programas, ações e instrumento;
- 6) Diretriz 8: Integrar instrumentos financeiros e mecanismos de promoção da inovação, ampliando sua capacidade de apoio a programas de longo prazo;
- 7) Diretriz 9: Inovar continuamente sua gestão garantindo agilidade operacional, administrativa e transparência interna e externa;
- 8) Diretriz 10: Consolidar internamente políticas estratégicas integradas de gestão de pessoas, conhecimento, comunicação e marketing, infraestrutura física e sistemas de informação;
- 9) Diretriz 11: Assegurar o planejamento, o acompanhamento e avaliação como atividades prioritárias;
- 10) Diretriz 12: Valorizar o corpo funcional e capacitá-lo adequadamente para atuação de acordo com a missão e planejamento da empresa;

**Ações Estratégicas aprovadas:**

- 1) EIXO: Reposicionamento da FINEP
  - a. Participar ativamente da formulação e implementação de novo marco legal-regulatório adaptado às necessidades específicas do SNCT&I;
  - b. Elaborar com os principais atores do sistema uma agenda indutora de longo prazo para a inovação.
- 2) EIXO: Sustentabilidade Financeira
  - a. Ampliar as fontes de captação;
  - b. Concluir o processo de transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos e implementar as adequações às exigências decorrentes do seu reconhecimento como instituição financeira.
- 3) EIXO : Gestão Operacional



**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

- a. Alavancar os investimentos empresariais em PD&I, visando alcançar índices equivalentes aos praticados nos países mais desenvolvidos;
- b. Viabilizar os recursos do FNDCT necessários ao atendimento da demanda das ICTs para C,T&I;
- c. Estabelecer parcerias para operar os instrumentos da FINEP e do FNDCT.

**4) EIXO: Aperfeiçoamento Organizacional**

- a. Estruturar a operação da FINEP, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas;
- b. Definir e implementar modelo de governança e acompanhamento das ações prioritárias no âmbito do PGE voltadas para modernização contínua da gestão, fortalecimento dos canais de comunicação e mitigação dos riscos institucionais;
- c. Simplificar, agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos;
- d. Adotar gestão que agilize os processos de análise das prestações de contas, com vistas ao encerramento de convênios e termos de cooperação;
- e. Implementar a modelagem, otimização e modernização de sistemas da FINEP;
- f. Estabelecer política agressiva de comunicação institucional;
- g. Implementar o monitoramento interno das atividades da FINEP.

**5) EIXO: Pessoas**

- a. Elaborar e implementar sistema de gestão por competências que deve nortear a evolução nos cargos e nas carreiras da empresa
- b. Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus empregados

Cada uma das ações tem atividades associadas previstas para o período de 2012 a 2014. O resultado das atividades referentes ao exercício 2012 encontra-se detalhado no Item 2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações.

## **2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Considerando a necessidade de ampliação dos investimentos em tecnologia e inovação no Brasil e a visão de futuro definida no Plano de Ação 2012-2014, “*Mostrar-se relevante e imprescindível ao Sistema Nacional de CT&I*”, em 2012 a FINEP deu continuidade aos esforços iniciados em 2011 necessários ao seu enquadramento pelo Banco Central como Instituição Financeira e definiu o modelo jurídico institucional a ser adotado. Com base em estudo realizado, optou-se pela transformação da FINEP em Agência de Fomento nos próximos 3 anos e, futuramente, em uma gestora de recursos. Essa mudança permitirá que a empresa:

- aumente as possibilidades de combinação dos instrumentos atualmente utilizados e, com isso, atenda da melhor forma as necessidades dos clientes;
- potencialize os recursos públicos geridos por ela, uma vez que poderá captar recursos de diferentes fontes, inclusive no mercado financeiro;
- amplie a sua atuação na área de fundos de investimento, etc.

Para isso os esforços realizados ao longo de 2012 focaram principalmente em atividades relacionadas ao aperfeiçoamento institucional, recursos financeiros e estrutura organizacional, conforme detalhado nos itens abaixo.

### **2.2.1 REDUÇÃO DOS TEMPOS DE ANÁLISE**

Entre os esforços relacionados ao aperfeiçoamento institucional, destaca-se o aperfeiçoamento de processos com ganho de eficiência operacional. Segundo relatório apresentado pela da consultoria Ernst & Young em 2011, o tempo médio para análise e contratação de operações de crédito pela FINEP no período compreendido entre 2009 e 2010 era de 452 dias, enquanto levantamentos realizados pela FINEP demonstram uma grande redução para um prazo médio em torno de 112 dias nos anos 2011 e 2012. A FINEP tem a meta de ampliar o ganho de eficiência e qualidade já ocorrido no processamento das operações de crédito, por meio da padronização e aperfeiçoamento dos processos de análise e contratação, de forma a realizar a análise das propostas em até 30 dias, na qual os projetos serão enquadrados e serão fornecidas as condições de contratação dos projetos às empresas.

O aprimoramento dos processos de análise e contratação de propostas de crédito contempla um importante trabalho de segregação entre ações e prazos de responsabilidade da FINEP e ações e prazos de responsabilidade das empresas, os quais historicamente foram considerados de responsabilidade da FINEP, contaminando os prazos demandados pelas ações da FINEP com ineficiências por parte das empresas e dificultando uma ação mais efetiva de controle dos prazos praticados pela FINEP.

O esforço dedicado ao aumento da eficiência operacional da FINEP já tem sido inclusive objeto de reconhecimento por parte de empresários inovadores, que fazem questão de mencionar a presteza e qualidade do trabalho realizado durante a análise e contratação de projetos de crédito pela FINEP.

## **2.2.2 INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS E DESCENTRALIZAÇÃO**

Grandes esforços foram empreendidos também para a evolução de programas integrados, que contou com grande aprendizado a partir do programa PAISS. A FINEP deverá prosseguir com os esforços para a integração de instrumentos, pois os diversos instrumentos para financiamento à disposição da FINEP (crédito, subvenção, não reembolsável e participação de capital) são capazes de cumprir funções distintas e a oferta de programas integrados é a melhor forma de atender de mais assertivamente as reais necessidades dos planos de investimento das empresas.

A consolidação dos programas de descentralização dos instrumentos de crédito e subvenção para empresas de menor porte (INOVACRED e TECNOVA), lançados ainda em 2012, é uma meta estratégica.

A descentralização é chave para ampliar a eficiência da alocação de recursos nas micro e pequenas empresas, dadas as dimensões continentais do país e a enorme diversidade entre as diversas localidades. Os programas fortalecem as estruturas estaduais e regionais para a execução de Políticas de Desenvolvimento Nacional. Através dos agentes e parceiros estaduais e regionais, que conhecem as empresas menores, suas necessidades e as especificidades da economia local, é possível atuar com maior capilaridade e potencializar os investimentos em inovação, a partir de uma alocação mais eficiente.

## **2.2.3 ELABORAÇÃO DE PLANO DE INVESTIMENTO PARA INOVAÇÃO**

A FINEP realizou, a partir de maio de 2012, a elaboração de um Plano de Investimentos para o período 2012-14, que foi utilizado como referência para a organização das atividades da empresa no âmbito operacional. O Plano de Investimentos é composto de um cronograma de lançamentos de ações para o atendimento aos programas setoriais da gestão e respectivos valores.

Durante o processo de elaboração do Plano, emergiu a demanda no Governo Federal por um programa integrado de investimento em inovação. Em decorrência disso, a FINEP integrou o seu Plano de Investimento ao conjunto de ações articulado entre a Casa Civil, MCTI, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e outras instituições governamentais. Dessa forma, foi elaborado o Plano Inova Empresa, anunciado pela Presidenta da República em 14 de março de 2013, cuja concepção está baseada em 4 pilares: foco em inovação, prioridade nos setores definidos no Plano Brasil Maior, integração dos instrumentos operacionais (crédito, subvenção econômica, financiamento não-reembolsável para ICTs e renda variável) e descentralização de crédito e subvenção econômica para micro, pequenas e médias empresas.

## **2.2.4 CAPITALIZAÇÃO DA FINEP**

A Diretoria Executiva empreendeu grandes esforços para promover a capitalização da FINEP, que diante do crescimento acelerado das operações de crédito previsto e ocorrido em 2012, se torna urgente para a continuidade das ações da FINEP já em 2014. De acordo com levantamento realizado, caso seja mantido em 2013 o crescimento verificado em 2012, a FINEP estará ao final de

2013 bem próxima ao limite definido pelo Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009, que regulamenta a lei do FNDCT, segundo o qual o saldo das operações de crédito realizadas pela FINEP não poderá ser superior a nove vezes o seu patrimônio líquido.

Dessa forma, restaria um saldo apenas residual para crédito em 2014, sendo, portanto, a capitalização da FINEP urgente para a manutenção de suas atividades de financiamento.

## **2.2.5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

Em 2012 houve a contratação de 102 novos empregados oriundos do concurso público de 2011, restando ainda no final do exercício 25 vagas a serem preenchidas, visto que havia 754 vagas autorizadas pelo Departamento de Controle e Coordenação das Empresas Estatais (DEST). Entretanto, os desafios institucionais e a perspectiva de crescimento da FINEP demandam a ampliação do quadro próprio de empregados, superando sua conformação estrutural antes aprovada.

Diante deste contexto, a FINEP, com o apoio do MCTI, negociou em 2012 a ampliação do limite do seu quadro de pessoal em mais 120 vagas, sendo o provimento a ser efetivado em três exercícios: 40 vagas no exercício de 2013, 40 vagas para 2014 e 40 vagas para 2015.

Outro destaque da gestão de recursos humanos realizada em 2012 foi a finalização do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de nº 1097/2011. Através deste TAC, assinado pela FINEP e o Ministério Público do Trabalho (MPT) em 15/08/2011, a empresa assumiu o compromisso de substituir todos os empregados terceirizados que estivessem lotados em cargos previstos no plano de carreira por empregados concursados até 2014. Com a saída do restante dos terceirizados e a substituição, até outubro de 2012, de 96% do total dos profissionais previstos, a FINEP antecipou o cumprimento do TAC em dois anos.

## **2.2.6 OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO**

Em 2012 a Diretoria da FINEP adotou medidas para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos para a empresa. Dentre estas iniciativas destacam-se as seguintes:

- Definição do novo modelo de gestão a ser implementado na FINEP, conforme detalhado no Item 12.1;
- Contratação de consultoria especializada para oferecer serviços técnicos de apoio ao desenvolvimento do Novo Modelo de Gestão da FINEP;
- Encaminhamento de proposta de revisão do Estatuto da FINEP, para formalizar a criação de 2 novas diretorias;
- Aprovação do Regimento Interno da FINEP;

- Alteração do organograma da FINEP reorganizando as áreas Operacionais para melhor se adequarem aos objetivos estratégicos da empresa. Também foi criada a Área de Comunicação, com o objetivo de fortalecer as ações de divulgação da FINEP e de endomarketing;
- Aprovação da Política Operacional (2012-2014), com objetivo de estabelecer diretrizes para a análise das demandas que poderão resultar na celebração de contratos, convênios e termos de cooperação, além de melhorar a integração entre os instrumentos de financiamento atualmente disponíveis;
- Aprovação de novo modelo operacional da FINEP;
- Aprovação do Plano de Ação 2012-2014;
- Aprovação de metas institucionais para 2012 na modalidade de financiamento reembolsável e, inclusive a criação de grupo de trabalho responsável pelo planejamento, monitoramento e implementação das ações necessárias para o cumprimento da meta institucional e processos internos de monitoramento de cumprimento das metas;
- Continuidade na implementação do Projeto de Modernização de Processos e Sistemas de Informação (MODERNIZE), detalhado no Item 12.2, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento dos novos sistemas informatizados da FINEP.

Além dessas ações, a FINEP, no cumprimento de sua missão, tem adotado uma política de fomento ao setor produtivo para incentivar o investimento em inovação pelas empresas. Nesse sentido, faz-se necessária a ampliação dos recursos para financiamento às empresas inovadoras. Para isso, tem-se realizado ações tanto com o objetivo de aumentar os montantes captados junto aos credores da FINEP quanto buscando a diversificação das fontes de captação. No Item 2.2.3 é apresentada de forma detalhada, a atividade de captação de recursos no exercício 2012.

### **2.2.7 CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

Em 2012, dado que as captações junto ao Tesouro foram significativas em 2011, foram realizados 3 novos contratos de empréstimo pela FINEP, quais sejam um com o FNDCT e dois com o FUNTTEL, além do aditivo ao contrato de financiamento com o BNDES, que deixou um saldo a receber em 2013 no montante de R\$ 943 milhões. Os recursos utilizados para desembolso nesse exercício foram provenientes desses 3 contratos e das captações anteriores.

O Quadro V apresenta os valores que efetivamente ingressaram na FINEP em 2011 e 2012, relativos às captações de recursos efetuadas.

**QUADRO V – Ingresso de Recursos Captados**

R\$ milhões		
Fonte de Recursos	2011	2012
FAT	63,0	-
FUNTTEL	50,0	200,0
Tesouro/PSI	1.102,4	1.097,5
FNDCT - Empréstimo	794,7	933,0
FNDCT - FIEE <sup>1</sup>	32,7	50,8
<b>TOTAL</b>	<b>2.042,8</b>	<b>2.281,3</b>

Fonte: FINEP - AFC

Nota: FIEE – Fundo de Investimento em Empresas Inovadoras

Em 2012, a FINEP não captou novos recursos junto ao FAT. Utilizaram-se apenas os retornos de amortização de projetos que foram apoiados anteriormente pelo Fundo. Esses retornos nos permitiram arcar com as liberações realizadas no exercício, dando-nos espaço para a elaboração de um novo programa voltado para as micro e pequenas empresas, principalmente. O Programa INOVACRED contará com a participação de cerca de R\$ 1 bilhão do FAT em período de até 3 anos, a partir de 2013.

Em 2012 foram assinados como o FUNTTEL dois contratos no valor de R\$ 100 milhões cada, captando recursos destinados a empréstimos para empresas que se enquadrem no arcabouço legal do apoio do FUNTTEL.

Em 2011 foram recebidos do BNDES R\$ 1.102 milhões, sendo R\$ 102 milhões para atuação como Agente Financeiro do Banco e R\$ 999,9 milhões como empréstimo de longo prazo, de recursos repassados pelo Tesouro ao banco. Em 2012 foram recebidos do BNDES R\$ 1.097 milhões, sendo R\$ 40,7 milhões para atuação como Agente Financeiro do Banco e R\$ 1.056 milhões como empréstimo de longo prazo. Os recursos do empréstimo são recebidos do BNDES à medida que a FINEP apresenta os contratos de financiamento assinados com as empresas inovadoras.

No tocante aos recursos de empréstimo do FNDCT, foi firmado um contrato em 2012, no valor de R\$ 933,0 milhões, integralmente recebidos. O FNDCT tem se apresentado como uma fonte relevante para a FINEP, uma vez que os valores captados têm aumentado ao longo dos anos.

O acesso aos recursos do PSI propiciou à FINEP um salto relevante no patamar de operações apoiadas. Este programa de financiamento do governo integra a política industrial e de inovação e estabelece orientações comuns e condições equivalentes para a atuação do BNDES e FINEP no fomento à inovação. Ao mesmo tempo, amplia a oferta de recursos destinados à concessão de crédito subsidiado e rompe com as limitações orçamentárias estabelecidas na LOA do FNDCT, no que tange aos recursos destinados à equalização de recursos para o financiamento reembolsável oferecido pela FINEP. Todavia, trata-se de uma política anticíclica e, portanto, de caráter transitório.

Com o lançamento pelo Governo Federal do Plano Inova Empresa, que conta com grande participação da FINEP e do MCTI, além de mais de 10 outros parceiros, o volume disponível para os principais setores da economia ultrapassa os R\$ 32 bilhões para o biênio de 2013 e 2014. O

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

Plano Inova Empresa tem entre seus objetivos a ampliação do patamar de investimentos, o maior apoio para projetos de risco tecnológico, o fortalecimento das relações entre empresas, ICTs e setor público, e a descentralização do crédito e da subvenção econômica para médias e pequenas empresas. Como investimento direto, será aplicado um total de R\$ 28,5 bilhões, assim distribuídos: em operações de crédito R\$ 20,9 bilhões, em renda variável R\$ 2,2 bilhões, subvenção econômica R\$ 1,2 bilhões e em não reembolsáveis R\$ 4,2 bilhões. Dessa forma, a FINEP poderá elevar de forma significativa suas contratações e desembolsos para o biênio de 2013 e 2014.

De uma maneira geral, na estratégia da FINEP de captação de recursos também está sendo levada em consideração a perspectiva de crescimento ancorada num novo padrão de financiamento, que se iniciou com o FNDCT, após a sua regulamentação com a Lei nº 11.540 em 2007, agora se ampliou com o PSI (Medida Provisória nº 526/2011), e poderá ser consolidado com o início da operação do Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351/2010, ainda não regulamentada.

O Fundo Social tem como fonte de arrecadação os *royalties* do petróleo, inclusive de parcela que hoje compõe parte expressiva da arrecadação do FNDCT. A previsão é que o FNDCT sofra uma queda de arrecadação de aproximadamente 45% após 31/12/2015, tal como disposto no Decreto nº 7.657/2011, o que restringiria o alcance de suas aplicações.

A lei do Fundo Social estabeleceu na seção III, que detalha a sua política de investimentos, que a aplicação nos programas e projetos das áreas sociais (aplicação não reembolsável) será iniciada após a obtenção de retornos sobre o capital resultante das operações que serão realizadas com as instituições financeiras federais (Artigos 47 e 51 da Lei nº 12.351/2010). Portanto, se a FINEP não se qualificar como instituição financeira, não poderá ter acesso a esta nova e importante fonte de recursos para a inovação nas modalidades de financiamento reembolsável e de investimento.

Tais perspectivas estão alinhadas com o Eixo de Sustentação do ENCTI Novo Padrão de Financiamento do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que objetiva ampliar os recursos destinados ao desenvolvimento da base científica nacional e à inovação tecnológica.

A expansão do patamar de captação de recursos de fontes públicas resgata a questão relacionada à definição do modelo jurídico institucional da FINEP. Isto porque as operações de empréstimos do Tesouro Nacional para instituições financeiras não causam impacto no orçamento fiscal. Todavia, esse entendimento não é automaticamente estendido à FINEP, pois a empresa ainda não é supervisionada pelo BACEN, bem como foi tipificada como instituição financeira desde o estabelecimento das normas prudenciais brasileiras no início da década de 1990. Em 2011 foi realizado um estudo sobre o modelo jurídico institucional que melhor se adequa à missão da FINEP, conforme detalhado no Item 17.1.

## **2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES**

O Plano de Ação estipulou para o ano de 2012 uma série de Atividades, cuja implementação coube a superintendentes da FINEP. As Atividades propostas são apresentadas a seguir, por Eixo, com alguns destaques consolidados dos relatos que foram apresentados pelos respectivos responsáveis:

### **2.3.1 EIXO: REPOSICIONAMENTO DA FINEP**

**QUADRO VI – Ação Estratégica: Participar ativamente da formulação e implementação do novo marco legal-regulatório adaptado às necessidades específicas do SNCT&I**

<b>AÇÃO</b>	<b>Participar ativamente da formulação e implementação de novo marco legal-regulatório adaptado às necessidades específicas do SNCT&amp;I</b>	
<b>ATIVIDADE I</b>	<b>Retomar a discussão da mudança do marco regulatório, com vistas a assegurar um patamar mínimo de recursos do FNDCT para operações de crédito e de investimento</b>	<b>% de Execução</b>
	A contribuição da FINEP na discussão do Projeto de Lei do Código de C,T&I (PL2177/2011), participando de reuniões coordenadas pelo MCTI. O desenvolvimento do Código está sob a responsabilidade de um grupo de trabalho composto pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), por intermédio do Comitê Temático de Interação ICT-Empresa, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), via Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI) e Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC). O grupo de trabalho propôs novos requisitos para o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para aperfeiçoar os mecanismos de apoio à P,D&I no setor privado. Em relação especificamente à Atividade, destaca-se que a proposta do Código inclui: - a discussão relacionada ao uso dos recursos de subvenção econômica à inovação, originados do FNDCT; e - incentivos a fundos privados de angel, seed e venture capital, como forma de alavancar o investimento de recursos públicos e privados para investimento.	<b>100%</b>
	A participação ativa da FINEP na confecção da Portaria MCTI nº 868, de 21/11/2012, que estabelece os requisitos para a aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os procedimentos para o acompanhamento de sua implementação. O aporte de recursos pode ser conciliado com outros tipos de recursos, inclusive o financiamento público, além de incentivos fiscais.	

Fonte: FINEP – GAPR



**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO VII – Ação Estratégica: Elaborar com os principais atores do sistema uma agenda indutora de longo prazo para a inovação**

<b>AÇÃO</b>	<b>Elaborar com os principais atores do sistema uma agenda indutora de longo prazo para a inovação</b>	
<b>ATIVIDADE II</b>	<b>Implementar ações para a realização de eventos periódicos para a discussão e apresentação de temas de C,T&amp;I</b>	<b>% de Execução</b>
	A FINEP realiza o Debate FINEP, uma atividade dedicada a discutir temas relevantes com a sociedade em geral. Em 2012 foram realizadas 23 Debates, sobre os temas Sustentabilidade (7), Estratégias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (3), História (3), Estratégias de Gestão (3), Lei de Acesso à Informação (2), Tecnologia da Informação (2), Temas institucionais (2) e Engenharia Consultiva (1). Os Debates são abertos ao público e todas as apresentações podem ser acessadas na página da FINEP e no canal que a FINEP mantém no youtube.	<b>100%</b>
	Em 2012 destaca-se também a participação da FINEP nos seguintes eventos: - Rio Oil & Gas, maior feira do setor de Petróleo e Gás, realizada no Riocentro de 17 a 20 de setembro. - Rio+20, entre os dias 16 e 21 de junho de 2012.	
<b>ATIVIDADE III</b>	<b>Ampliar a participação dos segmentos representativos na discussão do futuro do financiamento público a C,T&amp;I.</b>	<b>% de Execução</b>
	Discussão no Conselho Consultivo ampliado da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que conta com representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (CONSECTI), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Universidade de São Paulo (USP), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ).	<b>100%</b>
	A mesma discussão já havia sido apresentada no Conselho de Administração da FINEP, que conta com representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério das Comunicações (MINICOM), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).	
	A Presidência da FINEP realizou discussões relacionadas à política de investimentos do próprio MCTI, a pedido do Ministro. Nesses debates, foram envolvidos os secretários executivos do MCTI e representantes do Conselho-Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que é composto por representantes do MCTI, Ministério da Educação (MEC), MDIC, MPOG, MF e outros.	
	Dentre os resultados que podemos citar, estão a inserção da discussão dos recursos destinados para Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no Conselho do Plano Brasil Maior; a exposição do tema na mídia; a mobilização de representantes da Academia e do setor empresarial.	

Fonte: FINEP – GAPR

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**2.3.2 EIXO: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

**QUADRO VIII – Ação Estratégica: Ampliar as fontes de captação**

<b>AÇÃO</b>	<b>Ampliar as fontes de captação</b>	
<b>ATIVIDADE IV</b>	<b>Aumentar a captação de recursos para operações de crédito, em relação ao exercício anterior</b>	<b>% de Execução</b>
	A captação para operações de crédito, medida pelo volume de recursos que efetivamente ingressaram na FINEP para estas operações, foi ampliada de 2.010,1 milhões em 2011 para 2.230,5 milhões em 2012. Adicionalmente, foram acertados novos empréstimos de recursos do Tesouro através do BNDES que asseguram para 2013 aproximadamente mais R\$ 4 bilhões, além das captações de empréstimos do FNDCT e do FUNTTEL, previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013, de R\$ 1.059 milhões e de R\$ 200 milhões, assegurando os recursos para as novas metas de liberações de financiamento.	<b>100%</b>
	Em dezembro de 2012, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o aumento do limite autorizado para a operação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) pela FINEP, que passou de R\$ 3 bilhões (Resolução CMN 4.141/12) para R\$ 6 bilhões (Resolução CMN 4.154/12).	
<b>ATIVIDADE V</b>	<b>Realizar estudos para a captação de recursos para viabilizar investimento direto em empresas</b>	<b>% de Execução</b>
	A FINEP definiu como melhor forma de investimento em empresas a constituição de Fundos de Investimentos em Participações (FIP), que permite a futura captação de recursos de outros investidores, e não propriamente o investimento direto. A formação do FIP possibilitará, de imediato, também a utilização de recursos do FNDCT.	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – GAPR

**QUADRO IX – Ação Estratégica: Concluir o processo de transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos e implementar as adequações necessárias para sua atuação como instituição financeira**

<b>AÇÃO</b>	<b>Concluir o processo de transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos e implementar as adequações necessárias para sua atuação como instituição financeira</b>	
<b>ATIVIDADE VI</b>	<b>Contratar consultoria para auxiliar a FINEP na estruturação como Agência de Fomento e Gestora de Recursos</b>	<b>% de Execução</b>
	A FINEP contratou, após processo de avaliação de propostas, a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), com o objetivo de auxiliar a FINEP em sua estruturação para um modelo institucional futuro. A consultoria mobiliza as contribuições de empregados de diversas áreas, nomeados por Portaria. Além dos empregados designados e da FIPECAFI, contribuem ainda para o sucesso da consultoria os assessores da Presidência da FINEP.	<b>100%</b>
<b>ATIVIDADE VII</b>	<b>Obter autorização para a criação de duas novas Diretorias na estrutura organizacional da FINEP</b>	<b>% de Execução</b>
	Depois de meses de articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Casa Civil, a FINEP encaminhou ao MCTI a versão final do Estatuto. O processo de criação das novas diretorias é complexo, pois inclui a publicação de um decreto para tal fim. A FINEP cumpriu todas as etapas de sua responsabilidade no ano de 2012. (Obs: o decreto foi publicado em 15 de março de 2013).	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – GAPR

### 2.3.3 EIXO: GESTÃO OPERACIONAL

**QUADRO X – Ação Estratégica: Alavancar os investimentos empresariais em PD&I, visando alcançar os índices definidos nas Políticas Industrial e Tecnológica**

<b>AÇÃO</b>	<b>Alavancar os investimentos empresariais em PD&amp;I, visando alcançar os índices definidos nas Políticas Industrial e Tecnológica</b>	
<b>ATIVIDADE VIII</b>	<b>Aumentar o volume de recursos contratados com operações de crédito, em relação ao exercício anterior</b>	<b>% de Execução</b>
	Com a mobilização das áreas operacionais, e com a realização de atividades de fomento direcionado, a FINEP encerrou o ano de 2012 com um total de R\$ 2,6 bilhões de novas operações contratadas, superior ao total de R\$ 2,0 bilhões efetivado no ano de 2011 e aos R\$ 1,5 bilhão contratados em 2010, nas operações de crédito.	<b>100%</b>
<b>ATIVIDADE IX</b>	<b>Aumentar o volume de recursos desembolsados para operações de crédito, em relação ao exercício anterior</b>	<b>% de Execução</b>
	A FINEP desembolsou em 2012 um total de R\$ 1,76 bilhão nos contratos de crédito, superiores aos R\$ 1,75 bilhão desembolsados no ano de 2011.	<b>100%</b>
<b>ATIVIDADE X</b>	<b>Estruturar a modalidade investimento direto em empresas</b>	<b>% de Execução</b>
	A estruturação de uma nova atividade de investimento foi iniciada em setembro de 2012 com a criação do Departamento de Investimento em Participações (DINP). A partir disso, foram realizadas as seguintes atividades: 1) Definição da modalidade de investimento que a FINEP praticará – Fundo de Investimento e Participações (FIP), que após a avaliação de diversas alternativas emergiu como a opção mais adequada. 2) Desenho do processo de investimento direto da FINEP. 3) Construção do programa de treinamento in company de 240 horas específico para a atividade de investimento Direto. Em complemento, vem capacitando a equipe em competências necessárias ao desenvolvimento da atividade. 4) Elaboração do edital de contratação de consultoria para estruturação da atividade de investimento, cuja definição do escopo de trabalho envolve elevada complexidade. 5) Desenvolvimento do modelo de avaliação de empresas. 6) Início do desenvolvimento de termo de referência para contratação de sistema de gestão para a atividade de investimento.	<b>80%</b>
	A finalização da atividade está dependendo de alguns fatores tais como alterações no marco regulatório e decisões e orientações da Diretoria da FINEP.	

Fonte: FINEP – GAPR

**QUADRO XI – Ação Estratégica: Viabilizar os recursos do FNDCT necessários ao atendimento da demanda das ICTs para C,T&I**

<b>AÇÃO</b>	<b>Viabilizar os recursos do FNDCT necessários ao atendimento da demanda das ICTs para C,T&amp;I</b>	
<b>ATIVIDADE XI</b>	<b>Executar a maior parte dos recursos financeiros do FNDCT e do FUNTEL disponibilizados à FINEP no exercício para apoio a operações não reembolsáveis</b>	<b>% de Execução</b>
	A FINEP executou os recursos financeiros disponibilizados através do desembolso de parcelas para operações contratadas no âmbito de chamadas públicas e encomendas, conforme detalhado no Relatório de Gestão do FNDCT referente ao exercício de 2012.	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – GAPR

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XII – Ação Estratégica: Estabelecer parcerias para operar os instrumentos da FINEP e do FNDCT**

<b>AÇÃO</b>	<b>Estabelecer parcerias para operar os instrumentos da FINEP e do FNDCT</b>	
<b>ATIVIDADE XII</b>	<b>Elaborar e aprovar Programa de Descentralização das operações de crédito a ser implementado com Agentes Financeiros</b>	<b>% de Execução</b>
	A criação de um programa de descentralização de operações de crédito foi aprovada pela Resolução de Diretoria - RES/DIR/0230/12, de 30/07/2012. Posteriormente, através da Resolução de Diretoria - RES/DIR/0024/12, de 21/01/2013, foi estruturado e aprovado o Programa InovaCred, que disponibiliza recursos de crédito descentralizado para agentes financeiros estaduais e regionais.	<b>100%</b>
<b>ATIVIDADE XIII</b>	<b>i) Elaborar e Aprovar Programa de Descentralização da Subvenção Econômica Nacional a ser implementado com Parceiros Regionais</b>	<b>% de Execução</b>
	<b>ii) Lançar chamada pública para seleção de Parceiros Regionais</b>	
	O programa TECNOVA, que proverá recursos de subvenção econômica para a operação por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais, foi aprovado pela RES/DIR/0367/11, de 26/12/2011 e a chamada pública foi lançada em 14/09/2012.	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – GAPR

### 2.3.4 EIXO: APERFEIÇOAMENTO ORGANIZACIONAL

**QUADRO XIII – Ação Estratégica: Estruturar a operação da FINEP, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas**

<b>AÇÃO</b>	<b>Estruturar a operação da FINEP, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas</b>	
<b>ATIVIDADE XIV</b>	<b>Elaborar e Aprovar os novos programas setoriais integrados</b>	<b>% de Execução</b>
	Em agosto de 2012 houve o lançamento do Programa INOVAPETRO, voltado para a cadeia de petróleo & gás.	<b>100 %</b>
	Foram elaborados ao longo de 2012 os Programas listados abaixo, cujo lançamento ficou programado para 2013, em função de estarem relacionados com o Plano Inova Empresa, anunciado pela Presidenta da República em 14 de março de 2013, que apresenta ao país os Programas Setoriais articulados pela FINEP e outras ações. a. INOVA ENERGIA – voltado para o setor de energias renováveis; b. INOVA SAUDE – voltado para o setor de equipamentos médicos e para o setor de fármacos e biofármacos; c. INOVA DEFESA – voltado para Defesa e setor Aeroespacial; d. INOVA AGRO – voltado para a cadeia do agronegócio; e. Outros editais e linhas de financiamento articulada com outros órgãos e instituições do Governo Federal.	
	Além disso, em 2012 foi dada continuidade ao PAISS, Programa lançado em 2011 e voltado para a inovação na cadeia de combustíveis renováveis (etanol).	
<b>ATIVIDADE XV</b>	<b>Estruturar e aprovar Plano de Investimento dos Programas/Ações da FINEP referente ao período 2012-2014</b>	<b>% de Execução</b>
	A FINEP realizou, no período de maio a dezembro de 2012, atividades de elaboração de um Plano de Investimentos para o período 2012-14, que desde então foi utilizado como referência para a organização das atividades da empresa no âmbito operacional. O Plano de Investimentos é composto de um cronograma de lançamentos de ações para o atendimento aos programas setoriais da gestão: Descentralização de operações de crédito e subvenção com micro, pequenas empresas e empresas de pequeno porte; Petróleo; Sustentabilidade; TICs; Nanotecnologia; Biotecnologia; Desenvolvimento Sustentável; Aeroespacial / Defesa; Energia e Combustíveis Renováveis; Complexo da Saúde.	<b>100 %</b>
	Os programas foram elaborados em 2012. A publicação dos primeiros programas ocorreu desde então. As evidências incluem o lançamento do Programa TECNOVA – subvenção descentralizada para o atendimento a microempresas, pequenas empresas e empresas de pequeno porte, o Programa INOVACRED – crédito descentralizado para o atendimento a microempresas, pequenas empresas e empresas de pequeno porte, e o Inova Petro, programa setorial para a cadeia de petróleo e gás. Os demais lançamentos e o calendário de análise se estendem pelo ano de 2013, e a contratação das operações ocorrerá a partir de 2013.	
<b>ATIVIDADE XVI</b>	No que tange à aprovação do Plano, registre-se que o Plano de Investimentos da FINEP não foi aprovado como um plano da FINEP pois, no seu processo de elaboração, emergiu a demanda no Governo Federal por um programa integrado de investimento em inovação. Em decorrência disso, a FINEP integrou o seu Plano de Investimento ao conjunto de ações articulado entre a Casa Civil, Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e outras instituições governamentais. A verificação da aprovação, portanto, não é aplicável. Porém, todas as ações que a FINEP pretendia abranger em seu Plano de Investimento foram incluídas no Plano Inova Empresa, anunciado pela Presidenta da República em 14 de março de 2013.	<b>% de Execução</b>
	<b>Organizar as áreas técnicas da FINEP para a execução de programas setoriais</b>	
<b>ATIVIDADE XVII</b>	A Diretoria Executiva da FINEP organizou as áreas técnicas de modo a viabilizar a execução dos programas setoriais. Dentre as medidas promovidas para a execução dos programas setoriais, destacam-se: a estruturação do Plano de Investimento; a criação de unidades responsáveis pela descentralização do crédito e da subvenção para micro e pequenas empresas e empresas de pequeno porte; a criação de uma unidade para o atendimento ao complexo da saúde; a designação das áreas responsáveis pela execução dos programas setoriais.	<b>100 %</b>
	<b>Aprimorar a Política Operacional 2012-2014, de modo a orientar a decisão da oferta de recursos aos clientes</b>	<b>% de Execução</b>
<b>ATIVIDADE XVIII</b>	A Política Operacional 2012-14 da FINEP foi publicada em 30/07/2012. Em 3/12/2012, a política foi revista e passou a apresentar algumas modificações para o atingimento dos objetivos estratégicos da FINEP.	<b>100 %</b>

Fonte: FINEP – GAPR

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XIV – Ação Estratégica: Definir e implementar modelo de governança e acompanhamento das ações prioritárias no âmbito do PGE voltadas para a modernização contínua da gestão, fortalecimento dos canais de comunicação e mitigação dos riscos institucionais**

<b>AÇÃO</b>	<b>Definir e implementar modelo de governança e acompanhamento das ações prioritárias no âmbito do PGE voltadas para modernização contínua da gestão, fortalecimento dos canais de comunicação e mitigação dos riscos institucionais</b>	
<b>ATIVIDADE XVIII</b>	<b>i) Elaborar, aprovar e iniciar a implementação do Plano de Ação 2012-14</b> <b>ii) Estruturar o modelo de governança do Plano</b> <b>iii) Estruturar o Modelo de Acompanhamento do Plano</b>	<b>% de Execução</b>
	O Plano de Ação 2012-14 está efetivamente implementado. A sua elaboração abrangeu discussões capitaneadas pelo Gabinete da Presidência, com a fundamental participação da Área de Planejamento. O Plano de Ação foi aprovado pela Diretoria Executiva em dezembro de 2012, após apresentação e discussão da proposta no CPLAN.	<b>80 %</b>
	A governança do Plano prevê tanto a gestão do Plano quanto a sua discussão no Comitê de Planejamento da FINEP, que conduzirá a discussão do progresso e eventuais entraves que deverão ser superados. A atividade de estruturação da governança não foi plenamente cumprida, tendo em vista a transição de atribuições entre Áreas da própria empresa.	
	O Modelo de Acompanhamento do Plano foi estruturado a partir do referencial documental e da modelagem de um sistema de acompanhamento eletrônico, programado para permitir o registro do progresso mensal das Atividades. A sua implementação se dará mediante avaliação prévia positiva por parte da Área responsável pelo acompanhamento do Plano de Ação nos anos de 2013 em diante.	

Fonte: FINEP – GAPR

**QUADRO XV – Ação Estratégica: Simplificar, agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos**

<b>AÇÃO</b>	<b>Simplificar, agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos</b>	
<b>ATIVIDADE XIX</b>	<b>Propor e implementar novas alçadas decisórias para todos os processos de celebração de contratos, convênios e termos de cooperação, de modo a agilizar os processos internos</b>	<b>% de Execução</b>
	<p>Ao longo de 2012 foram aprovadas/alteradas várias delegações de alçadas decisórias com vistas ao aprimoramento e otimização do processo decisório na FINEP, conforme listado abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- N-OPE-021/12, que tem por objetivo estabelecer procedimentos, padrões, responsabilidades e alçadas decisórias para o processo de operacionalização de Chamadas Públicas, em 1(uma) fase, para contratação de convênios e termos de cooperação;</li> <li>- delegação de competências para o acompanhamento da divulgação do apoio da FINEP em operações reembolsáveis e não-reembolsáveis;</li> <li>- delegação de competências para as liberações das parcelas de operações de crédito;</li> <li>- delegação de competências para a aprovação de pedidos excepcionais de prorrogação de prazos de convênios e termos de cooperação por mais de 60 meses;</li> <li>- delegação de competência para autorizar a ampliação de prazos para a prestação de contas de convênios e termos de cooperação;</li> <li>- delegação de competências para contratações administrativas.</li> </ul>	<b>100 %</b>

Fonte: FINEP – GAPR

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XVI – Ação Estratégica: Adotar gestão que agilize os processos de análise das prestações de contas, com vistas ao encerramento de convênios e termos de cooperação**

<b>AÇÃO</b>	<b>Adotar gestão que agilize os processos de análise das prestações de contas, com vistas ao encerramento de convênios e termos de cooperação</b>	
<b>ATIVIDADE XX</b>	<b>i) Revisar os planos e ações que tenham como objetivo a eliminação do estoque de operações em processo de encerramento</b>	<b>% de Execução</b>
	<b>ii) Implementar um controle detalhado das atividades pertinentes, desde o recebimento dos relatórios finais até o efetivo encerramento</b>	
	Em 2012 foram revisados e elaborados novos normativos operacionais internos para melhorar a forma de acompanhamento da gestão de convênios e tornar o processo de análise mais célere e aderente aos projetos firmados para área de atuação da FINEP. Dentre estes normativos destaca-se a elaboração do primeiro Plano Anual de Visitas (PAV) implementado pela FINEP. Além destes normativos internos, houve a revisão do Manual de Convênios e Termos de Cooperação para o público de convenetes, viabilizando a melhor capacitação dos executores dos projetos. Além disso, foram realizadas ao longo do exercício outras ações no âmbito do Projeto Soluções Integradas para a Gestão e Controle de Projetos, que tem como foco a a otimização do processo de análise e encerramento prestações de contas técnicas e financeiras. Considerando a amplitude e abrangência deste projeto, ainda existem ações em execução e outras até mesmo em revisão, contempladas no próprio Plano de Implantação do projeto, que irão contribuir para a execução desta atividade.	<b>35%</b>
	A implementação de um controle detalhado depende essencialmente de ferramentas de tecnologia da informação (TI) que deem suporte ao adequado controle. Entretanto, na ausência de um sistema que abarque o controle das atividades e forneça relatórios gerenciais a FINEP adota controle de suas atividades por meio de planilhas em Excel. Tal controle permitiu em 2012 a divulgação da produção executada no Departamento de Prestação de Contas, atendendo as necessidades do público interno.	

Fonte: FINEP – GAPR

**QUADRO XVII – Ação Estratégica: Implementar a modelagem, otimização e modernização de sistemas da FINEP**

<b>AÇÃO</b>	<b>Implementar a modelagem, otimização e modernização de sistemas da FINEP</b>	
<b>ATIVIDADE XXI</b>	<b>Definir objetivos de avanços de Tecnologia da Informação</b>	<b>% de Execução</b>
	Com o objetivo de auxiliar o alinhamento da Tecnologia da Informação (TI) aos objetivos de negócio da FINEP, foi constituído em março de 2012 o Comitê Diretor de Tecnologia da Informação (CDTI), de natureza consultiva e composto por membros de várias áreas da empresa. Em outubro, o CDTI deliberou pelo início da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que visa a atender às necessidades de informação da empresa. Até o fim do ano o documento ainda estava em fase de elaboração. Vale destacar também que, durante este período, o CDTI encaminhou à diretoria suas recomendações sobre priorização das demandas internas e externas de TI, organizando-as, visando atender as expectativas de curto e médio prazo da empresa com a otimização dos recursos internos de TI.	<b>100%</b>
	Além disso, em relação às demandas de longo prazo, destaca-se a realização da Modelagem dos Processos, Sistemas e Arquitetura Tecnológica futura por meio da finalização da Fase 5 do Projeto MODERNIZE.	

Fonte: FINEP – GAPR

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XVIII – Ação Estratégica: Estabelecer política agressiva de comunicação institucional**

<b>AÇÃO</b>	<b>Estabelecer política agressiva de comunicação institucional</b>	
<b>ATIVIDADE XXII</b>	<b>Estruturar trabalho de comunicação, para reposicionar a marca FINEP na sociedade e desenvolver atividade de endomarketing</b>	<b>% de Execução</b>
	<p>Visando reposicionar a marca FINEP no mercado, em setembro de 2012 deu-se início à estruturação do projeto de branding da marca FINEP. A primeira etapa foi a abertura de processo licitatório para a escolha da empresa que executaria este projeto, cuja vencedora foi a empresa Ana Couto Branding.</p> <p>Internamente foram indicados funcionários representantes de todas as áreas da empresa, para participarem do Comitê de Marca, visando a realização de reuniões mensais de validação do processo de reposicionamento da marca juntamente com a consultoria contratada.</p> <p>Foi elaborado um cronograma definindo as etapas seguintes a serem continuadas em 2013, como a realização de um workshop com empregados convidados e os indicados para o Comitê de Marca e entrevistas com empregados e stakeholders externos cujos depoimentos ou impressões se somaram ao material resultante do workshop, fechando, assim, um diagnóstico de imagem da marca FINEP.</p>	<b>80%</b>
	<p>Até o primeiro semestre de 2012 a FINEP realizou ações pontuais de endomarketing, de cunho primordialmente informacional, com a produção de cartazes e folhetos para divulgação de eventos internos.</p> <p>A partir de junho, a atividade se intensificou, principalmente em virtude do aniversário de 45 anos da FINEP. Para comemorar a ocasião, foram abertas inscrições de fotos, poesias e outras criações de funcionários, que culminaram na exposição "FINEP faz arte", inaugurada com um café da manhã no Espaço FINEP. A atividade foi completada com a visitas ao Parque Tecnológico do Fundão e à Cidade do Samba, das quais 196 funcionários participaram.</p> <p>Outro evento de endomarketing bem-sucedido foi a homenagem aos empregados que se desligaram no último PDA – Plano de Demissão Assistida. O encontro, no Espaço FINEP, contou com a participação não só dos funcionários que saíram da empresa e dos organizadores, mas também de dezenas de funcionários da FINEP.</p>	

Fonte: FINEP – GAPR

**QUADRO XIX – Ação Estratégica: Implementar o monitoramento interno das atividades da FINEP**

<b>AÇÃO</b>	<b>Implementar o monitoramento interno das atividades da FINEP</b>	
<b>ATIVIDADE XXIII</b>	<b>Definir os Indicadores Institucionais da FINEP e as metas para 2012</b>	<b>% de Execução</b>
	Foram definidos 6 indicadores Institucionais, aprovados através da Resolução de Diretoria Nº 0408/12. Destes indicadores, cinco se referem à operação da empresa FINEP e um está diretamente relacionado ao FNDCT.	<b>100%</b>
<b>ATIVIDADE XXIV</b>	<b>Definir as especificidades necessárias para estruturação de um sistema de monitoramento da execução do Plano de Investimento dos Programas da FINEP 2012-2014</b>	<b>% de Execução</b>
	A Atividade foi adiada para o exercício de 2013. Isto se deveu às discussões e alterações no Plano de Investimento dos Programas da FINEP realizadas durante o exercício de 2012. As propostas foram discutidas e encaminhadas ao MCTI e à Casa Civil da Presidência da República e ao final do exercício ainda permaneciam em fase de discussão e aprovação nestas instancias superiores. As propostas para o Plano de Investimento da FINEP foram aceitas, incluídas e ampliadas com a aprovação do Plano INOVA Empresa, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff no Palácio do Planalto em 14 de março de 2013.	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – GAPR



### 2.3.5 EIXO: PESSOAS

**QUADRO XX – Ação Estratégica: Elaborar e implementar sistema de gestão por competências que deve nortear a evolução nos cargos e nas carreiras da empresa**

AÇÃO	Elaborar e implementar sistema de gestão por competências que deve nortear a evolução nos cargos e nas carreiras da empresa	
ATIVIDADE XXV	<b>Conceber o Banco de Talentos para a Gestão de recursos humanos da Empresa</b>	% de Execução
	Foi realizado em 2012 o processo de seleção de instituição para realização de capacitação gerencial. A ideia de sua estruturação foi totalmente concebida em 2012, a partir da identificação da necessidade de criar um Banco de potenciais gestores suficiente para fazer frente às eventuais mudanças gerenciais na empresa. Estruturar este banco atrelado ao programa de capacitação gerencial foi identificado como a solução mais apropriada, pois a mesma instituição responsável pela capacitação terá capacidade de, através de processo de seleção estruturado, identificar os candidatos mais apropriados para a constituição do grupo de vinte e cinco profissionais que irão compor este Banco de Talentos.	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – GAPR

**QUADRO XXI – Ação Estratégica: Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus funcionários**

AÇÃO	Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus funcionários	
ATIVIDADE XXVI	<b>Conceber o Plano de Capacitação para gestores, técnicos e equipes</b>	% de Execução
	O Plano de Capacitação envolveu quatro grandes projetos: Capacitação Gerencial; Treinamento à distância; Curso de Inovação/Análise de Empresas; Capacitação para os Projetos Especiais. Além destas quatro grandes frentes, foram realizadas outras atividades de treinamento, pontuais e <i>in company</i> , além dos programas de capacitação continuada: Incentivo à graduação, Pós-graduação, e Capacitação em Idiomas.	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – GAPR

Os impactos estratégicos das ações são nítidos. Frente ao objetivo de transformar a FINEP numa instituição financeira tipificada, ações como o aumento da captação e da eficiência operacional são ações muito positivas. De forma simplificada, os impactos estratégicos podem ser sintetizados em três temas:

- 1) A divulgação da FINEP e suas ações;
- 2) A elevação do patamar de atuação; e
- 3) O maior alinhamento das ações da FINEP com as políticas públicas federais.

## **2.4 INDICADORES**

Em 2012 foi elaborada uma proposta de Indicadores Institucionais, alinhada às diretrizes do Plano de Gestão Estratégica da FINEP (PGE) e ao Plano de Ação 2012-2014. Esta proposta, bem como as respectivas metas para 2012 e o Plano de Ação 2012-2014, foram consolidados em um único documento, aprovado pela Diretoria Executiva através da Resolução de Diretoria nº 0408/12.

Os indicadores foram definidos a partir das Atividades previstas no Plano de Ação e cujos resultados pudessem ser mensurados quantitativamente, permitindo que sejam utilizados para avaliar objetivamente a evolução da FINEP em relação ao cumprimento das suas Ações Estratégicas. Para a elaboração dos indicadores considerou-se a necessidade de que os mesmos possuam fórmulas de cálculo simples, para que seus resultados possam ser apurados e verificados com facilidade e baixo custo.

No documento aprovado está definido também o Modelo de Acompanhamento do Plano de Ação e dos Indicadores Institucionais. Segundo este modelo, os superintendentes da FINEP devem informar periodicamente o progresso dos indicadores pertinentes à sua área e estes resultados devem ser acompanhados pela Área de Planejamento. Dessa forma, os indicadores poderão ser utilizados para identificar, ao longo do ano, necessidades de ajustes a serem realizados para garantir a atuação em direção às metas planejadas. No entanto, a implementação do Modelo de Acompanhamento ainda está em curso, bem como o desenvolvimento de sistema que possa assegurar a participação dos gestores no acompanhamento periódico do Plano de Ação e dos Indicadores.

No total foram definidos 6 indicadores institucionais, sendo que um refere-se à execução dos recursos financeiros do FNDCT e o resultado foi apresentado no relatório de gestão do FNDCT de 2012. Dessa forma, só serão apresentados os resultados dos 5 indicadores relacionados à FINEP.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XXII – Indicador Institucional – Comprometimento de Recursos com a Contratação de Operações de Crédito**

<b>INDICADOR</b>	<b>Nome</b>	Comprometimento de Recursos com a Contratação de Operações de Crédito
	<b>Objetivo</b>	Verificar o crescimento do volume dos recursos contratados para operações de crédito
	<b>Tipo</b>	Eficácia
<b>REFERÊNCIAS PLANO DE AÇÃO 2012-2014</b>	<b>Eixo Estratégico</b>	Gestão Operacional
	<b>Diretriz</b>	4 - Viabilizar os recursos públicos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional por meio da inovação
	<b>Ação</b>	Alavancar os investimentos empresariais em PD&I, visando alcançar índices equivalentes aos praticados nos países mais desenvolvidos
	<b>Atividade</b>	Aumentar o volume de recursos contratados para operações de crédito, em relação ao exercício anterior
<b>CÁLCULO</b>	<b>Responsável</b>	Comissão de Acompanhamento das metas da PLR
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	Somatório do valor contratado das operações de crédito
	<b>Unidade de Medida</b>	R\$
	<b>Fonte de Dados</b>	Sistema Intranet
	<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>RESULTADO 2012</b>	<b>Meta prevista</b>	R\$ 2.338,7 milhões
	<b>Meta realizada</b>	R\$ 2.639,1 milhões
	<b>Análise Crítica</b>	Meta Cumprida

Fonte: FINEP – AFC

**QUADRO XXIII – Indicador Institucional – Desembolso para Operações de Crédito**

<b>INDICADOR</b>	<b>Nome</b>	Desembolso para Operações de Crédito
	<b>Objetivo</b>	Verificar o crescimento do volume de recursos desembolsados para operações de crédito
	<b>Tipo</b>	Eficácia
<b>REFERÊNCIAS PLANO DE AÇÃO 2012-2014</b>	<b>Eixo Estratégico</b>	Gestão Operacional
	<b>Diretriz</b>	4 - Viabilizar os recursos públicos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional por meio da inovação
	<b>Ação</b>	Alavancar os investimentos empresariais em PD&I, visando alcançar índices equivalentes aos praticados nos países mais desenvolvidos
	<b>Atividade</b>	Aumentar o volume de recursos desembolsados para operações de crédito, em relação ao exercício anterior
<b>CÁLCULO</b>	<b>Responsável</b>	Comissão de Acompanhamento das metas da PLR
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	Somatório do valor desembolsado para as operações de crédito
	<b>Unidade de Medida</b>	R\$
	<b>Fonte de Dados</b>	Sistema Intranet
	<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>RESULTADO 2012</b>	<b>Meta prevista</b>	R\$ 2.071,4 milhões
	<b>Meta realizada</b>	R\$ 1.765,0 milhões
	<b>Análise Crítica</b>	<p>O ano de 2012 foi particularmente marcado por uma desarticulação de governo, que ao atualizar as condições para contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica de que tratam as Leis ns. 12.096, de 24 de novembro de 2009, e 12.409, de 25 de maio de 2011, por meio da Resolução do CMN/BACEN nº 4.064, de 12 de abril de 2012, não contemplou a uniformização da taxa de juros em 4%a.a. e dos prazos de carência e amortização para os novos financiamentos contratados diretamente pela FINEP nas linhas de inovação tecnológica. Desta forma, para o financiamento de projetos com as mesmas características durante o período de abril a outubro de 2012 (quando foi corrigido o equívoco), passou a haver duas taxas de juros distintas: 4% a.a., através do BNDES, e 5% a.a., através da FINEP.</p> <p>A divergência de taxas entre as linhas praticadas ocasionou, entre abril e outubro de 2012, o deslocamento de operações da FINEP, além do adiamento de decisões de investimento e contratação de projetos. O reflexo desses fatores foi a enorme concentração das operações contratadas em 2012 no período de outubro a dezembro. O adiamento das decisões de contratação e consequente concentração de operações nos últimos meses do ano provocou impacto direto nos desembolsos previstos para o ano e evidenciou dificuldades no processamento de um grande volume de operações de crédito, desde a análise até a contratação e liberação, resultando num plano de revisão e aperfeiçoamento dos processos e métodos adotados, que se constitui num novo modelo de operação para o crédito, que inclui ainda aperfeiçoamento de processos de acompanhamento e prestação de contas, e se pretende que seja adotado no 2º semestre de 2013.</p>

Fonte: FINEP – GAPR / AFC

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XXIV – Indicador Institucional – Captação de Recursos para Operações de Crédito**

<b>INDICADOR</b>	<b>Nome</b>	Captação de Recursos para Operações de Crédito
	<b>Objetivo</b>	Verificar o crescimento do volume de recursos captados para operações de crédito
	<b>Tipo</b>	Eficácia
<b>REFERÊNCIAS PLANO DE AÇÃO 2012-2014</b>	<b>Eixo Estratégico</b>	Sustentabilidade Financeira
	<b>Diretriz</b>	6 - Viabilizar a transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos de modo a ampliar as fontes de captação
	<b>Ação</b>	Ampliar as fontes de captação
	<b>Atividade</b>	Aumentar a captação de recursos para operações de crédito, em relação ao exercício anterior
<b>CÁLCULO</b>	<b>Responsável</b>	AFC
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	Valor total captado para contratação de operações de crédito
	<b>Unidade de Medida</b>	R\$
	<b>Fonte de Dados</b>	Relatório do DCOF
	<b>Periodicidade</b>	Semestral
<b>RESULTADO 2012</b>	<b>Meta prevista</b>	R\$ 3.000,00 milhões
	<b>Meta realizada</b>	R\$ 2.281,46 milhões
	<b>Análise Crítica</b>	Por ocasião da definição da meta, os recursos do PSI representavam a principal fonte de recursos a serem captados em 2012, superando assim o próprio FNDCT, sendo que estes recursos só ingressam na FINEP à medida em que são assinados os contratos de financiamento com as empresas. Nesse sentido, cabe destacar que o esforço de captação realizado no ano permitiu formalizar contratos de captação em valor superior à meta estabelecida. No entanto, o valor total contratado com recursos do PSI ao longo do exercício não foi suficiente para que a houvesse a necessidade da FINEP solicitar ao BNDES o ingresso do saldo integral do contrato nº 11.2.1172.1 firmado em 2011. Ainda assim, em 2012 houve um aumento da captação total de recursos para operações de crédito em relação à captação realizada no exercício anterior.

Fonte: FINEP – AFC

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XXV – Indicador – Execução das atividades do Plano de Ação da FINEP**

<b>INDICADOR</b>	<b>Nome</b>	Execução das atividades do Plano de Ação da FINEP
	<b>Objetivo</b>	Medir o grau de execução das atividades do Plano de Ação da FINEP
	<b>Tipo</b>	Eficácia
<b>REFERÊNCIAS PLANO DE AÇÃO 2012-2014</b>	<b>Eixo Estratégico</b>	Aperfeiçoamento Organizacional
	<b>Diretriz</b>	9 - Inovar continuamente sua gestão garantindo agilidade operacional, administrativa e transparência interna e externa
	<b>Ação</b>	Definir e implementar modelo de governança e acompanhamento das ações prioritárias no âmbito do PGE voltadas para modernização contínua da gestão, fortalecimento dos canais de comunicação e mitigação dos riscos institucionais
	<b>Atividade</b>	Elaborar, aprovar e iniciar a implementação do Plano de Ação 2012-14
<b>CÁLCULO</b>	<b>Responsável</b>	APLA
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	$(\% \text{ de execução Atividade 1} + \% \text{ de execução Atividade 2} + \% \text{ de execução Atividade n}) / \text{Número de Atividades do Plano de Ação 2012-2014} * 100$
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Fonte de Dados</b>	Sistema de Acompanhamento do Plano de Ação
	<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>RESULTADO 2012</b>	<b>Meta prevista</b>	90%
	<b>Meta realizada</b>	91%
	<b>Análise Crítica</b>	Meta Cumprida

Fonte: FINEP – GAPR

**QUADRO XXVI - Treinamento de Pessoal**

<b>INDICADOR</b>	<b>Nome</b>	Treinamento de Pessoal
	<b>Objetivo</b>	Medir a participação dos empregados da FINEP em treinamentos
	<b>Tipo</b>	Eficácia
<b>REFERÊNCIAS PLANO DE AÇÃO 2012-2014</b>	<b>Eixo Estratégico</b>	Pessoas
	<b>Diretriz</b>	12 - Valorizar o corpo funcional e capacitá-lo adequadamente para atuação de acordo com a missão e planejamento da empresa
	<b>Ação</b>	Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus funcionários
	<b>Atividade</b>	Conceber o Plano de Capacitação para gestores, técnicos e equipes
<b>CÁLCULO</b>	<b>Responsável</b>	ARH
	<b>Fórmula de Cálculo</b>	Número de empregados que participam de pelo menos um treinamento / número total de empregados da FINEP
	<b>Unidade de Medida</b>	%
	<b>Fonte de Dados</b>	Relatório do DERH
	<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>RESULTADO 2012</b>	<b>Meta prevista</b>	50,00%
	<b>Meta realizada</b>	51,99%
	<b>Análise Crítica</b>	Meta Cumprida

Fonte: FINEP – ARH

Além dos indicadores institucionais que constam do Plano de Ação 2012-2014, destacam-se os índices que permitem comparar o resultado econômico-financeiro da FINEP no exercício 2012 em relação ao exercício 2011. Esses índices encontram-se detalhados no Anexo XIX.

### **3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

#### **3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

A FINEP possui em sua estrutura organizacional, Unidades e Conselhos que possuem atribuições de direção, administração, fiscalização e de acompanhamento. Discriminaremos a seguir esses órgãos, bem como suas principais atribuições:

##### **1) Órgãos de Direção e Administração:**

- Conselho de Administração - é o Órgão de orientação superior da FINEP que possui entre suas atribuições dar a orientação geral das ações e atividades desenvolvidas pela Empresa, deliberar sobre os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras, deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social feita pela Diretoria Executiva, decidir sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho Consultivo ou pela Diretoria Executiva, estabelecer as diretrizes para elaboração do plano de auditoria interna, etc.
- Diretoria Executiva - é o órgão de direção geral da Empresa e é composta por um Presidente e três Diretores. Em 2012 foi feita proposta de revisão do Estatuto da FINEP, que entre outras alterações, constava a alteração da composição da Diretoria com a ampliação no número de diretores. Dentre as atribuições da Diretoria Executiva destaca-se: estabelecer e fazer executar o programa de ação da Empresa, aprovar normas de operação, deliberar sobre as operações e atividades de financiamento e concessão de subvenção econômica, celebrar acordos, convênios, contratos ou outros instrumentos congêneres, aprovar estrutura básica da Empresa, etc.

##### **2) Órgãos de Fiscalização e Acompanhamento**

- Conselho Fiscal - é o órgão de supervisão e acompanhamento da FINEP que tem como principais atribuições: Supervisionar a atividade da Auditoria Interna, acompanhar e verificar a execução financeira e orçamentária, prenunciar sobre prestação de contas, aumento de capital social da FINEP, etc.
- Conselho Consultivo - é o órgão de assessoramento estratégico do Conselho de Administração da Empresa. Entre suas atribuições destaca-se: Analisar e estimular as propostas da Empresa que busquem consolidar imagem que retrate seu escopo de atuação, sua finalidade básica e seus objetivos perante a sociedade e instituições, sugerir ao Conselho de Administração, diretrizes, estratégias, áreas prioritárias de atuação e projetos específicos, etc.
- Auditoria Interna - é a Unidade subordinada ao Conselho de Administração da FINEP e vinculada administrativamente à Presidência da FINEP que tem como principais atribuições verificar a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil, de pessoal e patrimonial, planejar e executar auditorias preventivas e corretivas, prestar informações e acompanhar as solicitações e recomendações oriundas dos órgãos de controle internos e externos, etc.



- Ouvidoria - é o órgão responsável por garantir um canal permanente de comunicação entre cidadãos, empregados e a Empresa. Possui entre suas atribuições básicas receber solicitações, informações, reclamações, sugestões e denúncias; analisar e dar tratamento adequando, encaminhando às áreas competentes para adoção de providências, quando necessário, oferecer canais diretos ágeis e imparciais para sugestões, elogios, críticas e denúncias, etc;
- Comissão de Ética - é o órgão de orientação e aconselhamento sobre assuntos atinentes à ética profissional da Empresa. Além das atribuições estabelecidas em regulamento próprio, destacam-se as seguintes atribuições: atuar como instância consultiva dos dirigentes e empregados da Empresa no que diz respeito ao tratamento com as pessoas e o patrimônio público, apurar, de ofício ou mediante denúncia, condutas que possam violar as normas éticas, etc.

Considerando as atribuições da Ouvidoria e da Comissão Ética, discriminaremos a seguir as principais atividades desenvolvidas em 2012 pelas duas Unidades:

A Ouvidoria processou em 2012, 181 demandas relacionadas a reclamações, críticas, denúncias, elogios, sugestões, solicitações e informações e demais demandas, conforme Quadro XXVII.

**QUADRO XXVII – Demandas Processadas pela Ouvidora**

	Nº	%
Informações e Solicitações	113	62%
Sugestões	8	4%
Críticas	2	1%
Reclamações	28	15%
Denúncias	16	9%
Elogios	2	1%
Outros	12	7%
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>100%</b>

Fonte: FINEP – OUVI

Conforme consta no Quadro XXVII, 62% das demandas referem-se a informações e solicitações. Os tipos de solicitações de informações referem-se em sua maioria a insatisfação por algum fato ocorrido no relacionamento com a FINEP ou pedidos de informação que revelam desconhecimento da natureza de sua atuação, seus mecanismos de financiamento e a própria missão da FINEP. Assim objetiva-se em 2013 promover uma melhoria no portal da FINEP, inclusive com relação à acessibilidade.

Quanto a Comissão de Ética, esta consolidou sua atuação com a realização de atividades ligadas à prevenção e educação e também à apuração de denúncias. Buscando desempenhar o seu papel no Sistema de Gestão da Ética, que integra as comissões na esfera do Poder Executivo Federal, a Comissão iniciou o processo de integração ao Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas estatais, com o objetivo de trocar experiências com outras estatais visando à adoção de melhores práticas na gestão da ética.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

No que diz respeito ao viés de educação e prevenção, a Comissão participou de diversas ambientações de empregados e prestou esclarecimentos por meio de resposta a consultas e realização de campanhas sobre temas afetos à ética. Com esse mesmo foco, foi realizado curso sobre ética no serviço público para profissionais que colaboram na elaboração do código de ética próprio. Para efetivar as ações de educação e prevenção nas unidades fora da sede do Rio de Janeiro, a Comissão escolheu representantes da FINEP do escritório de São Paulo e de Brasília com a função de auxiliar na divulgação das ações educativas. Houve também a publicação de boletim mensal com assuntos diversos voltados à ética profissional no dia a dia de trabalho.

No que tange à atividade de apuração ética, a Comissão capacitou membros de sua equipe em curso oferecido pelo Governo, como intuito de atualizar a equipe sobre os avanços na área. Houve denúncias no período que geraram procedimentos de apuração, tendo a Comissão conduzido os casos de acordo com os normativos que regulamentam sua atuação.

### **3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS**

Primeiramente, deve-se destacar o processo de aprendizado envolvido na avaliação dos sistemas de controles internos, que resultou em uma avaliação mais apurada para determinação dos valores atribuídos a cada item do Anexo XX, classificados nos cinco elementos do sistema de controles internos abordados a seguir:

- Ambiente de Controle
- Avaliação de Risco
- Informação e Comunicação
- Monitoramento

#### **3.2.1 AMBIENTE DE CONTROLE**

A FINEP mantém em sua estrutura organizacional um Departamento denominado Departamento de Gestão e Inovação de Processos Organizacionais (DEPO), responsável por: gerir os padrões de arquitetura, ferramentas, projetos de modelagem e base de dados de processos da FINEP; apoiar as unidades organizacionais na gestão e melhoria dos processos; assessorar a implementação de modelos e tecnologias de gestão; exercer a interface e apoiar a arquitetura de sistemas de informação; gerir padrões, ferramentas e coordenar projetos de normalização e de gestão de *compliance*; apoiar projetos de capacitação interna em processos e normalização. Para a execução de suas atividades, o DEPO possui uma Coordenação de *Compliance* e Normalização.

Outras áreas que compõem o ambiente de controle interno são a Auditoria Interna, a Ouvidoria, a Coordenação de Segurança da Informação e Comunicação, Secretaria-Executiva da Comissão de Ética, Comitê de Enquadramento e Priorização (CEP), além dos Conselhos Fiscal e de Administração.

Encontra-se disponível na Intranet da FINEP um local específico onde estão disponibilizados todos os documentos normativos (Políticas, Manuais, Normas e Instruções de Trabalho, Resoluções de Diretoria, Decisões de Diretoria, Portarias, Estatuto FINEP e Regimento Interno) que podem ser acessados pelos empregados através de senha individual. Os documentos relativos às reuniões de Diretoria (Resoluções, Decisões e Atas) são microfilmados e encontram-se à disposição para consulta no Arquivo da empresa.

Os normativos apresentam de forma clara as responsabilidades das áreas, a exemplo das determinações contidas nas resoluções e decisões de diretoria. Sobre isso, a Norma N-OPE-018/11 de 07/11/11 estabelece as Alçadas Decisórias para Gestão de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação. Demais delegações estão registradas em outras Normas específicas ou estão formalizadas através de Resoluções de Diretoria.

Em relação ao Código de Ética, a elaboração do referido normativo está em curso, se tratando de processo bem orientado e bastante representativo, que envolveu a realização de capacitação de empregados da FINEP em Ética no Serviço Público e contribuição representativa das diversas áreas da empresa, estando em processo final de elaboração.

O ambiente de controle prevê a segregação de funções, que é notadamente verificada através da segregação das funções de recomendação das operações e aprovação das mesmas. Além disso, os processos de aprovação de documentos normativos e operações são geralmente avaliados pela Área Jurídica, que presta o assessoramento à Diretoria Executiva. Cabe registrar que as atividades referentes à análise e acompanhamento das operações são realizadas em três áreas distintas: Área de Crédito, (análise de crédito e acompanhamento financeiro), Áreas operacionais (análise e acompanhamento técnico) e Área Jurídica. Em relação às atividades de análise e acompanhamento, essas são executadas preferencialmente por analistas distintos. Adicionalmente, a autorização do pagamento e processamento deste são realizados de forma segregada, ou seja, o pagamento efetivo não é executado pelo mesmo funcionário que o autorizou.

Desse modo, os controles internos, através dos mecanismos de normatização, padronização, orientação e assessoramento e segregação de funções, contribuem conferindo segurança e metodologias necessárias à consecução das atividades da FINEP.

### **3.2.2 AVALIAÇÃO DE RISCO**

A FINEP tem o seu Plano de Gestão Estratégica (PGE), que orienta as atividades da Empresa até 2025 e estabelece doze diretrizes estratégicas para o alcance de sua visão, “Transformar o Brasil por Meio da Inovação”. Estas diretrizes encontram-se distribuídas em cinco dimensões priorizadas no processo – Ambiente Político-Institucional, Sistema Nacional de C,T&I, Sustentabilidade Financeira, Gestão Operacional, Gestão Organizacional e Gestão Humana. Os marcos referenciais da FINEP definidos no PGE geraram um Mapa Estratégico, que fornece aos tomadores de decisão os meios para identificar, avaliar e selecionar alternativas/ações estratégicas para atingir as metas e objetivos definidos.

A Direção da FINEP tem procurado explicitar os objetivos e metas da empresa. Em 04/01/12 foi publicada na intranet entrevista do presidente, na qual foi feito um balanço da gestão em 2011 e explicitadas as metas de longo prazo e os desafios para 2012, ou seja, os pontos críticos para consecução dos objetivos e metas da FINEP. A Diretoria Executiva aprovou em 9/01/12, através da Resolução de Diretoria nº 0009/12, metas institucionais referentes ao planejamento e gestão da carteira de projetos da modalidade não-reembolsável. Em 03/05/2012 foi divulgado no site da FINEP o lançamento da Política Operacional 2012 – 2014, que traça diretrizes para orientar a análise das demandas apresentadas e está estruturada em Linhas de Ação e Programas, sendo as primeiras destinadas ao atendimento de demandas espontâneas das empresas, enquanto os Programas contemplam objetivos específicos - apresentando, portanto, condições próprias a sua operação.

A FINEP tem debatido intensamente os processos críticos assim como a mitigação dos riscos associados à consecução de suas atividades, o que é retratado na revisão de processos operacionais e em projeto em curso de implementação de nova arquitetura de sistemas e tecnologia integrada – Projeto MODERNIZE, capaz de suportar com regularidade, velocidade e segurança, as necessidades da empresa e de seus empregados. Além disso, ações para fortalecimento e/ou atualização dos processos, normativos e sistemas relacionados à Tecnologia da Informação, que dão suporte a gestão das atividades pelo seu corpo funcional, estão sempre presentes na FINEP.

Não existe histórico de fraudes e perdas na FINEP, entretanto tem sido prática da instituição a instauração, quando necessária, de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar para

apuração de irregularidades. A Norma RHM-014/11 de 16/05/11 regulamenta o sistema de controle das infrações disciplinares e os procedimentos a serem adotados na instauração, instrução e julgamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares relacionados aos empregados da FINEP. Vale informar também que em 2011 foi estruturada a Ouvidoria da FINEP, que tem, entre outras atribuições, receber solicitações de denúncias apresentadas pelos seus clientes externos ou empregados (Norma N-GES-004/12 de 26/03/12).

Quanto às atividades de guarda de estoques e inventários de bens e valores essas são da responsabilidade do Departamento de Serviços Administrativos (DSAD) e são regulamentadas pela Norma N-SADM 05.00/98 de 25/09/98. Através da Norma N-ADM-001-07 de 12/03/2007 foi regulamentado o desfazimento de materiais inservíveis. Além disso, foi realizado inventário no primeiro semestre de 2012 por Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais designada.

### **3.2.3 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE**

As atividades operacionais são registradas em Sistema Intranet que, entre outras finalidades, orienta os fluxos de trabalho definidos para as atividades de análise, contratação e relacionadas ao acompanhamento das operações realizadas, atuando de forma preventiva e reduzindo riscos envolvidos nos processos operacionais.

Além dos procedimentos de controle já citados no trecho desta análise sobre o ambiente de controle, foram aprovados em 2012 normativos acerca de: tratamento de informações restritas; tratamento de manifestações encaminhadas à ouvidoria; gestão da ouvidoria; norma regimental do CEP; além de revisões dos normativos acerca de: compras e contratos; tomada de contas especial (TCE) para convênios; termos e acordos de cooperação; instrução de trabalho de elaboração; revisão e aprovação de documentos normativos.

Também foi aprovada a Política de Gestão e Controle de Projetos de Convênios e Termos de Cooperação, que contempla análise acerca do custo e do benefício das atividades de controle expressas na referida política, espelhada na definição de Plano Anual de Visitas (PAV) baseado em processos amostrais.

### **3.2.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

A informação para tomada de decisão é construída através de processos devidamente documentados em meio eletrônico e impressos. Os documentos estão disponibilizados na intranet, conforme descrito anteriormente. Os processos de concessão de financiamentos, reembolsáveis ou não reembolsáveis, são baseados em projetos detalhados, que são analisados por técnicos especializados, fazendo uso de consultores “ad hoc”, quando necessário. Estes processos têm pareceres técnicos dos analistas, de advogados, dos chefes de departamento, dos superintendentes. Em seguida, passam pelo CEP, coordenado pela Área de Planejamento (APLA) e composto por todos os superintendentes operacionais, além das áreas financeira, crédito e jurídico. Estas instâncias analisam os documentos e emitem pareceres que geram a recomendação submetida à decisão de diretoria.

Quanto às informações necessárias para tomada de decisão pela Diretoria em outras áreas, estas são fornecidas através de relatórios específicos, como por exemplo, relatório elaborado semanalmente pelo Departamento de Orçamento (DORC), apresentado nas reuniões de Diretoria. Este relatório também fica disponibilizado em diretório compartilhado na rede para consulta.

A Intranet é a principal ferramenta de comunicação utilizada pela FINEP, na qual são disponibilizadas as informações e orientações para seu corpo funcional: FINEP OPERACIONAL - Consulta Projetos, Caixa de Trabalho e Atividades Operacionais; FINEP GERENCIAL - Informações Operacionais e Informações de Gestão, FINEP INSTITUCIONAL- Recursos Humanos, Administração, Documentos, Formulários e Manuais, Material Institucional, Agenda Institucional, etc; NOTÍCIAS FINEP - Fique por Dentro, Clipping FINEP, etc; SITES FINEP - Gestão Estratégica, Projeto MODERNIZE, Portal da Informação, Processos Normativos, etc. As informações são atualizadas constantemente, algumas inclusive diariamente (Exemplo: Fique por Dentro, Consultas a Projetos, Caixa de Trabalho).

Além da Intranet o funcionário pode obter também informações e relatórios que são fornecidos pelo Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da Informação (DAGI). Essas informações são solicitadas através de e-mail ou disponibilizadas em diretório compartilhado na Rede da FINEP.

Registra-se que os documentos aprovados em Reunião de Diretoria são enviados às Áreas/empregados envolvidos para conhecimento e/ou adoção de providências.

Em 2012 com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI), a FINEP inaugurou o seu Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme determinado na referida Lei, bem como aprovou um modelo de governança para a gestão de segurança da informação e comunicação e tratamento de informações sigilosas. As atividades realizadas ao longo do exercício em função da publicação da LAI estão abordadas no Item 12.4.

### **3.2.5 MONITORAMENTO**

A Auditoria Interna da FINEP realiza acompanhamento permanente das atividades da empresa por meio de um plano anual de atividades, sendo que em suas produções técnicas propõe melhorias que são remetidas para deliberação da Diretoria Executiva.

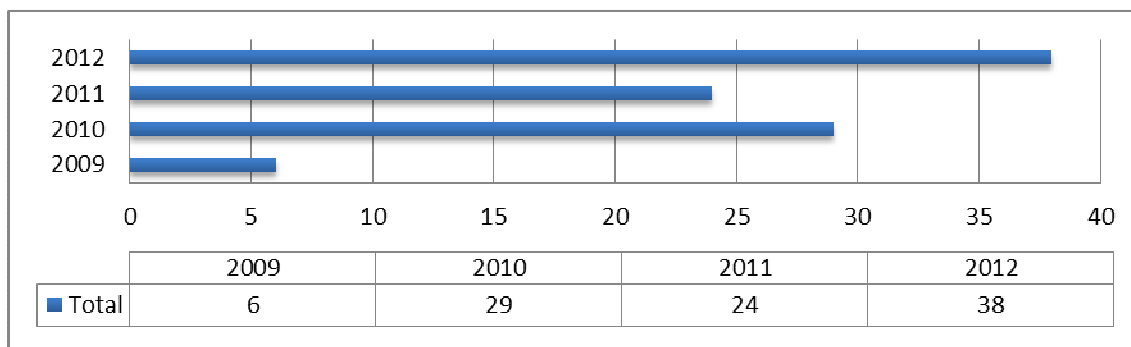
A Coordenação de *Compliance* e Normalização também tem um papel significativo no monitoramento das atividades da Empresa, uma vez que tem o intuito de fortalecer o processo de normalização, bem como garantir maior conformidade interna e externa aos documentos normativos elaborados. Entre as ações executadas em 2012 por esta Coordenação foram implementadas modificações no processo de elaboração de documentos que garantem a conformidade dos documentos produzidos em relação à legislação externa aplicável. Ademais, adotou-se um processo de divulgação dos documentos normativos direcionado às unidades impactadas, fortalecendo o ambiente de conformidade da Empresa. Tais procedimentos encontram-se descritos na IT-GES-001/09 - Instrução de Trabalho de Elaboração, revisão e aprovação de documentos normativos - revisão 03.

Em 2012 houve um crescimento significativo dos processos normalizados, conforme se verifica no Gráfico I, que apresenta o número total de documentos normativos publicados de 2009 a

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

2012. O Anexo XXI lista estes normativos, excluindo-se aqueles relacionados exclusivamente à gestão do FNDCT, que estão contemplados no Relatório de Gestão do FNDCT.

**GRÁFICO I – Documentos normativos produzidos 2009-2012**



Nota: Inclui os normativos revisados

Fonte: FINEP – ADES

### **3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES**

#### **3.3.1 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

A regra atual da remuneração da parcela fixa de Dirigentes da FINEP acompanha a maior remuneração paga aos seus empregados, acrescida de 20%, para o Diretor Presidente da FINEP e demais Diretores. Seguindo a referida regra, por ocasião dos reajustes salariais dos empregados, ocorre reajuste automático dos dirigentes.

Com o objetivo de evitar o conflito de interesses do modelo de remuneração de dirigentes que vigorou nos últimos anos na FINEP, está sendo elaborada proposta para desvinculação do parâmetro de remuneração de Dirigentes dos critérios de remuneração dos empregados.

Os Dirigentes também recebem a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), conforme orientações/determinações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), em formato diferente dos empregados. A FINEP efetua o pagamento da PLR após a aprovação do Conselho de Administração e do DEST. O pagamento da PLR dos dirigentes relativo ao exercício de 2012 atenderá ao cronograma de pagamento apresentado no Quadro seguir:

**QUADRO XXVIII – Cronograma de Pagamento da PLR aos Dirigentes da FINEP**

<b>Ano de Pagamento</b>	<b>% da PLR a ser pago</b>
2013	60%
2014	20%
2015	10%
2016	10%

Fonte: FINEP - ARH

O efetivo pagamento de cada parcela da PLR, a ser realizado após a distribuição dos dividendos, fica condicionado à disponibilidade financeira da empresa, mantendo-se inalterado o direito do recebimento e sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento.

Em relação à remuneração dos Conselheiros de Administração e Fiscal, informamos que o Estatuto da FINEP em seu Artigo V, § 6º, aprovado pelo Decreto 7.954, de 12 de Março de 2013, estabelece que os Conselheiros receberão remuneração a ser fixada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, até o limite estabelecido por lei.

A FINEP pratica atualmente o que está previsto nas 9.292/96 e 6.404/76, Art. 162, § 3º que estabelece o limite de 10% (dez por cento) da média anual dos salários dos Dirigentes.



### **3.3.2 DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS**

No Anexo XXII encontram-se detalhados os valores recebidos pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

### **3.3.3 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS**

**QUADRO XXIX – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Executiva**

<b>Identificação do Órgão</b>			
<b>Órgão:</b> Diretoria Executiva			
<b>Remuneração dos Membros</b>	<b>EXERCÍCIO</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Número de membros:</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	<b>R\$ 1.229.106,59</b>	<b>R\$ 1.165.986,61</b>	<b>R\$ 1.725.427,36</b>
a) salário ou pró-labore	R\$ 1.161.093,67	R\$ 1.047.864,24	R\$ 1.632.793,73
b) benefícios diretos e indiretos	R\$ 68.012,92	R\$ 118.122,37	R\$ 92.633,63
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>R\$ 38.324,00</b>	<b>R\$ 28.743,00</b>	<b>R\$ 23.840,62</b>
a) bônus			
a) participação nos resultados	R\$ 38.324,00	R\$ 28.743,00	R\$ 23.840,62
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
<b>III – Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>R\$ 1.267.430,59</b>	<b>R\$ 1.194.729,61</b>	<b>R\$ 1.749.267,98</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Fonte: FINEP – ARH

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XXX – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração**

Identificação do Órgão			
<b>Órgão:</b> Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2010	2011	2012
<b>Número de membros:</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	-	-	-
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>R\$ 141.090,84</b>	<b>R\$ 139.129,52</b>	<b>R\$ 194.862,17</b>
a) bônus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões	R\$ 141.090,84	R\$ 139.129,52	R\$ 194.862,17
d) comissões			
e) outros			
<b>III – Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>R\$ 141.090,84</b>	<b>R\$ 139.129,52</b>	<b>R\$ 194.862,17</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Fonte: FINEP – ARH

**QUADRO XXXI – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho Fiscal**

Identificação do Órgão			
<b>Órgão:</b> Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2010	2011	2012
<b>Número de membros:</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	-	-	-
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	<b>R\$ 105.952,52</b>	<b>R\$ 109.477,07</b>	<b>R\$ 121.572,34</b>
a) bônus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões	R\$ 105.952,52	R\$ 109.477,07	R\$ 121.572,34
d) comissões			
e) outros			
<b>III – Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>R\$ 105.952,52</b>	<b>R\$ 109.477,07</b>	<b>R\$ 121.572,34</b>
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Fonte: FINEP – ARH

### 3.3.4 DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

**QUADRO XXXII – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores**

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2010	2011	2012
<b>I – Bônus (a+b+c+d)</b>	-	-	-
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
<b>II – Participação no Resultado (e+f+g+h)</b>	<b>R\$ 38.324,00</b>	<b>R\$ 28.743,00</b>	<b>R\$ 23.840,62</b>
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado			
<b>III – Total (I + II)</b>	<b>R\$ 38.324,00</b>	<b>R\$ 28.743,00</b>	<b>R\$ 23.840,62</b>

Fonte: FINEP – ARH

### **3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO**

A FINEP possui normativo em vigor - Norma de Sistema de Controle de Infrações Disciplinares (N-RHM-014/11 - Rev. 00) que regulamenta o sistema de controle das infrações disciplinares e os procedimentos a serem adotados na instauração, instrução e julgamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares relacionados aos seus empregados.

A empresa não possui Área ou Departamento específico de correição.

### **3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU**

Inicialmente, a FINEP envidou esforços no sentido de levantar e organizar todas as informações pertinentes aos Processos Disciplinares já instaurados desde o ano de 2007.

Adicionalmente, registra-se que no início do ano de 2013 a FINEP providenciou treinamento/capacitação de empregados lotados no Departamento de Administração de Recursos Humanos e na Auditoria sobre o tema.

Em razão do significativo número e da diversidade da natureza dos Processos – e para que haja solidez e segurança nas informações a serem disponibilizadas no sistema CGU-PAD, evitando dessa forma eventuais revisões futuras em grande escala – a FINEP iniciou o cadastramento dos processos no sistema CGU-PAD em março de 2013.

#### **4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A FINEP é uma empresa pública não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. No entanto, uma parte dos seus dispêndios de capital, referente à rubrica “investimento”, está inserida no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais 2012 (LDO - Lei nº 12.465 de 12/08/2011; LOA - Lei nº 12.595 de 19/01/2012), distribuído em três ações, conforme Quadro abaixo:

**QUADRO XXXIII – Ações da FINEP previstas na LOA 2012**

<b>Programas de Gestão e Manutenção</b>			<b>R\$ 1,00</b>
<i>LDO 2012, Anexo I, Inciso XIV</i>			<i>Recursos de todas as Fontes</i>
<b>Programa:0807</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais</b>	<b>Valor do Programa Constante no PLOA:</b>	<b>5.516.661.294</b>
<hr/>			
<i>Órgão:</i> <i>24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</i>			
<b>Ação</b>	<b>Título</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Valor</b>
<b>4101</b>	<b>Manutenção e Adequação de Bens Imóveis</b>	<b>24202 - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP</b>	<b>12.000.000</b>
<b>4102</b>	<b>Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos</b>	<b>24202 - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP</b>	<b>3.800.000</b>
<b>4103</b>	<b>Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento</b>	<b>24202 - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP</b>	<b>12.880.000</b>

Fonte: FINEP – AFC

Estes recursos, bem como os demais utilizados pela FINEP para execução da sua atividade encontram-se detalhados no Programa de Dispêndios Globais (PDG) da FINEP, detalhado no Item a seguir.

#### **4.1 PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG**

O Programa de Dispêndios Globais – PDG é o instrumento elaborado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, integrante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com as empresas estatais, pelo qual são definidos os limites orçamentários para cada origem e aplicação de recursos e é verificada a execução de cada componente no período de referência.

A FINEP segue a estrutura do PDG definida pelo DEST para os bancos estatais, que consiste nos seguintes grupos:

- Discriminação das Origens de Recursos dos Bancos (DICORB): inclui todos os recursos, independente de sua origem ou natureza, com os quais a instituição planeja cobrir suas aplicações dentro do período de referência;
- Discriminação das Aplicações de Recursos dos Bancos (DICARB): abrange todas as aplicações em investimentos, despesas e pagamentos de amortizações de dívidas programados para o exercício de referência;
- Fechamento do Fluxo de Caixa (FEFCx): reflete o saldo líquido disponível final, considerando as disponibilidades do ano anterior e a variação do disponível.

O PDG 2012 foi aprovado pelo Decreto nº 7.628 de 30/11/2011, após deliberação da diretoria e do conselho de administração da FINEP.

##### **4.1.1 ORIGENS DE RECURSOS**

As origens de recursos são divididas em dois grupos: Recursos, que demonstra o esforço de captação da FINEP; e Receitas, que reflete o resultado das operações da Empresa.

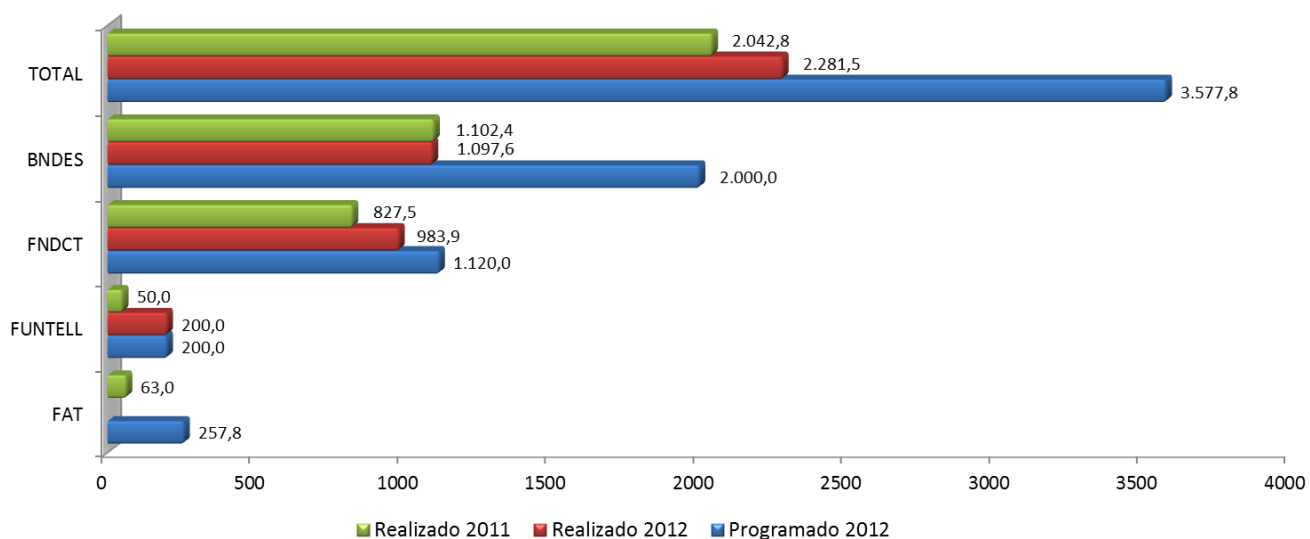
Os recursos captados pela FINEP advêm das fontes BNDES (Com equalização do Tesouro/PSI – Programa de Sustentação do Investimento), FAT, FNDCT e FUNTTEL, sendo que a operação de cada uma delas possui regulamentações e procedimentos distintos.

O Gráfico II demonstra a captação projetada para 2012 e o esforço de captação realizado no exercício, comparando-os com a captação executada em 2011.

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

**GRÁFICO II – Captação em 2012 (em R\$ milhões)**



Fonte: FINEP – AFC

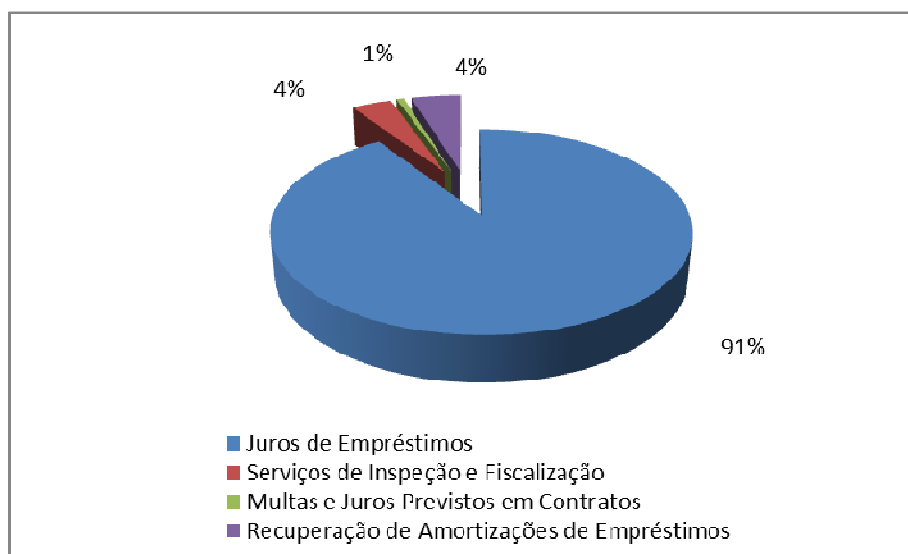
A captação de recursos em 2012 foi 11,7% superior ao executado em 2011, porém 36,2% abaixo do valor programado para o ano. O desempenho abaixo da expectativa se deve a atrasos nos cronogramas de contratação e liberação de recursos para as operações de crédito.

O grupo Receitas reflete o resultado das operações da FINEP, compreendendo recursos oriundos das rendas de operações de crédito, do rendimento das aplicações no extra mercado do Banco do Brasil (BB), do recebimento de taxa de administração de recursos administrados pela FINEP (FUNTELL e FNDCT), do ressarcimento pelo FNDCT das despesas operacionais do Fundo que são pagas pela FINEP, da recuperação de crédito e da alienação de bens móveis e imóveis.

O total das receitas em 2012 foi de R\$ 684,6 milhões, contra R\$537,3 milhões de 2011. Este valor é 27,4% maior que as receitas de 2011 e representa 91,3% do valor programado para ano. As rendas de operações de crédito compõem o item de maior representatividade no grupo de receitas e são compostas pelos juros de empréstimos, multas e juros contratuais, as cobranças de serviços de inspeção e fiscalização de cada um dos contratos assinados pela FINEP e as amortizações de créditos recuperados. O Gráfico III demonstra a composição das rendas de operação de crédito.



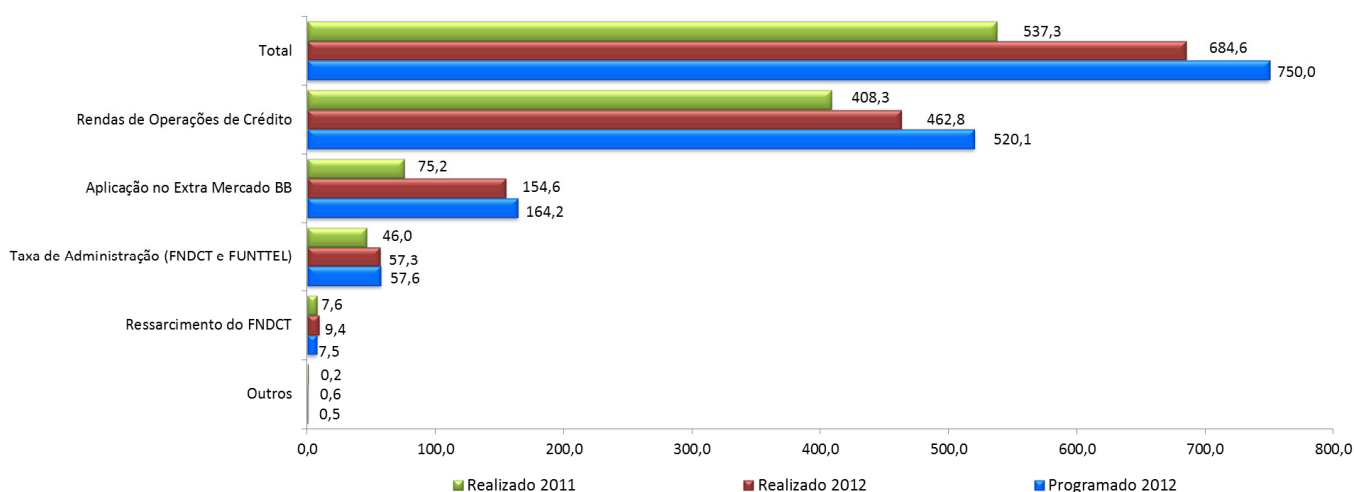
**GRÁFICO III – Composição das Rendas de Operações de Crédito (em R\$ milhões)**



Fonte: FINEP – AFC

Devido à redução da previsão do volume de liberações, na reprogramação do PDG em setembro, foi necessário reduzir o valor programado para as rendas de operações de crédito em cerca de 23%. O desempenho dos itens componentes das receitas pode ser verificado no Gráfico IV.

**GRÁFICO IV – Receitas em 2012 (em R\$ milhões)**



Fonte: FINEP – AFC

#### **4.1.2 APLICAÇÕES DE RECURSOS**

As aplicações de recursos subdividem-se em três grupos:

- **Dispêndios de Capital:** é constituído pelas despesas com amortização, pagas às respectivas fontes de recursos utilizadas pela FINEP, investimentos no ativo imobilizado, pagamento de dividendos ao Tesouro e inversões financeiras. Estas últimas se referem às aplicações nas

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

atividades referentes ao instrumento operacional de Investimento em Fundos, através do qual a FINEP faz investimento em fundos de empresas emergentes de base tecnológica, com recursos do FNDCT.

- **Dispêndios Correntes:** inclui as despesas com pessoal próprio, prestação de serviços de terceiros, propaganda, pagamento de juros às fontes, tributos e outros dispêndios correntes (aluguel, material de consumo e multas).
- **Aplicações em Operações de Crédito:** representa as aplicações nas atividades finalísticas dos Bancos e constituem uma rubrica em separado no PDG, que compreende a variação do saldo de recursos aplicados em empréstimos e financiamentos aos diversos setores da economia.

As Aplicações em Operações de Crédito encontram-se detalhadas no Item 4.1.2.1, enquanto o Quadro XXXIV faz a comparação entre os valores programados para 2012, executados em 2012 e executados em 2011 nos grupos Dispêndio de Capital e Dispêndio Corrente. Conforme pode ser observado, a execução das aplicações de recursos nesses grupos aproximou-se do programado, representando cerca de 90% deste valor, porém tiveram comportamentos distintos: os dispêndios de capital, principalmente pelo pagamento antecipado de principal ao FAT, foram 20,63% além do previsto; e os dispêndios correntes apresentaram desempenho 22,1% abaixo da previsão, devido, principalmente, às despesas com pessoal e pagamento de juros abaixo do programado.

**QUADRO XXXIV – Dispêndios Executados em 2011 e 2012 e Projetados para 2012 (em R\$ milhões)**

Discriminação	Executado 2012	Projetado 2012	% Execução Total	Executado 2011	% Executado 2012/2011
<b>Dispêndios</b>	<b>869,60</b>	<b>965,92</b>	<b>90,03%</b>	<b>576,73</b>	<b>150,78%</b>
<b>Dispêndios de Capital</b>	<b>330,76</b>	<b>274,18</b>	<b>120,63%</b>	<b>212,15</b>	<b>155,91%</b>
Amortização	237,17	130,79	181,33%	156,85	151,21%
Investimentos	2,05	28,68	7,14%	2,11	97,05%
Inversões de Capital	50,83	94,71	53,67%	32,74	155,26%
Dividendos	40,71	20,00	203,53%	20,45	199,03%
<b>Dispêndios Correntes</b>	<b>538,85</b>	<b>691,74</b>	<b>77,90%</b>	<b>364,58</b>	<b>147,80%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	146,61	178,89	81,96%	128,73	113,89%
Serviços de terceiros	36,02	53,08	67,86%	19,18	187,80%
Utilidades e Serviços	1,50	2,20	68,49%	1,46	103,30%
Tributos e Encargos Parafiscais	64,70	74,66	86,66%	53,85	120,14%
Pagamento de Juros	252,96	344,29	73,47%	143,14	176,72%
Outros Dispêndios Correntes	37,05	38,62	95,93%	18,22	203,38%

Fonte: FINEP – AFC

A seguir será detalhada a evolução das principais rubricas das aplicações de recursos em 2012:

- **Amortização:** em virtude do volume de liberações do FAT em 2012 não ter sido suficiente para esgotar o saldo em caixa existente no início do exercício e os recursos que retornaram à FINEP durante 2012 devido às amortizações de projetos, foi necessária a devolução de recursos ao FAT além do previsto. Este substancial pagamento de amortização à referida Fonte, ocorrido no último trimestre, foi realizado para garantir a manutenção de volume de

recursos em caixa abaixo do limite legal de 6% do total do montante a ser pago ao FAT e ainda para evitar incidência de juros (SELIC) no saldo disponível na FINEP. Desta forma, o total de execução deste item superou o valor projetado em proporção acima de 80%;

- Investimentos: a baixa execução desta rubrica deve-se, principalmente, a não aquisição de novo andar no edifício do Rio de Janeiro, previsão constante tanto da programação original como de suas revisões, e a alteração do cronograma do Projeto MODERNIZE que adiou para 2013 a aquisição de equipamentos de TI prevista para este ano. Além disso, os demais investimentos previstos, como obras e aquisição de mobiliário e equipamentos, foram executados em valores significativamente abaixo daqueles projetados;
- Pessoal e encargos sociais: as despesas com pessoal ficaram em torno de 18% abaixo do previsto, tendo em vista a frustração de algumas premissas definidas pela Área de Recursos Humanos e que foram utilizadas no cálculo dos valores programados e nas duas revisões ocorridas ao longo do ano. Dentre estas, as ocorrências que exerceram maior influência para que a execução não atingisse os valores previstos foram: a não implantação do novo plano de carreiras e do Programa de Aposentadoria Assistida – PAA. Outro fator que tem impacto significativo nas despesas de pessoal é o quantitativo de empregados considerado na previsão e o efetivamente realizado. O quadro de pessoal em 2012 foi inferior ao quantitativo autorizado;
- Serviços de terceiros: o total gasto com esta rubrica foi cerca de 32% abaixo do projetado, sobretudo em função do atraso no cronograma do Projeto MODERNIZE. Dentre os itens de despesas, destacam-se o valor de R\$ 13,43 milhões despendido com patrocínio e publicidade (inclui R\$ 10,50 para a realização da Conferência Rio+20) e R\$ 8,28 milhões gastos com auxílio alimentação;
- Utilidades e serviços: esta rubrica, que tem como principais itens as despesas com energia elétrica e telecomunicações, apresentou execução em torno de 31% abaixo do previsto em da não aquisição de andar e pelo quantitativo de pessoal abaixo do projetado;
- Tributos e Encargos Parafiscais: A execução em 2012 representou 86,66% da projeção;
- Encargos financeiros e outros: devido ao volume de liberações afetar diretamente esta rubrica, sua execução apresentou o mesmo desempenho do desembolso para operações de crédito, cerca de 73% em relação ao projetado;
- Outros dispêndios correntes: no geral, esta rubrica apresentou execução próxima ao projetado, em torno de 93%. Entre as despesas componentes, destaca-se o pagamento de multas e de demandas trabalhistas e Participação no lucro ou resultado (PLR).

#### **4.1.2.1 APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

As Aplicações em Operações de Crédito refletem a variação de saldo total aplicado, ou seja, é a diferença entre o montante de financiamentos concedidos e as amortizações resultantes destes financiamentos. Par o exercício 2012, a disponibilidade para aplicação foi projetada em R\$ 1,335 bilhão.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

O Quadro XXXV demonstra a projeção e execução das Aplicações em Operações de Crédito para 2012.

**QUADRO XXXV – Aplicações em Operações de Crédito em 2012**

<b>Aplicações em Operações de Crédito (Em R\$ milhões)</b>			
<b>Discriminação</b>	<b>Projetado 2012</b>	<b>Executado 2012</b>	<b>% Execução</b>
Financiamentos concedidos (A)	2.170,00	1.765,06	0,81
Outros <sup>1</sup> (A)	0,00	88,38	-
Recebimento de Amortizações (B)	835,00	789,44	0,95
Outros <sup>2</sup> (B)	0,00	83,60	-
<b>Aplicações em Operações de Crédito (A-B)</b>	<b>1.335,00</b>	<b>980,40</b>	<b>73,44%</b>

Fonte: FINEP – AFC

Notas:

(1) Atualização Monetária, Variação Cambial e Correções

(2) Baixa Contábil, Variação Cambial e Correções

Com a redução da expectativa no volume de liberações para 2012, houve atualização do valor previsto inicialmente referente ao desembolso para operações de crédito de R\$ 3.850 milhões para R\$ 2.170 milhões. Apesar da redução, a execução não atingiu o valor previsto, ficando cerca de 19% abaixo.

Ao final do primeiro semestre, o saldo das aplicações em operações de crédito encontrava-se negativo em torno de R\$ 25 milhões. Tal resultado demonstrava o baixo volume de liberações, que até o final de julho registrava o valor de R\$ 368,57 milhões. No segundo semestre, houve elevação no ritmo das liberações, que atingiram R\$ 1.396,49, volume aproximadamente quatro vezes superior ao registrado nos primeiros 6 meses de 2012, porém ainda aquém da projeção.

## **4.2 ANÁLISE DO DESEMPENHO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

O Quadro XXXVI demonstra o comparativo do esforço operacional de 2011 e 2012 referente às etapas de processamento das operações reembolsáveis. Em relação ao valor das operações, 2012 apresentou um crescimento expressivo em todas as fases operacionais, com destaque para a demanda inicial (CPs recebidas), que foi de aproximadamente 7,4 bilhões, ou seja, 48% superior à demanda de 2011. Embora tenham sido registradas quedas em relação ao número de propostas, estas foram compensadas pela elevação média dos valores solicitados por proposta.

**QUADRO XXXVI – Comparativo do N° e Valor das Operações de Crédito Processadas em 2010 e 2011**

	Em valores correntes					
	N° de Propostas			Valor (R\$ Milhões)		
	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação
<b>CPs Recebidas</b>	267	174	-35%	5.005,78	7.426,56	48%
<b>CPs Enquadradas</b>	142	107	-25%	3.462,02	4.954,78	43%
<b>SFs Recebidas</b>	101	124	23%	2.489,10	5.029,70	102%
<b>SFs Aprovadas</b>	127	97	-24%	2.364,04	3.604,11	52%
<b>SFs Contratadas</b>	104	78	-25%	1.991,61	2.639,13	33%

Fonte: FINEP – APLA

Notas :

CP – Consulta Prévia: Solicitação apresentada pelas empresas para fins de enquadramento do projeto na Política Operacional da FINEP, com definição do limite de recursos e da taxa a ser utilizada, com base no mérito tecnológico e análise econômico-financeira retrospectiva da empresa.

SF – Solicitação de Financiamento: Solicitação apresentada pelas empresas após o enquadramento da CP, através da qual é analisado o detalhamento do projeto do ponto de vista orçamentário e feita uma análise econômico-financeira prospectiva para fins concessão de financiamento reembolsável.

O Quadro XXXVII apresenta o montante, ao final de cada exercício, referente ao saldo total da carteira contratada a desembolsar mais o saldo integral da demanda potencial relativa às operações em contratação e em análise.

A demanda total por crédito no final do exercício representou um crescimento significativo em relação aos anos anteriores e chegou ao patamar recorde de R\$ 9,2 bilhões, compondo um portfólio de 408 projetos. Destes, 120 encontram-se em análise, 41 em processo de contratação e 247 referem-se à carteira contratada em fase de desembolso.

**QUADRO XXXVII: Evolução da Demanda por Financiamento**

Em R\$ milhões correntes

Status das Operações	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	Nº de Operações em Dez 2012
<b>Saldo Contratado a Desembolsar</b>	<b>732</b>	<b>912,7</b>	<b>1.706,3</b>	<b>1.919,0</b>	<b>2.638,4</b>	<b>247</b>
<b>Em Contratação</b>	<b>240,8</b>	<b>466,7</b>	<b>309,6</b>	<b>643,4</b>	<b>1.271,6</b>	<b>41</b>
<b>Demanda em Análise</b>	<b>1.377,2</b>	<b>3.599,6</b>	<b>3.305,6</b>	<b>2.966,6</b>	<b>5.265,5</b>	<b>120</b>
SF em Análise	535,2	2.342,6	1.550,7	934,5	1.319,1	44
Aguardando SF	655,5	706,4	760,8	1.493,4	646,3	14
CP em Análise	186,5	550,6	994,1	538,7	3.300,1	62
<b>Total</b>	<b>2.350,0</b>	<b>4.979,0</b>	<b>5.321,5</b>	<b>5.529,0</b>	<b>9.175,5</b>	<b>408</b>

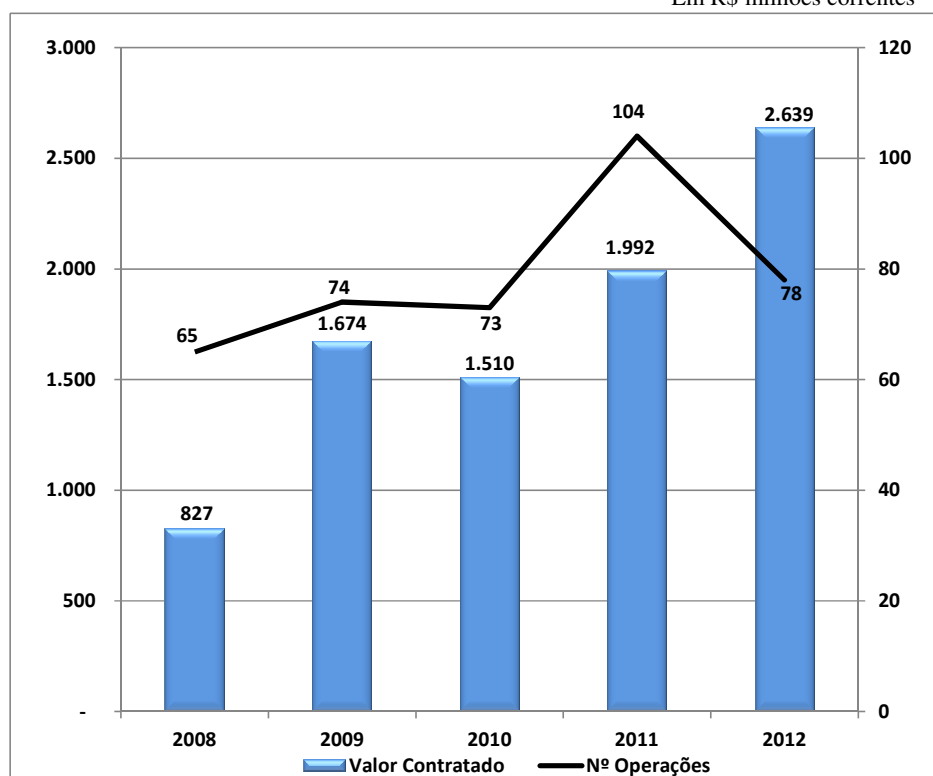
Fonte: FINEP - APLA

#### 4.2.1 EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 2012 houve a contratação de 78 novos projetos na modalidade financiamento reembolsável totalizando o montante de R\$ 2.639,1 milhões. Em relação a 2011 houve queda de 25% no número de operações contratadas, entretanto o valor destas operações cresceu 32,5%. A evolução no número e valores das operações contratadas no período de 2008 a 2012 encontra-se no Gráfico V a seguir.

**GRÁFICO V – Evolução das Contratações 2008 a 2012**

Em R\$ milhões correntes



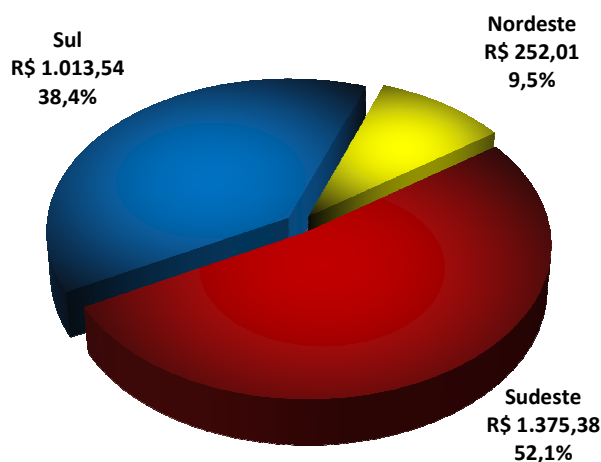
Fonte: FINEP - AFC

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

A distribuição regional das operações contratadas em 2012, segundo o volume de recursos, está ilustrada no Gráfico VI.

A concentração dos recursos das operações contratadas nas regiões Sul e Sudeste pode ser atribuída ao fato dos financiamentos da FINEP serem acessados em sua maior parte por grandes empresas, que estão localizadas predominantemente nessas regiões. A concentração da carteira no segmento das grandes empresas reflete as características do próprio instrumento de financiamento.

**GRÁFICO VI – Valor das contratações por Região**



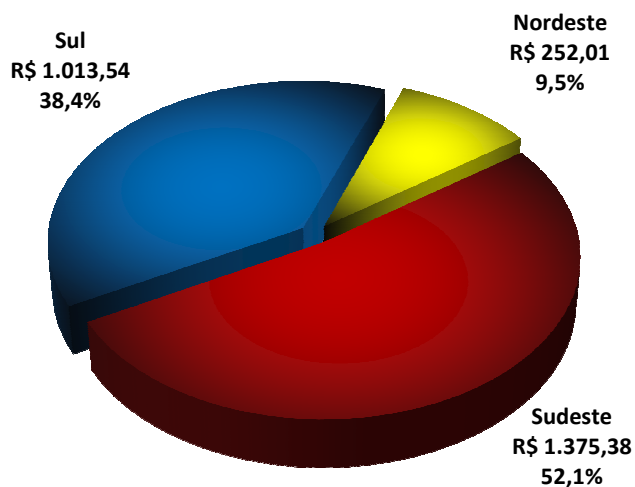
Fonte: FINEP - AFC

A distribuição regional das operações contratadas em 2012, segundo o volume de recursos, está ilustrada no Gráfico VII.

A concentração dos recursos das operações contratadas nas regiões Sul e Sudeste pode ser atribuída ao fato dos financiamentos da FINEP serem acessados em sua maior parte por grandes empresas, que estão localizadas predominantemente nessas regiões (Gráfico VI). A concentração da carteira no segmento das grandes empresas reflete as características do próprio instrumento de financiamento.

**GRÁFICO VII – Valor das contratações por Região**

Em R\$ Milhões



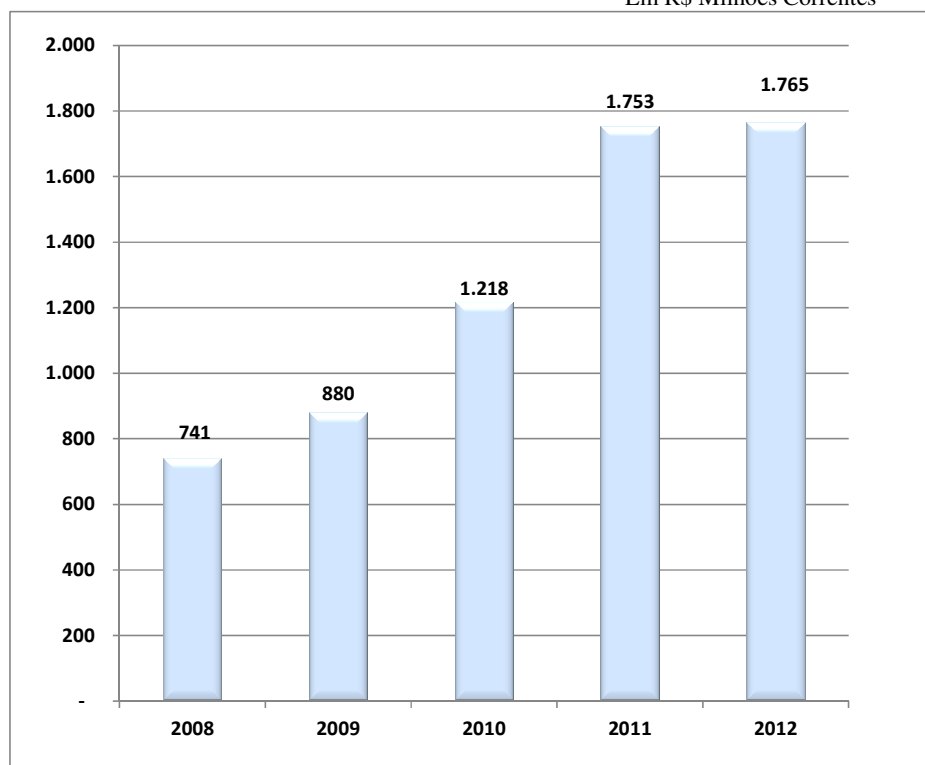
Fonte: FINEP - AFC

#### **4.2.2 EVOLUÇÃO DAS LIBERAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

O aumento no valor total das operações contratações em 2012 não foi acompanhado pelo aumento dos desembolsos para as operações reembolsáveis, que permaneceram em patamar semelhante ao de 2011, conforme demonstrado no Gráfico VIII.

**GRÁFICO VIII – Evolução dos Desembolsos das Operações Reembolsáveis 2008 – 2012**

Em R\$ Milhões Correntes



Fonte: FINEP – AFC



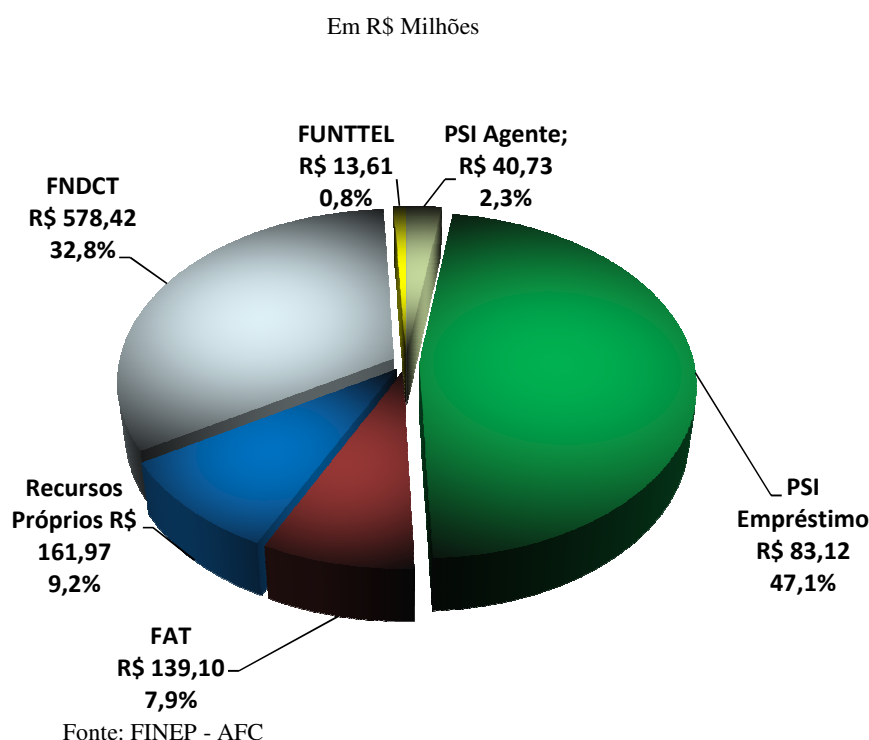
## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

Como é possível observar no Gráfico IX, do total de R\$ 1,8 milhões liberados em 2012, 7,9% das liberações foram feitas com recursos provenientes do FAT, 32,8% foram do empréstimo do FNDCT à FINEP, 9,2% foram desembolsados com recursos próprios, 0,7% com recursos do FUNTTEL, 2,3% com recursos do PSI Agente e 47,1% com recursos do PSI Empréstimo.

A grande participação da fonte “PSI Empréstimo”, que trata de recursos negociados com o Tesouro Nacional que é repassado à FINEP através do BNDES, é decorrente do aumento da importância relativa do programa PSI na carteira de crédito da FINEP.

**GRÁFICO IX – Liberações Efetuadas em 2012 por Fonte**



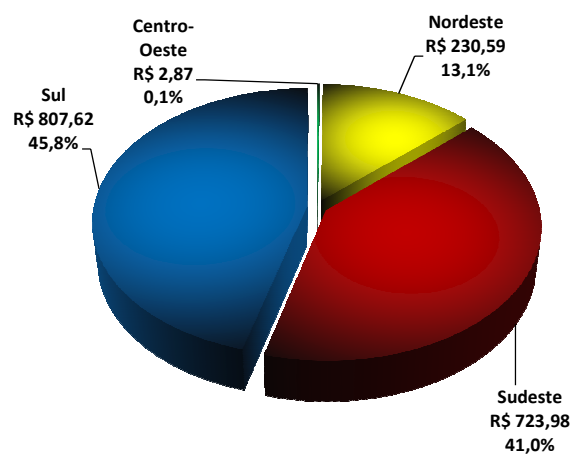
Em relação à distribuição regional das liberações das operações de crédito, a exemplo das contratações, existe uma concentração de operações nas regiões Sul e Sudeste, que acompanha a distribuição regional da economia brasileira, conforme Gráfico X.

Os setores mais atendidos pelas liberações em 2012 foram o industrial e o de serviços, conforme Gráfico XI.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**GRÁFICO X – Liberações Efetuadas em 2012 por Região**

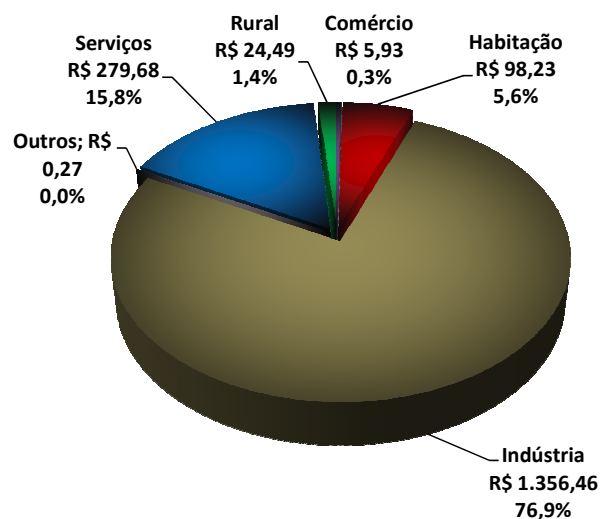
Em R\$ Milhões



Fonte: FINEP - AFC

**GRÁFICO XI – Liberações Efetuadas em 2012 por Setor**

Em R\$ Milhões

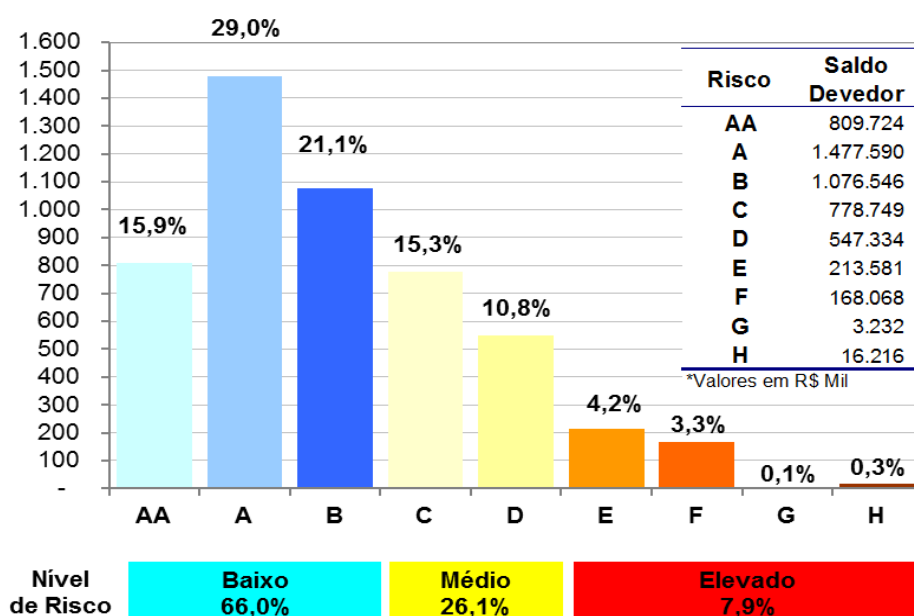


Fonte: FINEP - AFC

### 4.3 CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

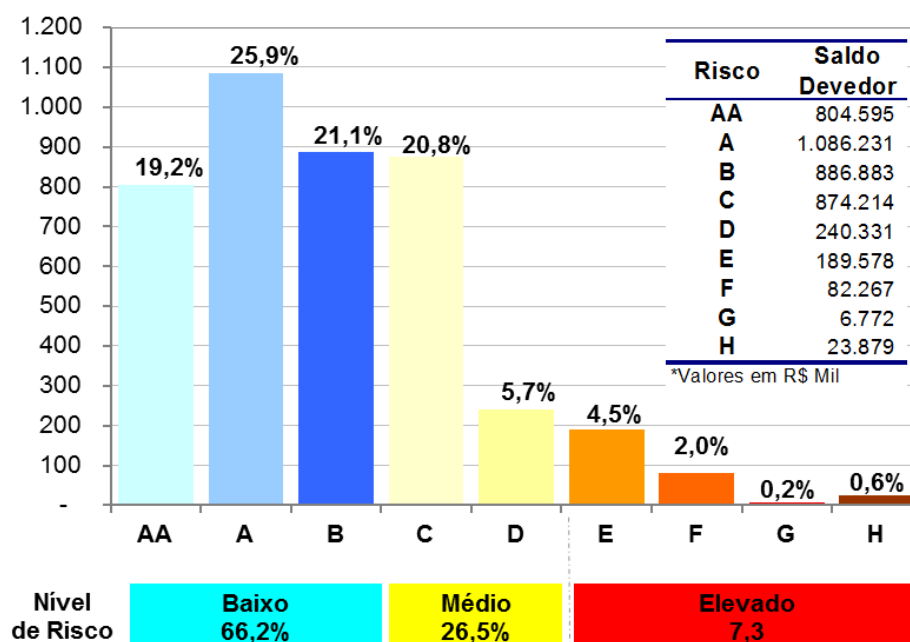
Em 31/12/2012, a carteira de projetos em acompanhamento era de 373 contratos em vigor de 290 empresas, totalizando um saldo devedor de R\$ 5,09 bilhões, o que representa 95,6% do Realizável correspondente à rubrica *Operações de Crédito* (Ativo Circulante e Não Circulante) abatida de *Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa*, resultando num valor de R\$ 5,32 bilhões, conforme consta no Balanço Patrimonial da FINEP (Anexo XXXVII). Esta carteira apresenta um bom perfil de risco, com destaque para a concentração nas categorias A e B, que são associadas ao nível de risco “Baixo”, conforme apresentado no Gráfico XII.

**GRÁFICO XII – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos – Posição em 31/12/12**



Fonte: FINEP - ACRD

**GRÁFICO XIII – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos – Posição em 31/12/11**



Fonte: FINEP - ACRD

Ao comparar esse resultado com o apresentado no final de 2011 (Gráfico XIII), pode-se perceber a manutenção do risco classificado como “Baixo”, no patamar de 66%. Este fato está relacionado, principalmente, aos seguintes fatores:

- 27 contratos que apresentavam, em 2011, rating “AA”, “A” e “B” e que, juntos, possuíam um Saldo Devedor que representava 11% do valor total da Carteira de Acompanhamento, passaram a apresentar, em 2012, risco classificado como “Médio” ou “Elevado”;
- Em contrapartida, 45 contratos que apresentavam, em 2011, risco classificado como “Médio” ou “Elevado” e que, juntos, possuíam um Saldo Devedor que representava 9% do valor total da Carteira de Acompanhamento, passaram a apresentar, em 2012, risco “Baixo”;

Assim como em 2011, em 2012 foi realizado um trabalho que teve o objetivo de caracterizar a carteira de operações de crédito de acordo com a localização, porte e setor das empresas financiadas. Neste trabalho ficou evidente o predomínio de empresas de grande porte, localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Quanto aos setores de atividade, a carteira de crédito se caracteriza por possuir uma grande diversidade de segmentos, sendo que os setores de Eletroeletrônicos e Produtos de Borracha/Plástico e Minerais não Metálicos foram os que apresentaram o maior percentual de risco elevado. No tocante ao porte das empresas, as de pequeno porte e microempresas são aquelas que concentram nível mais alto de risco.

#### **4.4 ACOMPANHAMENTO DE GARANTIAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A garantia é um dos componentes mitigadores do risco de crédito das empresas proponentes dos financiamentos, sendo obrigatória para a contratação de operações de crédito reembolsáveis. Alguns tipos de garantia podem representar um ônus financeiro a mais para o projeto e até, em alguns casos, inviabilizar o financiamento. Assim, são necessários estudos constantes que procurem formas alternativas de garantias, adequando-se a dinâmica do mercado de crédito à segurança exigida pelo credor.

Dentre as garantias oferecidas para os financiamentos reembolsáveis tem-se: hipotecas, alienação fiduciária de bens móveis, penhor, fiança bancária, bloqueio de contas e aval-fiança corporativo. Destaca-se que em um mesmo financiamento pode haver mais de um tipo de garantia.

No ano de 2012 foram realizadas 67 análises em laudos de avaliação de bens móveis e imóveis, 36 análises de cartas de fiança bancária, 15 estudos acerca da garantia de aval-fiança corporativo e 2 análises de bloqueio de contas. Estes estudos referem-se a novos contratos, renegociação de dívidas, pareceres em contencioso judicial e substituição de garantias referentes a financiamentos já existentes.

Quanto aos financiamentos novos, foram assinados 78 contratos na modalidade reembolsável que continham 86 modalidades de garantia, uma vez que determinado contrato pode ser lastreado por mais de um tipo de garantia.

O Quadro XX apresenta o valor atribuído às garantias e os respectivos percentuais, referentes às operações contratadas no exercício 2012.

**QUADRO XXXVIII – Garantias das Operações Contratadas em 2012**

<b>Modalidade de Garantia</b>	<b>Valor de garantia em 2012 (R\$ mil)</b>	<b>Percentual</b>
Hipoteca	471.909,00	15,91%
Alienação Fiduciária	334.857,00	11,29%
Penhor	0,00	0,00%
Fiança bancária	1.108.121,00	37,35%
Bloqueio de Contas	158.332,00	5,34%
Aval-fiança	893.669,00	30,12%
<b>Total</b>	<b>2.966.889,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: FINEP – ACRD

#### **4.5 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Considera-se como inadimplência a situação de atraso no pagamento das parcelas nas datas fixadas contratualmente. Caso não ocorra a quitação da dívida no prazo estabelecido, pode o devedor abrir junto a FINEP processo de renegociação dos valores devidos. Não havendo iniciativa do financiado em renegociar a dívida ou ainda não ocorrendo acordo entre as partes, é aberto um processo de cobrança judicial.

A cobrança dos valores devidos ocorre em duas instâncias: cobrança extrajudicial ou judicial. No primeiro caso, a inadimplência é tratada internamente pela FINEP, estando fora do âmbito judicial (operações em atraso e em renegociação), e no segundo caso, a inadimplência é executada judicialmente, podendo se apresentar em dois estágios: em execução ou em tramitação para execução judicial.

O Quadro XXXIX e o Gráfico XIV mostram a evolução da inadimplência e do Ativo Realizável da FINEP no período de 2009 a 2012. Nesse período a redução do Índice de Inadimplência foi de 177,5%. Essa redução é explicada, por um lado, pelo crescimento do Ativo Realizável Total, relacionado diretamente ao aumento das operações de crédito da FINEP, bem como pela concentração deste Ativo em operações de menor risco. Outro fator importante foi o reconhecimento de parte dos valores em cobrança judicial na conta Provisão para Perdas Prováveis, que resultou na redução do nível de inadimplência (item 1 do Quadro XXXIX), que é composto pelas operações em atraso, em renegociação e em cobrança judicial.

**QUADRO XXXIX: Inadimplência e Realizável Contábil**

Valores em R\$ mil correntes

DESCRIÇÃO	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
<b>1. Inadimplência (A)</b>	<b>88,1</b>	<b>56,5</b>	<b>43,2</b>	<b>69,1</b>
<b>1.1. Cobrança extrajudicial</b>	<b>10,3</b>	<b>12,3</b>	<b>13,5</b>	<b>10,5</b>
1.1.1. Atraso	0,2	0,1	0,3	3,6
1.1.2. Renegociação	10,1	12,2	13,1	6,8
<b>1.2. Cobrança judicial</b>	<b>77,8</b>	<b>44,1</b>	<b>29,7</b>	<b>58,6</b>
1.2.1. A executar	19,9	18,2	11,2	17,1
1.2.2. Em execução <sup>1</sup>	57,9	25,9	18,5	41,5
<b>2. Realizável Líquido (B)</b>	<b>2.450,2</b>	<b>3.218,1</b>	<b>4.330,5</b>	<b>5.325,2</b>
2.1. Realizável Bruto <sup>2</sup>	2.504,7	3.318,2	4.432,3	5.431,9
2.2. Provisão para perdas prováveis <sup>1</sup>	-54,6	-100,1	-102,5	-107,4
<b>Índice de Inadimplência (A / B)</b>	<b>3,6%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,3%</b>

Fonte: FINEP – ACRD

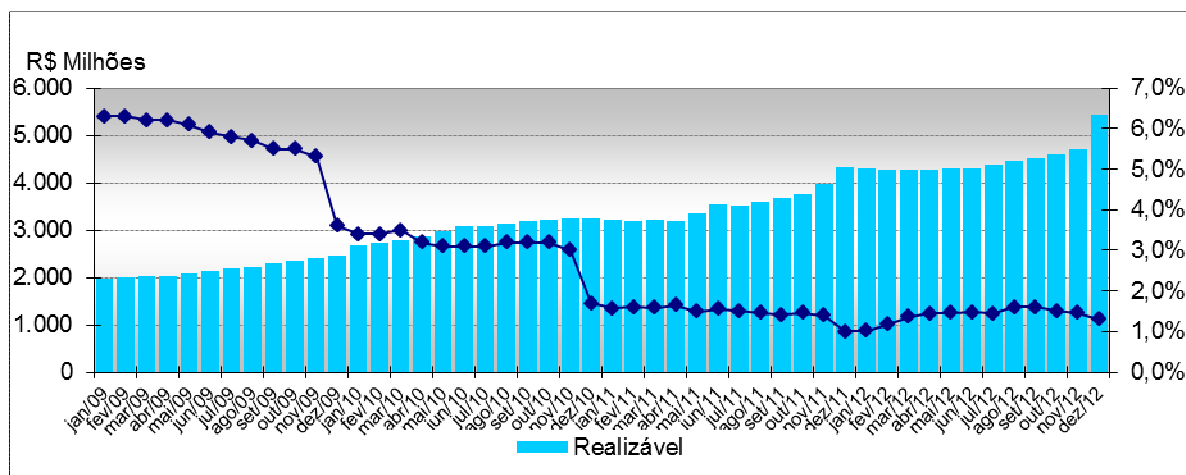
Notas:

(1) Regularmente ocorrem reavaliações e baixas contábeis nos valores a receber das empresas em execução. Nesses casos, a variação é computada nos itens 1.2.2 e 2.2 do quadro.

(2) O Realizável Bruto corresponde ao somatório das rubricas do Balanço Patrimonial da FINEP (Anexo XXXVII): Financiamentos Concedidos, Juros Pró-Rata s/ Financiamentos, Encargos s/ Empréstimos e Financiamentos e Cobrança Judicial.

**GRÁFICO XIV – Evolução do Realizável e do Índice de Inadimplência**

Em valores R\$ correntes



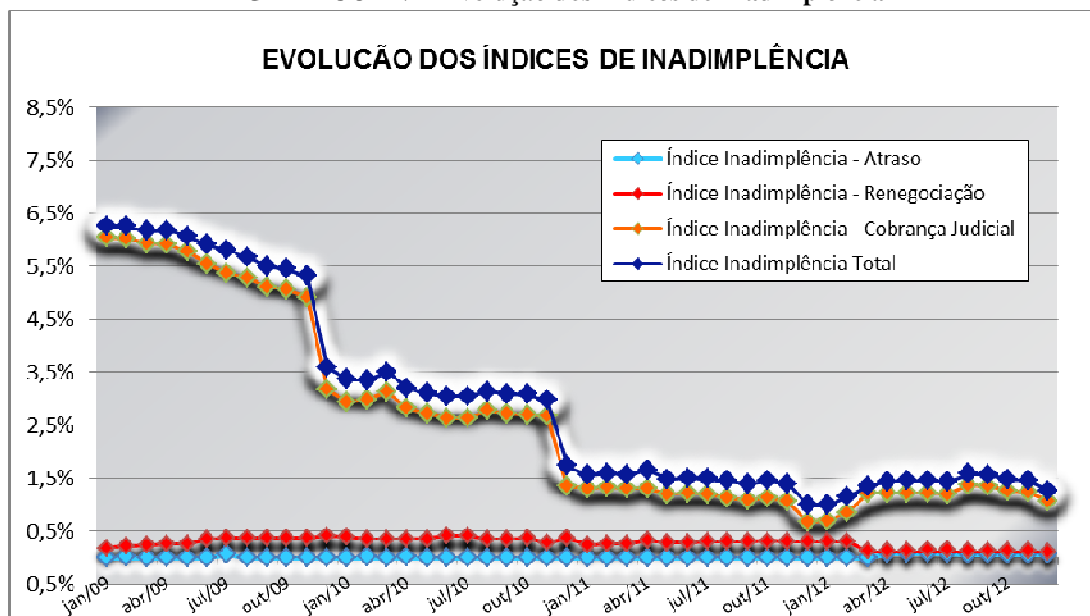
Fonte: FINEP - ACRD

No ano de 2012 pode-se observar que houve um aumento de 60% no nível de inadimplência. Esse aumento foi ocasionado, essencialmente, pelo início da cobrança judicial de 5 operações de crédito inadimplentes. Apesar desse aumento, o índice de inadimplência permanece baixo (1,3%), tendo em vista a redução do montante em renegociação e a manutenção do baixo nível de inadimplência nas novas operações de crédito.

Cabe observar que a inadimplência da FINEP é composta, principalmente, por operações da carteira antiga da FINEP e que, em grande parte, já se encontram em cobrança judicial. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental das análises de crédito e de garantias mais criteriosas para a manutenção do baixo nível de inadimplência nas operações novas.

De fato, essa característica fica evidente quando separamos o Índice de Inadimplência de acordo com a sua composição. O Gráfico XV abaixo mostra que o comportamento dos Índices de Inadimplência Total e Inadimplência – Cobrança Judicial é praticamente idêntico no período 2009-2012, apresentando quedas quando da realização das provisões mencionadas. Já o índice Inadimplência – Renegociação se manteve estável, em média de 0,37% no período. Em Dezembro de 2012 esse índice foi de 0,13%.

**GRÁFICO XV – Evolução dos Índices de Inadimplência**



Fonte: FINEP – ACRD

O Quadro XL mostra os valores recebidos pela FINEP através de renegociação. Em 2012 os recebimentos de renegociação alcançaram o montante de R\$ 29,5 milhões, o que representa cerca de 4% da Receita da FINEP. Nesse ano houve uma redução no montante total de recebimento em relação ao ano anterior, entretanto ainda se mostra superior ao ano de 2009.

**QUADRO XL - Valores Recuperados e Resultados da FINEP**

Valores em R\$ milhões correntes				
	2009	2010	2011	2012
(A) Recebimentos de Renegociação	20,3	30,1	43,2	29,5
(B) Receita de Intermediação Financeira	347,9	471,7	541,7	751,9
<b>(A/B) Participação dos Recebimentos sobre a Receita</b>	<b>5,8%</b>	<b>6,4%</b>	<b>8,0%</b>	<b>3,93%</b>

Fonte: FINEP – ACRD

Ao longo de 2012 foram aprovadas 11 propostas de renegociação, das quais 7 se referem a operações em cobrança judicial. No Quadro XLI pode-se verificar que 91,7% do saldo devedor renegociado já havia sido reconhecido como perda pela FINEP (baixa contábil), ou seja, a recuperação desses créditos trará impacto positivo direto nos seus resultados financeiros. Adicionalmente, observa-se que as renegociações aprovadas em 2012 geraram recebimentos da ordem de R\$ 6,7 milhões. Esse valor corresponde a 22,7% do montante total de recebimento de renegociações no ano item (A) do Quadro XL.

**QUADRO XLI – Renegociações Aprovadas em 2012**

Valores em R\$ mil correntes						
Situação do Contrato	Número de Operações	%	Saldo Devedor Renegociado	%	Valor Recebido em 2011	%
(A) Renegociação	4	36,4%	1.305.160	1,4%	350.510	5,2%
<b>(B) Cobrança Judicial</b>	<b>7</b>	<b>63,6%</b>	<b>90.441.330</b>	<b>98,6%</b>	<b>6.381.888</b>	<b>94,8%</b>
(B.1) Baixa Contábil	6	54,5%	82.904.453	91,7%	6.381.888	94,8%
<b>TOTAL (A + B)</b>	<b>11</b>	<b>100,0%</b>	<b>91.746.490</b>	<b>101,4%</b>	<b>6.732.399</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: FINEP – ACRD



## **5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **5.1 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS**

À FINEP atua com parceira/agente financeiro de outros Ministérios, Órgãos de Governo e do FNDCT na execução de ações e programas de abrangência nacional, movimentando esses recursos nas seguintes Unidades Gestoras:

- UG 360001 – Contratos e Convênios
- UG 410049 – FUNTTEL - Agente Financeiro - Operações não reembolsáveis

No âmbito dessas parcerias a FINEP financia projetos selecionados através de chamadas públicas ou encomendas. Esses projetos são acompanhados pelas áreas competentes da FINEP por meio de visitas in loco, análise de relatórios técnicos e financeiros, reuniões e seminários de avaliação de resultados parciais ou finais, utilizando consultoria *ad-hoc* quando necessário.

Seguem nos Itens 5.1.1 , 5.1.2 e 5.1.3 as informações sobre os convênios formalizados nas duas Unidades Gestoras acima mencionadas.

#### **5.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES EM 2012**

O Anexo XXIII apresenta a caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2012 referentes à UG Contratos e Convênios, enquanto o Anexo XXIV apresenta aqueles referentes à UG FUNTTEL.

## 5.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

**QUADRO XLII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios – UG Contratos e Convênios**

Unidade Concedente ou Contratante		
<b>Nome:</b>	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	
<b>CNPJ:</b>	33.749.086/0001-09	
<b>UG/GESTÃO:</b>	360001 / 36801 – Contratos e Convênios	
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ milhões)
	2012	2012
<b>Convênio</b>	14	12,64
<b>Totais</b>	14	12,64

Fonte: SIAFI Gerencial / Sistema Intranet – APLA

**QUADRO XLIII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios – UG FUNTTEL**

Unidade Concedente ou Contratante		
<b>Nome:</b>	Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	
<b>CNPJ:</b>	33.749.086/0001-09	
<b>UG/GESTÃO:</b>	410049 / 36801 – FUNTTEL	
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ Milhões)
	2012	2012
<b>Convênio</b>	3	59,45
<b>Totais</b>	3	59,45

Fonte: SIAFI Gerencial / Sistema Intranet – APLA

### **5.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEQUINTE**

**QUADRO XLIV – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes – UG Contratos e Convênios**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
CNPJ: 33.749.086/0001-09		UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ Milhões)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	62	93,43	84,35	7,29	90%
Totais	62	93,43	84,35	7,29	

Fonte: SIAFI Gerencial / Sistema Intranet - APLA

**QUADRO XLV – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes – UG FUNTTEL**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
CNPJ: 33.749.086/0001-09		UG/GESTÃO: 410049 / 36801 – FUNTTEL			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ Milhões)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	24	323,18	95,17	56,83	29%
Totais	24	323,18	95,17	56,83	

Fonte: SIAFI Gerencial / Sistema Intranet – APLA

### **5.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS**

O expressivo volume de convênios que permanecem na situação “em aberto” no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é um assunto que vem merecendo atenção da Diretoria da FINEP ao longo de últimos anos.

Desde 2008, algumas iniciativas já vinham sendo realizadas visando aperfeiçoar a gestão e o controle dos projetos, como por exemplo: divisão da equipe de acompanhamento financeiro em dois subgrupos (convênios e termos de cooperação, contratos reembolsáveis e subvenções econômicas); aumento do número de visitas de fiscalização de projetos; controle dos prazos concedidos para

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

apresentação e regularização de prestação de contas financeira; elaboração de novos formulários para prestação de contas de convênios. Entretanto, a Diretoria percebeu que medidas pontuais não poderiam solucionar de forma definitiva e estruturada os problemas, sendo necessário um modelo institucional adequado aos novos desafios da FINEP e do SNCT&I.

Com vistas à adoção de ações para resolver este problema, em 21/12/2010 foram aprovadas medidas integradas e inovadoras visando aprimorar o modelo de acompanhamento e reduzir o número de convênios com prestação de contas pendentes de aprovação. Assim nasceu o Projeto de Soluções Integradas (SIGP): um conjunto de medidas objetivas, consistentes e viáveis, no sentido de atuar para a implantação de uma solução de longo prazo para as questões relacionadas ao acompanhamento e controle dos projetos, de forma a garantir o alcance dos resultados individuais e a regularidade dos atos praticados em conformidade com a legislação aplicável.

As principais ações desenvolvidas em 2012 no âmbito deste projeto encontram-se detalhadas no Item 12.3.

O Quadro XLVI demonstra as atividades de análise de prestação de contas financeira e encerramento de convênios nas UGs 3600001 e 410049.

**QUADRO XLVI – Prestação de Contas Financeira Analisadas e Aprovadas em 2012 – UGs 360001e 410049**

	<b>Quantidade</b>
Prestações de Contas Parciais e Finais Analisadas e Não Aprovadas	460
Prestações de Contas Parciais Aprovadas	21
Prestações de Contas Finais Aprovadas Aguardando Análise de Prestações de Contas Técnica	7
Prestações de Contas Finais Aprovadas com encerramento de Convênios	1
<b>TOTAL</b>	

Fonte: FINEP – ACRD

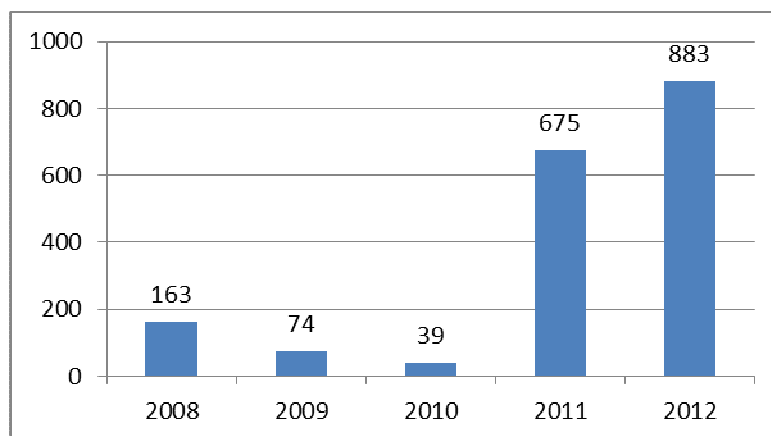
No tocante as prestações de contas dos convênios e termos de cooperação contratados nas UGs 360001, 410049 e 240901, cabe destacar que há um expressivo número de prestação de contas analisadas e não aprovadas, tal fato é em função de que as instituições apoiadas ainda não têm conseguido comprovar adequadamente a execução financeira dos recursos, em conformidade com os normativos e a legislação aplicável. A FINEP visando esgotar as medidas administrativas previstas e sanar as impropriedades verificadas emite diversas correspondências para as instituições, entretanto esse procedimento tem acarretado morosidade no encerramento desses convênios no SIAFI. Para melhorar a gestão financeira dos convênios, a FINEP promoveu em 2012, 4 seminários dos quais participaram 60 instituições convenientes, permitindo a capacitação de 140 pessoas.

O resultado mais tangível das medidas implementadas no âmbito do Projeto Soluções Integradas, é o número de convênios e termos de cooperação encerrados no SIAFI ao longo dos últimos anos.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

O Gráfico XVI demonstra a evolução dos Convênios e Termos de Cooperação encerrados no período de 2008-2012.

**GRÁFICO XVI – Convênios e Termos de Cooperação Encerrados – UG's 3600001, 410049 e 240901**



Fonte: FINEP – ACRD

Destaca-se ainda a atividade de visita de acompanhamento financeiro de Convênios e Termos de cooperações previstas no Projeto Soluções Integradas. Conforme Plano Anual de Visitas (PAV) de 2012 estava prevista a realização de visitas “in loco” para fiscalização e avaliação do ponto de vista financeiro de 454 projetos relativos às Unidades Gestoras 360001, 410049 e 240901. No total foram visitados 395 projetos, sendo que destes, 40 não estavam previstos no Plano.

Os Quadros XLVII e XLVIII demonstram o número de instrumentos cujas instituições não apresentaram as prestações de contas no prazo regular e que constam com registro no SIAFI na situação “a comprovar”.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XLVII – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela FINEP - UG 360001 Contratos e Convênios**

Unidade Concedente			
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP			
CNPJ: 33.749.086/0001-09			UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos
			(Quantidade e Montante Repassado - R\$ Milhões)
			Convênios
2012	Contas Prestadas	Quantidade	33
		Montante Repassado	70,93
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	25
		Montante Repassado	64,03
2011	Contas Prestadas	Quantidade	80
		Montante Repassado	87,74
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	31
		Montante Repassado	43,33
2010	Contas Prestadas	Quantidade	128
		Montante Repassado	169,87
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	27
		Montante Repassado	41,71
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	37
		Montante Repassado	16,67

Fonte: FINEP – ACRD

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XLVIII – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela FINEP - UG 410049 FUNTTEL**

Unidade Concedente			
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP			
CNPJ: 33.749.086/0001-09			UG/GESTÃO: 410049/36801 - FUNTTEL
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos
			(Quantidade e Montante Repassado - R\$ Milhões)
			Convênios
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1
		Montante Repassado	0,99
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2
		Montante Repassado	7,39
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0
		Montante Repassado	0

Fonte: FINEP – ACRD

Em relação às informações sobre a análise das prestações de contas de convênios não foi possível fornecer os dados solicitados, tendo em vista que o atual sistema da FINEP não permite acompanhar o quantitativo e o montante relativo às prestações de contas de convênios e termos de cooperação que foram apresentadas, bem como se as mesmas estão com prazo de análise vencido ou a vencer.

Visando melhorar a qualidade das informações, uma demanda para desenvolvimento de sistema de controle será encaminhada à área de Tecnologia da Informação (TI) da FINEP.

## **6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**

A FINEP é uma empresa pública federal e, por isso, é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90. Devido a sua natureza jurídica foram necessárias algumas alterações no Relatório de Gestão, conforme detalhado nos Itens a seguir.

### **6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS ATIVOS**

#### **6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA FINEP**

Em função das especificidades da FINEP, nos quadros a seguir o termo “servidor” foi substituído por “empregado”, e o termo “grupo Direção e Assessoramento superior” foi substituído por “Cargo em Comissão”.

Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, ou seja, não há a necessidade de serem ocupados exclusivamente por empregados efetivos da FINEP. No exercício 2012 foram estes os cargos em comissão existentes: Presidente, Diretor, Superintendente, Chefe de Departamento, Chefe Adjunto da Auditoria, Chefe de Gabinete da Presidência, Assessor, Assessor Especial, Assistente dos Colegiados, Secretária da Diretoria, Secretária da Presidência e Motorista.

A estrutura remuneratória da FINEP também possui uma gratificação por serviços especiais, destinada exclusivamente aos profissionais do quadro de empregados efetivos da FINEP. Em 2012, o quadro de gratificação por serviços especiais foi composto pelas seguintes funções: Coordenador de Segurança da Informação e Comunicação, Coordenador de Ação Especial, Coordenador de Apoio Logístico, Coordenador de *Compliance* e Normalização, Coordenador de Prestação de Contas, Coordenador de Tomada de Contas Especial, Coordenador do FNDCT, Membro do CPROJ, Preposto Trabalhista, Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e Responsável pela Conformidade e Gestão.



**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO XLIX – Força de Trabalho da FINEP – Situação apurada em 31/12/12**

Tipologia de Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregados em cargos efetivos (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>		<b>717</b>	<b>102</b>	<b>42</b>
1.1. Empregados de carreira da FINEP sem função ou cargo em comissão		622	102	42
1.2. Empregados de carreira da FINEP com função gratificada		15	0	0
1.3. Empregados de carreira da FINEP com cargo em comissão		80	0	0
<b>2. Empregados não efetivos (2.1 + 2.2)</b>		<b>12</b>	<b>5</b>	<b>8</b>
2.1. Empregados de outros órgãos e esferas ocupando Cargos de Comissão na FINEP		3	0	2
2.2. Empregados sem vínculo ocupando Cargos em Comissão na FINEP		9	5	6
<b>3. Total de Empregados (1+2)</b>	<b>754 <sup>1</sup></b>	<b>729</b>	<b>107</b>	<b>50</b>

Fonte: FINEP – ARH

Notas:

(1) O Departamento de Controle e Coordenação das empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) não especifica a distribuição do total de vagas autorizadas por tipologia de cargos.

(2) Em 2012 a FINEP, contando com o apoio do MCTI negociou a ampliação do Limite do seu Quadro de Pessoal em mais 120 vagas, sendo o provimento a ser efetivado em três exercícios: 40 vagas no exercício de 2013, 40 vagas para 2014 e 40 vagas para 2015.

#### **6.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA FINEP**

**QUADRO L – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da FINEP**

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>7</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	7
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Licença remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>1</b>
3.1. Doença em pessoa da família	
3.2. Capacitação	1
<b>4. Licença não remunerada (4.1+4.2+4.3+4.4+4.5)</b>	<b>3</b>
4.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
4.2. Serviço militar	
4.3. Atividade política	
4.4. Interesses particulares	3
4.5. Mandato classista	
<b>5. Total de empregados afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4)</b>	<b>11</b>

Fonte: FINEP - ARH

## 6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

**QUADRO LI – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas – Situação em 31/12/2012**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargo em comissão</b>		<b>92</b>	<b>5</b>	<b>8</b>
1.1. Empregados de carreira da FINEP		80	0	0
1.2. Empregados de outros órgãos e esferas		3	0	2
1.3. Empregados sem vínculo com a FINEP ou outros órgãos e esferas		9	5	6
<b>2. Funções gratificadas</b>		<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Empregados de carreira da FINEP		15	0	0
2.2. Empregados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2.3. Empregados sem vínculo com a FINEP ou outros órgãos e esferas		0	0	0
<b>3. Total de empregados em cargo e em função (1+2)</b>		<b>107</b>	<b>5</b>	<b>8</b>

Fonte: FINEP - ARH

Notas:

- (1) As funções gratificadas são ocupadas exclusivamente por empregados de carreira da FINEP
- (2) O Departamento de Controle e Coordenação das empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) não especifica a distribuição do total de vagas autorizadas por tipologia de cargos.
- (3) Item 1.1 - Foram incluídas nesta categoria as seguintes funções: Superintendentes, Chefes de Departamento, Chefe Adjunto da Auditoria, Assessor Especial, Assistente dos Colegiados, Secretária da Diretoria, Secretária da Presidência e Motorista.
- (4) Item 1.2 - Diretores, Chefe de Gabinete e Assessores requisitados de outras instituições
- (5) Item 1.3 - Diretores, Chefe de Gabinete e Assessores sem vínculo com outras instituições
- (6) Item 2 - Foram incluídas nesta categoria as funções são remuneradas com gratificação por serviços especiais. Trata-se de funções exclusivas para ocupantes de cargo efetivo (quadro de carreiras)

### 6.1.2.1 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A IDADE

**QUADRO LII – Quantidade de Empregados por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total
<b>1. Empregados em cargos efetivos (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>108</b>	<b>169</b>	<b>130</b>	<b>212</b>	<b>98</b>	<b>717</b>
1.1. Empregados de carreira da FINEP sem função ou cargo em comissão	99	145	108	181	89	622
1.2. Empregados de carreira da FINEP com função gratificada	3	3	3	5	1	15
1.3. Empregados de carreira da FINEP com cargo em comissão	6	21	19	26	8	80
<b>2. Empregados não efetivos</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>12</b>
<b>3. Total de Empregados (1+2)</b>	<b>110</b>	<b>170</b>	<b>132</b>	<b>216</b>	<b>101</b>	<b>729</b>

Fonte: FINEP – ARH

### **6.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE**

**QUADRO LIII – Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2013**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
<b>1. Empregados em cargos efetivos (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>140</b>	<b>390</b>	<b>121</b>	<b>57</b>	<b>9</b>	<b>717</b>
1.1. Empregados de carreira da FINEP sem função ou cargo em comissão	0	0	0	0	134	340	99	42	7	622
1.2. Empregados de carreira da FINEP com função gratificada	0	0	0	0	0	9	5	1	0	15
1.3. Empregados de carreira da FINEP com cargo em comissão	0	0	0	0	6	41	17	14	2	80
<b>2. Empregados não efetivos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>12</b>
<b>3. Total de Empregados (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>140</b>	<b>401</b>	<b>121</b>	<b>57</b>	<b>10</b>	<b>729</b>
<b>LEGENDA:</b> <b>Nível de Escolaridade:</b> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado										

Fonte: FINEP – ARH

### 6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL

**QUADRO LIV – Custos de Pessoal em 2012, 2011 e 2010**

Em R\$ correntes

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Empregado de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão									
Exercícios	2010	48.853.396,8	285.520,1	2.430.091,3	10.514.471,1	1.041.438,9	3.049.228,8	6.417.500,5	72.591.647,5
	2011	51.295.267,8	2.018.546,7	2.776.199,9	12.627.929,6	656.913,2	4.089.457,2	5.435.405,6	78.899.720,1
	2012	60.869.331,5	1.144.504,0	3.158.785,2	14.315.288,8	847.127,3	4.594.524,2	6.338.901,5	91.268.462,5
Empregado Cedidos com ônus ou em Licença									
Exercícios	2010	1.666.821,5	78.491,5	81.567,8	432.537,1	676,0	72.119,7	142.408,8	2.474.622,4
	2011	1.459.066,9	4.068,2	75.203,2	363.554,1	3.016,0	87.756,3	107.366,3	2.100.031,1
	2012	1.268.547,7	44.040,4	66.721,4	328.480,4	7.852,0	75.338,8	122.428,3	1.913.408,9
Empregado ocupantes de Cargos em Comissão									
Exercícios	2010	5.857.829,3	8.880.496,5	732.081,8	3.200.696,7	332.861,7	562.451,8	1.154.308,8	20.720.726,4
	2011	6.924.562,2	8.343.460,7	899.752,1	3.134.337,7	271.900,8	663.203,5	843.917,9	21.081.134,8
	2012	7.884.769,7	10.607.175,1	993.226,2	3.905.162,4	275.719,2	715.618,0	1.201.043,4	25.582.714,0
Empregado ocupantes de Funções Gratificadas									
Exercícios	2010	3.239.333,4	567.907,1	191.891,1	862.371,7	106.256,8	206.090,3	351.030,7	5.524.881,1
	2011	3.108.125,7	719.100,0	205.949,3	1.121.024,6	38.500,8	207.460,4	265.358,7	5.665.519,3
	2012	1.936.340,1	263.781,6	118.102,2	432.708,5	17.414,4	107.403,9	174.714,9	3.050.465,6

Fonte: FINEP - ARH

### 6.1.4 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

A FINEP, na qualidade de empresa pública federal, realiza, desde a Constituição de 1988, concursos públicos para formação e recomposição de seu corpo funcional. Desde a vigência desse novo ordenamento jurídico, a empresa realizou cinco concursos públicos (2000, 2001, 2006, 2009 e 2011).

Como empresa pública, a FINEP realiza a inserção tempestiva das informações de admissão e demissão no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão – SISAC.

A FINEP, também, por ser uma empresa pública não tem acesso ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. Este sistema é uma ferramenta, de abrangência nacional, para a gestão do pessoal civil do Governo Federal, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas em órgãos da administração pública federal direta, instituições federais de ensino, ex-territórios, federais, autarquias e fundações.

Apesar de tentativas da empresa, não houve sucesso na obtenção de excepcionalidade para o acesso ao SIAPE. Este fato impede que a FINEP realize ações preventivas relacionadas a consultas prévias no sistema para casos de acúmulo de cargos públicos. Como a empresa insere as informações no SISAC (destinado a empresas públicas) e acompanha periodicamente, as ações são

reativas após análise final da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Adicionalmente, registra-se que em 2012 foi verificado 1 (um) caso de acúmulo indevido de proventos. Foi aberta Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que culminou com a demissão com justa causa do ex-empregado.

#### **6.1.5 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS**

Em 2012, foi realizada uma notificação a empregado que se encontrava em situação irregular. Como resultado da única notificação em 2012 foi realizada Sindicância para apuração dos fatos e aberto Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Este PAD foi aberto devido à verificação de que o ex-empregado percebia aposentadoria por invalidez de órgão vinculado à Administração Direta e culminou na constatação de irregularidade, resultando na demissão do ex-empregado por justa causa.

#### **6.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO**

##### **6.1.6.1 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC**

**QUADRO LV – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão <sup>1</sup>	101	46	101	46
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>102</b>	<b>46</b>	<b>102</b>	<b>46</b>

Fonte: FINEP – ARH

Nota:

(1) O número total de admissões em 2012 foi de 102. No entanto, uma dessas admissões se refere a uma técnica que foi admitida em 02/maio/12 e demitida, a pedido, em 04/maio/12. Sendo assim, não foi cadastrada no SISAC pois não chegou a assinar contrato de trabalho.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

**QUADRO LVI – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Desligamento</b>	42	5	42	5
<b>Cancelamento de concessão</b>	-	-	-	-
<b>Cancelamento de desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>42</b>	<b>5</b>	<b>42</b>	<b>5</b>

Fonte: FINEP - ARH

**QUADRO LVII – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias <sup>2</sup>
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão <sup>1</sup></b>	87	2	10	2
<b>Concessão de aposentadoria</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão civil</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de reforma</b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão militar</b>	-	-	-	-
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	14	21	2	5
<b>Cancelamento de concessão</b>	-	-	-	-
<b>Cancelamento de desligamento</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

Fonte: FINEP – ARH

Notas:

(1) O número total de admissões em 2012 foi de 102. No entanto, uma dessas admissões se refere a uma técnica que foi admitida em 02/maio/12 e demitida, a pedido, em 04/maio/12. Sendo assim, não foi cadastrada no SISAC pois não chegou a assinar contrato de trabalho.

(2) Os sete casos nos quais a FINEP não cumpriu o prazo estabelecido se deu por erro material que foi sanado tão logo identificado.

#### **6.1.6.2 INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS**

**QUADRO LVIII – Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro**

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI *	
	Exercícios		Exercícios	
	2012 <sup>1</sup>	2011 <sup>2</sup>	2012	2011
<b>Admissão</b>	67	1	0	0
<b>Concessão de aposentadoria <sup>3</sup></b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão civil <sup>3</sup></b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente <sup>3</sup></b>	-	-	-	-
<b>Concessão de reforma <sup>3</sup></b>	-	-	-	-
<b>Concessão de pensão militar <sup>3</sup></b>	-	-	-	-
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>67</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: FINEP – AUDI

Notas:

(1) Quanto às 101 admissões realizadas em 2012, 34 receberam parecer pela LEGALIDADE e 67 foram diligenciadas à FINEP para esclarecimentos (servidores teriam sido admitidos fora da validade dos seus respectivos concursos)

(2) Da análise feita pela CGU/RJ das 46 admissões de 2011, 45 receberam parecer pela LEGALIDADE e 01 (uma) foi diligenciada à FINEP para esclarecimentos (datas dos editais do concurso inválidas e servidor teria sido admitido fora da validade do concurso)

(3) A FINEP não registra esses tipos de atos no SISAC

\* Em 2012 não consta registro de recebimento de qualquer diligência ou parecer negativo sobre ato de admissão na FINEP incluído no SISAC.

#### **6.1.7 CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS**

A FINEP, na qualidade de empresa pública federal, realiza, desde a Constituição de 1988, concursos públicos para formação e recomposição de seu corpo funcional. Desde a vigência desse novo ordenamento jurídico, a empresa realizou cinco concursos públicos (2000, 2001, 2006, 2009 e 2011).

No concurso público realizado em 2011, homologado no DOU nº 178 em 15/09/2011, cuja validade foi até 15/09/2012 e prorrogado para 15/09/2013, foram contratados no ano de 2012, 102 concursados, conforme demonstrado no Quadro LIX:

**QUADRO LIX – Empregados contratados em 2012 – Concurso 2011**

<b>Mês</b>	<b>Concursados contratados</b>
Fevereiro	2
Março	5
Abril	2
Maio	14
Agosto	9
Setembro	3
Outubro	47
Novembro	2
Dezembro	18
<b>Total</b>	<b>102</b>

Fonte: FINEP - ARH

### **6.1.8 PLANO DE APOIO À APOSENTADORIA**

A FINEP lançou em junho de 2012 um Plano de Apoio à Aposentadoria construído para atender aos inúmeros pedidos dos empregados. Foi publicado um regulamento com as informações detalhadas: como aderir, prazos, e outros esclarecimentos importantes. Além disso, foram agendadas reuniões para maiores esclarecimentos.

O Plano beneficiou aqueles que já estavam aposentados pelo INSS ou que viessem a se aposentar em até 24 meses à partir da data final para adesão. Para aderir ao Plano, o empregado deveria ter, no mínimo, 15 anos de efetivo exercício no contrato de trabalho vigente e estar até o dia 30/06/2012 com a idade mínima de 55 anos. A adesão foi voluntária e poderia ser feita até o dia 20/7/2012, por meio do encaminhamento de formulário específico.

A ação da Empresa para apoiar o empregado no processo de aposentadoria foi dentro dos princípios da legalidade, responsabilidade, comportamento ético e consideração pelos envolvidos, presentes na política de Responsabilidade Social Empresarial adotada pela FINEP.

Através deste Plano 19 empregados se desligaram da empresa e receberam da FINEP os seguintes benefícios:

- Apoio financeiro à aposentadoria, a ser pago em parcela única, equivalente a cinco remunerações do empregado na data de 30/05/2012;
- Pagamento da contribuição ao INSS, pelo período necessário para adquirir o direito a Aposentadoria Oficial, limitado a 24 parcelas, se for o caso;
- Pagamento da contribuição da patrocinadora à FIPECq, limitado a 24 parcelas, mais a parcela do Plano que compete ao empregado, se for o caso;
- 03 remunerações adicionais para o empregado não vinculado à FIPECq;
- Plano de Saúde pelo período máximo de 48 meses.



### **6.1.9 SISTEMA DE FREQUÊNCIA**

A Portaria 1.510, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 21 de agosto de 2009, regulamenta o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP). Neste documento fica proibido todo tipo de restrição à marcação de ponto, marcações automáticas e alteração dos dados registrados. Também torna obrigatória a emissão do comprovante da marcação a cada registro efetuado nos Registradores Eletrônicos de Ponto (REP); e são estabelecidos os requisitos para os programas que farão o tratamento dos dados oriundos do REP e os formatos de relatórios e arquivos digitais de registros de ponto.

A FINEP começou a implementar o novo sistema de ponto atinente à Portaria MTE nº 1.510/2009 em julho de 2012. Com o objetivo de melhor internalizar o processo de registro eletrônico de ponto na FINEP, foi disponibilizado um período de testes do novo sistema até outubro de 2012.

O novo Sistema de Ponto foi efetivado em novembro de 2012 e atende aos parâmetros de regularidade determinados pelo MTE e garante a integralidade dos dados armazenados.

### **6.1.10 COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)**

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é o órgão interno da FINEP responsável pelas ações voltadas à segurança e saúde do ambiente de trabalho. Formada por voluntários, a CIPA atua em coordenação com a Área de Recursos Humanos (ARH) e Área de Serviços Corporativos (ASEC). Para a realização de sua missão, a CIPA conta ainda com o serviço permanente de um Técnico de Segurança do Trabalho.

No decorrer do ano, foram realizadas campanhas voltadas à prevenção de acidente, a exemplo da Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), que ocorreu na última semana de setembro de 2012. Durante a SIPAT, foram trabalhados temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis - DSTs (com enfoque na AIDS), combate ao mosquito da dengue e atitudes a serem tomadas em caso de incêndio. Para transmitir esse conhecimento aos empregados, foram utilizadas como principais estratégias a entrega de panfletos e representação teatral, que percorreu os andares da empresa.

Já em outubro, foram realizadas eleições para escolha dos membros de composição da CIPA, para atuar durante o período de 2012 a 2014. Após as eleições, a CIPA passou a contar com o total de 8 membros.

No âmbito da segurança do ambiente do trabalho, realizou-se um treinamento da brigada voluntária, mobilizando cerca de dez empregados que aprenderam técnicas de combate direto a incêndio, bem como prestação de primeiros socorros. O treinamento foi realizado nos dias 26 e 27 de julho, dividido em duas etapas: uma teórica, no dia 26 e outra prática, num centro de treinamento externo, no dia 27. A capacitação visou manter a prontidão e preparo dos brigadistas, para o caso de situações emergenciais, nas quais a rápida mobilização e coordenação de escape são cruciais para a segurança dos empregados.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

No que diz respeito ao perfil acidentário, a CIPA contabilizou 8 acidentes de trajeto e 1 acidente de trabalho. Os acidentes foram devidamente registrados em Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), conforme a legislação em vigor.

#### **6.1.11 INDICADORES GERENCIAIS DE RECURSOS HUMANOS**

##### **6.1.11.1 ROTATIVIDADE**

**QUADRO LX – Rotatividade dos Empregados**

A	Nº de empregados desligados em 2012	<b>50</b>
B	Nº de empregados no 1º dia do ano de 2012	669
C	Nº de empregados no último dia do ano de 2012	729
D	<b>Efetivo médio de empregados em 2012 = (B + C)/2</b>	<b>699</b>
E	<b>Taxa de rotatividade em 2012 = A / D</b>	<b>7,2%</b>

Fonte: FINEP - ARH

##### **6.1.11.2 ABSENTEÍSMO**

**QUADRO LXI – Absenteísmo – 01/01/2012 a 31/12/2012**

<b>Categoria</b>	<b>Nº de ocorrências de afastamento</b>	<b>Nº de dias de ausência</b>
Doenças não ocupacionais	0	0
Licença Maternidade	8	1.050
Auxílio-doença	44	4.938
Acidentes de trabalho e de trajeto <sup>1</sup>	9	45

Nota: Dos 9 acidentes de trabalho ocorridos em 2012, 8 se referem a “acidente de trajeto”

Fonte: FINEP - ARH

##### **6.1.11.3 EDUCAÇÃO CONTINUADA**

Nos eventos de capacitação realizados em 2012, foram gastos R\$ 1,32 milhões, registrando um aumento em relação a 2011 da ordem de 27%, conforme especificado no Quadro LXII.

**QUADRO LXII – Valor das Capacitações Realizadas – 2012 X 2011**

Foco	Valor (R\$)	
	2012	2011
<b>Treinamentos pontuais + <i>in company</i></b>	<b>932.341,1</b>	<b>716.477,0</b>
Comunicação	19.200,3	47.870,8
Contabilidade e Finanças	148.333,0	158.415,1
Contratos e Licitações	67.595,0	73.805,0
Documentação e informação	5.536,0	3.733,4
Escrita empresarial	13.875,0	8.346,4
Estratégia	68.062,0	11.688,5
Ética, Segurança ou Saúde	6.082,0	-
Gerenciamento de Projetos	37.252,3	16.820,8
Gestão para resultados	64.641,0	38.791,8
Informática / Tecnologia da Informação <sup>1</sup>	133.771,8	60.539,5
Jurídico	56.021,6	61.049,6
Microinformática <sup>2</sup>	39.231,0	28.073,2
Operacional	204.248,4	120.117,4
Processos	32.081,7	26.872,5
Recursos Humanos	36.410,0	60.353,0
<b>Pós-graduação</b>	<b>341.934,5</b>	<b>268.159,1</b>
<b>Graduação</b>	<b>8.659,7</b>	<b>8.864,6</b>
<b>Idiomas</b>	<b>39.175,7</b>	<b>47.822,3</b>
<b>Total</b>	<b>1.322.110,9</b>	<b>1.041.323,0</b>

Notas:

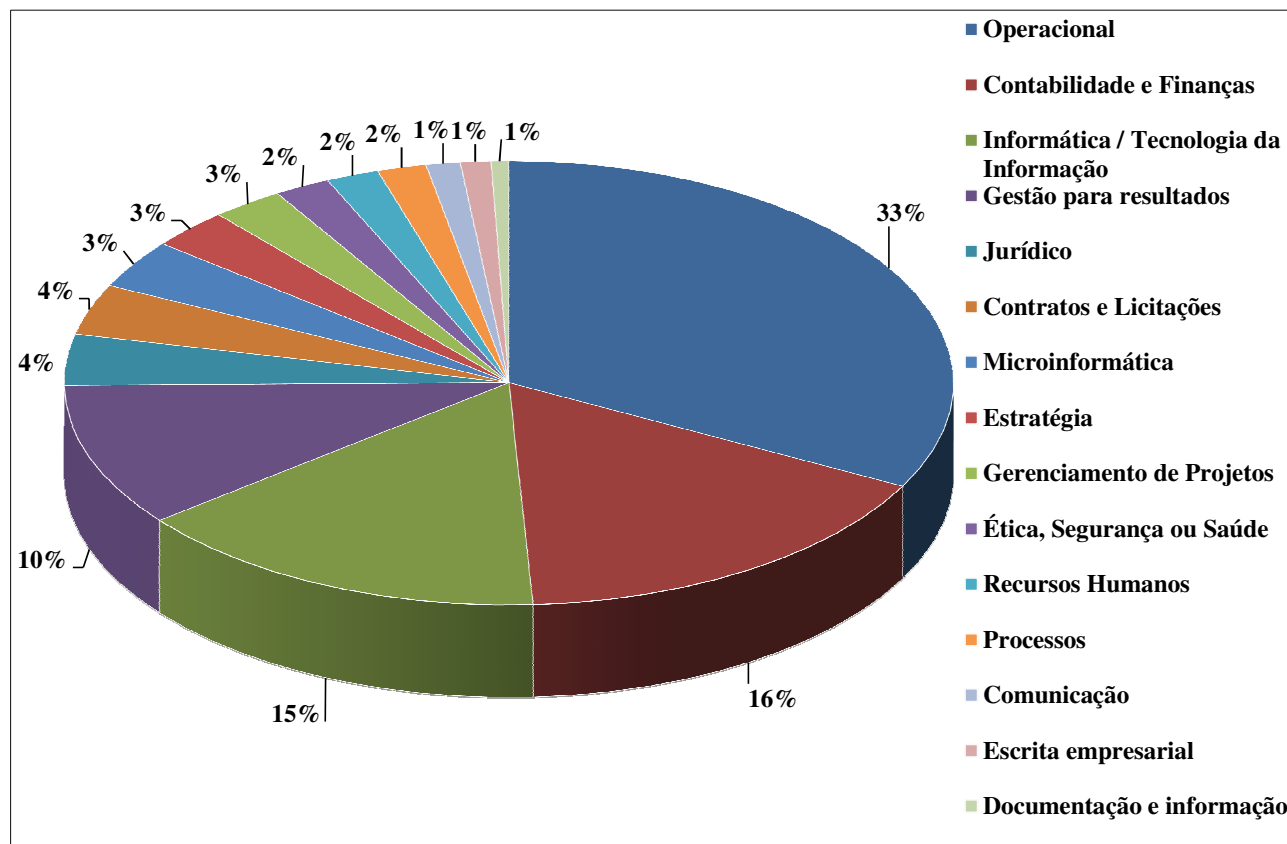
(1) Cursos relativos às atividades dos departamentos de TI da FINEP.

(2) Pacote Office (Access, Excel, Word e PowerPoint).

Fonte: FINEP - ARH

No Gráfico XVII é apresentada a distribuição da carga horária, considerando o foco dos treinamentos pontuais + *in company*:

**GRÁFICO XVII – Distribuição por carga horária - Treinamentos pontuais e *in company***



Fonte: FINEP - ARH

Por último, seguem no Quadro LXIII os indicadores adicionais dos treinamentos pontuais e *in company*.

**QUADRO LXIII – Indicadores de Treinamento – 2012, 2011 e 2010**

	2012	2011	2010
<b>Quantidade de empregados treinados</b>			
Total de empregados	729	669	640
Quantidade de empregados treinados	379	277	307
<b>Percentual de empregados treinados</b>	<b>52,0%</b>	<b>41,4%</b>	<b>48,0%</b>
<b>Horas de treinamento</b>			
Quantidade média de horas de T&D por empregado	21:32	19:58	20:42
Quantidade média de horas de T&D por empregado <u>treinado</u>	41:26	48:13	43:10
<b>Horas de treinamento / horas trabalhadas (% , em 1 mês) <sup>1</sup></b>	<b>1,0%</b>	<b>0,9%</b>	<b>1,0%</b>
<b>Investimento</b>			
Investimento médio em T&D por empregado	R\$ 1.278,93	R\$ 1.070,97	R\$ 1.085,15
Investimento médio em T&D por empregado <u>treinado</u>	R\$ 2.460,00	R\$ 2.586,56	R\$ 2.262,21

Fonte: FINEP - ARH

## **6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

A FINEP e o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinaram em 15/08/2011 um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de nº 1097/2011, com o compromisso de substituir empregados terceirizados por concursados até 2014. Este acordo se aplica somente aos terceirizados lotados em cargos previstos no Plano de Carreiras da FINEP, ou seja, secretárias(os) e profissionais de nível médio. O pessoal terceirizado ocupado em serviços de limpeza e higiene, vigilância, além dos contínuos, recepcionistas, manutenção e auxiliares de arquivo não precisarão ser substituídos.

Em 2012, em cumprimento ao TAC, a FINEP encerrou o relacionamento com o restante dos terceirizados, sendo 49 assistentes de administração; 11 técnicos de suporte ao usuário/rede; 1 programador visual. Destes 61 terceirizados, 52 foram substituídos por empregados concursados. Das 9 vagas remanescentes, 6 vagas de assistente de administração não foram preenchidas em função do término do cadastro do concurso em vigor para a função correspondente. Além disso, não foram previstas neste mesmo concurso, 1 vaga para Brasília e 1 vaga para São Paulo, no cargo de técnico de suporte e 1 vaga para programador visual, com lotação no Rio de Janeiro.

### **6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO E CARGOS DA FINEP**

**QUADRO LXIV – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da FINEP**

Descrição dos cargos e Atividades do Plano de Cargos da FINEP em que há Ocorrência de Empregados Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Secretária	0	0	13	0	0
Assistente de Administração	0	49	52	0	49
Técnico Suporte ao Usuário/ Rede	0	11	11	0	11
Programador Visual	0	1	1	0	1
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização na FINEP</b>					
As secretárias foram substituídas por técnicos de nível médio concursados, a partir de 01/11/2011.					
O cargo "Técnico" contempla todas as funções administrativas que não exigem nível superior.					
Os terceirizados nos cargos de Assistente de Administração, Tec. de Suporte à Rede e Suporte a Usuário foram dispensados e a maioria destes foi substituída por concursados em outubro 2012 .					
O terceirizado que ocupava o cargo de Programador Visual foi dispensado em 2012, no entanto não foi substituído por concursado.					

Fonte: FINEP - ARH

#### **6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

Vide Anexo XXV.

#### **6.2.3 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Vide Anexo XXVI.

#### **6.2.4 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DA FINEP**

Vide Anexo XXVII.

#### **6.2.5 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

**QUADRO LXV – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>100</b>	<b>102</b>	<b>106</b>	<b>107</b>	<b>1.668.128,79</b>
1.1 Área Fim	67	65	67	67	1.081.766,80
1.2 Área Meio	33	37	39	40	586.361,99
<b>2. Nível Médio</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>412.431,67</b>
2.1 Área Fim	22	21	22	21	257.125,79
2.2 Área Meio	13	13	13	12	155.305,88
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>135</b>	<b>136</b>	<b>141</b>	<b>140</b>	<b>2.080.560,46</b>

Fonte: FINEP - ARH

Nota: O custo inclui a bolsa auxílio, auxílio para alimentação, auxílio para transporte e a taxa de administração

## **7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

### **7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS**

A FINEP verificou que a terceirização da frota é mais vantajosa para a empresa, uma vez que dessa forma não seria necessário arcar diretamente com os custos de manutenção dos veículos, contratação de novos motoristas no quadro da empresa (hoje no Plano de Cargos e Remuneração não há previsão desta função) e indisponibilidade do veículo quando este estiver em manutenção.

A utilização dos veículos é fundamental para deslocamento da diretoria nos diversos compromissos diários aos quais estão submetidos os dirigentes da empresa. Esses compromissos incluem reuniões, seminários, palestras, workshops com outros órgãos das esferas municipal, estadual e federal, além de encontros com grupos empresarias, no qual é realizada a divulgação dos instrumentos de financiamento da FINEP.

Por contrato, os veículos podem ter no máximo dois anos de uso. O contrato cobre todos os custos de combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, motoristas e pessoal responsável pela administração da frota.

Durante o ano de 2012, a prestação do serviço de transporte foi realizada conforme descrito a seguir

#### **7.1.1 FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO**

Fornecimento de três veículos executivos, com motorista, utilizados para transporte institucional, atendendo à Diretoria Executiva da FINEP e, frequentemente, à representação do MCTI na cidade do Rio de Janeiro. Em 2012, a média anual de quilômetros rodados foi de aproximadamente 25.000 Km. A FINEP dispõe de um funcionário responsável pela fiscalização do contrato, atestando mensalmente a execução dos serviços.

Seguem abaixo os contratos vigentes no exercício:

- De 01/01/12 até 07/11/12:  
Empresa: AV2 Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 08.744.513/0001-19  
Contrato: 20.10.0143.00  
Valor total dispendidos em 2012: R\$ 203.817,97
- De 08/11/12 até 31/12/12:  
Empresa: CF Capela Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 10.868.000/0001-61  
Contrato: 20.12.0166.00  
Valor total dispendido em 2012: R\$ 14.284,33

### **7.1.2 FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO**

Fornecimento de um veículo executivo, com motorista, utilizado para transporte institucional. Seguem abaixo os contratos vigentes em 2012:

- De 01/01/12 até 01/04/12:  
Empresa: GMC Locadora de Veículos Ltda. – CNPJ: 07.186.022/0001-37  
Contrato: 20.10.0051.00  
Valor total dispendido em 2012: R\$ 12.508,88 (somados os custos dos Escritórios de São Paulo e Brasília).
- De 02/04/12 até 31/12/12:  
Empresa: AV2 Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 08.744.513/0001-19  
Contrato: 20.12.0021.00  
Valor total dispendido em 2012: R\$ 48.428,58

### **7.1.3 FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA**

Fornecimento de um veículo executivo, com motorista, utilizado para transporte institucional. Seguem abaixo os contratos vigentes em 2012:

- De 01/01/12 até 01/04/12:  
Empresa: GMC Locadora de Veículos Ltda. – CNPJ: 07.186.022/0001-37  
Contrato: 20.10.0051.00  
Valor total dispendido em 2012: R\$ 12.508,88 (somados os custos dos Escritórios de São Paulo e Brasília).
- De 02/04/12 até 31/12/12:  
Empresa: Unique Rent a Car Locadora de Veículos Ltda. – CNPJ: 06.320.095/0001-07  
Contrato: 20.12.0022.00  
Valor total dispendido em 2012: R\$ 45.138,28



## **7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

No ano de 2012, estiveram sob a gestão da FINEP bens imóveis próprios e bens imóveis locados de terceiros. A discriminação destes bens encontra-se nos itens a seguir.

### **7.2.1 DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS**

**Imóvel:** 1º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro  
**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Imóvel:** 2º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro  
**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Imóvel:** 3º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro  
**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Imóvel:** 8º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro  
**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Imóvel:** 9º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro  
**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Imóvel:** 13º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro  
**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Imóvel:** 24º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro  
**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Imóvel:** Matrícula nº 17.227 da Comarca de Campos do Jordão. Gleba com área de 25.000 m<sup>2</sup>, no local denominado “Ermitage do Vale Feliz”, no bairro dos Correntinos – Campos do Jordão/SP

**Imóvel:** Quatro lotes de terrenos contínuos, de números 06, 07, 08 e 09, da Quadra 23, do loteamento Estância Climática Atalaia, em Jaguaribe – Campos do Jordão/SP

**Imóvel:** Av. Morumbi, s/n, Lote nº 127, Jardim Leonor – São Paulo/SP

**Imóvel:** Rua Silveira Sampaio, s/n, lote nº 1, Quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

**Imóvel:** Rua Silveira Sampaio, s/n, lote nº 10, Quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

**Imóvel:** Rua Silveira Sampaio, s/n, lote nº 11, quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

**Imóvel:** Rua Tenente João Batista do Prado, s/n, lote nº 12, quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

## **7.2.2 DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS**

**Imóvel:** Pilotis do Edifício Praia do Flamengo (cessão de uso)

**Endereço:** Praia do Flamengo, 200, Pilotis – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Locatário:** Condomínio do Edifício Praia do Flamengo (CNPJ: 28.180.933/0001-27)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 163.364,62

**Imóvel:** 4º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

**Endereço:** Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Locatário:** Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (CNPJ: 33.792.235/0001-12)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 905.820,10

**Imóvel:** 5º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

**Endereço:** Praia do Flamengo, 200, 5º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Locatário:** Rosa Maria Ida Moses Boscoli (CPF: 002.985.657-49)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 1.184.148,09

**Imóvel:** 6º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

**Endereço:** Praia do Flamengo, 200, 6º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Locatário:** BigBurger Ltda. (CNPJ: 45.737.905/0001-87)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 1.231.347,91

**Imóvel:** 7º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

**Endereço:** Praia do Flamengo, 200, 7º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Locatário:** Núcleos – Instituto de Seguridade Social (CNPJ: 30.022.727/0001-30)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 1.583.005,74

**Imóvel:** 22º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro

**Endereço:** Praia do Flamengo, 200, 22º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

**Locatário:** Tarumã Empreendimentos e Participações Ltda. (CNPJ: 01.437.229/0001-50)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 1.408.428,16

**Imóvel:** Depósito

**Endereço:** Locação de imóvel na Praia do Flamengo nº 224 - Loja

**Locatário:** Cia de Seguros Aliança da Bahia (CNPJ: 15.144.017/0001-90 )

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 195.923,49

**Imóvel:** Escritório da FINEP em São Paulo - Superintendência Regional de São Paulo (SRSP)

**Endereço:** Av. das Nações Unidas, 10.989 / 15º andar / conj. 152 – CEP: 04578-000 – São Paulo – SP

**Locatário 1:** Panorama Adm. e Participação Ltda. - 50% do imóvel (CNPJ: 62.209.663/0001-78)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 96.680,30

**Locatário 2:** Espólio de Alice Ulhoa Mendes Caldeira - 50% do imóvel (CPF: 033.872.598-91)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 139.075,80

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

Obs.: A diferença de gastos incorridos na locação entre os dois locadores refere-se a ressarcimento referente à investimentos que a FINEP fez no imóvel.

**Imóvel:** Escritório da FINEP em Brasília – Locação de Sala

**Endereço:** SCN, Quadra 2, Bloco D, Sala 1102 - Edifício Liberty Mall

**Locatário:** Unidas Consultoria e Participações Ltda. (CNPJ: 37.985.538/0001-02)

**Gastos incorridos na locação:** R\$ 157.926,48

## **8 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Segue no Anexo XXVIII alguns aspectos sobre a gestão de tecnologia da informação na FINEP. Neste contexto, cabe mencionar também o projeto de modernização de processos e de sistemas de informação – MODERNIZE, detalhado no Item 12.2.

## **9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Ao longo de 2012, a FINEP deu continuidade à algumas iniciativas, ainda não coordenadas, relacionadas à questões de sustentabilidade ambiental. Dentre estas iniciativas pode-se citar:

- Reciclagem de papéis: a Comissão de Coleta Seletiva deu continuidade ao projeto piloto de coleta e reciclagem de papéis. Este piloto contempla alguns andares das instalações da FINEP no Rio de Janeiro e, atualmente, a FINEP destina o material coletado ao Condomínio do prédio.
- Coleta seletiva de lixo eletrônico: A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem atuado no campo da proteção do meio-ambiente, através de campanhas internas permanentes de coleta seletiva de lixo eletrônico. Esta campanha tem resultado na coleta seletiva de centenas de itens como baterias de celular, pilhas, cartuchos de impressora, entre outros. No exercício de 2012, foram recolhidos seletivamente 1.052 itens de lixo eletrônico.
- Compras compartilhadas de material sustentável: a FINEP participa do Fórum de Lideranças Executivas de Órgãos Federais no Rio de Janeiro (GesRio), que idealizou as compras compartilhadas sustentáveis. A aquisição dos itens sustentáveis é realizada através do sistema Comprasnet pelo menor preço e em alguns casos, por valor menor ao dos produtos convencionais. Além disso, permite gerar ganhos de escala, uma vez que são adquiridas de forma compartilhada.

O questionário sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis encontra-se no Anexo XXIX.

## **9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

**QUADRO LXVI – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

<b>Recurso Consumido</b>	<b>2012</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
<b>Papel</b>	4.160.393 unid	R\$ 211.698,19
<b>Água</b>	11.188 m <sup>3</sup>	R\$ 146.576,85
<b>Energia Elétrica</b>	1.081.258 kWh	R\$ 509.687,11
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 867.962,15</b>

Fonte: FINEP-ADES

Devido à ausência de ferramenta de controle, somente foi possível identificar as informações sobre consumo de papel, água e energia elétrica referentes ao ano de 2012. Assim, visando aprimorar este acompanhamento, a Área de Serviços Corporativos estabelecerá este tipo de controle em 2013.

## **10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

### **10.1 DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)**

#### **10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)**

No exercício de 2012 não foram recebidos Acórdãos com determinações, recomendações e alertas relacionados à empresa FINEP.

Registre-se que não foram incluídas informações sobre o Acórdão nº 7312//2010 (Plenário) que, no Relatório de Gestão do exercício de 2011, foi consignado na situação de “atendido”, uma vez que a entrega do Plano de Ação foi considerada como medida de atendimento, porém aguardando avaliação conclusiva do TCU, o que até o final do exercício de 2012 não ocorreu. Ressalte-se que, conforme Ofício PRES/FINEP 012.100/2012, de 19/09/2012, a FINEP encaminhou ao TCU-SECEX RJ a atualização do referido Plano de Ação, para fins de monitoramento.

#### **10.1.2 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)**

Por determinação contida em normativos da Controladoria-Geral da União (CGU), as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno (OCI) são incorporadas ao Plano de Providências Permanente, documento que é constantemente atualizado pela FINEP e encaminhado, em periodicidade definida pela CGU, para avaliação daquele órgão. Portanto, neste Relatório de Gestão foram consideradas todas as recomendações tratadas no Plano de Providências Permanente da FINEP (excluídas aquelas pertinentes às atividades como Secretaria Executiva do FNDCT), encaminhado à CGU em setembro de 2012, além de novas recomendações recebidas após esta data referentes à empresa FINEP.

Foram consideradas na situação “*atendidas no exercício*” 44 recomendações que contaram com posicionamento conclusivo do OCI (Notas Técnicas CGU nº 534/2012 e 2.599/2012). Em relação às recomendações “*não atendidas no exercício*”, estas totalizam 21 recomendações que foram mantidas pelo OCI na última avaliação do Plano de Providências Permanente (Nota Técnica CGU nº 2.599/2012).

Ressalta-se que a separação na classificação “pendentes de atendimento ao final do exercício” não significa a ausência de adoção de providências pelos gestores da empresa para o saneamento dos apontamentos, uma vez que o resultado da análise do OCI indica diversos motivos para a manutenção das recomendações, conforme demonstra o Quadro LXVII:

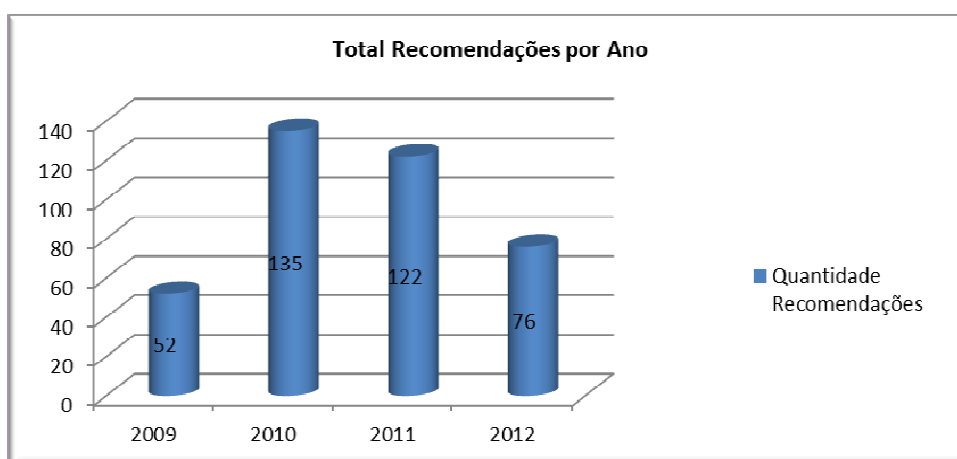
**QUADRO LXVII – Recomendações do OCI**

Motivo da Manutenção da recomendação	Quantidade
Não atendimento pleno	13
Prorrogação de Prazo	1
Sem manifestação do OCI	7
<b>Total</b>	<b>21</b>

Fonte: FINEP-AUDI

Considerando o total de recomendações feitas pela CGU, relativas tanto à gestão FINEP quanto à do FNDCT, observa-se um decréscimo significativo em 2012, em relação a 2011 e 2010, conforme demonstrado no Gráfico XVIII:

**GRÁFICO XVIII – Total de Recomendações – 2009 a 2012**



Fonte: FINEP-AUDI

#### **10.1.2.1 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Vide Anexo XXX.

#### **10.1.2.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO**

Vide Anexo XXXI.



## **10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

A Área de Auditoria Interna (AUDI) subordina-se ao Conselho de Administração da FINEP, conforme disposto no Decreto nº 3.591/2000, assegurando que o exercício de sua atividade estará livre de interferências de qualquer ordem que possam limitar o seu escopo.

Para consecução de seus objetivos e atribuições, previstos no Regulamento da Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração (DEL/CA 021/11), a AUDI conta com a seguinte estrutura: um Superintendente, um Chefe Adjunto, 8 Analistas, uma Secretária e um Técnico de Nível Médio.

Os trabalhos são realizados de acordo com o previsto no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) elaborado de acordo com as IN SFC 01/2007 e INCGU 07/2006 e aprovado pelo Conselho de Administração. Os relatórios e demais documentos técnicos produzidos pela AUDI são remetidos para conhecimento da Diretoria Executiva da FINEP, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, e formalmente encaminhados para providências das unidades relacionadas com os assuntos verificados pela AUDI.

No encerramento de cada trabalho de auditoria, prioriza-se a realização de reuniões com as áreas auditadas. Esta medida tem demonstrado efeitos positivos na geração de recomendações adequadas e aderentes ao saneamento das constatações da AUDI.

O acompanhamento das recomendações é inserido em novos trabalhos que tratem do mesmo tema, visando identificar reincidências e/ou melhorias. No entanto, podem ocorrer ações de monitoramento específicas, dependendo da complexidade e importância que o assunto requerer. A automatização do acompanhamento das recomendações da AUDI está sendo discutido e desenhado no Projeto MODERNIZE.

Dentre os trabalhos relevantes no exercício 2012, destaca-se a ação de auditoria sobre procedimentos licitatórios, tendo como foco o exame das licitações realizadas, a formalização e a execução dos respectivos contratos vigentes em 20/09/2012. Foram constatadas necessidades de aprimoramento dos procedimentos de acompanhamento da execução dos contratos e de instrução processual, em que pese ter sido verificada melhoria nesse aspecto.

Cabe ressaltar que aproximadamente 60% das contratações feitas pela FINEP foram ou estão sendo realizadas mediante utilização de procedimento licitatório, sendo o pregão a principal modalidade utilizada. As dispensas correspondem a 23% e as inexigibilidades a 17%.

Na área de recursos humanos, foram realizadas duas ações de auditoria, relativas à avaliação dos procedimentos envolvendo a previdência complementar - FIPECq e à auditoria na folha de pagamentos e benefícios, que apontaram para a importância de adequadas ferramentas tecnológicas, para suporte à gestão e melhoria dos controles, bem como para a necessidade de melhor organização dos documentos.

No que diz respeito às Demonstrações Financeiras da FINEP, a Auditoria Interna promove, trimestralmente, ação específica de revisão limitada das peças contábeis, visando verificar a adequação dos registros e dos controles correlatos, e se estas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Desta forma, verificou-se que, durante

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

o exercício de 2012, houve evolução no que diz respeito à qualidade da divulgação das informações contábeis, consignada através da melhoria de conteúdo das Notas Explicativas, além de envolvimento dos gestores visando à obtenção de eficiência dos controles que dão suporte aos registros das operações financeiras da FINEP.

As constatações pontuais foram, ao longo dos trabalhos de auditoria, informadas às áreas envolvidas, com vistas à adoção das medidas saneadoras.

### **10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93**

#### **10.3.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93**

A FINEP segue a Lei nº 8.730/1993, em relação à entrega das declarações de bens e rendas (DBR) dos ocupantes de funções de confiança.

Todos os empregados da FINEP foram informados sobre a obrigatoriedade de apresentar declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado conforme determinam a Lei 8.429/92 e o Decreto 5.483/2005. Referindo-se ao Decreto 5.483/2005, os empregados ficaram cientes de que, em caso de recusa do cumprimento desta determinação, o funcionário estará sujeito às penalidades previstas na Lei 8.429/92.

Para cumprir a obrigação legal os empregados podem optar pelas seguintes alternativas:

- entregar ao Departamento de Administração de Recursos Humanos (DARH), anualmente, dentro do prazo estabelecido, cópia da Declaração de Bens apresentada à Delegacia da Receita Federal. O referido documento é recebido em envelope lacrado, com o nome, matrícula e o ano a que se refere a declaração.
- entregar ao DARH, uma única vez, o Formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física apresentada à Secretaria da Receita Federal.

O formulário de autorização e os instrumentos legais sobre a questão estão disponíveis na intranet no link “Declaração de Bens e Valores” inserido no campo Recursos Humanos.

Todos estes documentos ficam arquivados no DARH e este departamento efetua o controle através de planilha em Excel. Para o ano de 2013, os empregados que não entregaram o Formulário de Autorização de Acesso, terão até o dia 31/05/2013 para entregar a cópia da Declaração Anual de Bens apresentada à Delegacia da Receita Federal.

#### **QUADRO LXVIII – Demonstrativo do Cumprimento, por Empregados da FINEP, da Obrigação de Entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Função ou Cargo	Final do Exercício da Função ou Cargo	Final do Exercício Financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	8	107
	Entregaram a DBR	*	*	*
	Não cumpriram a obrigação	*	*	*

Fonte: FINEP - ARH

Nota: \* O prazo determinado pela ARH para a entrega da Declaração de Bens e Rendamentos só se extingue em 31/05/12, logo até a finalização deste Relatório não foi possível verificar a quantidade de empregados que não cumpriram a obrigação.

## **11 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL – SISTEMA SIASG**

### **11.1 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG**

A declaração da área responsável pela atualização do SIASG em relação às informações referentes a contratos administrativos e às compras realizadas por meio de dispensa encontra-se no Anexo XXXII.

## **12 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

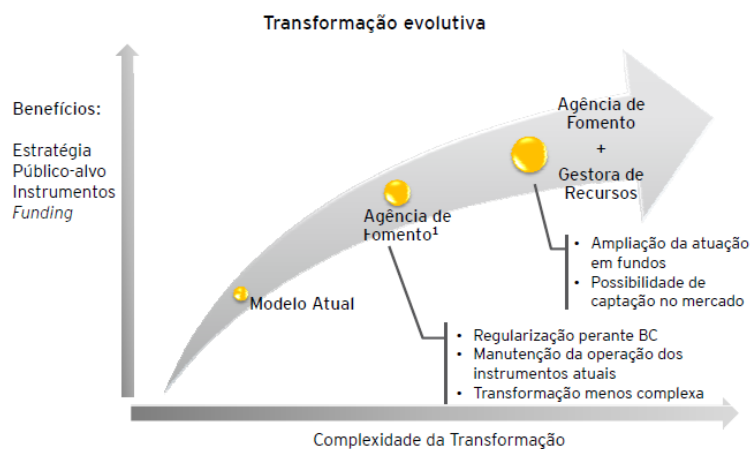
### **12.1 NOVO MODELO DE GESTÃO**

#### **12.1.1 CARACTERIZAÇÃO DE MODELOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA FINEP EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

No segundo semestre de 2011, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), no âmbito de seu contrato de gestão com o MCTI, celebrou contrato de prestação de serviços com a Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda., para a elaboração de estudo acerca da caracterização de modelos para a transformação da FINEP em instituição financeira (IF).

O estudo resultou na proposição de uma transformação evolutiva que assegurasse à FINEP agilidade operacional num curto prazo e capacidade ampliada de atuação no longo prazo, percorrendo, gradativamente, os 3 (três) modelos jurídico-institucionais, conforme demonstrado na Figura III abaixo:

**FIGURA III – Transformação Evolutiva FINEP**



Fonte: FINEP - GAPR

Ainda no que tange ao referido contrato de prestação de serviços, foi realizado estudo complementar que consistiu na avaliação das implicações, em atos legais e infra legais, dos cenários de transformação evolutiva da FINEP em IF, cujo relatório final foi entregue em fevereiro de 2012. Por conseguinte, o fruto deste trabalho levantou as seguintes proposições:

- Novo modelo institucional:
  - Tipificação exclusiva da FINEP como instituição financeira pública, nos moldes de uma agência de fomento, através das seguintes alternativas:
    - a) Alteração do estatuto social da FINEP;
    - b) Publicação de uma nova resolução do Conselho Monetário Nacional;
    - c) Alteração do Decreto-Lei de criação da FINEP.

- Necessidade de funding e capital:
  - Alteração da Lei do FNDCT para direcionamento e perenidade de mais recursos às operações reembolsáveis, e decorrente alteração da Lei de Incentivo à Inovação para previsão, no contexto amplo, de novos conceitos no âmbito de fomento;
  - Novos atos normativos para acesso da FINEP a recursos adicionais para funding, seja através de um novo empréstimo com o BNDES “Novo PSI”, para cumprimento da meta do Governo, ou de captação no Fundo Social, para estabelecimento de um novo padrão de financiamento à inovação;
  - Novo ato normativo para aporte de capital à FINEP para atendimento às normas prudenciais.
- Nova estrutura de governança corporativa:
  - Alteração do Estatuto Social, prevendo a instituição do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração na estrutura de governança corporativa da FINEP;
  - Alteração do Regimento Interno prevendo a instituição de comitês decisórios, de forma a elevar os padrões de governança da FINEP como instituição financeira.
- Nova estrutura organizacional:
  - Alteração do Regimento Interno para o estabelecimento de uma nova estrutura organizacional para a FINEP dado o novo contexto como instituição financeira; e redistribuição de funções e responsabilidades, pré-existentes ou não, entre as novas áreas da FINEP vis a vis a nova estrutura organizacional.

### **12.1.2 O PROJETO NOVO MODELO DE GESTÃO**

Os resultados do estudo realizado pela Consultoria E&Y nortearam importantes medidas administrativas subsequentes, dentre as quais cabe destacar o desenvolvimento do Projeto Novo Modelo de Gestão FINEP baseado em Novas Metodologias de Avaliação de Operações Reembolsáveis, Não-Reembolsáveis e de Participação no Capital (Investimento) na FINEP e no FNDCT.

O projeto se baseia na adoção de boas práticas adotadas pelas instituições financeiras e objetiva prover a FINEP da sistematização integrada de informações e de metodologias de gestão contábil-financeira e operacional que balizarão o seu processo decisório, face aos desafios institucionais identificados pelo Plano de Gestão Estratégica FINEP e respectivo Plano de Ação 2012-2014, em consonância com o Plano Plurianual Anual (PPA), Plano Brasil Maior (PBM), ENCTI e Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Neste sentido, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), entidade especializada no setor financeiro, com aceno no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC1), foi contratada em novembro de 2012, com a finalidade de oferecer serviços

---

<sup>1</sup> O CPC é uma entidade privada que faz parte das instituições consultadas pelo BACEN para elaboração dos normativos para o Sistema Financeiro.

técnicos especializados de apoio ao desenvolvimento do Novo Modelo de Gestão da FINEP composto por 5 (cinco) blocos metodológicos, a saber:

- Bloco 1 – Modelo Contábil da FINEP
- Bloco 2 – Modelo Baseado no Asset and Liability Management (ALM)
- Bloco 3 – Produtividade do Core Business
- Bloco 4 – Melhor Uso do Recurso Público (MURP)
- Bloco 5 – Diretrizes para Operação como Instituição Financeira

O Bloco 1 tratará da estruturação do Plano de Contas da FINEP, contemplando:

- a) Atendimento ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), no que tange à instituição financeira FINEP, e a consolidação SIAFI, no que tange à Secretaria Executiva;
- b) Desenvolvimento da contabilidade gerencial e;
- c) Análise de impacto da adoção da contabilidade internacional.

O Bloco 2 tratará de metodologia de gestão de ativos e passivos, então denominada Metodologia ALM, com vistas a prover a FINEP de apuração de resultados por instrumentos e linhas, bem como de custos incorridos na captação e aplicação de recursos, dentre outros aspectos.

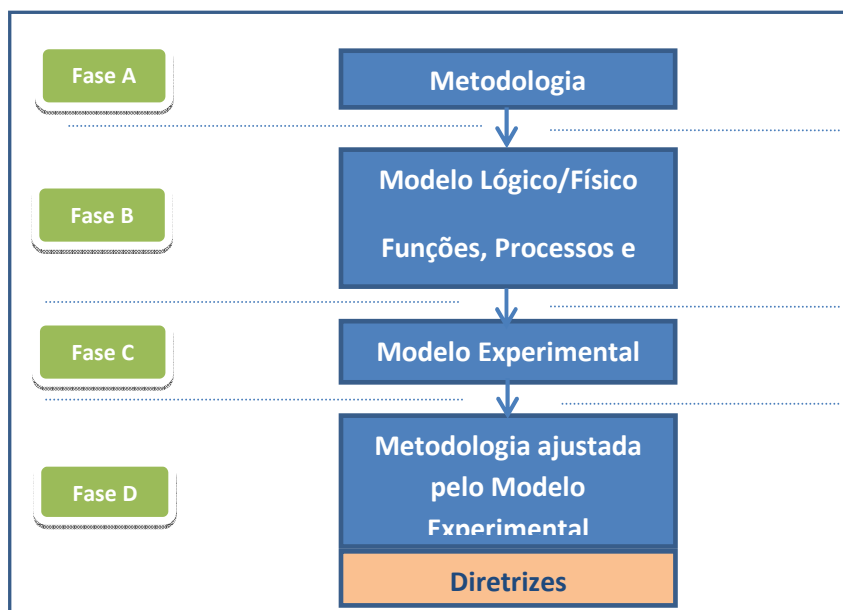
O Bloco 3 tratará de desenvolvimento de metodologia com vistas a promover a eficiência e eficácia do Core Business da FINEP, ciclo que contempla atividades de enquadramento, análise da demanda, decisão de aplicação de recursos em função do atendimento a políticas (inovação, alocação, crédito, preço) e controle/monitoramento.

O Bloco 4 tratará da estruturação de indicadores com o objetivo de prover a FINEP da mensuração de resultados quantitativos e qualitativos com vistas a otimização na alocação de recursos públicos, ou seja, melhor uso do recurso público (MURP).

O Bloco 5, por sua vez, detalhará as orientações e diretrizes para a FINEP operar como IF, adotando-se como referência os estudos previamente realizados pela Consultoria E&Y.

A FIPECAFI, em sua proposta técnica, estruturou a entrega de produtos escalonada a partir das fases do desenvolvimento de construção de cada Bloco, a saber: a concepção da metodologia (parte 1), o modelo lógico e físico, o modelo experimental e a metodologia (parte 2) ajustada pelo modelo experimental em ambiente real e com massa real de dados, conforme apresentado na Figura IV.

**FIGURA IV – Núcleo de Fases de Desenvolvimento comum a cada Bloco Metodológico do Projeto Novo Modelo de Gestão FINEP**



Fonte: FINEP – GAPR



## **12.2 PROJETO MODERNIZE**

Dada a importância da FINEP no âmbito do SNCT&I - na condição de principal agência brasileira da inovação, atuando inclusive como Secretaria Executiva do FNDCT - e a necessidade de dotá-la com as melhores práticas de gestão, bem como de processos e sistemas mais ágeis e robustos, foi criado em 2008 o Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas (GTNS), o qual desenvolve o Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação da FINEP. A partir da Resolução de Diretoria nº 0292/11, de 19/09/2011, o empreendimento passou a ser denominado Projeto MODERNIZE.

O objetivo do Projeto é prover uma solução integrada à FINEP, aliando a modelagem dos processos de negócio à reestruturação de suas arquiteturas de sistemas e de tecnologia. O Projeto pretende, ainda, contribuir para o alcance de um estágio mais avançado de maturidade gerencial e organizacional da FINEP, condizente com o seu papel no desenvolvimento nacional, e para o atendimento dos requisitos que ora se colocam para o seu reconhecimento como instituição financeira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), classificação que exigirá um grande esforço corporativo de adequação. Cabe ressaltar que o projeto abrange todos os processos da FINEP, inclusive aqueles executados na função de Secretaria Executiva do FNDCT.

O empreendimento busca obter as seguintes vantagens e benefícios:

- Visão de trabalho orientada por processos;
- Aumento da eficácia administrativa e operacional;
- Redução de prazos e riscos operacionais;
- Redução de burocracia;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Criação de condições mais favoráveis para a adoção de ferramentas de apoio à tomada de decisões;
- Aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle interno;
- Incorporação das melhores práticas de mercado;
- Apoiar o desenvolvimento das competências das pessoas;
- Redução de interfaces entre sistemas isolados;
- Disponibilização tempestiva de informações;
- Redução do retrabalho e inconsistências;
- Melhoria no atendimento aos clientes;
- Adoção de um sistema de melhoria contínua;
- Constituição e aperfeiçoamento de governança de tecnologia da informação e de processos.

Com estimativa de investimento global da ordem de R\$ 90 milhões e cerca de sete anos de duração, o projeto, iniciado em outubro de 2008, tem um total de seis fases e diversas subfases, apresentadas a seguir:

- **Definição do Modelo Conceitual:** Consistiu, essencialmente, num período para estudos de alternativas e de riscos, experiências similares - de sucesso ou fracassadas, a definição dos grandes marcos, da ordem de grandeza do orçamento, além de preparação da equipe. Funcionou, portanto, como um pré-projeto.

- **Elaboração de Editais:** Tratou da elaboração de dois Editais de Licitação relativos à contratação de (1) uma empresa de consultoria em Gestão e Tecnologia da Informação (TI) e (2) uma auditoria independente que auxilie a FINEP a averiguar a qualidade dos produtos e serviços produzidos pela consultoria. Este último serviço é geralmente chamado de "controle de qualidade".
- **Licitações:** Cuidou da publicação dos citados Editais e de todas as atividades necessárias ao andamento dos dois processos licitatórios, incluindo o tratamento de possíveis questionamentos, além de todo o rito de contratação.
- **Preparação Interna para a Fase Subsequente:** Consistiu, fundamentalmente, em preparar o ambiente para a chegada da consultoria de Gestão e TI e da auditoria independente. Entre as atividades estão a disponibilização de estrutura física e os preparativos para a divulgação do início dos trabalhos.
- **Definição da Solução Integrada:** É o momento onde serão levantados, modelados e diagnosticados os processos de negócio e a TI atuais (modelagem da situação atual) para, a seguir, serem redesenhados (modelagem da situação futura). Ao término desta fase teremos um Plano de Implementação daquilo que chamamos de Solução Integrada FINEP, que é um conjunto de processos, práticas e sistemas que serão os alicerces para a transformação da FINEP. Divide-se em cinco subfases:
  - Planejamento e Organização do Projeto: Tratará, por exemplo, da estrutura organizacional do projeto e sua governança, dos planos de comunicação e de gestão da mudança, do cronograma físico-financeiro e da validação da visão de futuro da FINEP;
  - Análise da Situação Atual: Identificará a situação vigente dos processos de negócio e da TI e colherá percepções de clientes internos e externos;
  - Desenho da Situação Futura: Permeará aspectos como o modelo futuro de processos, de estrutura organizacional e de governança de processos e de TI, além de estudos de tendências da TI;
  - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica: Consistirá em avaliação e seleção de alternativas para as arquiteturas de sistemas e de tecnologia;
  - Plano de Implementação: Contemplará todo o planejamento necessário à implementação da solução proposta.
- **Implementação da Solução Integrada:** É a implementação propriamente dita da Solução Integrada. Tratará da execução dos planos estabelecidos, com a assessoria da consultoria. Entre os serviços empreendidos estarão: o apoio à gestão do projeto; o detalhamento dos novos processos, a assessoria para a elaboração de Editais e o acompanhamento das Licitações. Nesta fase, espera-se mais de uma dezena de Licitações - algumas simultâneas - para as aquisições e contratações necessárias à Solução Integrada. Divide-se em quatro subfases:
  - Preparação para a implementação. Essencialmente, buscará atualizar os originais do Planejamento e Organização do Projeto, do Plano de Gestão da Mudança e do

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

Plano de Comunicação. Executará, ainda, a mobilização interna - recursos humanos, físicos e logísticos, etc. - conforme estabelecido nos planos de implementação;

- Implementação. É o cerne da execução do projeto, onde ocorrerão as aquisições e contratações previstas nos planos de implementação, os desenvolvimentos, a integração das soluções, bem como a transferência da tecnologia, com o apoio da consultoria. Estão previstos diversos serviços de assessoria técnica;
- Acompanhamento pós-implementação e ajustes. Trata-se de um período para observar a acomodação da solução implementada e realizar os ajustes que forem necessários, em quaisquer das questões tratadas no projeto;
- Encerramento do projeto. É a consolidação dos resultados alcançados - incluindo, por exemplo, uma pesquisa de satisfação com clientes internos e externos, um estudo comparativo dos níveis de indicadores de performance passados e atuais, melhorias em processos, sistemas, estruturas, gerenciamento em geral, gerenciamento de riscos, confiabilidade, etc. Oferecerá, ainda, um relatório de lições aprendidas e um relatório de conclusão com recomendações.

Quanto à análise do Retorno de Investimentos, esta avaliação somente será aplicável após o início da Fase 6 - Implementação da Solução Integrada.

Atualmente, o Projeto MODERNIZE encontra-se finalizando a Definição da Solução Integrada. No Anexo XXXIII encontra-se um resumo da situação do Projeto, com a descrição das ações programadas e respectivos prazos para conclusão.

**QUADRO LXIX – Modernize - Cronograma Geral Atualizado – Posição em 31/12/12**

Id	Nome da Tarefa	Duração								
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Modelo Conceitual	10 meses	01/10	28/08						
2	Elaboração de Editais	8 meses		31/08	03/05					
3	Processos Licitatórios e Contratações	14 meses			04/05	07/07				
4	Preparação Interna	6 meses			05/01	07/07				
5	Definição da Solução Integrada	18 meses				08/07	28/12			
6	Implementação da Solução Integrada	36 meses					04/02			

\* estimada

\* estimado

Fonte: FINEP – Coordenação de Projetos Especiais – Projeto Modernize (CPROJ)

Em dezembro de 2012, o MODERNIZE chegou ao término da Definição da Solução Integrada, que durou cerca de 18 meses. O trabalho de definição da Solução Integrada foi desenvolvido em conjunto com a TOTVS S.A, que seguiu as melhores práticas do mercado em projetos dessa natureza. Foram feitos estudos de viabilidade técnica-econômica, análise de custos e benefícios, provas de conceito, análise de impactos da adoção de novos sistemas e tecnologias, somados à pesquisa de satisfação dos empregados.

Com o objetivo de garantir a consistência do trabalho, esta última fase também passou por um controle de qualidade independente. A revisão crítica coube à empresa PATH ITTS, consultoria especializada em “Quality Assurance” de projetos dessa natureza.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

Ferramentas como o Enterprise Resource Planning (ERP), Business Intelligence (BI) e Enterprise Content Management (ECM) compõem a Solução Integrada proposta que será agora apresentada à Diretoria Executiva da FINEP para validação e, então, aprovar o início da Implementação da Solução Integrada.

Em 2013 o Projeto MODERNIZE deverá ser revisto para atendimento das especificações referentes ao Novo Modelo de Gestão da FINEP, conforme abordado no Item 12.2.

### **12.3 SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA A GESTÃO E CONTROLE DE PROJETOS**

O Projeto Soluções Integradas para a Gestão de Projetos e Controle de Projetos, aprovado pela Diretoria Executiva da FINEP em 2010 consiste em um conjunto de soluções abrangentes e integradas para a gestão e controle de projetos, por meio de convênios e termos de cooperação celebrados pela FINEP e tem como foco a otimização do processo de análise e encerramento prestações de contas técnicas e financeiras. Este Projeto contempla soluções para os convênios e termos de cooperação contratados com recursos do FNDCT, bem como os convênios contratados nas Unidades Gestoras 365001 – Contratos e convênios e 410049 – FUNTTEL.

O Projeto foi fruto da priorização desta solução por parte dos gestores da FINEP, de uma agenda de coleta, análise de dados e proposição de ações por parte do grupo de trabalho ao longo de 10 (dez) meses e de uma ampla discussão envolvendo os principais partícipes do processo de gestão e controle.

Em linhas gerais, o projeto é subdividido em 3(três) módulos de soluções:

- Institucionais - de contexto estratégico, abrangendo a política de acompanhamento técnico e financeiro de convênios e termos de cooperação, alinhada ao novo marco legal e regulatório (Instrução Normativa nº 01/2010 do Conselho Diretor do FNDCT) e à implantação do processo amostral (estruturado) para a visita às instituições convenientes;
- Organizacionais - com foco no aperfeiçoamento da interface conveniente/FINEP (desenvolvimento de ambiente Web) e nos ganhos de eficiência e eficácia dos processos de tramitação, análise e deliberação de prestações de contas;
- Para o Passivo - direcionada ao mapeamento e à definição de métodos e procedimentos apropriados à execução e encerramento das análises do passivo de prestações de contas.

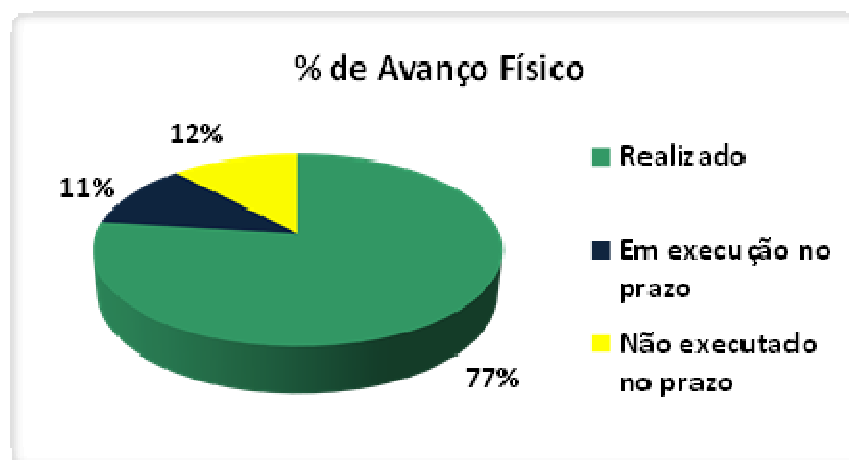
Em 15/08/2011, considerando-se os avanços obtidos no período, a agregação de ações e a dinâmica inerente à sua execução, foi apresentada e aprovada pela Diretoria Executiva a revisão 01 do plano de implantação.

Neste contexto e observando-se, do ponto de vista conceitual, o alinhamento do projeto ao acórdão TCU 3025/2010, que, com propriedade, atribui o caráter sistêmico ao problema de prestação de contas de recursos públicos concedidos na forma de convênios e aponta para a adoção combinada de medidas de alcance geral e urgentes, de forma coordenada e articulada, bem como, do ponto de vista específico, a aderência dos objetivos e conteúdo do projeto ao acórdão TCU 3643/2011, direcionado ao MCTI e a FINEP, o próprio plano de implantação em tela foi apresentado e aprovado como plano de ação MCTI/FINEP para o acórdão supracitado.

Em função desta agenda, o projeto e seu plano de implantação, revisão 01, foram apresentados ao MCTI (Gabinete da Secretaria Executiva, Assessoria de Controle Interno e CONJUR) em 18/08/2011, à CGU em 31/08/2011 e ao TCU-RJ em 13/09/2011.

A 2ª revisão do Plano de Implantação foi aprovada pela Diretoria da FINEP em 29/10/12 (Resolução de Diretoria nº 0334/12) para atualização dos status das ações com comentários e medidas de revisão e novos prazos para ações não realizadas. O Plano com as alterações efetuadas encontra-se no Anexo XXXIV e o GráficoXIX demonstra o avanço físico das ações:

**GRÁFICO XIX – Avanço Físico do Projeto Soluções Integradas**



Fonte: FINEP - ADES

Segue o detalhamento das principais atividades do Projeto desenvolvidas no exercício 2012:

- Aprovação da Norma N-OPE-019/12 de gestão do PAV de acompanhamento técnico e financeiro de convênios e termos de cooperação, a qual estabelece procedimentos, agenda, alçadas decisórias, critérios e algoritmo para seleção de convênios e termos de cooperação que serão objeto de fiscalização “in loco”;
- Implementação do PAV com a realização de visitas de fiscalização referentes a convênios e termos de cooperação para avaliação financeira e operacional dos projetos. O Anexo XXXV detalha as 613 visitas realizadas em 2012, incluindo as 122 que não estavam previstas no PAV;
- Aprovação da Norma N-OPE 023/12 que estabelece critérios e procedimentos para as modalidades de prestações de contas, análise e encerramento de convênios que integram a carteira de convênios ativos da FINEP;
- Encerramento de 883 convênios no SIAFI, sendo 805 convênios referentes ao passivo de prestação de contas.

## **12.4 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

A entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI), foi um importante marco institucional para a FINEP no exercício de 2012. Publicada em 18 de novembro de 2011, a LAI veio dispor sobre o direito de acesso à informação, já prevista na Constituição de 1988, mas ainda carente de regulamentação. A LAI alcança toda a Administração Pública, de todos os Poderes e de todas as esferas de Governo (Federal, Estadual, Distrital e Municipal). Dada sua elevada abrangência, extensão de comandos e naturais impactos administrativos, o legislador optou por dar vigência ao diploma somente após 180 (cento e oitenta dias) após sua publicação, ou seja, 16 de maio de 2012.

A Lei de Acesso não apenas veio a dispor sobre o direito de acesso às informações produzidas e custodiadas pela Administração Pública Federal, como também objetivou a garantia de efetividade desse direito. Para tal, a LAI determinou a todas as entidades a ela subordinadas, incluindo a FINEP, a criação de um serviço especializado no atendimento às demandas informacionais de pessoas naturais e jurídicas. Os Serviços de Informações ao Cidadão, ou simplesmente SICs, são um conjunto de processos organizacionais (físicos e virtuais) voltados para a aplicação e efetividade da LAI. Após intensa mobilização institucional interna, envolvendo várias áreas da FINEP, como: Área de Desenvolvimento (ADES), Área de Comunicação (ACOM), Área Jurídica (AJUR) e Presidência, conseguiu-se inaugurar o SIC FINEP no dia previsto em lei, 16 de maio de 2012.

Ao longo dos meses subsequentes, o SIC FINEP foi responsável por mais de uma centena de pedidos de acesso, sobre os mais variados temas, os quais foram respondidos, em média, em 10 dias. Tempo este que é a metade do tempo máximo regulamentar estipulado em lei (20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias). Como a melhoria contínua de processos e consolidação de uma jurisprudência administrativa em torno da Lei de Acesso, acredita-se que o tempo médio ainda possa ser reduzido.

Por certo, sabe-se que ainda haverá muito trabalho de aperfeiçoamento do SIC FINEP ao longo de 2013, porém, acredita-se que a Lei de Acesso à Informação não apenas melhorou o nível de transparência institucional da FINEP, como também representou uma oportunidade única de melhoria da sua própria gestão informacional.

O Quadro LXX demonstra o número solicitações recebidas pelo SIC FINEP em 2012.

**QUADRO LXX – Número e Forma de Pedidos de Acesso recebidos pelo SIC FINEP**

Pelo Sistema e-SIC/CGU	122
Pelo email sic@finep.gov.br	10
Pelo SIC Presencial (Protocolo ASEC)	1
<b>Total</b>	<b>133</b>

Fonte: FINEP – ADES

Nota:

(1) Houve 1 pedido de acesso negado conforme incisos II e III, art. 13, Decreto 7.724/12 e 10 pedidos de Recursos Recebidos ( 9 em 1ª instância e 1 em 2ª instância)

## **12.5 PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO**

O Prêmio FINEP de Inovação (PFI) é o mais importante instrumento de estímulo e reconhecimento à inovação no País. Desde 1998, já premiou mais de 500 empresas, instituições e pessoas físicas, sendo responsável pela projeção dos contemplados não apenas no Brasil como no exterior.

Em 2012, o Prêmio completou 15 anos e trouxe uma série de mudanças. A principal delas foi a premiação realizada em espécie. Foram disponibilizados de R\$ 100 mil a R\$ 600 mil para os primeiros colocados regionais e nacionais de cada categoria, totalizando cerca de R\$ 9 milhões. Até 2011, a FINEP concedia aos vencedores recursos na forma de apoio financeiro não reembolsável à projetos de ciência, tecnologia de inovação de ICTs e empresas (subvenção econômica).

Outra novidade da edição de 2012 foi a inclusão de mais duas categorias direcionadas a empresas: Tecnologia Assistiva e Inovação Sustentável. A primeira contemplou produtos e processos que promovam a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida. Já a Inovação Sustentável reconheceu iniciativas onde a sustentabilidade tenha sido integrada ao sistema de pesquisa, desenvolvimento e comercialização, pelo viés financeiro, social e ambiental.

Foram candidatos aptos a concorrer ao Prêmio empresas ou Instituições de Ciência e Tecnologia, públicas ou privadas, OSCIPs e Organizações Não Governamentais (ONGs) com sede no País e que tenham a inovação como elemento relevante em suas estratégias de atuação. Na categoria Inventor Inovador concorreram pessoas físicas que tinham patentes concedidas pelo órgão responsável (INPI) e cujo objeto estivesse comercializado. Na categoria Inovar Fundos, por sua vez, concorreram empresas gestoras de fundos de capital semente, *venture capital* e *private equity*.

Foi criada ainda, exclusivamente para o ano de 2012, a categoria especial Prêmio FINEP Jovem Inovador. Esta categoria foi uma homenagem da FINEP a sustentabilidade em decorrência dos acontecimentos relevantes deste tema em 2012, como por exemplo, a realização da conferência Rio+20, além de o ano de 2012 ter sido escolhido pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos.

Em 2012 o Prêmio FINEP constou de duas etapas, Regional e Nacional, com as seguintes categorias e respectivas premiações:

**QUADRO LXXI – Categorias e Valores das Premiações Regionais**

<b>Categoria</b>	<b>Premiação</b>
Inventor Inovador	R\$ 100 mil
Tecnologia Assistiva	R\$ 100 mil
Inovação Sustentável	R\$ 100 mil
Tecnologia Social	R\$ 200 mil
Instituição de Ciência e Tecnologia	R\$ 200 mil
Micro/Pequena Empresa	R\$ 200 mil
Média Empresa	R\$ 300 mil

Fonte: FINEP – ACOM



**QUADRO LXXII – Etapas e Valores das Premiações Nacionais**

Categorias		Premiação
Grande Empresa		R\$ 600 mil
Inovar Fundos	Equipe	R\$ 200 mil
	Governança	R\$ 200 mil
	Operação	R\$ 200 mil

Fonte FINEP – ACOM

Nota: Cada vencedor regional concorre automaticamente, em uma segunda etapa, ao prêmio nacional dentro de sua categoria e o valor da premiação é o mesmo da respectiva categoria regional.

O número total de inscrições em 2012 foi de 588, além de 130 fotos inscritas na categoria especial Prêmio FINEP Jovem Inovador representando um crescimento no número de inscrições de 52% em relação ao ano de 2011. No Quadro LXXIII são apresentados os números de inscritos por região.

**QUADRO LXXIII – Distribuição Regional das Inscrições – Prêmio FINEP**

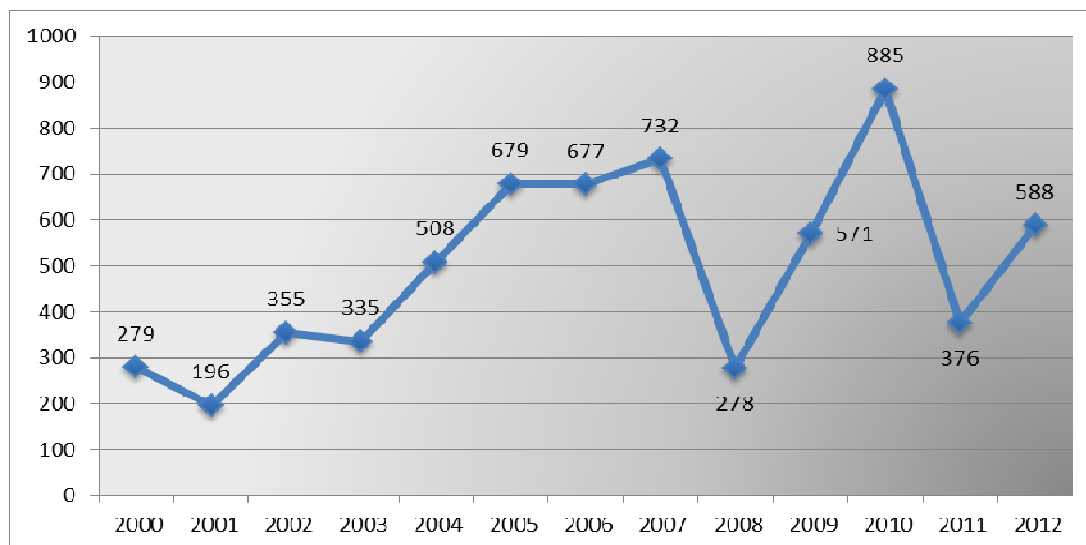
Região	Nº de Inscritos
Norte	37
Nordeste	81
Centro-oeste	54
Sudeste	229
Sul	187
<b>Total</b>	<b>588</b>

Fonte: FINEP – ACOM

Nota: Não inclui as inscrições referentes ao Prêmio FINEP Jovem Inovador

O Gráfico XX demonstra o número de inscrições no período de 2000 a 2012.

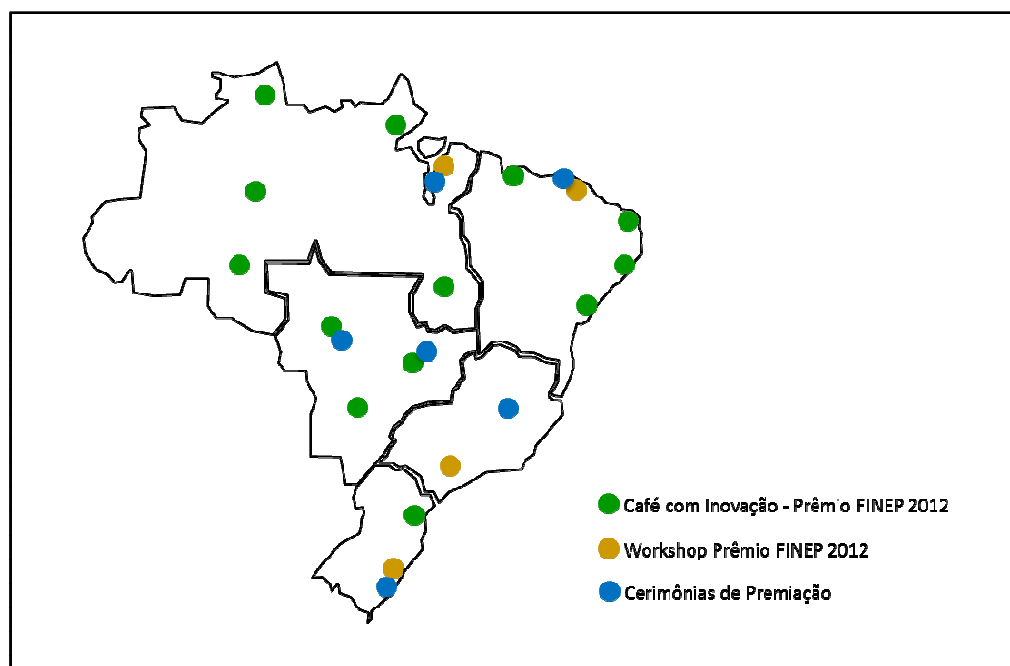
**GRÁFICO XX – Prêmio FINEP - Evolução da Quantidade de Inscrições – 2000 a 2012**



Fonte: FINEP – ACOM

O aumento no número de inscrições em 2012 ocorreu devido ao grande esforço de divulgação do Prêmio, através de diversos eventos do Sistema Nacional de C,T&I (SNCT&I) e da realização de 17 eventos exclusivos do Prêmio FINEP de Inovação para prospecção de participantes. A seguir o mapa com a localização desses eventos:

**FIGURA V – Mapa de Eventos Exclusivos do Prêmio FINEP 2012**



Fonte: FINEP – ACOM

## **12.6 PARTICIPAÇÃO DA FINEP NA RIO + 20**

A FINEP firmou acordo na modalidade de *cost-sharing* com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Comitê Nacional Organizador da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, por meio do qual a empresa aderiu ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA 11/017, que visava à realização da Conferência. Assim, em conjunto com outras empresas públicas e privadas, a FINEP colaborou com recursos financeiros para a criação da infraestrutura necessária à realização da Rio+20. Em contrapartida, dois armazéns situados no Pier Mauá foram cedidos pelo Comitê Organizador à FINEP para organização de eventos paralelos à conferência oficial. Em um deles, o pavilhão 3, a empresa abrigou sua mostra de inovações sustentáveis, a Expo Brasil Sustentável.

Durante a Expo, a FINEP estabeleceu com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) uma parceria que visa o desenvolvimento e operacionalização de programas, planos e ações para promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico do Brasil e dos países membros da CAF. A primeira ação no âmbito da Parceria será a implementação de uma Iniciativa Regional de Inovação Tecnológica em Energias Renováveis, que tem como objetivo a criação de uma plataforma regional para gerar patentes internacionais na América Latina no tema. Os recursos aportados por cada organização montam US\$ 100 milhões, a serem aplicados entre 2012-2016.

A Expo Brasil Sustentável, mostra de inovações sustentáveis da FINEP, no âmbito da Rio+20, atraiu ao Armazém 3 do Pier Mauá cerca de 37 mil visitantes entre os dias 16 e 21 de junho de 2012. Ao todo, 26 empresas e 12 instituições de C,T&I, a maioria clientes da FINEP, expuseram produtos e serviços ligados ao conceito de sustentabilidade. De acordo com 54% dos expositores da Expo Brasil Sustentável, o espaço da FINEP no evento proporcionou contatos para a realização de negócios e parcerias. Além disso, no auditório da feira, montado no interior do Armazém 3, a FINEP realizou debates e exibiu filmes com a temática ambiental.

Os principais temas escolhidos pelo público para eventos futuros, em pesquisa realizada durante a Expo Brasil Sustentável 2012, foram os seguintes: tecnologias para educação; agroindústria e agricultura familiar; degustação de produtos sustentáveis; geração de energia para a Copa do Mundo; tecnologias inovadoras em geração de energia; tecnologia da Informação; projetos sustentáveis de arquitetura e urbanismo, e Amazônia.

### **13 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

#### **13.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

Segue no Anexo XXXVI a Declaração do Contador, que substitui as demonstrações contábeis da Unidade Gestora Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP (UG 240131)

#### **13.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76**

Vide os seguintes Anexos:

- Anexo XXXVII - Demonstrações Contábeis FINEP (UGs: 365001, 365002 e 365004)
- Anexo XXXVIII - Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios (UG 360001)

#### **13.3 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL**

Vide Anexo XXXIX.

#### **13.4 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA FINEP**

Vide Anexo XL.

## **14 CONTEÚDO ESPECÍFICO**

### **14.1 AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

A FINEP concentrou suas ações de publicidade e propaganda na categoria Publicidade Institucional. Seguindo a orientação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), a FINEP não realiza Publicidade Mercadológica, por não promover a comercialização direta de produtos.

Para o desenvolvimento de ações de publicidade e propaganda, a FINEP contou com recursos próprios e recursos do FNDCT (despesas operacionais), conforme Quadro LXXIV.

**QUADRO LXXIV – Valores Executados com Publicidade Institucional**

Categoria	Valores Pagos (R\$ mil )		Total (R\$)
	FINEP	FNDCT *	
Publicidade Institucional	1.653.118,51	1.653.118,57	6.327.151,90
Nota: Os recursos utilizados do FNDCT referem-se a Despesas Operacionais			

Fonte: FINEP – ACOM/DPRO

Os recursos relativos a despesas com publicidade referem-se aos contratos formalizados com a Agência 3 Comunicação Integrada Ltda., desde 2009, conforme Quadro LXXV.

**QUADRO LXXV – Especificações dos Contratos de Publicidade**

Categoria	Agência/Beneficiário	Nº Contrato	Data de Assinatura do Contrato	Data de Vigência do Contrato	Valor do Contrato (Em R\$ mil)
Publicidade	Agência 3 Comunicação Integrada Ltda. CNPJ 04.180.208/0001-90	20.09.0088.00/03	01/10/2012	30/09/2013	8.000.000,00
		20.09.0088.00/02	30/09/2011	30/09/2012	7.000.000,00

Fonte: FINEP – ACOM/DPRO

Nota:

(1) Os contratos 20.09.0088/03 e 20.0088/02 referem-se a Termos Aditivos ao contrato 20.09.0088.00 firmado em 02/10/2009 no valor de R\$ 7.000.000,00.

(2) Em 01/10/2010 foi assinado o termo Aditivo 20.09.0088/01 no valor de R\$ 7.000.000,00

Com o objetivo de tornar a FINEP e seus instrumentos e programas mais conhecidos pelo público empresarial, em 2012 foram veiculadas seis campanhas a saber:

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

- Prêmio FINEP de Inovação
- Inova Brasil
- INOVA PETRO
- Rio+20 – Expo Brasil Sustentável
- FINEP 45 Anos
- Espaço Cultural

A campanha para divulgar o Prêmio FINEP de Inovação 2012 foi veiculada entre maio e julho e incluiu inserções nas revistas Época Negócios, Exame PME, Info Exame, Primeiro Plano, 29 horas, Plurale, Brasileiros, Época Edição Histórica, Isto É Dinheiro, a Rede, Newsweek, Jornal Primeira Chamada, TAM nas nuvens e Gol. Foi veiculada também em portais na internet: Exame, Época Negócios, PEGN, O Globo on line, Folha on line, Valor on line e Primeiro Plano.

Para promover a linha de crédito da FINEP para projetos inovadores, concedida através do Programa Inova Brasil, o Plano de Mídia contemplou inserções na TV (Globonews, Bandnews, Recordnews, CNN, Bloomberg) e em revistas e jornais (Exame, Brasil Energia e Valor Econômico).

Criado em 2012, o Programa INOVA PETRO, tem objetivo de fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, visando ao desenvolvimento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural. O Programa, teve seu lançamento veiculado na revista Brasil Energia e no jornal Valor Econômico.

A campanha para divulgar a participação da FINEP na Rio+20-Expo Brasil Sustentável, foi composta por inserções em: revistas (Veja Rio e Época), jornais (Primeira Chamada, Metro e Destak), mídia exterior (TRM Lonas Móveis, Metrô Rio e Bus TV), rádio e TV (Radio Mix FM, Globosat, Globo, Radio MPB, Radio Televisão Bandeirantes do Rio de Janeiro), bem como veiculação on line (Infoglobo, Globo Comunicação, UOL e O Dia on Line).

Para divulgar os 45 anos da FINEP, o Plano de Mídia abrangeu veiculações em revistas (Época, Época Negócios, Pequenas Empresas Grandes Negócios, Monet, Veja, Quem, Galileu, Isto É, Carta Capital, Brasileiros, Você S/A e Exame), produção de vídeo (campanha publicitário com a atriz Giuliam Gam veiculado no Aerochannel), cinemas do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Minas Gerais. Também incluiu inserções em: rádio e TV: (Globonews, Telecine, National Geographic, Fox, Warner, Discovery, Bandnews, Bloombert e HBO, CBN-RJ/SP/DF e Bandnws), 79 monitores do Elemídia de 13 edifícios comerciais localizados nas redondezas da FINEP e de universidades e divulgação na revista Rio Show. Ouve também a divulgação em portais na internet a saber: In Globo.com, S/A Estado de SP, UOL, Terra, Infoglobo, Folha de SP, Exame on line, Editora Globo Internet, Exame on line e Globo on line.

A campanha do Espaço Cultural FINEP teve o objetivo de reforçar a marca da sala de espetáculos da FINEP como promotora de importantes eventos culturais gratuitos no Rio de Janeiro. O Plano de Mídia abrangeu 55 monitores do Elemídia e divulgação na revista Rio Show.

No ano de 2012 a FINEP deu início à atividade de patrocínio de eventos que estimulem o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, assim como a troca de experiências e a interação entre empresas, instituições de ciência e tecnologia e outros agentes do Sistema de C,T&I e exposições e publicações, em suporte tradicional (papel) e/ou digital, sobre temas relevantes para o Sistema de CT&I, tais como históricos, acadêmicos, empresariais, científicos e tecnológicos.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

Foram patrocinados 13 eventos e 1 publicação com o valor comprometido total de R\$ 1.261.950,00. Através destes eventos foi divulgada a marca FINEP diretamente a um público de mais de 32.000 pessoas, não considerando o público que foi atingido através da mídia relacionada a estes eventos. O Quadro LXXVI demonstra os eventos patrocinados e os valores pagos em 2012.

**QUADRO LXXVI – Despesa de Patrocínio em 2012**

Descrição	Favorecido	Valores Pagos 2012 (Em R\$ mil)
ACCELERATE OIL & GAS	FAIRCOUNT MEDIA DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS LTDA (CNPJ: 13.245.513/0001-04)	97.750,00
SEMANA DE INOVAÇÃO BRASIL - SUÉCIA	Embaixada da Suécia (CNPJ: 03.739.186/0001-93)	98.000,00
CONGRESSO ANPEI	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras – ANPEI (CNPJ: 53.585.212/0001-44)	80.000,00
9º STRATEGY EXECUTION SUMMIT 2012	Infinity Conferences & Exhibitions Eventos Brasil Ltda. (CNPJ: 12.816.731/0001-99)	44.500,00
16TH IUFOST WORLD CONGRESS OF FOOD SCIENCE AND TECHNOLOGY	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Alimentos – IUFOST (CNPJ: 14.898.733/0001-08)	80.000,00
CONGRESSO ABIPTI 2012	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação – ABIPTI (CNPJ: 00.631.739/0001-00)	80.000,00
SEMINÁRIO, ANUÁRIO E PRÊMIO ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA (CNPJ: 43.218.569/0002-11)	50.000,00
ABINEE TEC 2012	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA - ABINEE TEC (CNPJ: 62.510.318/0001-70)	60.000,00
BIOPARTNERING LATIN AMERICA 2012	Fundação Biominas (CNPJ: 26.269.977/0002-83)	60.000,00
INPI E REDETEC - O USO ESTRATÉGICO DO PI NA INDÚSTRIA DOS ESPORTES	REDE DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO – REDETEC (CNPJ: 39.092.812/0001-40)	55.000,00
CONGRESSO ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC (CNPJ: 03.636.750/0001-42)	80.000,00
5º CONGRESSO INTERNACIONAL DA INOVAÇÃO/ PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO REGIÃO SUL	NÚCLEO REGIONAL DO INSTITUTO EUVALDO LODI DO RIO GRANDE DO SUL IEL/RS (CNPJ: 92.998.947/0001-51)	100.000,00
SEMINÁRIO VALOR - INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Valor Econômico S.A. (CNPJ: 03.687.592/0001-50)	336.700,00
WORLD DIRECTORY OF ADVANCED RENEWABLE FUELS AND CHEMICALS	Elabora Consultoria e Participações Ltda. (CNPJ: 10.910.718/0001-79)	40.000,00
<b>Total</b>		<b>1.261.950,00</b>

Fonte: FINEP – ACOM

## **14.2 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

A FINEP têm obrigações antigas de longo prazo, referentes a empréstimos tomados junto ao Banco Paribas e Tesouro Francês em 1982, que fizeram parte da renegociação da dívida externa brasileira. O Quadro LXXVII demonstra a evolução dos saldos devedores de 2009 a 2012

**QUADRO LXXVII – Evolução dos Saldos Devedores de Empréstimo Externo**

<b>Obrigações</b>	<b>Taxa de Juros</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Saldo Devedor em 2009</b>	<b>Saldo Devedor em 2010</b>	<b>Saldo Devedor em 2011</b>	<b>Saldo Devedor em 2012</b>
Mercado Externo – Clube de Paris	8,25% a.a.	31/12/2024	USD 154.716,00	USD 142.689,00	USD 130.662,00	USD 119.985,00

Fonte: FINEP – AFC

O pagamento da dívida teve início em 1999 e o valor pago anualmente é de aproximadamente USD 12,000.00. O vencimento da obrigação ocorrerá somente em 2024, estando a FINEP impossibilitada de quitá-la antecipadamente em virtude da consolidação de toda dívida brasileira.

Cabe registrar que os recursos foram aplicados na aquisição de equipamentos para modernização na área de saúde e os projetos apoiados com recursos oriundos desse empréstimo foram finalizados a contento.



### **14.3 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP**

A Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA – FIPECq (CNPJ: 00.529.958/0001-74) é uma administradora de plano de benefícios e no caso dos empregados da FINEP é o Plano de Previdência Complementar (PPC).

Durante o ano de 2012, a FIPECq registrou no Plano de Previdência Complementar (PPC) as seguintes operações referentes aos empregados da FINEP:

- Benefícios Concedidos:
  - 11 Aposentadorias por Tempo de Contribuição
  - 1 Aposentadoria por Invalidez
  - 1 Pensão
  - 4 Pecúlios
  - 23 Auxílios Doença
- Benefícios Extintos:
  - 5 Aposentadorias por Tempo de Contribuição
  - 1 Aposentadoria por Idade
  - 2 Pensões
  - 22 Auxílios Doença
- Portabilidade:
  - 1 - Plano Enviando (PPC Plano Originário)
  - Autopatrocínio: 11 Novas Manutenções de Inscrição
  - Adesões ao Plano: 91 novas adesões
  - Pedidos de Cancelamento: 9, sendo 5 por motivo de rescisão de contrato com a Patrocinadora e 4 a pedido com vínculo Patronal
  - Devolução de Reservas Individuais: 12 Resgates, sendo 5 por desligamento da Patrocinadora e 7 reservas retidas em anos anteriores.

Os recursos do PPC foram aplicados em 2012 nos seguintes investimentos: Títulos Públicos R\$ 23.964.035,72, que correspondia a 2,63%, Créditos Privados e Depósitos R\$ 349.603.182,21, que representava 38,37%, Ações – Mercado à Vista R\$ 108.588.489,58, participação de 11,92%, Fundos de Investimentos R\$ 405.949.535,52 correspondendo a 44,55%, empréstimos R\$ 22.565.532,02, com 2,47%, disponível R\$262.298,98, que correspondiam a 0,03% do total dos recursos investidos.

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

Os investimentos obtiveram no ano uma receita financeira líquida de R\$ 107.614.901,14. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 12,5% a.a. Os segmentos de renda fixa e investimentos estruturados apresentaram uma rentabilidade de 15,8% a.a., o segmento de renda variável – mercado de ações e fundos de Investimentos em ação 6,44% a.a. e as operações com participantes (empréstimos) de 14,6% a.a.

A seguir o Demonstrativo Anual de 2012 referente ao PPC.

**QUADRO LXXVIII – Demonstrativo Anual 2012**

<b>Demonstrativo Anual - 2012</b> <b>Plano PPC - CNPB - 1979001618</b>	<b>Valores (R\$)</b>
1) Valor total da Folha de pagamento dos empregados Participantes (FINEP)	67.583.965,51
1.1) Salário de Participação	67.583.965,51
2) Valor total das contribuições pagas pelos empregados Participantes (FINEP)	5.663.505,93
2.1) Contribuição Participante	5.397.121,94
2.2) Jóia	261.058,51
2.3) FIPECqPREV	5.325,48
3) Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora (FINEP)	5.512.718,12
3.1) Contribuição Patronal	5.399.542,41
3.2) Contribuição Relativa ao PDA	81.954,85
3.3) Rateio/FIPECq	31.220,86
4) Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora (FINEP)	4.663.123,16
4.1) Empréstimos de Participantes	4.663.123,16
5) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	911.182.845,40
5.1) Disponível	262.298,98
5.2) Títulos Públicos	23.964.035,72
5.3) Créditos Privados e Depósitos	349.603.182,21
5.4) Ações	108.588.489,58
5.5) Fundos de Investimento	405.949.535,52
5.6) Empréstimos e Financiamentos	22.565.532,02
5.7) Outros Realizáveis	249.771,37

Fonte: FIPECq

Notas:

(1) Aplicações do Plano de Previdência Complementar-PPC estão em conformidade ao estabelecido na Resolução nº. 3.792 de 24/09/2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(2) Os recursos repassados que não se configuram como contribuições, constituem-se em empréstimos de participantes da FIPECq, contraídos junto à Fundação, descontados em Folha de Pagamento pela Patrocinadora.

A Política de Investimento de cada plano de benefício administrado pela FIPECq foi encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), em atendimento ao disposto no artigo 16 da Resolução CMN Nº. 3.792/2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Registre-se que não há manifestação da Secretaria de Previdência Complementar com relação ao Balanço Patrimonial da Fundação, visto que a PREVIC não emite certidões. Além disso, no exercício de 2012 a FIPECq não sofreu fiscalização da PREVIC.

Seguem outras informações sobre a FIPECq nos Anexos listados abaixo:

- Anexo XLI: Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis da FIPECq;
- Anexo XLII: Demonstrações Atuariais 2012 - Plano PPC;
- Anexo XLIII: Relatório sobre a Política de Investimento do Plano PPC 2012.

## **15 PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP**

A UG 240131 - Programa de Ações Especiais MCTI/FINEP foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para execução do orçamento a partir de 1993, para quitação de dívida externa de responsabilidade da União.

A partir de 2009, toda a dívida foi transferida para a STN, encerrando qualquer tipo de atividade financeira e orçamentária nesta UG. Esta Unidade Gestora está em processo de extinção e permanecerá ativa enquanto existirem saldos nas contas de compensação referente a créditos a serem recebidos de operações reembolsáveis efetuadas com recursos do convênio Secretaria de Desenvolvimento Audiovisual (SDAv) do Ministério da Cultura (MINC) e encerramento das prestações de contas de convênios referentes a programas antigos, tais como o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT).

A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados:

- a entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pela União;
- a saída direta dos recursos, para aplicação nos pagamentos de programas e convênios;
- o lucro/prejuízo apurado.

Em 2012 o prejuízo apurado foi de R\$ 717.071,54, resultado da baixa do saldo de operações reembolsáveis em parceria com o Ministério da Cultura.

## **16 RESULTADOS E CONCLUSÕES**

O presente Relatório de Gestão mostra os resultados alcançados pela FINEP, Agência Brasileira da Inovação, no fomento público ao Sistema Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). O destaque é dado às informações relacionadas ao financiamento-reembolsável às empresas inovadoras.

Além disso, são apresentadas outras ações desenvolvidas no exercício que contribuíram para o posicionamento da empresa como instituição central do SNCTI, dentre as quais destacamos: a estruturação dos primeiros programas prioritários de atuação da FINEP, o processo de integração dos instrumentos de apoio à inovação, a aprovação do processo de descentralização do instrumento de crédito (INOVACRED) para empresas de menor porte e, ainda, a construção do Plano de Investimentos da FINEP que, posteriormente, foi integrado a outras ações do Governo, resultando no Plano Inova Empresa, anunciado pela Presidenta da República em 14 de março de 2013

Esse conjunto de atividades desenvolvidas pela empresa ampliam sua capacidade de atuação na cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil. O apoio às Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) através do FNDCT estão apresentadas no Relatório de Gestão do FNDCT de 2012.

O exercício de 2012 foi marcado pela construção de entendimentos estratégicos em níveis hierárquicos superiores de governo para desobstrução de limitações à oferta de crédito à inovação no País. Isso foi representado, no caso da FINEP, pela ampliação da operacionalização de recursos do Tesouro/PSI, uniformização das taxas de juros praticadas, o recebimento integral dos recursos do FUNTTEL, e pela captação do limite de 25% do FNDCT como empréstimo à FINEP. Estes fatos ampliaram significativamente as disponibilidades para aprovação e contratação de operações reembolsáveis. Dessa forma, os resultados mais expressivos de 2012 foram observados no volume de recursos aprovados e contratados nas operações de crédito. Foi registrado um crescimento de 53% no volume de recursos das operações aprovadas (R\$ 3,6 bilhões) e um crescimento de 33% no volume de recursos das operações contratadas (R\$ 2,6 bilhões). Observa-se ainda que, apesar do crescimento no volume de recursos, o número de operações aprovadas diminuiu 25%, voltando ao patamar dos exercícios 2009 e 2010. Este fato destaca o crescimento expressivo do valor médio das operações aprovadas e contratadas. No caso das operações aprovadas, o valor médio passou de R\$ 18,6 milhões para R\$ 37,2 milhões, o que representa um crescimento de 100%. No entanto, apesar desses resultados positivos, o desembolso observado para as operações de crédito no exercício permaneceu estável no mesmo patamar de 2011, R\$ 1,76 bilhão. Isto pode ser explicado em parte por limitações operacionais e em parte pela demora na alteração das taxas de juros praticadas pela FINEP, ocasionando atraso na contratação das operações.

Vale destacar que a demanda por crédito ao final do exercício permanece indicando uma tendência de crescimento em relação aos anos anteriores, alcançando valores da ordem R\$ 9,2 bilhões. Esse número mantém a importância do foco da FINEP na ampliação e manutenção das fontes de crédito para a inovação. Destaca-se, nesse caso, que qualquer captação adicional deverá prever recursos proporcionais para equalização, de modo a manter a atratividade do instrumento de crédito, uma vez que o modelo idealizado com o aporte do FNDCT atingiu seus limites. Essa demanda, aliada à observação de limitações operacionais, reforça a diretriz para um contínuo e perseverante processo de alinhamento da empresa ao novo modelo de gestão em desenvolvimento e respectiva preparação para atendimento às normas prudenciais do BACEN.

## **FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**

### **Relatório de Gestão 2012**

No plano gerencial, a FINEP está firmemente empenhada em tornar a empresa mais transparente e eficiente na sua ação e nos seus resultados, buscando fortalecer seu papel estratégico no cenário nacional de fomento a CT&I. Alguns projetos se destacaram no exercício de 2012, como os esforços no sentido da tipificação plena da FINEP como instituição financeira, o aumento das fontes de financiamento, análise de alternativas de aporte de capital, a prospecção de operações em setores estratégicos para a economia brasileira, a elaboração do regimento interno, a reestruturação de processos e sistemas, as ações de divulgação e comunicação e os esforços relacionados à capacitação da força de trabalho. Esses projetos têm trazido melhorias nas atividades operacionais, na regulamentação do setor, na operacionalização e no gerenciamento das atividades fins da empresa. Todos esses projetos se enquadram no Plano de Gestão Estratégica (PGE) e no Plano de Ação 2012 - 2014.

Como os resultados de investimentos em C,T&I são, tradicionalmente, de médio e longo prazo, permanece o desafio de estabelecer formas sustentáveis de captação de recursos que garantam a manutenção das taxas de crescimento observadas nos últimos anos, de modo a garantir a viabilidade de que a visão da FINEP de “Transformar o Brasil por meio da Inovação” se consolide como um objetivo estratégico para o país.

Para que a inovação se transforme em um dos vetores decisivos para o crescimento da economia brasileira, atingindo as metas definidas nas políticas públicas, é necessária uma ampliação contínua e decisiva dos recursos, o aperfeiçoamento e a segurança do marco legal regulatório e a articulação entre agentes públicos e privados de modo a criar e estabilizar um ambiente favorável à inovação no país.

**Glauco Arbix**  
Presidente da FINEP

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO I – ITEM 1.2: Administração de Recursos de Parceiros

ANEXO II – ITEM 1.3: Organograma da FINEP

ANEXO III – ITEM 1.4: Macroprocesso Programa Inova Brasil

ANEXO IV – ITEM 1.4: Macroprocesso Convênios e Termos de Cooperação - Projetos de Instituições Científicas e Tecnológicas

ANEXO V – ITEM 1.4: Macroprocesso INOVACRED

ANEXO VI – ITEM 1.4: Macroprocesso INOVA PETRO

ANEXO VII – ITEM 1.5: Macroprocesso Recursos Humanos

ANEXO VIII – ITEM 1.5: Macroprocesso Tecnologia da Informação

ANEXO IX – ITEM 1.5: Macroprocesso Assessoria Jurídica

ANEXO X – ITEM 1.5: Macroprocesso Ouvidoria

ANEXO XI – ITEM 1.5: Macroprocesso Comunicação

ANEXO XII – ITEM 1.5: Macroprocesso Suprimentos

ANEXO XIII – ITEM 1.5: Macroprocesso Apoio Administrativo

ANEXO XIV – ITEM 1.6.3: Recursos de Parceiros – Ministério das Comunicações

ANEXO XV – ITEM 1.6.5: Recursos de Parceiros – Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO XVI – ITEM 1.6.6: Recursos de Parceiros – Ministério do Turismo

ANEXO XVII – ITEM 1.6.8: Recursos de Parceiros – Agência Nacional do Cinema

ANEXO XVIII – ITEM 1.6.10: Recursos de Parceiros – FNDCT

ANEXO XIX – ITEM 2.4: Índices Econômico-financeiros da FINEP

ANEXO XX – ITEM 3.2: Avaliação do Sistema de Controles Internos

ANEXO XXI – ITEM 3.2.5: Documentos Normativos Aprovados em 2012

ANEXO XXII – ITEM 3.3.2: Remuneração Paga aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

ANEXO XXIII – ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes em 2012 – UG Contratos e Convênios

**FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos**  
**Relatório de Gestão 2012**

ANEXO XXIV – ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes em 2012 – UG FUNTTEL

ANEXO XXV – ITEM 6.2.2: Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorência da Realização de Concurso Público

ANEXO XXVI – ITEM 6.2.3: Contratação de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

ANEXO XXVII – ITEM 6.2.4: Contratos de Prestação de Serviços de Locação de Mão de Obra

ANEXO XXVIII – ITEM 8: Gestão de Tecnologia da Informação na FINEP

ANEXO XXIX – ITEM 9.1: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ANEXO XXX – ITEM 10.1.2.1: Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

ANEXO XXXI – ITEM 10.1.2.2: Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

ANEXO XXXII – ITEM 11.1: Declaração de Registros Atualizados no SIASG

ANEXO XXXIII – ITEM 12.2: Projeto MODERNIZE

ANEXO XXXIV – ITEM 12.3: Plano de Implantação do Projetos Soluções Integrada para Gestão e Controle de Projetos – Revisão 2

ANEXO XXXV – ITEM 12.3: Plano Anual de Visitas

ANEXO XXXVI – ITEM 13.1: Declaração do Contador Responsável

ANEXO XXXVII – ITEM 13.2: Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora FINEP

ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2: Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Contratos e Convênios

ANEXO XXXIX – ITEM 13.3: Composição Acionária do Capital Social

ANEXO XL – ITEM 13.4: Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis da FINEP

ANEXO XLI – ITEM 14.3: Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis da FIPECq

ANEXO XLII – ITEM 14.3: Demonstrações Atuariais 2012 – Plano PPC – FIPECq

ANEXO XLIII – ITEM 14.3: Política de Investimento do Plano PPC 2012 - FIPECq



## ANEXO I – ITEM 1.2

# Administração de Recursos de Parceiros

**ANEXO I – ITEM 1.2 : Administração de Recursos de Parceiros**

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE PARCEIROS (*1)														
Identificação da Operação /Data Assinatura	Código da Fonte	Objetivo	Vigência / Prestação de Contas	Operação Parceiros / FINEP					FINEP / Conveniente				Saldo Recolhido em 2012	
				Valor da operação	Recursos Transferidos à FINEP (Principal)	Saldo a ser desembolsado à FINEP	Rendimento acumulado dos Recursos Transferidos à FINEP	Total Disponível (Principal + Rendimento)	Liberado até 2011 (*2)	Liberado em 2012	Devoluções (Saldo não utilizado pelo conveniente) em 2012	Despesas Administrativas		Saldo Disponível (CAIXA)
MS x FINEP Port.1371/2007 31/12/2007 (*3)	0280620316	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	25/03/2012 24/05/2012 (prorrogação solicitada e ainda não publicada pelo FNS)	8.367.990,00	5.578.660,00	2.789.330,00	1.919.715,50	7.498.375,50	1.124.098,58	0,00	6.345.108,92	30.000,00	-832,00	6.345.108,92
MS x FINEP Port.130/2007 31/dez/07	0280620317	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	31/12/2013 28/02/2014	43.039.746,07	28.693.164,06	14.346.582,01	6.366.717,79	35.059.881,85	25.054.443,88	0,00	231.592,93	143.647,55	10.093.383,35	0,00
MS x FINEP Port.689/2007 31/12/2007	0280620318	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	08/05/2012 07/07/2012 (prorrogação solicitada e ainda em análise pelo FNS)	6.932.153,00	4.621.435,34	2.310.717,66	1.105.170,33	5.726.605,67	5.709.116,26	0,00	0,00	17.489,39	0,02	0,00
Conv. MTE/SENAES - FINEP 005/2007 26/11/2007	0280600999	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES APLICADAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA	22/07/2013 20/09/2013	21.300.000,00	14.050.000,00	7.250.000,00	1.491.446,19	15.541.446,19	8.387.395,05	2.399.614,67	57.771,63	173.851,81	4.638.356,29	0,00
Conv. MTur - FINEP 599/2007 14/12/2007	0280600366	INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS PARA INCLUSÃO SOCIAL NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO	09/09/2014 09/11/2014	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	1.661.836,97	7.661.836,97	3.841.201,89	406.405,52	207.588,88	69.219,37	3.552.599,07	0,00
AEB x FINEP 20.05.0009.00 30/dez/04	0280517883	RECONSTRUÇÃO DA TORRE MÓVEL DE LANÇAMENTO DO VLS NO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	31/12/2013 28/02/2014	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	20.032.808,66	50.032.808,66	42.910.247,51	1.397.660,42	0,00	0,00	5.724.900,73	0,00
INFRAERO x FINEP 30.06.0102.00 Conv. 016/2006/0001 01/dez/06 (*4)	0280368094	ÁGUA EM AEROPORTOS	31/01/2013 31/03/2013	742.115,98	742.115,98	0,00	102.841,46	844.957,44	578.810,10	0,00	7.290,68	0,00	273.438,02	0,00
Conv. MTE / SENAES Memo Gab.SENAES 1057/05	0280368092	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA	(*5)	1.812.000,00	1.812.000,00	0,00	366.208,48	2.178.208,48	1.733.420,68	0,00	65.935,70	26.192,81	484.530,69	0,00
Notas: (*1) Não inclui as informações referentes a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e FUNTTEL														

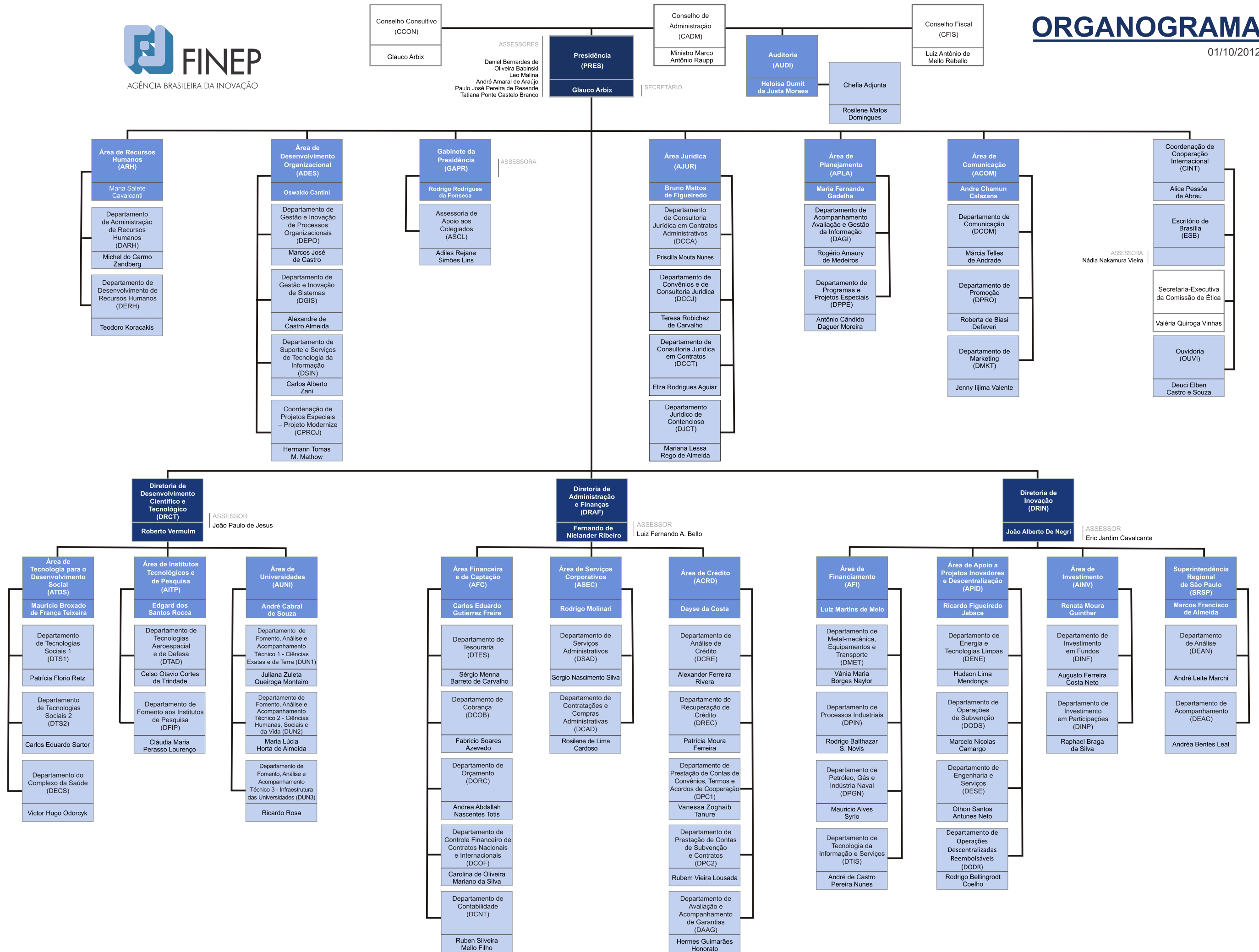
Notas:

(\*1) Não inclui as informações referentes a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e FUNTTEL

Fonte: FINEP - AFC

# ANEXO II – ITEM 1.3

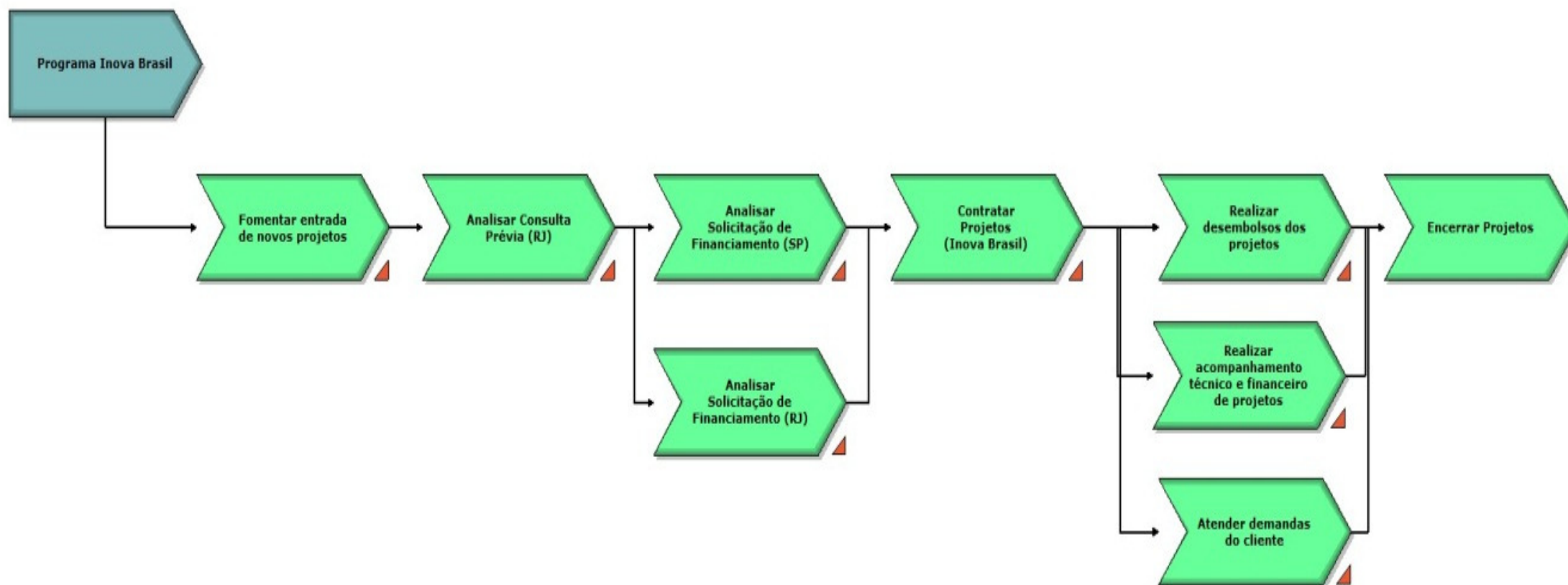
## Organograma da FINEP



# ANEXO III – ITEM 1.4

## Macroprocesso Programa Inova Brasil

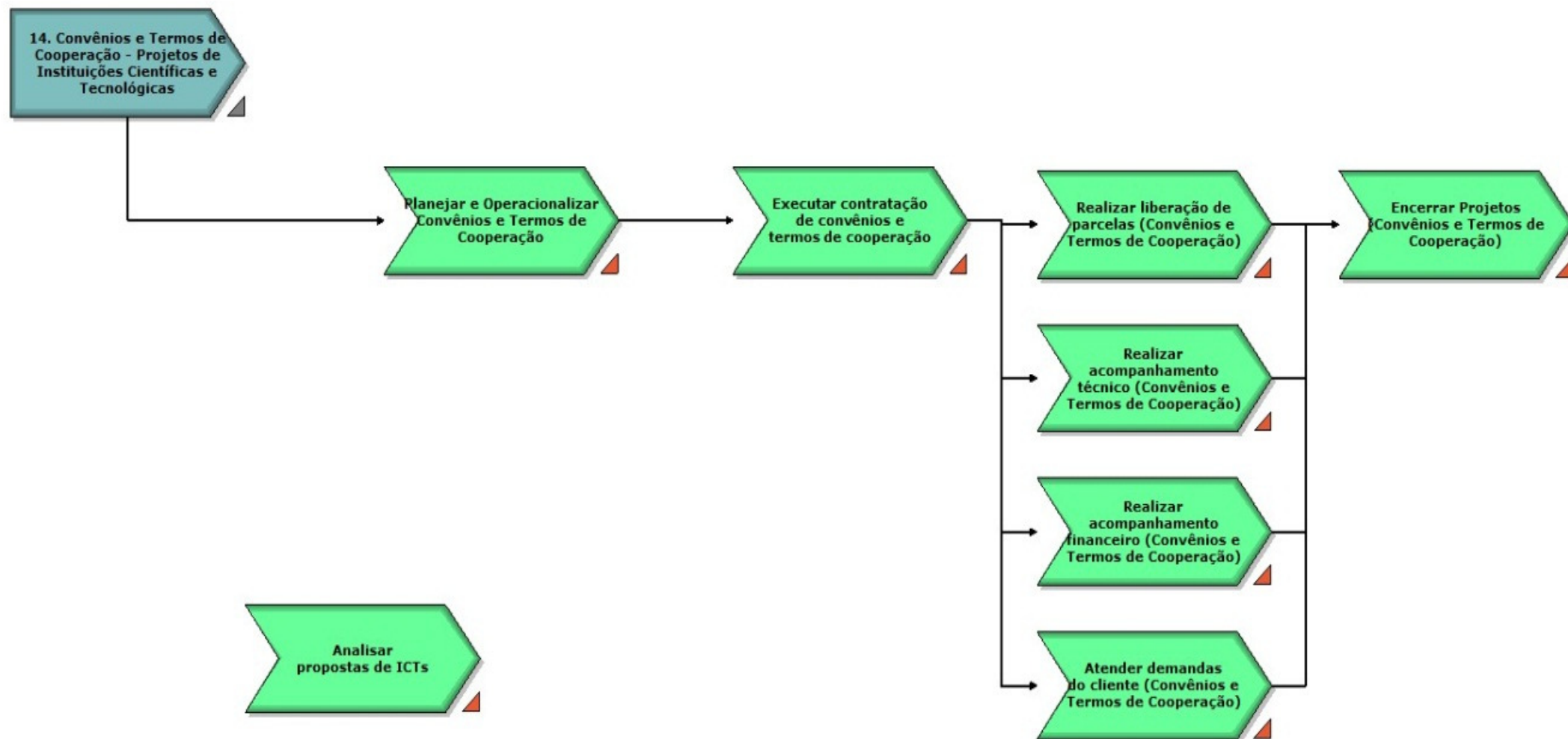
## ANEXO III – ITEM 1.4: Macroprocesso Programa Inova Brasil



## ANEXO IV – ITEM 1.4

# Macroprocesso Convênios e Termos de Cooperação – Projetos de Instituições Científicas e Tecnológicas

## ANEXO IV – ITEM 1.4: Macroprocesso Convênios e Termos de Cooperação - Projetos de Instituições Científicas e Tecnológicas

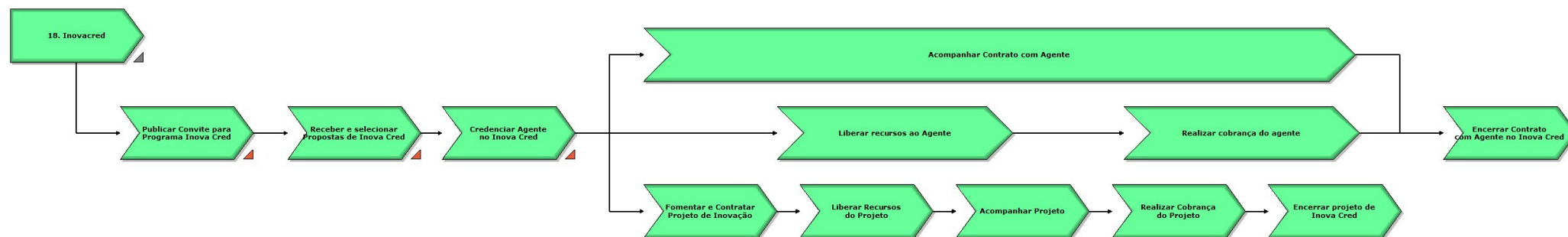




# ANEXO V – ITEM 1.4

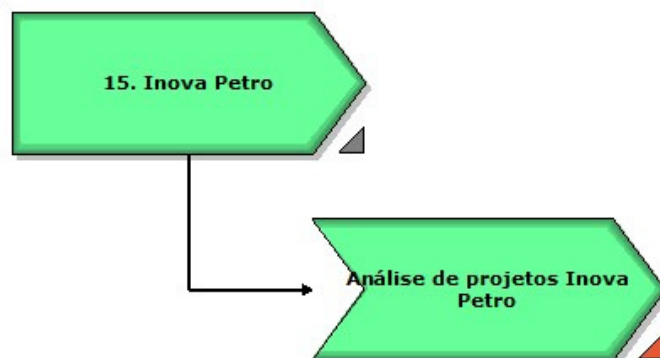
Macroprocesso  
INOVACRED

## ANEXO V – ITEM 1.4: Macroprocesso INOVACRED



# ANEXO VI – ITEM 1.4

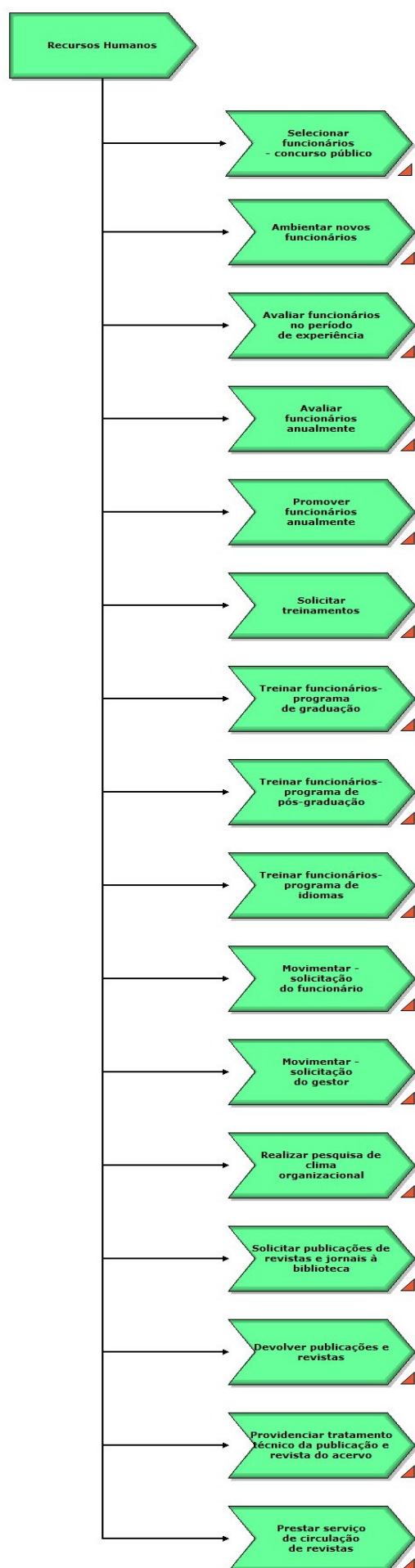
## Macroprocesso INOVA PETRO



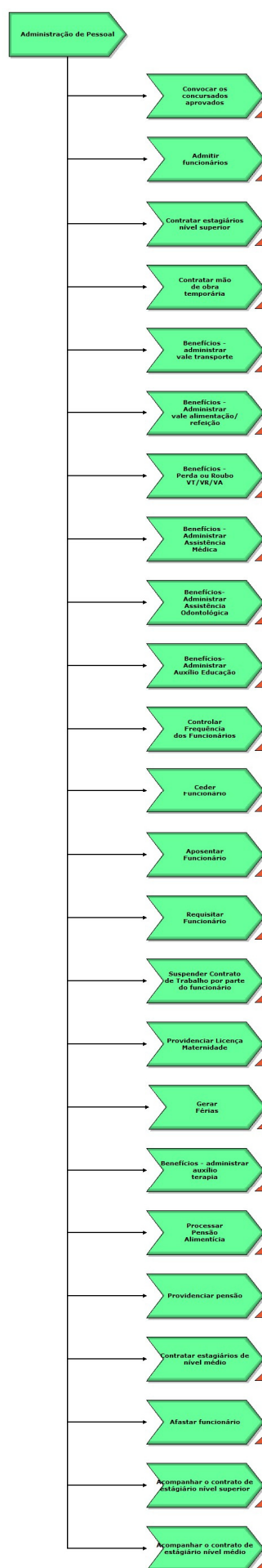
# ANEXO VII – ITEM 1.5

## Macroprocesso Recursos Humanos

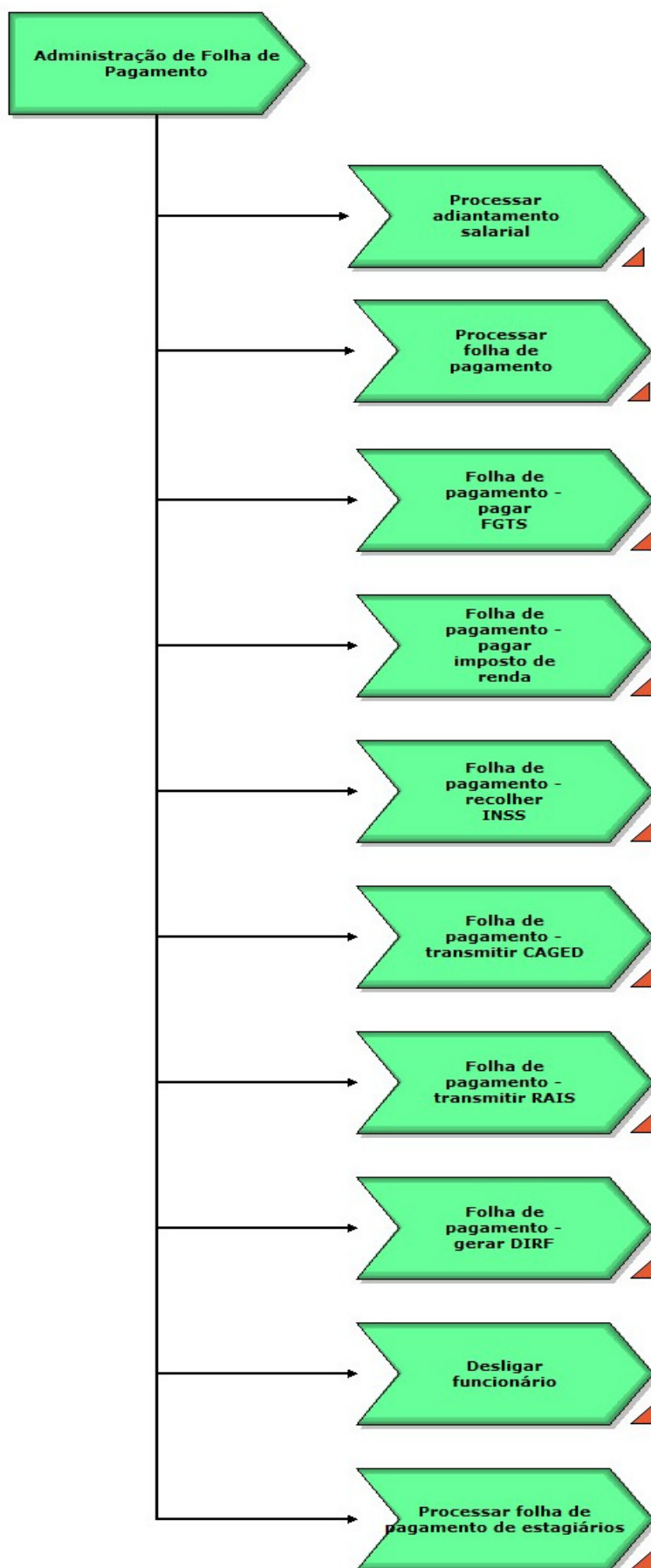
## ANEXO VII – ITEM 1.5: Macroprocesso Recursos Humanos – Recursos Humanos



## ANEXO VII – ITEM 1.5: Macroprocesso Recursos Humanos – Administração Pessoal



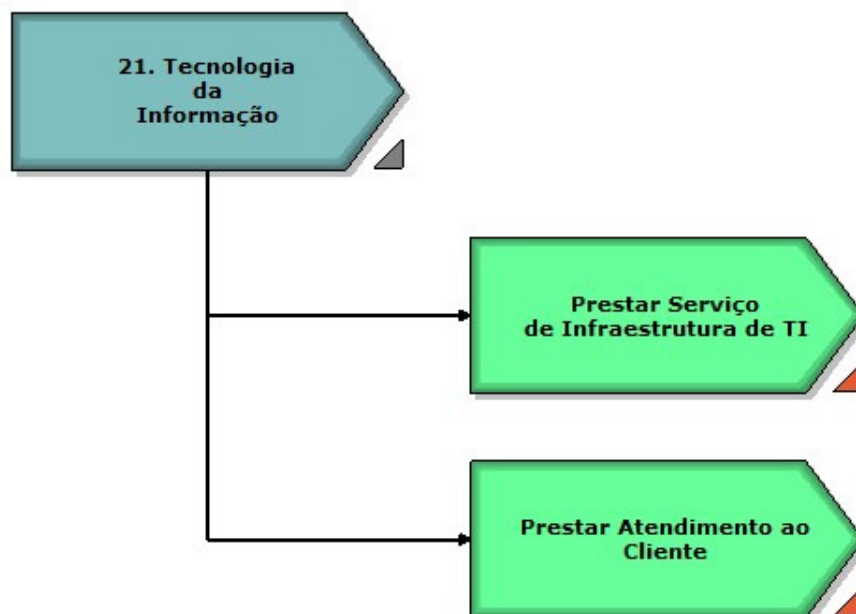
## ANEXO VII – ITEM 1.5: Macroprocesso Recursos Humanos – Administração de Folha de Pagamento





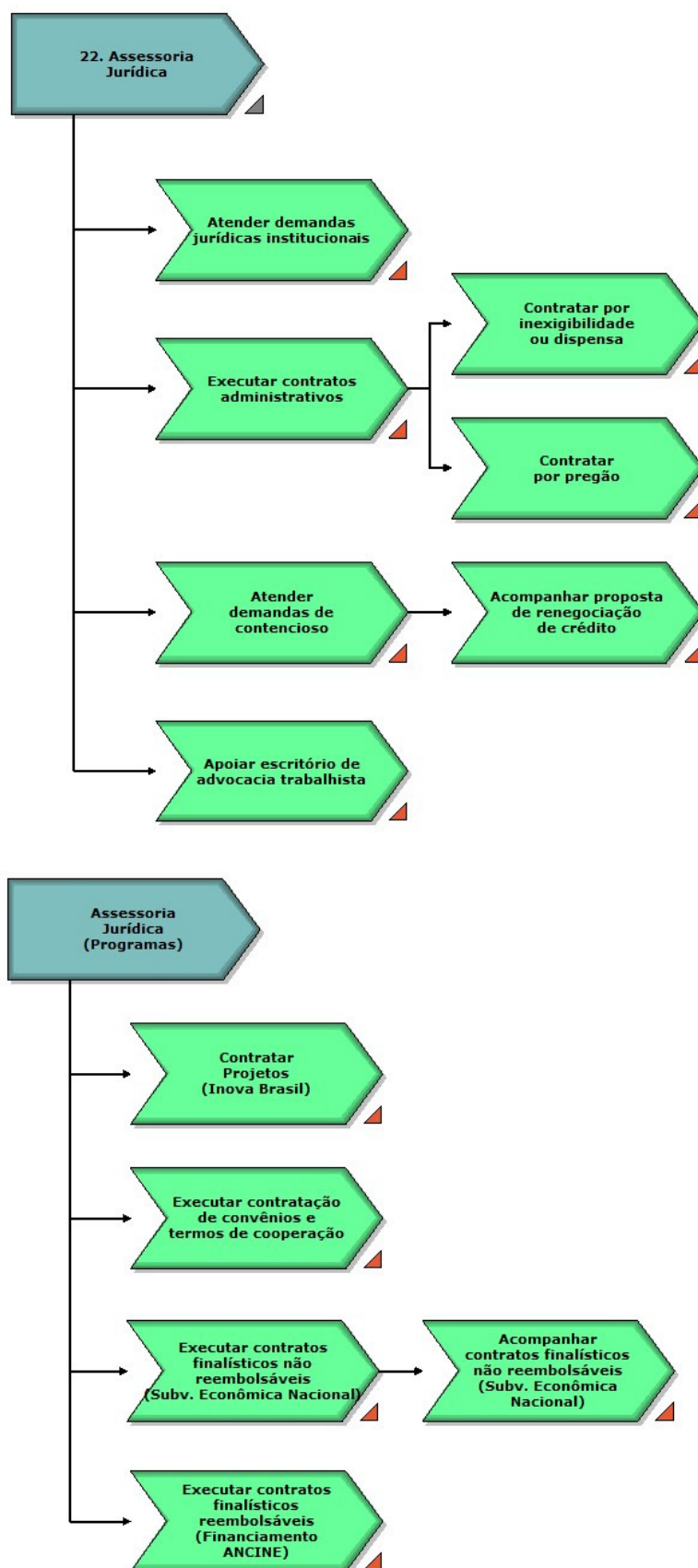
# ANEXO VIII – ITEM 1.5

## Macroprocesso Tecnologia da Informação



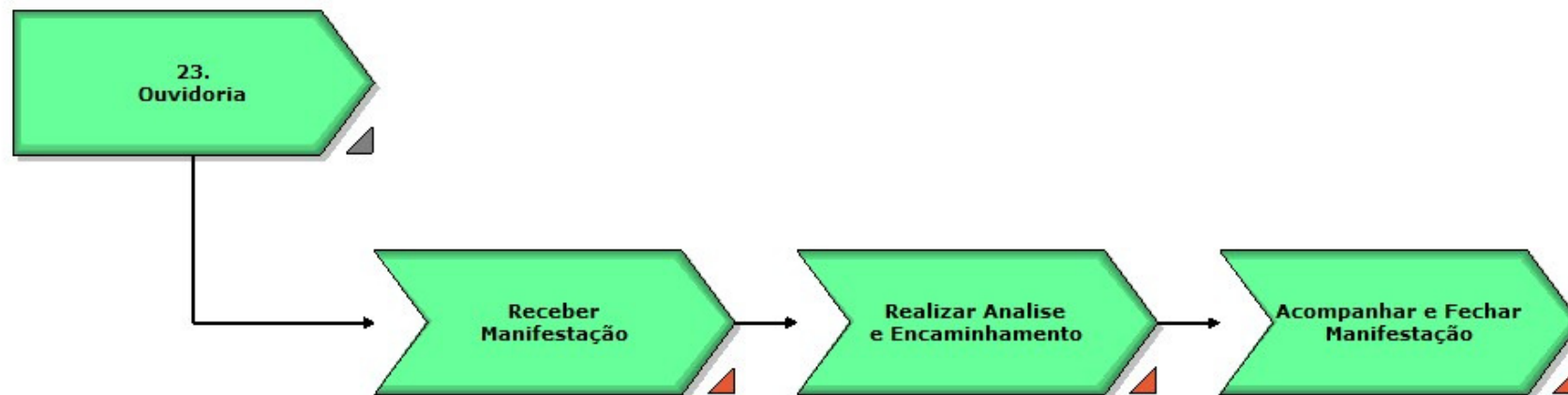
# ANEXO IX – ITEM 1.5

## Macroprocesso Assessoria Jurídica



# ANEXO X – ITEM 1.5

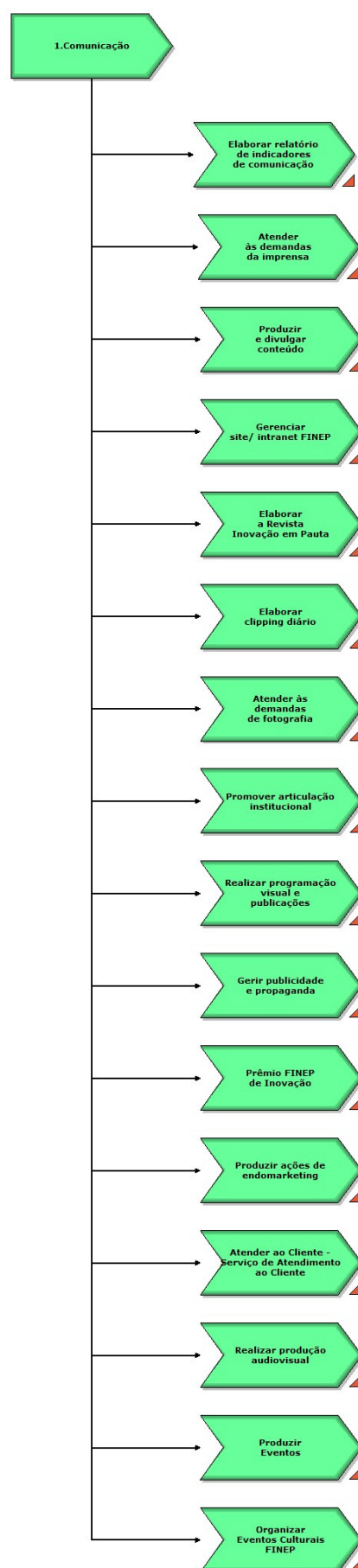
## Macroprocesso Ouvidoria



# ANEXO XI – ITEM 1.5

## Macroprocesso Comunicação

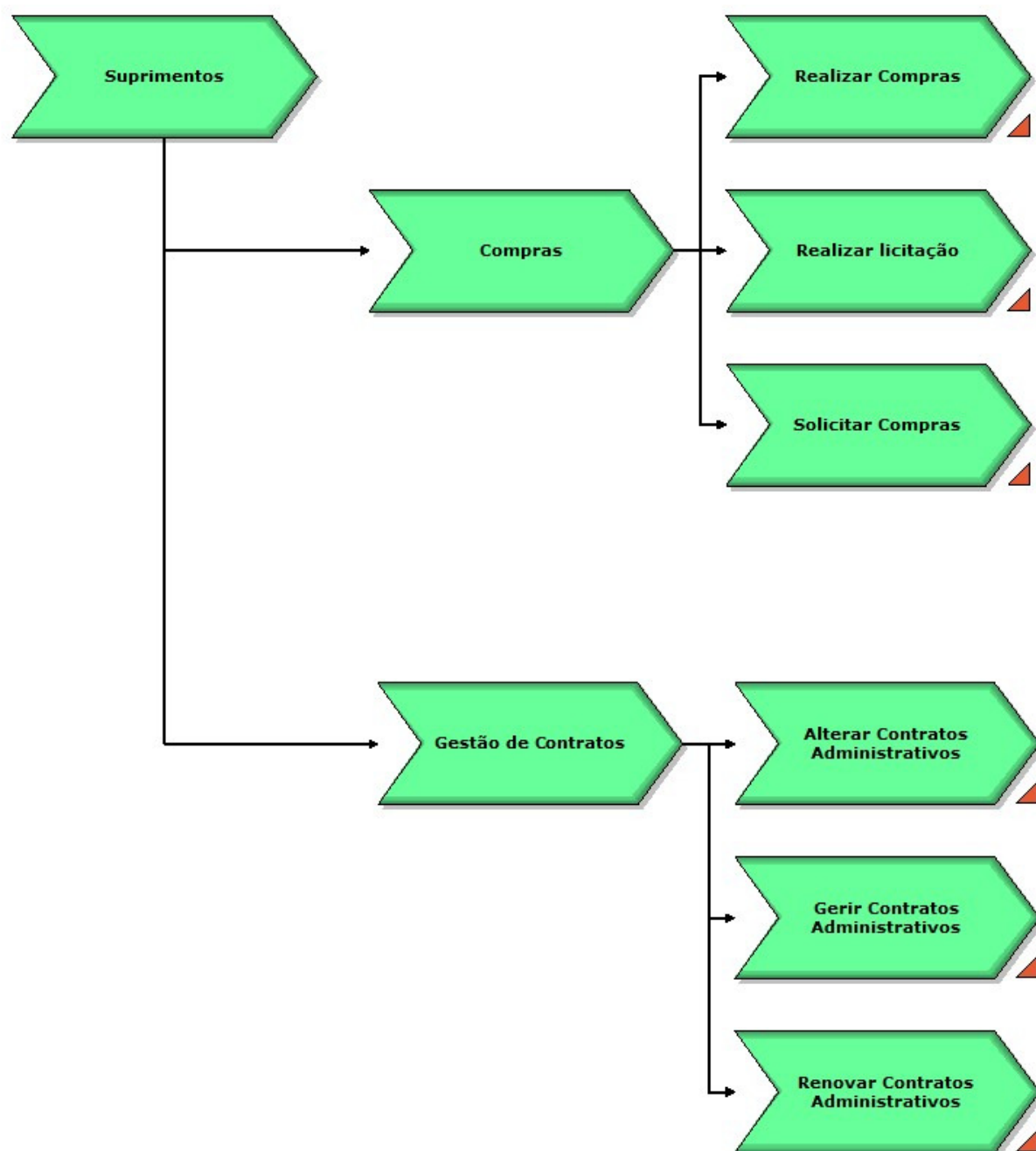
## ANEXO XI – ITEM 1.5: Macroprocesso Comunicação





# ANEXO XII – ITEM 1.5

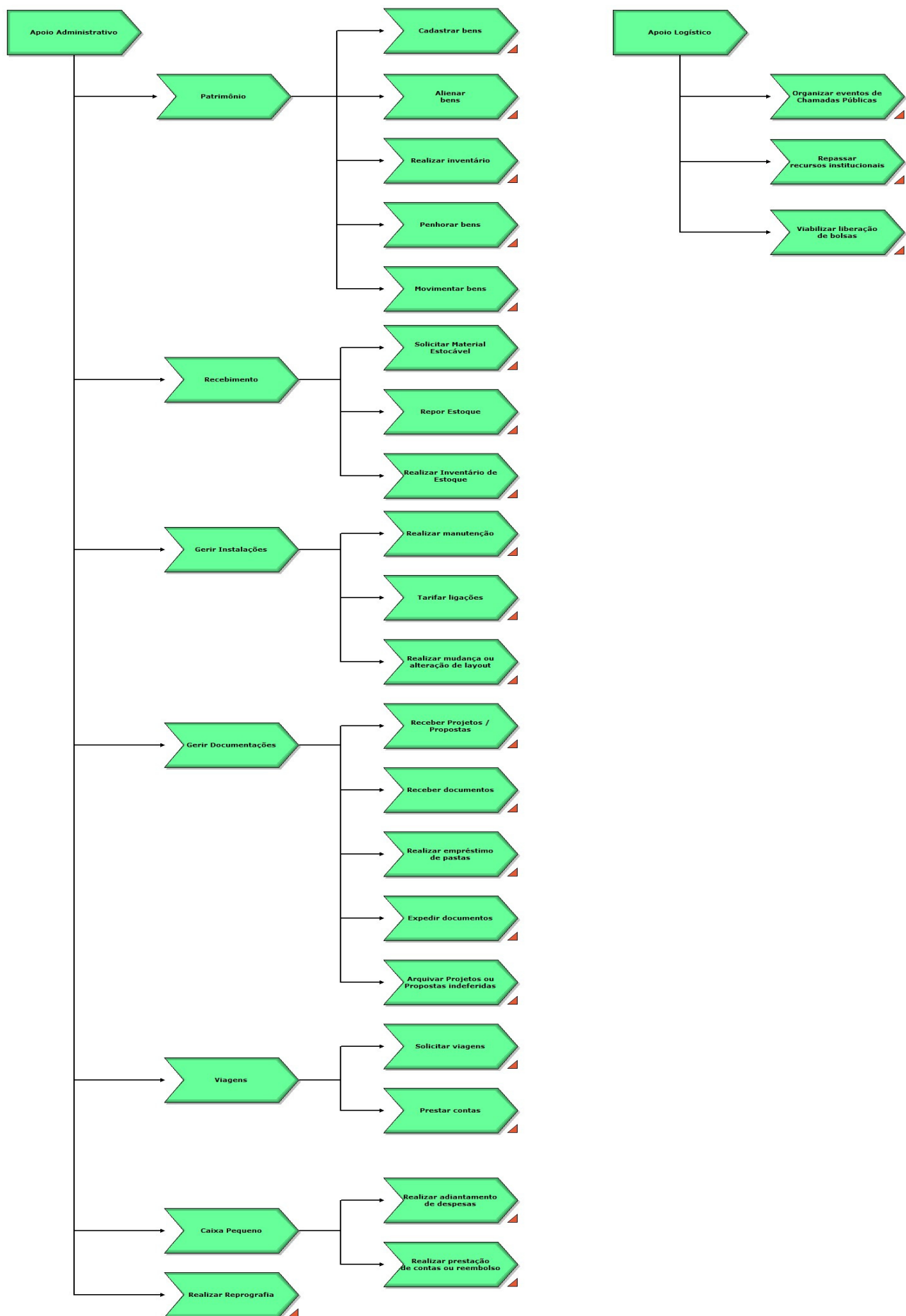
## Macroprocesso Suprimentos



# ANEXO XIII – ITEM 1.5

## Macroprocesso Apoio Administrativo

## ANEXO XIII – ITEM 1.5: Macroprocesso Apoio Administrativo



# **ANEXO XIV – ITEM 1.6.3**

**Recursos de Parceiros**

**Ministério das Comunicações**

**ANEXO XIV – ITEM 1.6.3: Recursos de Parceiros - Ministério das Comunicações**
**Recursos Não-reembolsáveis - FUNTTEL**
**PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012**

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1641/10	01.11.0028.00	14/02/2011	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	TECNOLOGIAS DE SEGURANÇA PARA AMBIENTES MÓVEIS	17.922.210,58	1.519.000,00	1.580.314,26	3.099.314,26	14.822.896,32
2185/09	01.10.0556.01	10/11/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	UNIDADE DE REDE ÓPTICA COM DISTRIBUIÇÃO INTEGRADA DE ACESSO ATRAVÉS DE REDE LEGADA	3.341.236,70	1.639.834,68	958.284,68	2.598.119,36	743.117,34
2190/09	01.09.0632.02	30/12/2009	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	PLATAFORMA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES EM REDES IP - TELCO 2.0	2.760.284,56	1.586.978,15	586.653,21	2.173.631,36	586.653,20
2204/09	01.10.0474.02	06/10/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	DESENVOLVIMENTO DE HARDWARE UNIVERSAL INOVADOR PARA MODERNIZAÇÃO E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES	7.344.022,38	4.315.220,75	1.760.225,01	6.075.445,76	1.268.576,62
2214/09	01.10.0476.01	06/10/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	FRAMEWORK PARA IMPLEMENTAÇÃO DE APLICAÇÕES SIP EM REDES NGN	2.881.886,72	1.496.266,33	1.326.898,68	2.823.165,01	58.721,71
2218/09	01.10.0720.01	10/12/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	MODULO COMPACTO DE ACESSO A SERVIÇOS	1.950.100,00	0,00	862.225,00	862.225,00	1.087.875,00
2225/09	01.10.0806.00	15/12/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	PLATAFORMA DE GERÊNCIA DE PERFORMANCE DE SERVIÇOS EM REDES DE BANDA LARGA MÓVEL	3.300.753,00	757.586,41	610.650,60	1.368.237,01	1.932.515,99
2232/09	01.09.0634.02	30/12/2009	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	ANTENAS ADAPTATIVAS E MÓDULOS DE RADIOFREQUÊNCIA PARA REDES SEM FIO BANDA LARGA APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA	4.698.826,62	3.222.835,29	1.475.991,13	4.698.826,42	0,20
2237/09	01.10.0512.01	28/10/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS - FITEC	TECNOLOGIAS INOVADORAS DE ACESSO EM BANDA LARGA INTEGRADAS EM PLATAFORMAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES BASEADOS NO PROTOCOLO IP.	6.398.062,19	2.502.571,01	3.767.071,20	6.269.642,21	128.419,98
2252/09	01.09.0628.01	30/12/2009	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	PLATAFORMA DE PRODUTOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE DADOS E RECURSOS EM REDES IMS/NGN	11.792.048,73	4.754.488,73	803.622,03	5.558.110,76	6.233.937,97
2255/09	01.10.0479.01	06/10/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	PLATAFORMA INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO MÓVEL SEGURA EM BANDA LARGA MULTISERVIÇO PARA ÔNIBUS URBANO	2.965.860,87	1.356.739,49	1.557.076,76	2.913.816,25	52.044,62

ANEXO XIV – ITEM 1.6.3: Recursos de Parceiros - Ministério das Comunicações

Recursos Não-reembolsáveis - FUNTTEL

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2273/09	01.10.0560.01	11/11/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	INTERCONEXÃO DE REDES VOIP UTILIZANDO MAPEAMENTO ELETRÔNICO DE NÚMEROS	3.773.391,79	1.586.994,90	2.039.687,80	3.626.682,70	146.709,09
2621/09	01.09.0631.01	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	REDES DE ACESSO SEM FIO AVANÇADAS	55.092.057,09	15.947.999,97	20.051.964,96	35.999.964,93	19.092.092,16
2622/09	01.10.0210.01	20/05/2010	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	SISTEMA INTEGRADO DE OSS E BSS PARA PLATAFORMAS DE SERVIÇOS IP	39.864.799,99	9.544.000,00	2.025.412,76	11.569.412,76	28.295.387,23
2623/09	01.09.0629.01	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	TECNOLOGIAS ÓPTICAS DE 100GB ETHERNET	90.171.198,93	23.060.020,77	15.005.897,85	38.065.918,62	52.105.280,31
2626/09	01.09.0627.02	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	AUTENTICAÇÃO BIOMÉTRICA MULTIMODAL E ICONOGRÁFICA PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS	10.686.586,18	5.362.659,76	3.258.699,33	8.621.359,09	2.065.227,09
2627/09	01.10.0272.01	11/06/2010	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FRAMEWORK UTILIZANDO SÍNTESE DE VOZ PARA DEFICIENTES VISUAIS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS	5.255.004,83	2.615.682,09	1.777.524,97	4.393.207,06	861.797,77
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 270.198.331,16</b>	<b>R\$ 81.268.878,33</b>	<b>R\$ 59.448.200,23</b>	<b>R\$ 140.717.078,56</b>	<b>R\$ 129.481.252,60</b>

Fonte: FINEP - APLA





# ANEXO XV – ITEM 1.6.5

Recursos de Parceiros

Ministério do Trabalho e  
Emprego

**ANEXO XV – ITEM 1.6.5: Recursos de Parceiros - Ministério do Trabalho e Emprego**
**RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Convênio 005/2007**
**PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012**

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0407/08	01.08.0642.00	30/12/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE A	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DO NORTE DE MINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	IMPLEMENTAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES - ITCP/UNIMONTES	315.288,20	130.000,00	179.442,93	309.442,93	5.845,27
0422/08	01.08.0584.00	22/12/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE A	SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO	CENTRO UNIVERSITÁRIO LASALLE	INCUBADORA DE EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS DO UNILASALLE	377.132,80	148.996,00	225.208,13	374.204,13	2.928,67
1256/07	01.08.0105.00	27/03/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP COOPERA - UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA	549.111,00	299.315,00	219.156,40	518.471,40	30.639,60
1258/07	01.08.0419.00	05/11/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DA PESQUISA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA EMPREENDIMIENTOS SOLIDARIOS	425.268,69	200.000,00	225.268,69	425.268,69	0,00
1806/07	01.08.0452.00	24/11/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	FUNDAÇÃO ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - MATRIZ	APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES E CONSOLIDAÇÃO DA ITCP/CEFET-BA	541.178,54	294.722,54	239.501,63	534.224,17	6.954,37
1807/07	01.08.0381.00	15/10/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB	PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BLUMENAU E REGIÃO - ITCP/FURB	477.562,60	229.944,60	229.329,99	459.274,59	18.288,01
1894/07	01.08.0497.00	11/12/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA POR MEIO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES	350.737,30	208.914,30	103.707,83	312.622,13	38.115,17
1710/08	01.09.0457.00	09/10/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/MTE/FINEP - SIES - 01/2008	FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA - FUFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA	MAPEAMENTO DE EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, ENTIDADES DE APOIO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MA, CE, PI E RN	1.139.950,70	924.910,70	197.844,37	1.122.755,07	17.195,63
0837/11	01.12.0154.00	17/05/2012	Encomenda Vertical de Projeto de Pesquisa	FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	MAPEAMENTO DE EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, ENTIDADES DE APOIO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO RJ, SP, ES E MG	589.117,00	0,00	589.117,00	589.117,00	0,00
0810/11	01.12.0204.00	19/06/2012	Encomenda Vertical de Projeto de Pesquisa	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	MAPEAMENTO DE EMPREENDIMIENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS, ENTIDADES DE APOIO E POLITICAS PUBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS ESTADOS DE MT E MS	191.037,70	0,00	191.037,70	191.037,70	0,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 4.956.384,53</b>	<b>R\$ 2.436.803,14</b>	<b>R\$ 2.399.614,67</b>	<b>R\$ 4.836.417,81</b>	<b>R\$ 119.966,72</b>

Fonte: FINEP - ATDS

# **ANEXO XVI – ITEM 1.6.6**

**Recursos de Parceiros**

**Ministério do Turismo**

**ANEXO XVI – ITEM 1.6.6 : Recursos de Parceiros - Ministério do Turismo**

**RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur) - CONVÊNIO 0599/2007**

**PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012**

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1677/08	01.09.0436.00	23/09/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/MTUR/FINEP - EES NA CADEIA DO TURISMO - 01/2008	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS COPPETEC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA COPPE	INCUBAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	508.006,90	101.601,38	406.405,52	508.006,90	0,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 508.006,90</b>	<b>R\$ 101.601,38</b>	<b>R\$ 406.405,52</b>	<b>R\$ 508.006,90</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: FINEP - ATDS

# ANEXO XVII – ITEM 1.6.8

Recursos de Parceiros

ANCINE

**ANEXO XVII – ITEM 1.6.8 : Recursos de Parceiros - Agência Nacional do Cinema**
**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE**  
**PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012**

Referência	Contrato	Data da Contratação	Demanda	Empresa	CNPJ	Projeto	Em R\$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1000/10	02.11.0272.00	09/11/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	66.708.900/0001-04	A GRANDE IDEIA - BRASIL	195.222,00	175.699,80	19.522,20	195.222,00	0,00
0044/11	02.12.0378.00	05/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	Crystal Cinematográfica Ltda	30.510.135/0001-68	A PRIMEIRA MISSA	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0172/11	02.12.0449.00	28/11/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	STAIRS JOGOS ELETRONICOS LTDA	10.433.648/0001-05	A PRINCESA DE ELYMIA	897.246,00	0,00	807.521,40	807.521,40	89.724,60
0143/10	02.11.0182.00	13/07/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	ASACINE PRODUÇÕES LTDA EPP	37.981.206/0001-50	A ÚLTIMA ESTAÇÃO	554.014,15	498.612,74	55.401,41	554.014,15	0,00
0145/10	02.12.0257.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	GULLANE ENTRETENIMENTO S/A	01.378.559/0001-12	ACORDA BRASIL!	1.500.000,00	0,00	1.350.000,00	1.350.000,00	150.000,00
0138/11	02.12.0264.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	TAMBELLINI FILMES E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.	29.269.719/0001-04	AGAMENON MENDES PEDREIRA - O FILME	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00
0562/09	02.10.0384.00	16/07/10	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2008	POLO DE IMAGEM LTDA	03.382.581/0001-61	ARTE POPULAR DO BRASIL	1.169.080,00	1.052.172,00	116.908,00	1.169.080,00	0,00
0573/09	02.10.0370.00	16/07/10	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2008	Aiupa Brasil Produções LTDA.	09.299.923/0001-60	AS TRAÇAS	421.674,80	379.507,32	42.167,48	421.674,80	0,00
0317/11	02.12.0201.00	20/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	Ciclorama Filmes Comunicação Ltda.	12.124.611/0001-20	ASPIRANTES	342.000,00	0,00	307.800,00	307.800,00	34.200,00
0226/09	02.10.0531.00	10/11/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - COMPLEMENTO	RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	06.998.046/0001-28	BESOURO	1.563.392,00	1.407.052,80	156.339,20	1.563.392,00	0,00
0201/11	02.12.0151.00	24/05/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	BANANEIRA FILMES LTDA	02.140.120/0001-10	BILLI PIG	800.000,00	0,00	800.000,00	800.000,00	0,00
0695/10	02.11.0232.00	26/09/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	OTTO DESENHOS ANIMADOS LTDA	87.435.368/0001-60	BOA NOITE, MARTHA	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
1020/10	02.11.0223.00	08/09/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	Panorâmica Comunicação Ltda	05.565.485/0001-84	BRAZUCAS!	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
1011/10	02.11.0225.00	11/04/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	TECNOKENA AUDIOVISUAL E MULTIMÍDIA LTDA	02.585.713/0001-90	BRICHOS - SERIE DE TV - PRIMEIRA TEMPORADA	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0250/10	02.11.0379.00	21/12/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	TvZERO Cinema Ltda	03.360.320/0001-40	BRUNA SURFISTINHA - O DOCE VENENO DO ESCORPIÃO	557.963,00	0,00	557.963,00	557.963,00	0,00
0118/10	02.11.0167.00	25/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	44 toons Produções Artísticas LTDA	08.517.383/0001-81	BUGIGANGUE NO ESPAÇO	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0078/11	02.12.0196.00	14/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	TRUQUE PRODUTORA DE CINEMA TV E VÍDEO LTDA	16.487.027/0001-90	CAPÃO - A ONDA DE UMA COMUNIDADE	163.000,00	0,00	146.700,00	146.700,00	16.300,00

**ANEXO XVII – ITEM 1.6.8 : Recursos de Parceiros - Agência Nacional do Cinema**
**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE**  
**PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012**

Referência	Contrato	Data da Contratação	Demanda	Empresa	CNPJ	Projeto	Em R\$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0119/10	02.11.0274.00	09/11/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	LAGOA CULTURAL E ESPORTIVA LTDA.	00.700.805/0001-48	CAPITÃES DA AREIA	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0300/11	02.12.0362.00	21/09/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	W MIX DISTRIBUIDORA LTDA	03.918.609/0001-32	CASA DA MÃE JOANA 2	1.500.000,00	0,00	1.350.000,00	1.350.000,00	150.000,00
0315/11	02.12.0302.00	07/08/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	FILM CONNECTION DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	07.819.481/0001-00	CASA GRANDE	950.000,00	0,00	855.000,00	855.000,00	95.000,00
0335/10	02.11.0104.00	14/07/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	SM DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	08.257.054/0001-49	CASAI S INTELIGENTES ENRIQUECEM JUNTOS	2.000.000,00	1.800.000,00	200.000,00	2.000.000,00	0,00
0088/09	02.10.0056.00	24/03/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	02.947.857/0001-49	Corações Sujos	1.500.000,00	1.350.000,00	150.000,00	1.500.000,00	0,00
0334/11	02.12.0276.00	20/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 03/2010	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	07.616.202/0001-01	CORAÇÕES SUJOS	400.000,00	0,00	400.000,00	400.000,00	0,00
0172/10	02.11.0152.00	17/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	SP FILMES DE SÃO PAULO LTDA	59.190.843/0001-40	CORDA BAMBA	700.000,00	630.000,00	70.000,00	700.000,00	0,00
0289/10	02.11.0380.00	21/12/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	ALÊ ABREU PRODUÇÕES LTDA	67.006.775/0001-45	CUCA NO JARDIM	404.400,00	0,00	363.960,00	363.960,00	40.440,00
0304/11	02.12.0152.00	24/05/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	SM DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	08.257.054/0001-49	E AI, COMEU?	2.250.000,00	0,00	2.250.000,00	2.250.000,00	0,00
0116/11	02.12.0277.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	TB Produções Ltda	02.342.813/0001-95	ÉDEN	407.000,00	0,00	366.300,00	366.300,00	40.700,00
0107/11	02.12.0404.00	23/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	POLO DE IMAGEM LTDA	03.382.581/0001-61	ENTRE VALES E MONTANHAS (o lixo nosso de cada dia)	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0296/10	02.12.0013.00	30/01/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	DILER E ASSOCIADOS LTDA.	00.291.470/0001-51	ESPERTICES E VALENTURAS	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0123/09	02.10.0330.00	05/07/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	DRAMA FILMES LTDA	02.902.219/0001-01	EU RECEBERIA AS PIORES NOTÍCIAS DOS SEUS LINDOS LÁBIOS	700.000,00	630.000,00	70.000,00	700.000,00	0,00
1023/10	02.11.0333.00	09/12/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	CAMISA LISTRADA LTDA.	03.987.306/0001-71	EXPEDIÇÕES BURLE MARX	400.000,00	0,00	360.000,00	360.000,00	40.000,00
0100/09	02.10.0110.00	05/04/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	Bela Vista Rio Cinema e Produção Artística LTDA	09.240.833/0001-02	FEBRE DO RATO	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0586/09	02.10.0017.00	10/02/10	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2008	CANNES PRODUÇÕES S/A	72.672.017/0001-04	FILME DE ESTRADA	800.000,00	720.000,00	80.000,00	800.000,00	0,00
0210/10	02.11.0262.00	04/11/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	FILMES DO EQUADOR LTDA	73.619.637/0001-34	FLORES RARAS E BANALÍSSIMAS	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00

**ANEXO XVII – ITEM 1.6.8 : Recursos de Parceiros - Agência Nacional do Cinema**
**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE**  
**PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012**

Referência	Contrato	Data da Contratação	Demanda	Empresa	CNPJ	Projeto	Em R\$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0170/10	02.11.0251.00	25/10/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	LAZ AUDIOVISUAL LTDA.	80.816.838/0001-97	GARIBALDI IN AMERICA	518.146,00	0,00	466.331,40	466.331,40	51.814,60
0195/10	02.11.0074.00	28/03/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	RT COMERCIO E SERVIÇOS DE CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE OBRAS COM DIREITOS AUTORAIS LTDA	05.840.498/0001-14	HELENO, O HOMEM QUE CHUTAVA COM A CABEÇA	1.000.000,00	900.000,00	100.000,00	1.000.000,00	0,00
0694/10	02.12.0069.00	18/03/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	GLAZ ENTRETENIMENTO LTDA	02.140.164/0001-40	HISTORIETAS ASSOMBRADAS (para crianças maltratadas)	650.000,00	0,00	585.000,00	585.000,00	65.000,00
0702/10	02.11.0207.00	25/08/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	02.947.857/0001-49	JULIE E OS FANTASMAS	2.000.000,00	1.800.000,00	200.000,00	2.000.000,00	0,00
0168/10	02.11.0276.00	04/11/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	BURITI FILMES LTDA	02.238.621/0001-33	LUTAS - O FILME	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0584/09	02.10.0129.00	19/04/10	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2008	CANNES PRODUÇÕES S/A	72.672.017/0001-04	LUTAS - O FILME	400.000,00	360.000,00	40.000,00	400.000,00	0,00
0168/11	02.12.0348.00	13/09/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	06.998.046/0001-28	MATO SEM CACHORRO	1.500.000,00	0,00	1.350.000,00	1.350.000,00	150.000,00
0672/10	02.11.0216.00	11/09/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	LD Laboratorio de Desenhos Ltda.	02.683.477/0001-44	MEU AMIGÃOZÃO	1.000.000,00	900.000,00	100.000,00	1.000.000,00	0,00
0170/11	02.12.0292.00	26/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	Passaro Films do Brasil Audiovisuais LTDA	06.140.668/0001-10	MEU PE DE LARANJA LIMA	800.000,00	0,00	720.000,00	720.000,00	80.000,00
0309/11	02.12.0273.00	20/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	07.616.202/0001-01	MINHA MÃE É UMA PEÇA - O FILME	2.500.000,00	0,00	2.250.000,00	2.250.000,00	250.000,00
0676/10	02.11.0197.00	19/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	66.708.900/0001-04	MINUTO NA TV - ESPORTES	200.000,00	180.000,00	20.000,00	200.000,00	0,00
0158/10	02.11.0393.00	26/12/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	TAMBELLINI FILMES E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.	29.269.719/0001-04	MUITOS HOMENS NUM SÓ	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0332/10	02.11.0106.00	14/04/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	SM DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	08.257.054/0001-49	NAUTILUS	1.500.000,00	0,00	1.350.000,00	1.350.000,00	150.000,00
0268/10	02.12.0249.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	TvZERO Cinema Ltda	03.360.320/0001-40	NISE DA SILVEIRA - A SENHORA DAS IMAGENS	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0130/10	02.11.0169.00	25/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	TRUQUE PRODUTORA DE CINEMA TV E VÍDEO LTDA	16.487.027/0001-90	O HOMEM QUE NÃO DORMIA	300.000,00	270.000,00	30.000,00	300.000,00	0,00
0206/11	02.12.0462.00	05/12/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	CAMISA LISTRADA LTDA.	03.987.306/0001-71	O MENINO NO ESPELHO	750.000,00	0,00	675.000,00	675.000,00	75.000,00
0245/10	02.12.0290.00	26/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA LTDA	05.508.188/0001-05	ONDE ESTÁ A FELICIDADE?	600.000,00	0,00	540.000,00	540.000,00	60.000,00



**ANEXO XVII – ITEM 1.6.8 : Recursos de Parceiros - Agência Nacional do Cinema**
**ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE  
PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012**

Referência	Contrato	Data da Contratação	Demanda	Empresa	CNPJ	Projeto	Em R\$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0685/10	02.11.0218.00	08/09/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	44 toons Produções Artísticas LTDA	08.517.383/0001-81	OSMAR, A PRIMEIRA FATIA DO PÃO DE FORMA	999.000,00	0,00	899.100,00	899.100,00	99.900,00
0063/11	02.12.0251.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	Taiga Filmes e Vídeo Ltda.	73.947.392/0001-74	PESO DA MASSA, LEVEZA DO PÃO	210.000,00	0,00	210.000,00	210.000,00	0,00
0311/11	02.12.0272.00	20/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	07.616.202/0001-01	PIXINGUINHA, UM HOMEM CARINHOSO	2.500.000,00	0,00	2.250.000,00	2.250.000,00	250.000,00
0330/10	02.11.0401.00	27/12/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	ANTÔNIO FERNANDES FILMES	02.668.665/0001-01	PRAIA DO FUTURO	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0319/11	02.12.0213.00	25/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	Vitrine Filmes Ltda.	11.620.976/0001-83	QUASE SAMBA	358.000,00	0,00	322.200,00	322.200,00	35.800,00
0321/10	02.11.0202.00	16/08/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	Pipa Nativa Produções Culturais	05.933.574/0001-36	RITOS DE PASSAGEM	365.700,00	329.130,00	36.570,00	365.700,00	0,00
0305/11	02.12.0140.00	17/05/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	08.656.129/0001-64	ROMANCE POLICIAL	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0174/10	02.11.0139.00	11/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	Taiga Filmes e Vídeo Ltda.	73.947.392/0001-74	SALA DE ESPERA	700.000,00	630.000,00	70.000,00	700.000,00	0,00
0085/11	02.12.0266.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	DRAMA FILMES LTDA	02.902.219/0001-01	SANGUE AZUL	750.000,00	0,00	675.000,00	675.000,00	75.000,00
0209/11	02.12.0376.00	02/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	SINCROCINE PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	42.488.478/0001-52	TAINÁ 3 - A ORIGEM	900.000,00	0,00	810.000,00	810.000,00	90.000,00
0198/11	02.12.0377.00	05/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	REC PRODUTORES ASSOCIADOS	02.669.022/0001-74	TATUAGEM	748.000,00	0,00	673.200,00	673.200,00	74.800,00
0328/10	02.11.0058.00	15/03/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	W MIX DISTRIBUIDORA LTDA	03.918.609/0001-32	THE BILLI PIG	1.500.000,00	1.350.000,00	150.000,00	1.500.000,00	0,00
0146/11	02.12.0195.00	14/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	República Pureza Filmes	01.369.211/0001-69	UM FILME DE CINEMA	250.000,00	0,00	225.000,00	225.000,00	25.000,00
0225/10	02.11.0192.00	26/07/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	O2 CINEMA LTDA	02.525.725/0001-29	XINGU	1.400.000,00	1.260.000,00	140.000,00	1.400.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>							<b>57.573.837,95</b>	<b>17.522.174,66</b>	<b>36.962.984,09</b>	<b>54.485.158,75</b>	<b>3.088.679,20</b>

Fonte: FINEP - APLA



## Recursos de Parceiros

FNDCT

## ANEXO XVIII – ITEM 1.6.10: Recursos de Parceiros - FNDCT

## RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT - PTF

## PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2012

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2011	Valor Liberado em 2012	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
3559/05	01.05.0984.04	23/12/2005	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP	MODELOS DE DECISÃO PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES VAZIOS	336.000,12 <sup>(1)</sup>	237.483,69	48.902,83	286.386,52	0,00
4293/06	01.07.0085.03	09/04/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: BIOTECNOLOGIA	FARMACORE BIOTECNOLOGIA LTDA	FARMACORE BIOTECNOLOGIA LTDA	PROTEÍNA HSP65 RECOMBINANTE E SUA APLICAÇÃO NO TRATAMENTO DE CÂNCER	1.598.700,00 <sup>(2)</sup>	963.000,00	369.000,00	1.332.000,00	0,00
3875/06	01.07.0508.00	05/12/2007	CH. PÚBL. SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: APLICAÇÕES MOBILIZADORAS ESTRATÉGICA	BEMATECH S/A	BEMATECH S/A	SISTEMA ECF CONECT	1.154.932,00 <sup>(3)</sup>	923.945,60	230.986,40	1.154.932,00	0,00
4138/06	01.07.0096.00	11/04/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: BIOTECNOLOGIA	RECEPTA BIOPHARMA S.A.	RECEPTA BIOPHARMA S.A.	APLICAÇÕES DE ANTICORPOS MONOCLONAIS NO TRATAMENTO DO CÂNCER	6.108.440,00	4.497.820,00	1.070.620,00	5.568.440,00	540.000,00
4439/06	01.07.0076.00	15/03/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: BIOTECNOLOGIA	EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA	EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA	DESENVOLVIMENTO PRÉ-CLÍNICO E CLÍNICO DE G-CSF RECOMBINANTE PARA TRATAMENTO DE NEUTROPENIA EM PACIENTES COM CÂNCER	875.000,00	580.000,00	290.460,88	870.460,88	0,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 10.073.072,12</b>	<b>R\$ 7.202.249,29</b>	<b>R\$ 2.009.970,11</b>	<b>R\$ 9.212.219,40</b>	<b>R\$ 540.000,00</b>

Nota:

1- Cancelado o valor de R\$ 49.613,60

2- Cancelado o valor de R\$ 266.700,00

3- Cancelado o valor de R\$ 4.539,12

Fonte: FINEP - APLA

# ANEXO XIX – ITEM 2.4

## Índices Econômico-financeiros

## ANEXO XIX – ITEM 2.4: Índices Econômico-financeiros da FINEP

Símbolo	Índice	2012	2011	Fórmula	Indica	Interpretação
<b>Estrutura de Capital</b>						
E	Endividamento	6,31	4,75	$(\text{Capitais de Terceiros} / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$ ou $((\text{PC} + \text{PNC}) / \text{PL}) * 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio	Quanto menor, melhor
EG	Endividamento Geral	0,86	0,83	$(\text{Capitais de Terceiros} / \text{Total do Ativo}) * 100$ ou $((\text{PC} + \text{PNC}) / \text{AT}) * 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 de Ativo	Quanto menor, melhor
CE	Composição de Exigibilidades	0,15	0,23	$(\text{Passivo Circulante} / \text{Capitais de Terceiros}) * 100$ ou $(\text{PC} / (\text{PC} + \text{PNC})) * 100$	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais	Quanto menor, melhor
CAP	Nível de Capitalização	0,14	0,17	$(\text{Patrimônio Líquido} / \text{Total do Passivo})$ ou $(\text{PL} / \text{PT})$	Mensura o mesmo nível de endividamento apurado pelo endividamento geral, sendo mais utilizado pelo mercado financeiro por ser mais instintivo.	
IPL	Imobilização do Patrimônio Líquido	0,12	0,12	$((\text{Ativo Não Circulante} - \text{Realizável a LP}) / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$ ou $((\text{ANC} - \text{RLP}) / \text{PL}) * 100$	Quanto reais a empresa aplicou no Ativo que representam aquisições permanentes para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido	Quanto menor, melhor
<b>Liquidez</b>						
LG	Liquidez Geral	1,14	1,18	$((\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})) * 100$ ou $((\text{AC} + \text{ARLP}) / (\text{PC} + \text{PNC}))$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida Total	Quanto maior, melhor
LC	Liquidez Corrente	3,21	1,96	$\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$ ou $(\text{AC} / \text{PC})$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor
LI	Liquidez Imediata	2,44	1,30	$\text{Disponível} / \text{Passivo Circulante}$ ou $(\text{Disponível} / \text{PC})$	Quanto a empresa possui de caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor*
<b>Rentabilidade</b>						
RPL	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	9,58%	8,21%	$(\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}) * 100$ ou $(\text{LL} / \text{PL}) * 100$	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, em média, no exercício	Quanto maior, melhor
MOL	Margem Operacional Líquida	21,80%	24,57%	$(\text{Lucro Operacional Líquido} / \text{Receita Operacional Líquida}) * 100$ ou $(\text{LOL} / \text{ROL}) * 100$	Quanto a empresa obtem de lucro operacional para cada R\$ 100,00 da Receita Operacional Líquida	Quanto maior, melhor
ML	Margem Líquida de Lucro	14,96%	18,40%	$(\text{Lucro Líquido} / \text{Receita Operacional Líquida}) * 100$ ou $(\text{LL} / \text{ROL}) * 100$	Quanto a empresa obtem de lucro líquido para cada R\$ 100,00 de Receita Operacional Líquida	Quanto maior, melhor
RA	Rotação do Ativo	8,76%	9,13%	$(\text{Receita Operacional Líquida} / \text{Ativo Total}) * 100$ ou $(\text{ROL} / \text{AT}) * 100$	Quantas vezes girou, durante o período, o Ativo Total comparando com o Faturamento	Quanto maior, melhor
RI	Rentabilidade dos Investimentos	1,31%	1,68%	$(\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}) * 100$ ou $(\text{LL} / \text{AT}) * 100$	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total	Quanto maior, melhor
<b>Legendas</b> AC - Ativo Circulante AP - Ativo Permanente ARLP - Ativo Realizável a Longo Prazo AT - Ativo Total LL - Lucro Líquido LOL - Lucro Operacional Líquido PC - Passivo Circulante PDD - Provisão para Devedores Duvidosos PELP - Passivo Exigível a Longo Prazo PL - Patrimônio Líquido ROB - Receita Operacional Bruta ROL - Receita Operacional Líquida						

Fonte: FINEP -AFC

## **ANEXO XX – ITEM 3.2**

# **Avaliação do Sistema de Controles Internos**

## ANEXO XX – ITEM 3.2: Avaliação do Sistema de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	



## ANEXO XX – ITEM 3.2: Avaliação do Sistema de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Considerações gerais:</b>					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: FINEP - Gabinete da Presidência (GAPR)



# ANEXO XXI – ITEM 3.2.5

## Documentos Normativos Aprovados em 2012

# ANEXO XXI- ITEM 3.2.5: Documentos Normativos Aprovados em 2012

POLÍTICA	P-OPE-004/12 - POLÍTICA OPERACIONAL 2012-2014 Rev 01	Estabelecer diretrizes para as demandas que poderão resultar na celebração de contratos e convênios no período 2012-2014.
	P-OPE-001/10 - POLÍTICA DE GESTÃO E CONTROLE DE PROJETOS CONTRATADOS POR MEIO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO - Rev01	Definir as diretrizes para a gestão e controle de projetos apoiados pela FINEP, de forma a garantir o alcance dos resultados individuais e a regularidade dos atos praticados em conformidade com a legislação aplicável.
	P-GES-001/11 PATROCÍNIO DA FINEP Rev 01	Fortalecer a imagem da FINEP junto a seus públicos-alvo e à população em geral, assim como estabelecer uma efetiva comunicação institucional com a sociedade brasileira.
	P-GES-001/11 PATROCÍNIO DA FINEP Rev 02	Fortalecer a imagem da FINEP junto a seus públicos-alvo e à população em geral, assim como estabelecer uma efetiva comunicação institucional com a sociedade brasileira.
	P-RHM-001-12 POLÍTICA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NA FINEP	A elaboração desta política tem por objetivo estabelecer diretrizes e princípios que orientem as atuais e futuras ações da FINEP em relação à saúde e ao bem-estar dos seus empregados.
MANUAL	M-OPE-002/10 MANUAL DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO Rev 01	Documento normativo que estabelece as características das operações não reembolsáveis e as orientações para apresentação, análise, contratação, acompanhamento (técnico e financeiro) e encerramento de convênios e termos de cooperação
NORMA	N-OPE-028-12 NORMA REGIMENTAL DO COMITÊ DE ENQUADRAMENTO E PRIORIZAÇÃO (CEP) Rev 00	Estabelecer atribuições, regras de funcionamento e procedimentos do Comitê de Enquadramento e Priorização.
	N-OPE-009/10 ANÁLISE E ENCERRAMENTO DO PASSIVO DE CONVÊNIOS Rev 01	Estabelecer critérios e procedimentos para as modalidades de prestações de contas, análise e encerramento de convênios que integram o passivo da FINEP.
	N-OPE-016/12 PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E DELIBERAÇÃO DE CHAMADAS PÚBLICAS E CARTAS-CONVITES Rev 00	Estabelecer procedimentos, padrões, responsabilidades e alçadas decisórias para o processo de planejamento, elaboração e deliberação de Chamadas Públicas e Cartas-Convite para contratação de convênios e termos de cooperação.
	N-OPE-019/12 ELABORAÇÃO E GESTÃO DO PLANO ANUAL DE VISITAS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO	Estabelecer procedimentos, agenda, alçadas decisórias, critérios e algoritmo para seleção de convênios e termos de cooperação para composição do Plano Anual de Visitas Acompanhamento Técnico e Financeiro (PAV).
	N-OPE-020-12 CARACTERIZAÇÃO DE INADIMPLENTO TÉCNICO EM OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS Rev 00	Estabelecer procedimentos para caracterização, declaração e tratamento de inadimplência técnica de operações reembolsáveis, incluindo critérios para a perda do benefício da equalização dos encargos financeiros das operações de crédito da FINEP.
	N-OPE-021/12 CHAMADAS PÚBLICAS – 1(UMA) FASE CONTRATAÇÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO Rev 00	Estabelecer procedimentos, padrões, responsabilidades e alçadas decisórias para o processo de operacionalização de Chamadas Públicas, em 1(uma) fase, para contratação de convênios e termos de cooperação.
	N-OPE-022/12 TARIFICAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS EM CONTRATOS REEMBOLSÁVEIS E DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA	Estabelecer itens de tarifação, fatos geradores, valores, procedimentos e responsáveis pelo encaminhamento e cobrança de tarifas de serviços operacionais no âmbito de contratos reembolsáveis e de Subvenção Econômica.
	N-OPE-023-12 ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS (ATIVO)	Estabelecer critérios e procedimentos para as modalidades de prestações de contas, análise e encerramento de convênios que integram a carteira de convênios ativos da FINEP.
	N-OPE-024-12 CONTRATAÇÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO	Regular a contratação dos Convênios e Termos de Cooperação, posteriormente à seleção das instituições por meio da análise das propostas.
	N-OPE-027-12 FALTAS DE NATUREZA FORMAL NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA	Estabelecer procedimentos a serem adotados na análise de prestações de contas financeiras de convênios que evidenciarem exclusivamente faltas de natureza formal.
	N-OPE-028-12 NORMA REGIMENTAL DO COMITÊ DE ENQUADRAMENTO E PRIORIZAÇÃO (CEP) Rev 00	Estabelecer atribuições, regras de funcionamento e procedimentos do Comitê de Enquadramento e Priorização.
	N-OPE-028-12 NORMA REGIMENTAL DO COMITÊ DE ENQUADRAMENTO E PRIORIZAÇÃO (CEP) Rev 01	Estabelecer atribuições, regras de funcionamento e procedimentos do Comitê de Enquadramento e Priorização.
	N-ADM-002/12 COMPRAS E CONTRATOS Rev 01	Estabelecer competências, responsabilidades e procedimentos para contratação de bens, serviços, materiais e obras para a FINEP cumprir sua atividade fim.
	N-ADM-002/12 COMPRAS E CONTRATOS Rev 00	Estabelecer competências, responsabilidades e procedimentos para contratação de bens, serviços, materiais e obras para a FINEP cumprir sua atividade fim.
	N-GES-004/12 GESTÃO DA OUVIDORIA Rev 00	Definir o papel da ouvidoria, bem como os critérios e regras a serem cumpridas em sua atuação.
	N-GES-005-12 TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES RESTRITAS	Estabelecer disposições, orientações, responsabilidades e procedimentos relacionados ao tratamento de informações restritas.
	N-RHM-002-12 JORNADA DE TRABALHO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA Rev 00	Organizar a prestação pessoal de serviços na FINEP, estabelecendo a forma de cumprimento da Jornada de Trabalho e os critérios para apuração da frequência dos empregados ao serviço, inclusive daqueles de livre nomeação e livre exoneração.
	N-RHM-002-12 JORNADA DE TRABALHO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA Rev 01	Organizar a prestação pessoal de serviços na FINEP, estabelecendo a forma de cumprimento da Jornada de Trabalho e os critérios para apuração da frequência dos empregados ao serviço, inclusive daqueles de livre nomeação e livre exoneração.
	N-RHM-002-12 JORNADA DE TRABALHO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA Rev 02	Organizar a prestação pessoal de serviços na FINEP, estabelecendo a forma de cumprimento da Jornada de Trabalho e os critérios para apuração da frequência dos empregados ao serviço, inclusive daqueles de livre nomeação e livre exoneração.
	N-RHM-005/10 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - Rev. 13	Regulamentar o processo de avaliação de desempenho individual do corpo funcional da FINEP, incluindo empregados de livre nomeação, exoneração e requisitados.
	N-RHM-012/10 - PROMOÇÃO FUNCIONAL POR MÉRITO - Rev 02	Regulamentar o processo de promoção funcional por mérito na FINEP, participando dele os empregados efetivos, excetuando-se os funcionários contratados e requisitados exclusivamente para exercerem cargos, empregos ou funções comissionadas.
	N-RHM-018-12 AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO REV 00	Conceder auxílio-alimentação e refeição como benefício complementar, sob a forma de ticket-restaurant e/ou alimentação.
	N-RHM-020/12 PROGRAMA DE APOIO ESPECIAL A FUNCIONÁRIOS COM DEPENDENTES COM DEFICIÊNCIA (PAE) Rev 00	Regulamentar a concessão de auxílio financeiro aos funcionários da FINEP e aos servidores requisitados que possuam dependentes com deficiência, a fim de promover melhorias na qualidade de vida.
	N-RHM-022-12 DESCONTO DE ALUGUEL EM FOLHA DE PAGAMENTO Rev 00	Conceder desconto de aluguel em folha de pagamento para residência de empregado e sua família, comprovado através de contrato de locação.

## ANEXO XXI- ITEM 3.2.5: Documentos Normativos Aprovados em 2012

INSTRUÇÃO DE TRABALHO	IT-OPE-001/09 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE) PARA CONVÊNIOS, TERMOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO Rev 01	Identificar a sequência de ações necessárias para proposta, validação e instauração de Tomada de Contas Especiais, no âmbito dos convênios, termos e acordos de cooperação da FINEP.
	IT-OPE-005/10 - LIBERAÇÃO DE PARCELAS DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO - Rev 02	Estabelecer procedimentos para o atendimento a requisitos de liberação de parcelas de convênios e termos de cooperação celebrada com base na Instrução Normativa 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional, na Portaria Interministerial nº 127/2008 e na Instrução Normativa do Conselho Diretor do FNDCT nº 01/2010.
	IT-OPE-012-12 FORMAÇÃO DAS PASTAS DOS PROCESSOS OPERACIONAIS Rev 00	Instruir a composição de pastas dos Processos Operacionais da FINEP nas unidades Rio de Janeiro e São Paulo.
	IT-OPE-012-12 FORMAÇÃO DAS PASTAS DOS PROCESSOS OPERACIONAIS Rev 01	Instruir a composição de pastas dos Processos Operacionais da FINEP nas unidades Rio de Janeiro e São Paulo.
	IT-GES-001/09 - INSTRUÇÃO DE TRABALHO DE ELABORAÇÃO, REVISÃO E APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS NORMATIVOS - Rev 03.	IT-GES-001/09 – Instrução de Trabalho de Elaboração, Revisão e Aprovação de Documentos Normativos –Rev. 03
	IT-GES-002/12 TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS À OUVIDORIA Rev 00	Explicitar os procedimentos adotados no tratamento de manifestações encaminhadas à Ouvidoria.

### LEGENDA:

#### Tipos de documento e categoria

P-OPE - Política Operacional  
 P-GES - Política de gestão  
 P-RHM - Política de Recursos Humanos  
 N-OPE - Norma Operacional  
 N-ADM - Normas Administrativas  
 N-GES - Norma de Gestão  
 N-RHM - Norma de Recursos Humanos  
 M-OPE - Manual Operacional  
 IT-OPE - Instrução de trabalho Operacional  
 IT-GES - Instrução de Gestão

Fonte: FINEP - ADES



## **ANEXO XXII – ITEM 3.3.2**

### **Remuneração Paga aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal**

# ANEXO XXII- ITEM 3.3.2: Remuneração Paga aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração - Em R\$													
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	
ALOIZIO MERCADANTE OLIVA	10/08/2011	14/02/2012	3.221,25	3.210,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.432,07
EDUARDO MARTINS PEREIRA	12/08/2011	27/07/2013	3.221,25	3.210,82	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.069,26	358,08	-	-	-	-	-	-	19.067,19
JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA	27/05/2010		3.221,25	3.210,82	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.580,80	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.069,26	5.991,27	40.558,22	
PAULO BERNARDO SILVA	12/08/2011		3.221,25	3.210,82	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.580,80	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.069,26 *	3.069,26 *	5.991,27 *	28.428,43
PEDRO DE CARVALHO PONTUAL	12/08/2011		3.221,25	3.210,82	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.580,80	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.069,26	5.991,27	40.558,22	
MARCO ANTONIO RAUPP	21/03/2012		-	-	1.023,08	3.069,26	3.069,26	3.069,26	3.580,80	3.069,26	3.069,26	3.069,26 *	3.069,26 *	5.991,27 *	19.950,18	
ALEXANDRE KIYOSHI RAMOS TANAKA	27/08/2012		-	-	-	-	-	-	-	-	3.478,49	3.069,26	3.069,26	5.991,27	15.608,28	
<b>Total - Conselho de Administração</b>	-	-	<b>16.106,25</b>	<b>16.054,10</b>	<b>13.300,12</b>	<b>15.346,30</b>	<b>15.346,30</b>	<b>15.346,30</b>	<b>14.681,28</b>	<b>12.277,04</b>	<b>15.755,53</b>	<b>9.207,78</b>	<b>9.207,78</b>	<b>17.973,81</b>	<b>170.602,59</b>	
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração - Em R\$													
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total	
LENA OLIVEIRA DE CARVALHO	28/05/2010	04/05/2012	R\$ 3.221,25	R\$ 3.210,82	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 2.762,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.332,92	
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA	27/05/2011		R\$ 3.221,25	R\$ 3.210,82	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.580,80	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 5.991,27	R\$ 40.558,22	
LUIZ ANTONIO DE MELLO REBELLO	27/05/2011		R\$ 3.221,25	R\$ 3.210,82	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.580,80	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 5.991,27	R\$ 40.558,22	
ÉRIDE MACHADO BUENO BOMTEMPO	28/05/2012		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.273,87	R\$ 3.580,80	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 3.069,26	R\$ 5.991,27	R\$ 25.122,98	
<b>Total - Conselho Fiscal</b>	-	-	<b>R\$ 9.663,75</b>	<b>R\$ 9.632,46</b>	<b>R\$ 9.207,78</b>	<b>R\$ 9.207,78</b>	<b>R\$ 8.900,85</b>	<b>R\$ 9.412,39</b>	<b>R\$ 10.742,40</b>	<b>R\$ 9.207,78</b>	<b>R\$ 9.207,78</b>	<b>R\$ 9.207,78</b>	<b>R\$ 9.207,78</b>	<b>R\$ 17.973,81</b>	<b>R\$ 121.572,34</b>	

(\*)Nota: As remunerações de out/12 a dez/12 foram pagas em jan/13, em função de decisão proferida no âmbito da Ação Popular 5003643-37.2012.404.7104/RS

Fonte: FINEP - ARH



# **ANEXO XXIII – ITEM 5.1.1**

## **Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2012**

**UG Contratos e Convênios**

## ANEXO XXIII - ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2012 - UG Contratos e Convênios

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP									
CNPJ: 33.749.086/0001-09			UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios						
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)			Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
		Valor Global	Valor Firmado	Valor da Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
01.07.0173.04	39.420.179/0001-71	3.395.089,37	3.395.089,37			3.395.089,37	05/06/2007	05/12/2012	1
01.08.0287.03	74.704.008/0001-75	4.096.000,00	4.096.000,00			4.096.000,00	14/07/2008	14/07/2013	1
01.08.0286.04	03.507.661/0001-04	896.800,00	716.800,00	180.000,00		716.800,00	16/07/2008	16/11/2013	1
01.10.0155.01	58.191.008/0001-62	100.000,00	100.000,00			100.000,00	20/04/2010	20/07/2012	1
01.08.0464.04	05.418.239/0001-08	267.120,00	267.120,00			267.120,00	28/11/2008	28/12/2012	1
01.08.0468.05	01.250.754/0001-62	470.600,00	470.600,00			470.600,00	02/12/2008	02/06/2012	1
01.08.0650.05	75.045.104/0001-11	477.900,00	477.900,00			477.900,00	30/12/2008	30/12/2013	1
01.09.0279.03	08.961.997/0001-58	461.510,40	461.510,40			461.510,40	02/07/2009	02/06/2013	1
01.08.0575.04	72.060.999/0001-75	478.742,60	478.742,60			478.742,60	22/12/2008	22/05/2012	1
01.08.0216.03	03.438.169/0001-16	3.200.000,00	3.200.000,00			3.200.000,00	05/06/2008	05/06/2013	1
01.09.0202.03	05.572.870/0001-59	452.599,00	452.599,00			108.725,00	12/05/2009	12/03/2013	1
01.08.0183.02	33.540.014/0001-57	429.240,00	399.000,00	30.240,00		399.000,00	28/05/2008	28/05/2012	1
01.09.0020.06	91.693.531/0001-62	364.033,50	364.033,50			143.560,32	28/01/2009	28/05/2013	1
01.08.0502.01	01.587.609/0001-71	100.000,00	100.000,00			100.000,00	11/12/2008	11/06/2012	1
01.08.0642.05	01.440.615/0001-00	315.288,20	315.288,20		179.442,93	309.442,93	30/12/2008	30/04/2013	1
01.08.0584.05	92.741.990/0001-37	377.132,80	377.132,80		225.208,13	374.204,13	22/12/2008	22/04/2013	1
01.09.0215.02	74.704.008/0001-75	147.837,80	147.837,80			147.837,80	28/05/2009	28/12/2012	1
01.04.0551.09	72.060.999/0001-75	3.176.400,00	3.176.400,00			3.175.816,02	19/11/2004	19/04/2013	1
01.08.0643.05	14.645.162/0001-91	445.787,19	445.787,19			199.880,00	30/12/2008	30/04/2013	1
01.08.0123.03	40.226.946/0001-95	1.392.628,00	1.392.628,00			1.392.628,00	18/04/2008	18/04/2013	1
01.09.0467.02	33.555.921/0001-70	1.600.000,00	1.600.000,00			1.600.000,00	09/10/2009	09/10/2012	1
01.10.0045.02	42.429.480/0001-50	958.352,22	958.352,22			958.352,22	03/03/2010	03/03/2013	1
01.12.0204.01	15.513.690/0001-50	191.037,70	191.037,70		191.037,70	191.037,70	19/06/2012	19/05/2013	1
01.09.0625.01	20.320.503/0001-51	1.197.387,68	1.197.387,68			1.197.387,68	28/12/2009	28/08/2013	1
01.12.0154.01	05.418.239/0001-08	589.117,00	589.117,00		589.117,00	589.117,00	17/05/2012	17/05/2013	1
01.07.0652.05	60.255.791/0001-22	2.384.565,82	2.384.565,82			1.098.721,72	19/12/2007	19/12/2013	2
01.08.0105.08	46.068.425/0001-33	549.111,00	549.111,00		219.156,40	518.471,40	13/04/2012	27/03/2013	1
01.08.0419.07	93.851.400/0001-91	425.268,69	425.268,69		225.268,69	425.268,69	05/11/2008	05/04/2013	1

## ANEXO XXIII - ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2012 - UG Contratos e Convênios

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP									
CNPJ: 33.749.086/0001-09				UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios					
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)			Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
		Valor Global	Valor Firmado	Valor da Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
01.09.0391.03	14.485.841/0001-40	296.570,96	296.570,96			296.570,96	03/09/2009	03/04/2013	1
01.05.0918.05	46.230.439/0001-01	1.605.871,61	1.173.871,61	432.000,00		915.619,87	21/12/2005	21/12/2013	1
01.05.0659.04	56.577.059/0001-00	2.616.415,20	2.616.415,20			2.281.058,24	11/11/2005	11/04/2012	1
01.08.0607.02	88.630.413/0001-09	1.015.476,34	1.015.476,34			972.076,34	26/12/2008	26/12/2012	1
01.09.0281.02	02.641.663/0001-10	2.619.656,05	2.619.656,05		590.880,00	2.167.349,00	08/07/2009	08/07/2013	1
01.05.0962.03	40.226.946/0001-95	3.062.600,00	2.342.600,00	720.000,00		1.827.228,00	22/12/2005	22/12/2012	1
01.04.0812.06	97.500.037/0001-10	103.000,00	103.000,00			103.000,00	08/12/2004	08/02/2013	1
01.06.0210.05	02.776.669/0001-03	5.266.824,00	2.499.999,00	2.766.825,00		1.973.199,00	28/04/2006	28/10/2012	1
01.05.1063.06	01.682.869/0001-26	538.191,00	239.251,00	298.940,00		239.251,00	23/12/2005	23/12/2012	1
01.09.0108.02	02.641.663/0001-10	25.541.000,00	25.541.000,00		7.784.000,00	25.541.000,00	20/03/2009	20/03/2014	1
01.05.1049.09	00.078.007/0001-26	1.525.600,00	1.525.600,00			1.525.600,00	26/12/2005	26/10/2012	1
01.09.0499.03	72.060.999/0001-75	2.200.888,04	2.200.888,04		404.787,62	1.796.100,48	15/10/2009	15/04/2013	1
01.09.0436.04	72.060.999/0001-75	508.006,90	508.006,90		406.405,52	508.006,90	23/09/2009	23/03/2013	1
01.09.0603.04	15.513.690/0001-50	517.483,80	517.483,80			517.483,80	17/12/2009	17/09/2013	1
01.09.0365.04	02.806.229/0001-43	533.040,00	533.040,00			533.040,00	25/08/2009	25/03/2013	1
01.04.0925.05	02.385.669/0001-74	10.631.100,00	10.631.100,00			7.335.470,20	21/12/2004	21/12/2012	1
01.09.0250.08	93.851.400/0001-91	848.039,50	848.039,50			738.438,83	03/06/2009	03/04/2013	1
01.09.0457.09	07.060.718/0001-12	1.139.950,70	1.139.950,70		197.844,37	1.122.755,07	09/10/2009	09/04/2013	1
01.09.0325.11	01.319.754/0001-71	991.200,00	991.200,00			991.200,00	21/08/2009	21/02/2013	1
01.08.0444.02	05.418.239/0001-08	275.790,00	275.790,00			275.790,00	13/11/2008	13/11/2012	1
01.08.0452.05	04.014.732/0001-91	541.178,54	541.178,54		239.501,63	534.224,17	24/11/2008	24/04/2013	1
01.08.0381.05	82.662.958/0001-02	477.562,60	477.562,60		229.329,99	459.274,59	15/10/2008	15/04/2013	1
01.08.0652.04	75.045.104/0001-11	241.758,00	241.758,00			241.758,00	30/12/2008	30/04/2012	1
01.08.0559.05	92.238.914/0001-03	149.962,00	149.962,00			149.962,00	18/12/2008	18/04/2013	1
01.09.0621.02	88.630.413/0001-09	3.954.549,13	3.954.549,13			2.159.959,24	28/12/2009	28/12/2013	1
01.08.0283.01	04.534.053/0001-43	522.722,24	522.722,24			312.130,00	10/07/2008	10/07/2012	1
01.08.0563.03	79.151.312/0001-56	308.110,00	308.110,00			308.110,00	09/12/2008	09/12/2013	1
01.11.0022.01	01.236.254/0001-76	78.960,00	78.960,00			78.960,00	23/02/2011	23/02/2013	1

## ANEXO XXIII - ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2012 - UG Contratos e Convênios

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP									
CNPJ: 33.749.086/0001-09			UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios						
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)			Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
		Valor Global	Valor Firmado	Valor da Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
01.08.0425.02	37.116.704/0001-34	966.000,00	966.000,00			657.300,00	27/10/2008	27/10/2013	1
01.08.0331.01	46.230.439/0001-01	711.940,00	711.940,00			397.770,00	13/08/2008	13/08/2012	1
01.08.0497.05	20.320.503/0001-51	350.737,30	350.737,30		103.707,83	312.622,13	11/12/2008	11/04/2013	1
01.08.0616.02	02.641.663/0001-10	2.252.209,93	2.252.209,93		634.000,00	1.935.209,93	17/12/2008	17/12/2013	1
01.09.0097.02	02.641.663/0001-10	1.942.390,50	1.942.390,50		152.000,00	1.942.390,50	29/01/2009	29/01/2013	1
01.08.0466.02	01.955.808/0001-95	4.823.934,76	3.731.185,96	1.092.748,80		3.126.924,96	27/11/2008	27/05/2012	1
01.08.0310.02	88.630.413/0001-09	1.385.970,60	1.385.970,60			1.013.970,60	22/07/2008	22/07/2013	1
01.08.0083.04	00.703.697/0001-67	1.696.360,00	1.696.360,00		215.090,00	1.480.270,00	24/03/2008	24/06/2013	1
01.08.0271.02	84.307.974/0001-02	1.051.823,52	1.051.823,52			723.876,92	02/07/2008	02/07/2012	1
01.08.0227.01	04.614.281/0001-23	1.144.935,18	1.144.935,18			1.144.935,18	10/06/2008	10/06/2012	1
01.04.1022.06	02.385.669/0001-74	7.231.068,00	4.510.568,00	2.720.500,00		4.510.568,00	17/12/2004	17/12/2012	1
01.07.0042.05	05.572.870/0001-59	1.900.000,00	1.900.000,00			1.900.000,00	15/03/2007	15/03/2013	1
01.10.0115.02	01.236.254/0001-76	1.000.000,00	1.000.000,00			1.000.000,00	01/04/2010	01/04/2013	1
01.10.0452.02	42.429.480/0001-50	16.410.149,00	10.410.149,00	6.000.000,00		10.410.149,00	31/08/2010	31/08/2012	1
01.07.0257.06	11.735.586/0001-59	290.220,00	290.220,00			290.220,00	13/08/2007	13/06/2012	1
01.05.0012.07	08.469.280/0001-93	1.183.200,00	1.183.200,00			1.183.200,00	12/01/2005	12/01/2012	1
01.12.0415.00	78.350.188/0001-95	434.868,80	434.868,80				29/10/2012	29/10/2014	1
01.10.0538.01	49.607.336/0001-06	6.900.000,00	6.900.000,00			5.709.116,26	17/11/2010	17/11/2013	1
01.10.0653.01	01.318.855/0001-28	485.000,00	485.000,00			330.000,00	09/12/2010	09/07/2013	1
01.07.0507.02	05.572.870/0001-59	3.486.402,00	3.486.402,00			3.486.402,00	13/11/2007	13/11/2012	1
01.07.0057.02	18.720.938/0001-41	803.720,00	803.720,00			738.080,00	27/03/2007	27/03/2012	4
01.07.0169.04	66.052.028/0001-80	2.400.000,00	2.400.000,00			2.400.000,00	24/05/2007	24/11/2012	1
01.05.0984.04	68.314.830/0001-27	336.000,12	336.000,12		48.902,83	286.386,52	23/12/2005	23/12/2012	1
01.06.0007.05	08.469.280/0001-93	715.482,97	715.482,97			715.482,97	16/01/2006	16/01/2013	1
01.06.0019.05	83.476.911/0001-17	482.825,56	482.825,56			482.825,56	18/01/2006	18/07/2012	1
01.07.0730.02	51.619.104/0001-10	861.314,00	861.314,00			624.900,00	21/12/2007	21/12/2012	1
01.06.0154.03	14.645.162/0001-91	202.250,00	202.250,00			202.250,00	22/03/2006	22/03/2013	1
01.06.0060.04	08.469.280/0001-93	232.359,53	232.359,53			232.359,53	06/02/2006	06/08/2012	1

## ANEXO XXIII - ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2012 - UG Contratos e Convênios

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP									
CNPJ: 33.749.086/0001-09				UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios					
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)			Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
		Valor Global	Valor Firmado	Valor da Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
01.06.0150.05	74.704.008/0001-75	142.813,40	142.813,40			118.650,05	21/03/2006	21/11/2012	1
01.07.0253.04	14.645.162/0001-91	550.967,00	550.967,00			550.967,00	09/08/2007	09/01/2012	1
01.05.0024.06	13.526.884/0001-64	1.340.000,00	1.340.000,00			1.340.000,00	07/01/2005	05/01/2012	2
01.09.0439.02	07.071.969/0001-00	751.558,00	751.558,00			751.558,00	28/09/2009	28/09/2013	1
01.06.0172.06	11.735.586/0001-59	422.458,44	422.458,44			422.458,44	04/04/2006	04/04/2013	1
01.07.0219.04	08.469.280/0001-93	506.159,20	506.159,20			506.159,20	06/07/2007	06/07/2013	1
01.06.0025.04	08.469.280/0001-93	614.313,00	614.313,00			614.313,00	18/01/2006	18/01/2013	1
01.06.0620.05	09.185.398/0001-52	382.290,00	382.290,00			382.290,00	21/09/2006	21/09/2013	1
01.07.0579.05	04.153.540/0001-66	182.350,00	182.350,00			182.350,00	14/11/2007	14/05/2012	1
01.05.1010.08	04.902.299/0001-20	5.754.500,00	3.500.000,00	2.254.500,00		3.000.000,00	27/12/2005	27/06/2012	1
01.04.1009.07	01.236.254/0001-76	682.000,00	682.000,00			682.000,00	20/12/2004	20/12/2012	1
01.04.0967.05	50.644.053/0001-13	3.199.000,00	3.199.000,00			3.199.000,00	21/12/2004	21/12/2012	2
01.04.1038.06	01.236.254/0001-76	3.220.000,00	3.220.000,00			3.220.000,00	22/12/2004	22/12/2012	1
01.06.0047.09	49.607.336/0001-06	3.629.932,80	3.629.932,80			3.045.000,00	31/01/2006	31/01/2013	1
01.06.0293.03	05.330.436/0001-62	1.407.020,00	1.407.020,00			1.407.020,00	13/06/2006	13/12/2012	1
01.06.0300.05	27.414.879/0001-74	2.520.184,62	2.193.544,62	326.640,00		1.831.190,62	27/06/2006	27/04/2012	1
01.06.0278.05	18.720.938/0001-41	3.704.712,74	3.704.712,74			3.704.712,74	09/06/2006	09/07/2012	1
01.07.0153.04	08.469.280/0001-93	195.115,00	195.115,00			195.115,00	14/05/2007	14/06/2012	4
01.07.0161.06	03.483.912/0001-50	333.214,00	333.214,00			333.214,00	25/05/2007	25/09/2012	1
01.08.0129.03	09.261.843/0001-16	496.604,00	496.604,00			327.690,95	28/04/2008	28/04/2013	1
01.07.0202.03	08.469.280/0001-93	280.740,00	280.740,00			280.740,00	03/07/2007	03/01/2013	1
01.07.0275.04	04.670.764/0001-45	240.828,00	240.828,00			142.953,00	14/08/2007	14/08/2013	2
01.08.0403.03	11.735.586/0001-59	1.714.756,00	1.714.756,00			1.714.756,00	22/10/2008	22/10/2013	1
01.07.0132.04	74.704.008/0001-75	10.250.000,00	5.000.000,00	5.250.000,00		5.000.000,00	09/05/2007	09/05/2012	1
<b>LEGENDA:</b>									
<b>Situação da transferência</b>									
1 - Adimplente									
2 - Inadimplente									
4 - Concluído									
5 - Excluído									

### LEGENDA:

#### Situação da transferência

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído

Fonte: SIAFI e Sistema Intranet FINEP



**Caracterização dos  
Instrumentos de Transferência  
Vigentes em 2012**

**UG FUNTTEL**

## ANEXO XXIV - ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2012 - UG FUNTTEL

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP									
CNPJ: 33.749.086/0001-09				UG/GESTÃO: 410049/ 36801 - FUNTTEL					
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)			Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
		Valor Global	Valor Firmado	Valor da Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
01.12.0490.00	02.641.663/0001-10	15.758.749,78	15.758.749,78				04/12/2012	04/12/2015	1
01.12.0487.00	02.641.663/0001-10	59.221.857,00	59.221.857,00				05/12/2012	05/12/2015	1
01.12.0481.00	02.641.663/0001-10	36.124.580,00	36.124.580,00				04/12/2012	04/12/2015	1
01.11.0028.00	02.641.663/0001-10	17.922.210,58	17.922.210,58		1.580.314,26	3.099.314,26	14/02/2011	14/02/2014	1
01.10.0556.01	74.877.226/0001-01	3.341.236,70	3.341.236,70		958.284,68	2.598.119,36	10/11/2010	10/05/2013	1
01.09.0632.02	24.492.886/0001-04	2.760.284,56	2.760.284,56		586.653,21	2.173.631,36	30/12/2009	30/12/2012	1
01.09.0635.03	24.492.886/0001-04	3.644.944,08	3.644.944,08			3.038.412,28	30/12/2009	30/08/2013	1
01.10.0348.00	96.499.728/0001-89	3.260.830,00	3.260.830,00				21/05/2010	21/05/2012	1
01.10.0474.02	02.806.229/0001-43	7.344.022,38	7.344.022,38		1.760.225,01	6.075.445,76	06/10/2010	06/01/2013	1
01.10.0476.01	01.955.808/0001-95	2.881.886,72	2.881.886,72		1.326.898,68	2.823.165,01	06/10/2010	06/07/2013	1
01.09.0630.00	24.492.886/0001-04	3.124.363,52	3.124.363,52			1.531.088,92	30/12/2009	30/12/2012	4
01.10.0550.00	82.895.327/0001-33	3.259.653,80	3.259.653,80			1.086.551,28	10/11/2010	10/11/2013	1
01.10.0720.01	74.704.008/0001-75	1.950.100,00	1.950.100,00		862.225,00	862.225,00	10/12/2010	10/06/2013	1
01.10.0806.00	78.626.363/0001-24	3.300.753,00	3.300.753,00		610.650,60	1.368.237,01	15/12/2010	15/04/2013	1
01.09.0634.02	02.641.663/0001-10	4.698.826,62	4.698.826,62		1.475.991,13	4.698.826,42	30/12/2009	30/06/2013	1
01.10.0638.00	08.065.528/0001-50	4.692.689,00	4.692.689,00				24/11/2010	24/11/2013	1
01.10.0512.01	01.955.808/0001-95	6.398.062,19	6.398.062,19		3.767.071,20	6.269.642,21	28/10/2010	28/10/2012	1
01.10.0814.01	78.626.363/0001-24	3.364.686,40	3.364.686,40			1.678.027,20	21/12/2010	21/12/2012	1
01.10.0281.02	01.955.808/0001-95	953.353,22	953.353,22			953.353,22	26/05/2010	26/09/2012	2
01.10.0565.00	03.018.444/0001-42	2.826.496,96	2.826.496,96			1.366.172,32	26/11/2010	26/11/2013	1



## ANEXO XXIV - ITEM 5.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2012 - UG FUNTTEL

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP									
CNPJ: 33.749.086/0001-09				UG/GESTÃO: 410049/ 36801 - FUNTTEL					
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)			Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
		Valor Global	Valor Firmado	Valor da Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
01.09.0628.01	02.641.663/0001-10	11.792.048,73	11.792.048,73		803.622,03	5.558.110,76	30/12/2009	30/12/2012	1
01.10.0479.01	01.955.808/0001-95	2.965.860,87	2.965.860,87		1.557.076,76	2.913.816,25	06/10/2010	06/08/2013	1
01.10.0669.00	03.775.069/0001-85	2.961.794,00	2.951.794,00	10.000,00		1.137.636,00	01/12/2010	01/12/2013	1
01.10.0560.01	02.641.663/0001-10	3.773.391,79	3.773.391,79		2.039.687,80	3.626.682,70	11/11/2010	11/02/2013	1
01.10.0549.00	74.704.008/0001-75	4.104.314,76	4.104.314,76			1.538.400,00	10/11/2010	10/11/2013	1
01.10.0421.00	12.449.880/0001-67	3.027.800,00	3.027.800,00			2.465.100,00	11/06/2010	11/06/2013	1
01.10.0273.01	92.959.006/0001-09	2.838.494,08	2.838.494,08			1.949.069,39	28/05/2010	28/07/2014	1
01.10.0299.01	74.704.008/0001-75	1.255.420,00	1.255.420,00			498.780,00	22/06/2010	22/06/2013	1
01.09.0631.01	02.641.663/0001-10	55.092.057,09	55.092.057,09		20.051.964,96	35.999.964,93	30/12/2009	30/12/2012	1
01.10.0210.01	02.641.663/0001-10	39.864.799,99	39.864.799,99		2.025.412,76	11.569.412,76	20/05/2010	20/05/2014	1
01.09.0629.01	02.641.663/0001-10	90.171.198,93	90.171.198,93		15.005.897,85	38.065.918,62	30/12/2009	30/12/2012	1
01.09.0627.02	02.641.663/0001-10	10.686.586,18	10.686.586,18		3.258.699,33	8.621.359,09	30/12/2009	30/12/2012	1
01.10.0272.01	02.641.663/0001-10	5.255.004,83	5.255.004,83		1.777.524,97	4.393.207,06	11/06/2010	11/06/2013	1
<b>LEGENDA:</b>									
<b>Situação da transferência</b>									
1 - Adimplente									
2 - Inadimplente									
4 - Concluído									
5 - Excluído									

Fonte: SIAFI e Sistema Intranet FINEP



## **ANEXO XXV – ITEM 6.2.2**

# **Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público**

## ANEXO XXV- ITEM 6.2.2: Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público

#	Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava na FINEP
1	Aloysio Vasconcellos Cardoso	Assistente de Administração
2	Amanda de Castro Bezerra	Assistente de Administração
3	Ana Claudia de Carvalho Peres	Assistente de Administração
4	Ana Lúcia Ribeiro Janiques	Assistente de Administração
5	Ana Luzia Ferreira Diaz	Assistente de Administração
6	Ana Patrícia P. de Carvalho	Assistente de Administração
7	Andrea Paula da Silva Falcão	Assistente de Administração
8	Andreia Nicolay de Paula	Assistente de Administração
9	Angela Maria Dutra	Assistente de Administração
10	Brígida Araújo	Assistente de Administração
11	Celso Henrique Pires da Fonseca	Assistente de Administração
12	Cristiane Marques de Souza	Assistente de Administração
13	Cristiano André de Amorim	Assistente de Administração
14	Danielle Cristina Lima Romão	Assistente de Administração
15	Débora Vieira B. Caridade	Assistente de Administração
16	Flavia Geminhani Borges	Assistente de Administração
17	Francisco de Assis Pereira da Silva	Assistente de Administração
18	Glauber Guedes da Silva	Assistente de Administração
19	Gleise de Souza Ramos	Assistente de Administração
20	Luana Alessandra Magalhães A Souza	Assistente de Administração
21	Lucia Maria Alves Rego	Assistente de Administração
22	Luciana de Sá Bittencourt	Assistente de Administração
23	Luciana Florentino Xavier	Assistente de Administração
24	Luciana Silva da Costa	Assistente de Administração
25	Luciane da Silva Correia	Assistente de Administração
26	Lucimar Vicente da Silva Brum	Assistente de Administração
27	Marcia Fernandes Alves	Assistente de Administração
28	Marcos Ebenezer Costa	Assistente de Administração
29	Maria Aparecida Gervásio Alves	Assistente de Administração
30	Maria Isabel Peregrino W. da Costa	Assistente de Administração
31	Marta Cecília Belarmino	Assistente de Administração
32	Melissa Cardoso Pereira Pazos	Assistente de Administração
33	Nadir Fonseca	Assistente de Administração
34	Olga Regina Moreira Duro	Assistente de Administração
35	Patrícia Carvalho Lemos	Assistente de Administração
36	Patricia Moço Santos	Assistente de Administração
37	Paula Raquel Vieira Carvalho	Assistente de Administração
38	Renata de Oliveira Mansur	Assistente de Administração
39	Rudymar Ramos Lopes	Assistente de Administração
40	Sandra da Silva Martins	Assistente de Administração
41	Sonia Melo Gimenez	Assistente de Administração
42	Tatiane Marcelino Pinto	Assistente de Administração
43	Thais Saldanha Maffei de Lima	Assistente de Administração
44	Valdineide dos santos do Amaral	Assistente de Administração
45	Vanessa dos Santos da Cruz	Assistente de Administração
46	Vânia Farnum da Silva	Assistente de Administração
47	Vanusa Gomes Furtado	Assistente de Administração
48	Vera Hellen Carvalho Araujo	Assistente de Administração
49	Yadmila Rosa dos Santos Campos	Assistente de Administração
50	Allan Lenonn Lista de Araújo	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
51	Carla Tamiko Issobe	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
52	Carlos Alberto da Silva	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
53	Arnaldo Dorna Jr	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
54	Fábio Queres	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
55	Rodrigo Evangelista Pacheco	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
56	Antonio Carlos Jr	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
57	Jorge Eduardo da Silva	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
58	Marcos Henrique L. de Souza	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
59	Michele Fernandes de Oliveira	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
60	Jefferson da Silva Fernandes	Técnico de Suporte ao Usuário/ Rede
61	Michel de Jesus dos Santos	Programador Visual
<p>Notas:</p> <p>(1) Após os 49 assistentes de administração terem sido dispensados, 43 foram substituídos por concursados em outubro de 2012. As demais vagas restantes não foram preenchidas em função do término do cadastro do concurso público em vigor para a função correspondente.</p> <p>(2) Duas vagas de Técnico de Suporte ao Usuário/Rede também permaneceram abertas após a despesa dos 11 terceirizados que ocupavam este cargo, pois no concurso público em vigor não estavam previstas vagas referentes a estes cargos para ocupação em Brasília e em São Paulo. Também não estava prevista no concurso uma vaga para Programador Visual no Rio de Janeiro, razão pela qual o terceirizado que ocupava este cargo não foi substituído por concursado.</p> <p>(3) As informações sobre a publicação da dispensa dos empregados no Diário Oficial da União não se aplicam à FINEP.</p>		

Fonte: FINEP - ARH

## ANEXO XXVI – ITEM 6.2.3

### Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

## ANEXO XXVI – ITEM 6.2.3 : Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP													
UG/Gestão:365001/36801					CNPJ:33.749.086/0001-09								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	2011.0007.00	36.529.998.0001/63	25/01/2011	25/01/2013	37	37					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: FINEP - ARH

## **ANEXO XXVII – ITEM 6.2.4**

### **Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra**

## ANEXO XXVII – ITEM 6.2.4 : Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP						CNPJ:33.749.086/0001-09							
UG/Gestão:365001/36801													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					P	C	P	C	P	C			
2011	1	O	20.11.0054.00	08.471.527/0001-06	15/08/2011	15/08/2013			33	33			A
2010	2	O	20.10.0143.00	08.744.513/0001-19	08/11/2010	07/11/2012			3	3			E
2012	2	E	2012.0166.00	10.868.000/0001-61	08/11/2012	08/05/2013			3	3			A
2010	3	O	2010-0062-02	81.243.735/0001-48	21/04/2012	20/04/2013			1	1			P
2011	4	O	2011.0007.00	36.529.998.0001/63	25/01/2011	25/01/2013	11	11					A
2012	5	O	2011.0108.00	07.579.905/0001-07	29/11/2011	28/11/2012			23	23			E
2012	5	E	2012.0170.00	03.062.394/0001-09	29/11/2012	28/02/2013			23	23			P
2010	6	O	2010-0155-02	01.644.731/0001-32	20/12/2012	19/12/2013			3	3			P
2011	7	O	2011.0011.00	04.238.297/0001-89	25/11/2011	30/09/2012			1	1			E
2012	7	O	2012.0107.00	04.238.297/0001-89	01/10/2012	01/10/2013			1	1			A
2010	8 e 9	O	2010.0132-00	03.062.394/0001-09	29/10/2012	29/10/2013			7	7			P
2010	12	O	2010.0132-00	03.062.394/0001-09	29/10/2012	29/10/2013			1	1	1	1	P
2012	12	O	2012.0052-00	06.538.378/0001-20	21/05/2012	21/05/2013			28	10			A
2010	12	O	2010.0111.00	33.749.086/0001-09	22/09/2010	13/11/2012			3	3			E
2012	12	O	2012.0161.00	06.064.175/0001-49	14/11/2012	14/11/2013			3	3			A
2007	12	O	2007.0054.00	32.364.390/0001-75	20/07/2007	21/08/2012			15	15			E
2012	12	O	2012.0090.00	32.364.390/0001-75	22/08/2012	22/08/2013			19	19			A
Observações:													
1. Os cargos da área 12 do contrato 2010.0132-00 são técnico segurança do trabalho (M) e arquiteto (S)													
2. Os cargos da área 12 do contrato 2012.0052-00 são secretária, motorista, assistente de administrativo e telefonista, se refere a mão de obra temporária													
3: Os cargos da área 12 dos contratos 2010.0111.00 e 2012.0161.00 são assistentes administrativos alocados no setor de passagens													
4: Os cargos da área 12 dos contratos 2007.0054.00 e 2012.0090.00 são assistentes administrativos alocados no setor de arquivo													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio;													
(S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: FINEP - ARH / ASEC / ADES



**Gestão de  
Tecnologia da Informação**

## ANEXO XXVIII - ITEM 8 : Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____

## ANEXO XXVIII - ITEM 8 : Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4)</b>	
( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 4 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 1 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 1 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Com relação ao item 7, a FINEP não conta com desenvolvimento de artefatos de software contratados e aqueles artefatos de software desenvolvidos internamente seguem metodologia definida.	
O PDTI está em processo de construção, observando os aspectos indicados nesta pesquisa.	
Em relação ao primeiro critério do item 6, ainda não contamos com o inventário de instalações.	
Fonte: FINEP - ADES	



# ANEXO XXIX – ITEM 9.1

## Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

## ANEXO XXIX - ITEM 9.1 : Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		x			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		x			
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		x			
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			x		
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ( )			Não ( )	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					

## ANEXO XXIX - ITEM 9.1 : Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: FINEP - ASEC





## Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório 224918	4.1.1.3	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Realizar o registro no SISAC de todas as ocorrências de admissão e desligamento pendentes: i) iniciar os registros pelos atos ocorridos entre 2001 e 2009 e concluir os lançamentos até 05/07/2009 e ii) apresentar a previsão de lançamentos dos atos anteriores a 2001 na atualização do Plano de Providências.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
<p>Após a entrada dos novos Gestores de RH, a partir de set/2011, foram realizadas 2 consultas ao TCU, através do FALÉ SISAC, visando dirimir dúvidas que ainda persistiam sobre o correto preenchimento do disponibilizado. Porém, as respostas encaminhadas, não foram consideradas suficientes, acarretando atraso em alguns casos. Diante disso, 3 representantes do DARH, estiveram no final de abril/2012 na CGU/Rio, no Núcleo que acompanha Pessoal, que nos orientou quanto aos procedimentos corretos, nos Atos de registro de Admissão e Desligamento.</p> <p>A partir de então, o DARH trabalhou fortemente na regularização dos Atos, buscando manter em dia os referidos Atos em tempo hábil. Sendo assim, temos a informar, que nesta data, estamos com todos os Atos de Admissão e desligamento lançados no sistema.</p> <p>Comunicamos, adicionalmente, que o Núcleo de Pessoal da CGU Rio informou que o SISAC foi criado em 2000 e que os atos anteriores a este ano não precisariam ser lançados no sistema.</p> <p>Assim, o DARH encaminhou novamente consulta ao Fale Sisac sobre os cadastros de funcionários admitidos antes de 1988, considerando que antes da Constituição de 1988 não havia obrigatoriedade de concurso público e que o primeiro concurso público desta Financiadora aconteceu em 2001.</p> <p>Na resposta do Fale Sisac entendemos que os dados anteriores de 1988 não necessitam ser cadastrados.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
Através da Nota Técnica 2.599/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	Relatório 244143	1.1.5.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Rever a norma interna da FINEP que regulamenta a jornada de trabalho e controle de frequência para condicionar o pagamento de horas extras à verificação da extrapolação da jornada de trabalho dos empregados, após realizados os ajustes devidos decorrentes do banco de horas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
Em resposta a Notificação nº 084/2012, a ARH apresenta os esclarecimentos:			
<p>Informamos que a Norma de Jornada de Trabalho e Controle de Frequência foi revisada e aprovada em Reunião de Diretoria nº 11/12, de 19/03/2012.</p> <p>O número da Norma é N-RHM-002/12, e a mesma foi reeditada duas vezes com o objetivo de prorrogação de prazo de vigência, que passará para o dia 02/07/2012.</p> <p>A prorrogação de vigência da Norma deve-se ao fato da FINEP já ter assinado contrato de aluguel para serviço de locação de controle de acesso e frequência, e que estamos em fase de instalação e implementação do sistema que consideramos que irá nos auxiliar no controle imediato da frequência dos funcionários desta Financiadora.</p> <p>Destarte, a Norma de Jornada de Trabalho e Controle de Frequência prevê que as horas extras dos funcionários deverão ser autorizadas por sua Diretoria, e que pagamento de horas extras deverá ser preenchido Anexo da Norma com devidas autorizações.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
Através da Nota Técnica 2.599/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório 201117764/001	001	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Abster-se de realizar pagamento de horas extra sem a correspondente autorização prévia da chefia imediata.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da Providência Adotada:			
<p>Em resposta NP nº 14/2012, o ARH encaminhou a autorização de horas extras do funcionário de mat. 1072 dos meses de maio e junho de 2011.</p> <p>As horas extras realizadas referentes ao mês de agosto de 2011 encontram-se na folha de ponto do funcionário. Esclarece, portanto, que ao citar “as datas mencionadas” no ofício de autorização o chefe do referido funcionário referia-se às datas assinaladas na folha de ponto do mesmo.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 2.599/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Nota de Auditoria 201117764/003	001	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
002 – Designar empregado responsável pelas informações nas fichas de registro de empregados.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
Em resposta a Notificação nº 140/2012 a ARH apresenta os esclarecimentos:			
O empregado responsável pelas informações nas fichas de registro de empregados é o analista Ricardo Miranda (Matrícula 76)			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
Através da Nota Técnica 2.599/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Nota de Auditoria 201117764/003		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
004 – Designar empregado responsável pelo acompanhamento do PCMSO.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da Providência Adotada:			
Em resposta a Notificação nº 140/2012 a ARH apresenta os esclarecimentos:			
A analista Isa Costa Faria da Motta (matr. 1830) será a responsável pelo acompanhamento do PCMSO.			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 2.599/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório 224918	4.1.1.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 – Reiteramos a recomendação expedida no Relatório CGU-Regional/RJ n.º 208046, no sentido de realizar gestões junto ao MCT e ao MTE, de modo a alterar a responsabilidade pelo ônus da remuneração do empregado de mat. 1321, que deve ser assumida pelo ente cessionário. Retificada a situação, efetuar cobrança junto ao ente cessionário do ressarcimento dos valores relativos à remuneração do referido empregado, a contar do início de vigência da cessão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da Providência Adotada:			
<p>A ARH apresenta os esclarecimentos:</p> <p>Informamos que após o envio da CARTA/DARH/035/2010 em 08/03/2010, o Departamento de Administração de Recursos Humanos – DARH reenviou novo documento, CARTA/DARH/134/10 em 01/09/2010, solicitando a quitação do valor das despesas com a cessão do funcionário matrícula 1321. O valor da dívida foi atualizado até outubro 2011 e será encaminhado, juntamente com o processo, para a Área Jurídica - AJUR para que esta Área analise as providências que poderão ser adotadas.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório 224918	4.1.1.5	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
003 – Realizar gestões junto ao MCT, de modo a alterar a responsabilidade pelo ônus da remuneração do empregado de mat. 129, que deve ser assumida pelo ente cessionário. Retificada a situação, efetuar cobrança junto ao ente cessionário do ressarcimento dos valores relativos à remuneração do referido empregado, a contar do início de vigência da cessão.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
Informamos que após o envio da CARTA/DARH/035/2010 em 08/03/2010, o Departamento de Administração de Recursos Humanos – DARH reenviou novo documento, CARTA/DARH/134/10 em 01/09/2010, solicitando a quitação do valor das despesas com a cessão do funcionário matrícula 1321. O valor da dívida foi atualizado até outubro 2011 e será encaminhado, juntamente com o processo, para a Área Jurídica - AJUR para que esta Área analise as providências que poderão ser adotadas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			



**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório 224918	5.1.3.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Abster-se de realizar contratação por inexigibilidade de licitação quando não restarem configuradas as hipóteses legais.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
AJUR			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
A AJUR, através do MEMO/AJUR/112/2009, informou que a providência está implementada.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida. O Relatório CGU/Regional-RJ nº 201109034, referente à auditoria de contas do exercício de 2010, analisou uma contratação por inexigibilidade de licitação e não registrou nenhuma irregularidade. Portanto, consideramos atendida a recomendação.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório 224918	5.1.3.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
002 – Quando configurada a inexigibilidade de licitação, proceder à justificativa de preços.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
AJUR			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
<p>Através do MEMO/AJUR/Nº 112/2009, a Área Jurídica informou que a norma geral de contratações de obras e serviços e aquisições de bens e materiais está em fase de revisão pela Área de Serviços Corporativos – ASEC, AJUR e Comissão Permanente de Licitação e contempla no item 4.1.1, “e” a pesquisa de preços com potenciais fornecedores do bem ou serviço (v. anexo). Estima-se que a minuta da norma, sob orientação do DEPO, possa ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva na primeira quinzena de janeiro. Desta forma, solicitou a extensão do prazo para 30/01/09.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
<p>Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>O Relatório CGU/Regional-RJ nº 201109034, referente à auditoria de contas do exercício de 2010, analisou uma contratação por inexigibilidade de licitação e não registrou nenhuma irregularidade. Portanto, consideramos atendida a recomendação.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório 244143	1.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Aprimorar as ferramentas de comunicação interna entre as áreas, de modo a unificar a informação prestada aos públicos interno e externo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da Providência Adotada:			
APLA esclarece que na elaboração dos Relatórios de Gestão de 2010 foram aperfeiçoadas a metodologia de administração e as análises de consistência das informações recolhidas e consolidadas. Esta metodologia coordenada pelo DAGI/APLA, com intensa colaboração das diferentes unidades da empresa, permitiu que os relatórios do exercício de 2010 fossem entregues em conformidade com os normativos.			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório 244143	1.1.4.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Acompanhar as providências para regularização da cessão do empregado de mat. 386, dada a ausência de ressarcimento das despesas referentes à sua remuneração por parte do órgão cessionário.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
<p>A cessão do funcionário foi prorrogada, conforme a RED/DIR/0388/10, de 08/11/2010, pelo período de 1 ano, a partir de 06/11/10.</p> <p>Conforme documentação anexa, a cobrança dos valores a serem ressarcidos foi realizada mensalmente, sendo que no dia 13/12 foi emitida correspondência à Prefeitura de Niterói solicitando o ressarcimento dos meses de setembro, outubro e novembro, sob pena de suspensão da cessão.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
<p>Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>O assunto foi tomado na auditoria de contas referente ao exercício de 2010 e não foi verificada qualquer irregularidade nas cessões de pessoal e correspondentes reembolsos, conforme se verifica ao Relatório CGU-Regional/RJ nº 201109034. Desta forma, consideramos a recomendação atendida.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório 244143	1.1.4.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 – Exigir o retorno dos empregados cedidos no dia seguinte ao término da vigência da cessão ou promover a prorrogação do prazo de cessão tempestivamente, se for do interesse da FINEP.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da Providência Adotada:			
O DARH adotou o procedimento de encaminhar correspondência aos funcionários cedidos, com antecedência de 30 dias da data do término da cessão, de forma que possa haver eventual pedido de prorrogação e apreciação da Diretoria Executiva antes do término do prazo. Sendo assim, foram emitidas no mês dezembro correspondências a 3 funcionários cedidos, sendo que já houve manifestação pela prorrogação em 2 casos, que serão apreciados pela Diretoria Executiva.			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida. O assunto foi tomado na auditoria de contas referente ao exercício de 2010 e não foi verificada qualquer irregularidade nas cessões de pessoal e correspondentes reembolsos, conforme se verifica ao Relatório CGU-Regional/RJ nº 201109034. Desta forma, consideramos a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório 244143	1.1.4.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Aprimorar os controles internos referentes à cessão de empregados da FINEP, principalmente no que se refere ao acompanhamento dos prazos de vigência das cessões, da atribuição do ônus da remuneração e dos reembolsos das despesas com remuneração de empregados cedidos por parte do DARH.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da Providência Adotada:			
O DARH adotou o procedimento de encaminhar correspondência aos funcionários cedidos, com antecedência de 30 dias da data do término da cessão, de forma que possa haver eventual pedido de prorrogação e apreciação da Diretoria Executiva antes do término do prazo. Sendo assim, foram emitidas no mês dezembro correspondências a 3 funcionários cedidos, sendo que já houve manifestação pela prorrogação em 2 casos, que serão apreciados pela Diretoria Executiva.			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida. O assunto foi tomado na auditoria de contas referente ao exercício de 2010 e não foi verificada qualquer irregularidade nas cessões de pessoal e correspondentes reembolsos, conforme se verifica ao Relatório CGU-Regional/RJ nº 201109034. Desta forma, consideramos a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório 244143	1.1.5.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
002 – Abster-se de autorizar a realização de mais de duas horas extras por dia, conforme dispõe o art. 59 da CLT.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
Posicionamento da ARH: Não houve o pagamento de horas extras além do limite de 2 horas, após a constatação da CGU.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
<p>Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>A recomendação já havia sido emitida no Relatório CGU-Regional/RJ nº 224918, referente à auditoria de gestão do exercício de 2008, e será acompanhada naquele relatório. Consideramos a presente recomendação atendida para evitar o registro repetido.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório 244143	1.1.6.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Abster-se de contratar serviços ou adquirir produtos por inexigibilidade de licitação sem apresentar a devida justificativa de preços, a fim de garantir a contratação mais econômica e vantajosa para a Administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASEC			-----
Síntese da Providência Adotada:			
Este entendimento já está solidificado pela ASEC e seus departamentos. Também é necessário frisar que qualquer nova contratação por inexigibilidades tem como normativo interno obrigatório a apreciação pelo Comitê de Enquadramento Licitatório – CEL, instância esta que conta como integrante o próprio Superintendente de Serviços Corporativos. Também faz parte das verificações realizadas pelo Comitê a devida avaliação sobre a justificativa de preços. Pelo exposto, considero já atendida a recomendação da CGU e qualquer desvio neste assunto não se dará por falta de orientação ou de procedimento administrativo institucionalizado.			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida. O Relatório CGU-Regional/RJ nº 201109034, referente à auditoria de contas do exercício de 2010, analisou uma contratação por inexigibilidade de licitação e não registrou nenhuma irregularidade. Portanto, consideramos atendida a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Relatório 201109034	1.1.2.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Adotar procedimentos administrativos, na fase interna dos processos licitatórios realizados em substituição a contratos emergenciais, que possibilitem a tramitação em tempo hábil o suficiente para evitar prorrogação indevida de contratação emergencial.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ASEC			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
Em resposta a notificação a ASEC esclarece que: Nos últimos anos temos obtido um melhor controle a este respeito e a ASEC não registra a realização de nenhum outro contrato emergencial desde então. Também é preciso registrar que julho de 2011 foi criado o Departamento de Contratos e Compras Administrativas – DCAD que irá supervisionar especificamente as condições dos contratos em curso buscando evitar a descontinuidade dos mesmos por razões de ausência de melhor planejamento.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Relatório 201109034	1.1.2.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Elaborar planejamento de aquisições por meio de estimativa de consumo anual e, a partir do valor previsto, verificar a modalidade de licitação a ser utilizada para as aquisições, priorizando, sempre que possível, a adoção do Sistema de Registro de Preço, conforme estabelecem o Inciso II e parágrafos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, evitando, dessa forma, a aquisição fracionada por dispensa de licitação.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ASEC			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
Em resposta a notificação a ASEC Informa que esta pendência já foi normalizada com realização de Pregão Eletrônico nº 11/2011 homologado em 14/09/2011			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	NOTA DE AUDITORIA: 222267/002	2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Verificar a observância de todos os requisitos legais necessários à celebração de contratos por inexigibilidade de licitação, bem como atender às recomendações constantes de parecer jurídico prévio à contratação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASEC			-----
Síntese da Providência Adotada:			
<p>Este entendimento já está solidificado pela ASEC e seus departamentos. Também é necessário frisar que qualquer nova contratação por inexigibilidades tem como normativo interno obrigatório a apreciação pelo Comitê de Enquadramento Licitatório – CEL, instância esta que conta como integrante o próprio Superintendente de Serviços Corporativos. Também faz parte das verificações realizadas pelo Comitê a devida avaliação sobre a justificativa de preços. Pelo exposto, considero já atendida a recomendação da CGU e qualquer desvio neste assunto não se dará por falta de orientação ou de procedimento administrativo institucionalizado.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
<p>Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>O Relatório do CGU-Regional/RJ nº201109034, referente à auditoria de contas do exercício de 2010, analisou um contratação por inexigibilidade de licitação e não registrou nenhuma irregularidade. Portanto, consideramos atendida a recomendação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Nota de Auditoria 237143/001	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Aperfeiçoar a forma de autuação dos processos, considerando a autuação no momento da formalização do processo e numerando todas as folhas à medida que são anexadas ao processo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AJUR			-----
Síntese da Providência Adotada:			
<p>Através da folha de encaminhamento, de 30/03/2010, a AJUR informou que, ante o posicionamento da CGU, a opção do correto arquivamento de documentos será, a partir de agora, considerada providência prioritária, esclarecendo ainda que:</p> <p>“(…) há que se admitir que, de fato, à data em que o processo foi disponibilizado para aquele órgão de fiscalização, as suas folhas encontravam-se apensadas na respectiva pasta, aguardando tão somente por seu arquivamento.</p> <p>Não obstante, é importante esclarecer que aquela situação de arquivamento incorreto, identificada pela CGU, era meramente provisória e só ocorreu por um reduzido período em que o processo estava em plena fase de sua utilização.</p> <p>(…) Entretanto, registre-se, o arquivamento não foi, de modo algum, negligenciado. A prova disto é que na pasta estava facilmente localizada a completa documentação pertinente àquela fase da compra e venda do imóvel em questão, a qual, logo no momento seguinte, foi devidamente arquivada nos moldes do que dispões o artigo 38 da Lei nº 8.666/93.”</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	Nota de Auditoria 244143/001	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Submeter tempestivamente o Plano Anual de Comunicação à apreciação da Secretaria de Comunicação Social.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DCOM			-----
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
A recomendação foi acolhida e poderá ser aferida quando da remessa do próximo PAC.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b>			
<p>Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>De acordo com a documentação apresentada, verificamos que o Plano Anual de Comunicação da FINEP para 2012 recebeu conformidade da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), no dia 03/11/2011. Desta forma, consideramos a recomendação atendida.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	Nota de Auditoria 244143/001	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 – Definir critérios e instrumentos destinados a orientar o exame, a seleção, a aprovação e a execução dos projetos de patrocínio e submetê-los à apreciação da Secretaria de Comunicação Social, para novos patrocínios que venham a ser concedidos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DCOM/DPRO			-----
Síntese da Providência Adotada:			
<p>Com relação a recomendação acima o DCOM informa que, confeccionou uma minuta de proposta Política de Patrocínios da FINEP e enviamos à SECOM na quinta-passada , ou seja dia 03/11/2011. Entretanto, precisamos do retorno deste órgão e, posteriormente, discutir os detalhes com o Gabinete para submeter à RD, para aprovação final da Política. Acredito que este processo toda ainda demore cerca de 30 dias.</p> <p>Em 22/12/2011 o DPRO encaminhou para AUDI a Política de Patrocínio recentemente aprovada por meio da Portaria nº0337/2011 de 28/11/2011.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
<p>Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>Considerando o documento aprovado pela Diretoria Executiva da FINEP e a informação prestada pelo Chefe do DPRO de que o mesmo foi submetido previamente à SECOM, consideramos a recomendação atendida.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	Nota de Auditoria 253727/001	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Alterar a fundamentação da contratação por dispensa de licitação de empresa especializada em acesso aos meios de comunicação, considerando-se a inadequação da utilização do inciso V do art. 24, da Lei n.º 8.666/93, e o valor anual da despesa, que observa o limite de dispensa de licitação por valor, permitindo o enquadramento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
AUDI			-----
Síntese da Providência Adotada:			
<p>O escopo do Relatório de Licitações e Contratos, executado pela Auditoria Interna, contemplou a verificação do contrato firmado com a empresa Comunique-se (CNPJ 04.558.476/0001-01). A recomendação emitida pela AUDI foi no sentido de que na ocorrência de licitação deserta sejam adotados os procedimentos em conformidade com a lei, quais sejam: repetição do certame ou seja dada justificativa da não repetição em função de prejuízo para a Administração Pública. Na verificação dos pagamentos realizados verificou-se que o referido contrato extrapola o limite para dispensa (inciso II). Os empenhos emitidos para o serviço especializado em acesso aos meios de comunicação, em nome da Comunique-se somam R\$ 23.500,80 (NE 18 e 204/2010) e os valores pagos até dez/2010 somam R\$ 16.156,80 (contrato 10.08.0110.00). Estas informações inviabilizam o atendimento da recomendação da CGU.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
<p>Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>Durante a realização da OS 201117764, referente à auditoria de acompanhamento da gestão do exercício de 2011, por meio da SA n.º 201117764/008, solicitamos informar as providências adotadas pela Empresa para regularizar a contratação em pauta. Em resposta, por meio do MEMO DCOM/010/11, de 29/11/2011, o chefe em exercício do Departamento de Comunicação informou que foram tomadas todas as providências para regularizar a contratação da empresa Comunique-se, conforme os documentos que constam das pastas volumes I e II do contrato n.º 10.08.0110.00.</p> <p>Verificamos que o contrato n.º 10.08.0110.00 foi assinado com a empresa Comunique-se Comunicação Corporativa Ltda em 28/03/2008, mediante dispensa de licitação com base no art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93, tendo em vista que o Pregão Eletrônico n.º 20/2007, realizado no dia 23/11/2007, caracterizou-se como deserto.</p> <p>Este contato foi prorrogado por 12 meses nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.</p> <p>Desde a caracterização do Pregão Eletrônico como deserto, em novembro de 2007, não verificamos qualquer tentativa de realização de novo procedimento licitatório, nem justificativa para a impossibilidade de repetição do procedimento sem prejuízo para a Administração, de forma que não consideramos adequado o enquadramento utilizado pela FINEP.</p> <p>O assunto foi tratado por meio da Nota de Auditoria n.º 201117764/001.</p> <p>Consideramos a presente recomendação atendida.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXX – Item 10.1.2.1 : Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	Nota de Auditoria 253727/02	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Encaminhar cópia da documentação de admissão do empregado de matrícula nº 660 à CGRH/MCT e solicitar à coordenação-Geral atuar junto à CGNOR/MP no sentido de apresentar manifestação quanto à legalidade do ato e tomar as providências necessárias quanto à regularização da situação funcional do empregado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Síntese da Providência Adotada:			
<p>A ARH informou (MEMO ARH nº34/11) que encaminhou carta nº CTA/DARH/023/11 ao Departamento de Administração de Recursos Humanos – DARH ao Ministério de Ciência e Tecnologia ( Protocolo nº 001812/11). – Em resposta a carta do ARH acima, a coordenadoria –Geral de recursos Humanos por meio do Ofício nº 89/2011/CGRH informando que submeteram o processo para análise quanto a legalidade da referida cessão à Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação da Normas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- CGNOR/MP</p> <p>Obs: A manifestação acima foi encaminhada à CGU por meio Ofício PRES/FINEP nº 002.152/2011</p> <p>Informamos que no dia 08/11/2011 foi enviada uma carta ao funcionário de matrícula nº 660 informando que o Ministério da Ciência e Tecnologia não aprovou a sua cessão, assim o mesmo deverá retornar à FINEP em 48 horas após o recebimento da carta. Assim que recebermos cópia protocolada da referida carta, enviaremos para a Auditoria.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Através da Nota Técnica 534/2012 a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



## **Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório 224918	1.2.1.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Na construção de indicadores de desempenho, avaliar a utilização de variáveis homogêneas, que independam de fatores externos, conceitualmente estáveis e de fácil acesso às informações primárias.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
APLA			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
<p>Em resposta a Notificação nº 083/2012, a APLA apresenta os esclarecimentos:  Conforme consta no Relatório de Gestão da FINEP referente ao exercício de 2011 (pág. 44-45):</p> <p>“A continuidade deste trabalho estava prevista para ser realizada com apoio do CGEE. No entanto, a emissão do Acórdão TCU 2.569/11 – 2ª Câmara, de 26/04/2011 criou uma situação de impasse, pois identificou como inadequada a forma de apoio do CGEE à elaboração dos indicadores. Este acórdão alerta, em seu item 9.7.1, que a falta de correlação entre as ações orçamentárias e as metas/ações pactuadas no contrato de gestão com o CGEE infringe diversos dispositivos legais. Especificamente, o referido Acórdão menciona, no item 9.7.2, que “(...) a inclusão, no contrato de gestão firmado com o CGEE, de metas relacionadas à prestação de apoio administrativo, a exemplo de “7.1 – Internalização do planejamento Estratégico”, 10.1 – Indicadores de desempenho” (...) contraria as finalidades elencadas no art. 1º da Lei nº 9.631/1998”. Este artigo qualifica as organizações sociais e define que suas respectivas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Neste sentido, o TCU entende que as atividades realizadas para a construção dos indicadores não sejam aderentes à finalidade do CGEE.</p> <p>Diante do exposto, a FINEP, que já havia se planejado para, em 2011, finalizar o estudo dos indicadores e alcançar os produtos que seriam apresentados no próximo Relatório de Gestão e subseqüentes, ficou impossibilitada de permanecer com a parceria com o CGEE para conclusão deste trabalho.”</p> <p>No entanto, conforme consta no Relatório de Auditoria Interna Nº 10/2011 (item 89), a APLA informou que “no escopo do Projeto Modernize, coordenado pelo GTNS, está prevista a determinação de indicadores de desempenho referentes aos processos de negócio e de tecnologia da informação (TI) da FINEP. Estes indicadores serão identificados com apoio da consultoria TOTVS, vencedora da Concorrência 01/2010. Em função disso, a APLA se comprometeu a acompanhar o trabalho de desenvolvimento destes indicadores, de forma a buscar a compatibilidade destes com aqueles já validados pela Diretoria. Caso os indicadores não estejam definidos até setembro de 2012, a APLA apresentará, nesta data, proposta alternativa.”</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será prorrogado o prazo para o acompanhamento de sua implementação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório 224918	4.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 – Somente permitir a realização de mais de duas horas extras por dia em casos excepcionais e devidamente justificados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Em resposta a Notificação nº 084/2012, a ARH apresenta os esclarecimentos:  O DARH informa que, à partir de outubro de 2011, com a entrada de novos gestores na área de Recursos Humanos, a FINEP não autoriza/registra mais de duas horas extras em dia útil.</p> <p>Informamos, adicionalmente, que as horas extras precisam ser autorizadas pela chefia imediata, e que o DARH, informa que a FINEP só autoriza o pagamento de no máximo duas horas extras em dia útil.</p> <p>Ademais, informamos também que esta Financiadora não autoriza pagamento de horas extras a funcionário com saldo negativo no Relatório de frequência.</p> <p><b>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</b></p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	Relatório 224918	6.1.1.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
002 – Dotar a Auditoria Interna de ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive na própria Auditoria Interna.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
AUDI			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
<p>Conforme já informado, acerca das providências para acolhimento da recomendação 02, a AUDI realizou tentativas para automatização de ferramentas visando o acompanhamento e monitoramento das informações pertinentes a sua área de atuação.</p> <p>No entanto, considerando que está em curso na empresa, desde 2008, coordenado pelo Grupo de Trabalho do Novo Sistema – GTNS, o Projeto MODERNIZE, o qual desenvolve o Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação da FINEP.</p> <p>O objetivo do Projeto é prover uma solução integrada à FINEP, aliando a modelagem dos processos de negócio à reestruturação de suas arquiteturas de sistemas e de tecnologia. O Projeto pretende, ainda, contribuir para o alcance de um estágio mais avançado de maturidade gerencial e organizacional da FINEP, condizente com o seu papel no desenvolvimento nacional, e para o atendimento dos requisitos que ora se colocam para o seu reconhecimento como instituição financeira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), classificação que exigirá um grande esforço corporativo de adequação. Cabe ressaltar que o projeto abrange todos os processos da FINEP, inclusive aqueles executados na função de Secretaria Executiva do FNDCT.</p> <p>No exercício de 2011 e 2012 os processos da AUDI (assim como de outras unidades organizacionais) foram mapeados.</p> <p>Considerando o estágio de desenvolvimento do Projeto MODERNIZE, e o fato de que os processos da AUDI já estão mapeados, a implantação de ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive na própria Auditoria Interna será viável após conclusão do MODERNIZE.</p> <p>Entretanto, mesmo considerando o andamento do Projeto MODERNIZE, em 2011 a AUDI firmou uma agenda de reuniões com representantes da Área de Desenvolvimento Organizacional (ADES) para desenvolvimento de ferramenta que permita a automação do processo de atendimento de demandas de órgãos de controle recebidas na empresa por meio de Ofícios. O mapeamento do processo foi realizado, no entanto, a ADES ainda não conseguiu concluir a implantação da ferramenta de TI sendo que as reuniões de trabalho já foram retomadas.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 534/2012, em 13/03/2012, a CGU informou a reiteração por decurso de prazo pela não manifestação da recomendação.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório 244143	1.1.5.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Avaliar o risco de futuras demandas trabalhistas fundamentadas na ausência de registro do intervalo para descanso e alimentação dos funcionários que fazem suas refeições na dependência da Empresa e decidir as medidas que devem ser adotadas, considerando os custos envolvidos na implantação das medidas e no possível contencioso trabalhista.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Em resposta a Notificação nº 084/2012, a ARH apresenta os esclarecimentos:</p> <p>A Norma de Jornada de Trabalho e Controle de Frequência (N-RHM-002/12) prevê o desconto de 1 hora, automaticamente, caso o funcionário não apresente marcação.</p> <p>Destarte, o novo sistema de serviço de locação de controle de acesso e frequência contratado pela FINEP permitirá que o DARH verifique os casos de registro do intervalo para descanso e alimentação dos funcionários que fazem suas refeições na dependência da Empresa para posterior decisão das medidas que deverão ser adotadas.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório 244143	1.1.6.3	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Promover a realização de procedimento licitatório para a contratação de serviços de telefonia.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ASEC			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
<p>Em resposta a Notificação nº 091/2012, a ASEC apresenta os esclarecimentos:</p> <p>Venho informar sobre o andamento do processo. Como pode ser observado pelas outras informações prestadas pela ASEC, temos encontrado grandes dificuldades técnicas de elaborar este edital. Alguns Termos de Referência produzidos foram frustrados por questionamentos técnicos durante sua finalização. Tomamos então a decisão de contratar um consultor para finalizar o termo e nos auxiliar na questão sobre o quantitativo de DDR's necessários à FINEP. Como não temos no corpo funcional empregado especializado na questão deste serviço, sempre que surge uma questão técnica existe um atraso significativo no certame. Esperamos que com a presença do consultor tenhamos eliminado esta falha. No momento, o processo foi encaminhado para o Departamento de Consultoria em Contratos Administrativos - DCCA para aprovação final de seus termos e abertura de certame.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório 253726	1.2.1.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Instituir rotinas de controle interno para os empréstimos do FNDCT à FINEP, estabelecendo os responsáveis pelo acompanhamento de cada etapa, de modo a resguardar que as condições para aplicação destes recursos tenham sido cumpridas, sobretudo quanto à aprovação do plano de aplicação dos recursos pelo Conselho Diretor do FNDCT.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DORC/DCOF/DTES/DCOB			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>As providências foram tomadas e são as seguintes.</p> <p>1- O Departamento de Orçamento - DORC - informa ao DCOF a chegada de cada nova solicitação de liberação e consulta quanto às fontes de recursos a serem utilizadas.</p> <p>2- O DCOF verifica as disponibilidades e situação contratual de cada fonte e informa por e-mail ao DORC, Tesouraria - DTES - e Cobrança - DCOB - a fonte de recursos a ser utilizada.</p> <p>3- A Tesouraria só efetiva o pagamento da liberação mediante a orientação do DCOF, conforme item 2.</p> <p><b>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação</b></p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório 201203622	1.1.1.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
002 – Assegurar-se de que o novo sistema de controle de frequência atende a todos os requisitos exigidos pela legislação trabalhista.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
<p>Através da Resposta a NP 184/2012 a ARH informou:</p> <p>Informamos que a FINEP está em fase de testes do novo sistema de ponto. Este sistema tem o objetivo de dar conformidade legal ao controle de acesso e frequência dos funcionários efetivos da empresa e atende as determinações da Portaria MTE nº 1.510/2009.</p> <p>Com o objetivo de melhor internalizar o processo de registro eletrônico de ponto na FINEP, o DARH informou aos seus empregados, em 30 de agosto de 2012 a prorrogação do período de testes do novo sistema.</p> <p>Esta iniciativa visa consolidar os novos procedimentos com mais segurança, transparência e tempo para os funcionários se familiarizem com as mudanças.</p> <p>A data em que o novo sistema começará a vigorar efetivamente será comunicada aos empregados com a devida antecedência.</p> <p>A estimativa é que, em novembro de 2012, o novo sistema de ponto seja efetivado na empresa.</p> <p>Ademais, comunicamos que a Norma de Frequência e Jornada de Trabalho foi atualizada de acordo com a legislação trabalhista.</p> <p><b>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</b></p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			



**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório 201203622	1.1.1.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Promover a segregação das funções no âmbito do setor responsável pela gestão de pessoas e estabelecer um sistema de rodízio de empregados responsáveis pelo processamento da folha de pagamento.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
<p>Através da Resposta a NP 184/2012 a ARH informou:</p> <p>Inicialmente esclarecemos que identificar uma solução para as fragilidades no processamento da folha de pagamento tem sido prioridade dos atuais gestores da Área de Recursos Humanos.</p> <p>Visando demonstrar as ações em curso e relacionadas à necessidade de disseminação do conhecimento e distribuição de atividades para emissão de folha de pagamento, informamos que os gestores da ARH vêm adotando várias medidas, dentre elas destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- definição de estratégia de aproximação com o funcionário que detém o conhecimento da folha de pagamento;</li> <li>- agregação de mais 01 empregado de nível superior (analista) para trabalhar em dupla no processo de elaboração da folha de pagamento, buscando-se fazer adequada gestão do conhecimento nesta área;</li> <li>- realização de reuniões e conversas com o objetivo de se mapear o processamento da Folha, já estabelecido a longo período e pouco difundido;</li> </ul> <p>Ocorre que, mesmo com o esforço empreendido, o êxito tem sido mínimo. O DARH vem administrando o processo de aproximação com o empregado que concentra o conhecimento da Folha, porém, sem muitos avanços.</p> <p>Importante, entretanto registrar, que além do Analista responsável pelo processamento da folha de pagamento, há outros 06 (seis) funcionários de nível médio (técnico) que realizam atividades de apoio a este processo. Esta equipe, no entanto, não detém as competências necessárias para assumir o integral processamento da folha de pagamento em situação de afastamento do Analista. Este procedimento, ademais, poderia configurar desvio de função, uma vez que são empregados da carreira de nível médio.</p> <p>Assim, face aos problemas facilmente associáveis à indesejável manutenção da concentração de conhecimento e com o objetivo de se buscar a melhor solução institucional, a ARH e a ADES, em conjunto, empreenderam várias reuniões com o SERPRO e DATAPREV, desde Junho/12.</p> <p>Nesses contatos verificou-se que o tempo necessário para internalização de uma solução tecnológica de processamento da uma folha de pagamento não se dá em período inferior a 2 (dois) anos.</p> <p>Diante do exposto, a Área de Recursos Humanos concluiu pela necessidade de tratar simultaneamente o problema da concentração do conhecimento e o processamento da folha de pagamento da FINEP.</p>			

## **ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Nesse sentido, estamos produzindo documentos técnicos contextualizando a situação e apresentando proposição de medidas que, na avaliação da unidade, serão necessárias para sanear as fragilidades e proporcionar uma melhor solução institucional para um problema que já perdura por longo tempo na empresa (há, pelo menos 2 décadas). Tão logo a proposta de ações esteja concluída será apresentada e debatida junto com o colegiado da Diretoria Executiva.

**Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório 253727	3.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Realizar planejamento da contratação dos serviços de webdesign, diagramação e revisão gráfica da Revisa da FINEP “Inovação em Pauta” e serviços contábeis ou de despachantes, e, em se mantendo a necessidade da contratação, realizar procedimento licitatório, na hipótese de seu valor anual extrapolar o limite legal de dispensa de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ACOM			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
Tendo em vista que a manifestação da FINEP ocorreu em março de 2013, este item será considerado no Relatório de Gestão de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Nota de Auditoria: 201205114	1.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 – Providenciar a elaboração de um relatório final consolidado do processo de seleção do Prêmio FINEP Inovação, bem como publicação no sítio/página eletrônico oficial da FINEP, proporcionando maior transparência ao evento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ACOM			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
Tendo em vista que a manifestação da FINEP ocorreu em março de 2013, este item será considerado no Relatório de Gestão de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Nota de Auditoria: 201205114	1.1.2.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Implementar mecanismos que proporcionem maior controle das despesas realizadas por ocasião da execução do Prêmio FINEP Inovação, com o intuito de permitir o acompanhamento financeiro da ação e prestação de contas dos recursos utilizados, inclusive do FNDCT.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DORC			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
Tendo em vista que a manifestação da FINEP ocorreu em março de 2013, este item será considerado no Relatório de Gestão de 2013.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Nota de Auditoria: 201117764/002	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Aprimorar os controles internos relativos ao enquadramento em inexigibilidade de licitação, notadamente no que se refere ao fundamento das contratações, de acordo com as exigências legais.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ASEC			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Dentre diversas ações para melhorar os controles internos de contratação por inexigibilidade, destaco a aprovação da nova Norma de Compras N-ADM-02-12 que disciplina o processo interno deste tipo de contratação, além da criação dos Departamentos de Compras e Contratações Administrativas - DCAD e de Consultoria em Contratos Administrativos - DCCA que concentraram a partir de suas criações a gestão das contratações administrativas de bens e serviços em todas as modalidades.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Regularizar o registro dos empregados da FINEP, de acordo com a legislação pertinente.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
<p>Em resposta a Notificação nº 140/2012 a ARH apresenta os esclarecimentos:</p> <p>Informamos que a Área de Recursos Humanos buscou junto a Área de Desenvolvimento Organizacional criação de sistema de ficha de registro eletrônica, conforme previsão na legislação vigente. Ademais, informamos que encaminhamos a Nota Técnica nº 01/2012, para a Auditoria, Área Jurídica e Área de Desenvolvimento Organizacional sobre a possibilidade de terceirização do processamento de folha de pagamento. Caso esta solução seja finalizada de forma satisfatória, o sistema que servirá como base para processamento da folha de pagamento deverá ter a funcionalidade da ficha de registro de empregados eletrônica.</p> <p>No entanto, o DARH promoverá as atualizações das referidas fichas no momento do gozo de férias dos empregados, ou seja, os empregados que estiverem iniciando o gozo de férias terão suas fichas de registro atualizadas. Esta solução demanda mais tempo e estimamos o período de 1 ano e meio a 2 anos para que todas as fichas estejam atualizadas.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Adequar a realização de exames médicos periódicos ao Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO da FINEP.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Em resposta a Notificação nº 140/2012 a ARH apresenta os esclarecimentos:</p> <p>Os exames periódicos serão retomados, a partir de setembro/12, pois foi concluída a licitação para a prestação deste tipo de serviço, sendo que o contrato já foi assinado com a empresa vencedora, com vigência a partir de agosto/2012.</p> <p>Os exames de retorno ao trabalho estão sendo realizados para todos os empregados que retornam de auxílio doença. A assistente social encaminha, no primeiro dia de retorno, o funcionário para o setor médico.</p> <p>Em relação ao exame de mudança de função, segundo o PCMSO, toda e qualquer alteração de atividade ou departamento que implique na exposição do empregado a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança requer a realização do exame. Como na FINEP, não há alteração do risco, não há necessidade do funcionário realizar este tipo de exame.</p> <p><b>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</b></p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
005 – Requerer a realização de perícia na Empresa com objetivo de emitir o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, para fins de caracterização e classificação da insalubridade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Em resposta a Notificação nº 140/2012 a ARH apresenta os esclarecimentos: Será solicitado à empresa vencedora da licitação referente à Saúde Ocupacional que emita o LTCAT.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
006 – Emitir Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT quando da ocorrência da perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Em resposta a Notificação nº 140/2012 a ARH apresenta os esclarecimentos:</p> <p>A emissão de CAT cabe ao Serviço Médico da empresa, Médico do trabalho (preenchimento do quadro: atestado médico) e o Técnico de Segurança do Trabalho (apurar os fatos contidos na CAT). Depois de preenchida e assinada (CAT) tem que ser entregue em uma Agência da Previdência Social, pelo emitente, no caso a FINEP.</p> <p>"A empresa é obrigada a informar à Previdência Social acidentes de trabalho ocorridos com seus funcionários, mesmo que não haja afastamento das atividades, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência. Em caso de morte, a comunicação deve ser imediata. A empresa que não informar acidentes de trabalho está sujeita à multa."</p> <p>Em situações em que o acidente gere um afastamento superior a 15(quinze) dias, a CAT não pode deixar de ser emitida, dada a documentação necessária junto ao INSS para concessão do benefício auxílio-doença acidentário (processo instruído e acompanhado pelo serviço social e pelo representante do convênio/INSS).</p> <p>Quanto aos casos em que não haja afastamento das atividades, a emissão da CAT também é realizada pelo Serviço Médico ou Técnico de Segurança do Trabalho, responsáveis pelo atendimento e emissão da CAT.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
008 – Fazer constar dos assentamentos funcionais a justificativa da necessidade de trabalho durante o período de férias.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Em resposta a Notificação nº 140/2012 a ARH apresenta os esclarecimentos:</p> <p>Informamos que com a entrada dos novos gestores na Área de Recursos Humanos, à partir de outubro de 2011, não ocorreu autorização de trabalho durante o período de férias. Ademais, comunicamos que os gerentes foram orientados a respeitar os artigos 130 ao 145 da CLT que abordam esta questão. Informamos, também, que por questões de compliance e conformidade legal, o DARH não se responsabiliza por procedimentos não autorizados pelo departamento e que não encontram amparo na Lei que regulamenta as relações de trabalho entre a FINEP e seus funcionários, considerando que esta situação expõe sobremaneira a empresa, expondo-a a penalidades previstas na CLT.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Nota de Auditoria: 201117764/003	6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
008 – Revisar os atuais procedimentos para constituição da provisão de férias e adequá-los à legislação atinente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Não foram apresentadas as adotadas pelo gestor na versão do PPP de set/2012.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será reiterado o atendimento da recomendação por decurso de prazo pela sua não manifestação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Nota de Auditoria: 201117764/004	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Realizar contratações fundamentadas no art, 24, inciso XIII, da Lei nº 78.666/93 quando, comprovadamente, houver nexo entre dispositivo, a natureza da instituição contratada e o objeto contratual.			
Providências Adotadas			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
ASEC			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
<p>Primeiramente, informamos que o aprimoramento e reorganização dos processos internos é pauta prioritária desta gestão. Nesse sentido, especificamente quanto ao procedimento de compras e aquisições, destacamos a criação de dois Departamentos, ambos posteriores ao contrato que ensejou a recomendação em epígrafe, bem como a edição de normativo interno específico sobre o tema.</p> <p>O Departamento de Contratações e Compras Administrativas (DCAD), criado em julho de 2011, tem por atribuição regimental planejar e executar as aquisições de bens e serviços, incluindo os procedimentos aplicáveis aos processos licitatórios. Por outro lado, temos a criação de departamento jurídico exclusivamente voltado à análise jurídica dos contratos administrativos, a saber, o Departamento de Consultoria Jurídica em Contratos Administrativos (DCCA), por meio da Resolução de Diretoria-Executiva nº 125, de 09 de maio de 2011.</p> <p>Assim sendo, considerando-se o novo desenho organizacional, espera-se robustecer tanto a apreciação técnica e instrução dos processos de compras e aquisições quanto a análise jurídica respectiva, de forma a assegurar o devido enquadramento licitatório ou sua desnecessidade, de acordo com as particularidades do caso concreto.</p> <p>Por fim, aponta-se a edição da N-ADM-002/12, datada de 16 de janeiro de 2012, responsável pelo estabelecimento de atribuições, responsabilidades e procedimentos para contratação de bens, serviços, materiais e obras. A contínua observância ao normativo interno contribuirá para uma melhor instrução do processo de compras e contratos administrativos, a partir da padronização dos instrumentos e da definição das alçadas decisórias inerentes a esse procedimento específico.</p> <p><b>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será realizada nova ação de controle pelo não atendimento pleno da recomendação.</b></p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	Nota de Auditoria: 253727/002	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Encaminhar cópia da documentação de admissão do empregado de matrícula nº 660 à CGRH/MCT e solicitar à coordenação-Geral atuar junto à CGNOR/MP no sentido de apresentar manifestação quanto à legalidade do ato e tomar as providências necessárias quanto à regularização da situação funcional do empregado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ARH			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
<p>Não foram apresentadas as adotadas pelo gestor na versão do PPP de set/2012.</p> <p>Através da Nota Técnica nº 2.599/2012, em 29/11/2012, a CGU informou que será reiterado o atendimento da recomendação por decurso de prazo pela sua não manifestação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

**ANEXO XXXI – Item 10.1.2.2 : Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício**

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	Nota de Auditoria: 201205114/001	1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 – Elaborar registro de análise dos relatórios de controle de qualidade entregues pela empresa Path Itts Ltda, referentes ao Projeto Modernize, considerando as recomendações eventualmente apresentadas e os riscos da não implementação, bem como apresentar a motivação da Comissão de Solicitação e Recebimento Definitivo dos Produtos para a aceitação dos produtos, principalmente quando foram objeto de parecer desfavorável, antes da emissão dos Termos de Recebimento Definitivo dos Produtos.			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
CPROJ			-----
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>			
Tendo em vista que a manifestação da FINEP ocorreu em março de 2013, este item será considerado no Relatório de Gestão de 2013.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			





# ANEXO XXXII – ITEM 11.1

## Declaração de Registros Atualizados no SIASG

**DECLARAÇÃO**

**REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG**

Compete à Área de Serviços Corporativos - ASEC inserir no SIASG os contratos administrativos e as compras realizadas por meio de dispensa. Esta atividade é realizada pelo Departamento de Compras e Contratações Administrativas - DCAD. Seu produto pode ser verificado acessando o Portal da Transparência Pública, onde as informações a respeito destes processos são de livre acesso. A FINEP também opera dentro do SIASG para publicação, realização e homologação de licitações através do Portal de Compras - Comprasnet.

Ressalto que desde agosto de 2011, estes procedimentos foram prejudicados devido a alterações realizadas no âmbito do SIASG e SIAFI que estão impedindo o registro pelo citado Departamento das atualizações contratuais. Já contatamos o SERPRO no intuito de solucionar o problema, mas até o momento não foi obtido êxito no pedido.

Como medida paliativa estamos divulgando estas informações no site da FINEP.

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2013.

Rodrigo Molinari Mello

Superintendente da Área de Serviços Corporativos - ASEC

# ANEXO XXXIII – ITEM 12.2

## Projeto MODERNIZE

## ANEXO XXXIII - ITEM 12.2: Projeto Modernize

Entregas da FASE 1 - Definição do Modelo Conceitual	Situação
Levantamento da situação atual de TI	100% concluído
Visitas técnicas	100% concluído
Consultas a grandes consultorias de negócios	100% concluído
Consulta fornecedores e implementadores de <i>ERPs</i> ( <i>Enterprise Resource Planning</i> )	100% concluído
Consultas a fornecedoras e implementadoras de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) e <i>Workflow</i>	100% concluído
Avaliação de necessidades e diretrizes do Banco Central (BACEN)	100% concluído
Avaliação das Necessidades e Diretrizes SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse)	100% concluído
Estudo de alternativas para contratação de consultorias, serviços especializados em geral e aquisições	100% concluído
Treinamento básico da equipe	100% concluído
Modelo conceitual	100% concluído
Entregas da FASE 2 - Elaboração de Editais	Situação
<b>1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI</b>	
Treinamento Básico Equipe	100% concluído
Reserva Orçamentária Prévia e Autorização de Abertura do Procedimento Licitatório	100% concluído
Versão Zero do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
Versão 1 do Edital e seu conjunto de anexos (Consulta Interna e ao Mercado)	100% concluído
Versão Final do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
<b>2º Edital - Objeto: Consultoria em Controle de Qualidade</b>	
Justificativa para a contratação	100% concluído
Preparação das Especificações Técnicas	100% concluído
Formalização do Processo Licitatório	100% concluído
Preparação do Edital e seu conjunto de Anexos	100% concluído
Autorização para abertura do procedimento licitatório	100% concluído
Entregas da FASE 3 - Licitações	Situação
<b>1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI (Concorrência Técnica e Preço)</b>	
Lançamento do Edital	100% concluído
Habilitação	100% concluído
Julgamento das Propostas Técnicas	100% concluído
Julgamento das Propostas de Preços	100% concluído
Resultado	100% concluído
Contratação	100% concluído
<b>2º Edital - Objeto: Controle de Qualidade de Produtos da Fase 5 (Pregão Eletrônico)</b>	
Lançamento do Edital	100% concluído
Julgamento das Propostas de Preços	100% concluído
Habilitação	100% concluído
Resultado	100% concluído
Contratação	100% concluído
Entregas da FASE 4 – Preparação Interna	Situação
Estrutura física para as Equipes Técnicas e Equipe da FINEP	100% concluído
Definição de papéis das unidades envolvidas no projeto por meio de constituição da Comissão de Solicitação e Recebimento Definitivo de Produtos e Serviços	100% concluído
Entregas da FASE 5 – Definição da Solução Integrada	Situação
Desenvolvimento e entrega de 34 Produtos previstos para a Fase.	100% concluído
Entregas da FASE 6 – Implementação da Solução Integrada	Situação
Desenvolvimento e entrega de 6 Produtos e 9 Serviços previstos para a Fase.	Não iniciado

Fonte: FINEP - CPROJ

## **ANEXO XXXIV – ITEM 12.3**

# **Plano de Implantação do Projeto Soluções Integradas para a Gestão e Controle de Projetos – Revisão 2**

## ANEXO XXXIV - ITEM 12.3 : Plano de Implantação do Projeto Soluções Integradas para a Gestão e Controle de Projetos - Revisão 02

Ações		Status	Prazo para conclusão da ação
1	Nomeação e definição das autoridades e responsabilidades do Comitê Gestor do Projeto de Soluções Integradas	Constituição do Comitê Gestor aprovada em Resolução de Diretoria 461/10 de 21/12/2010	Ação concluída
2	Apresentação do planejamento detalhado do Projeto de Soluções Integradas para 2011 , pelo Comitê Gestor, no prazo de 30 dias a partir da nomeação.	Plano de Implantação (Rev00) aprovado em 21/12/2010 - Planejamento dos grupos temáticos (6 (seis)) elaborado . GT-1 - Processos e Normalização . GT-2 - Reestruturação DAFP . GT-3 - Soluções Tecnológicas . GT-4 - Gestão de Recursos Humanos . GT-5 - FAP, Plano de Trabalho e PATF . GT-6 - Comunicação e eventos  Plano de Implantação (Rev01) aprovado em 15/08/2011	Ação concluída
3	Aprovação dos documentos normativos pautados para RD: Política da Gestão e Controle de Projetos; Norma de Elaboração de Orçamento; Norma de Análise e Encerramento do Passivo.	Documentos normativos elaborados, aprovados e publicados . P-OPE-001/10 - Rev00 - Política de Gestão e Controle de Projetos contratados por meio de Convênios e Termos de Cooperação . N-OPE-008/10 - Rev00 - Elaboração de orçamentos de Convênios e Termos de Cooperação . N-OPE-009/10 - Rev00 - Norma de análise e encerramento de passivo de Convênios	Ação concluída
4	Instalação de banner na home do site FINEP- IN-CDFNDCT 01-10/ Manual de Convênios e de Subvenção Econômica	Documentos disponíveis no <i>site</i> <a href="http://www.finep.gov.br">www.finep.gov.br</a>	Ação concluída
5	Comunicação para ordenadores de despesa e coordenadores de projeto da publicação da IN 01 CDFNDCT e do Manual de Convênios e Termos de Cooperação	Comunicação veiculada no site <a href="http://www.finep.gov.br">www.finep.gov.br</a>	Ação concluída
6	Realização de evento dirigido às Unidades Operacionais e Financeiras para divulgação das Soluções Integradas, com foco na Política de Gestão e Controle de Projetos	Ação concluída - apresentação incorporada à agenda de capacitação no plano anual de visitas (PAV) - ver ação 07	Ação concluída
7	Definição do processo e normalização do PATF - Plano de Acompanhamento Técnico e Financeiro	Instrumento renomeado para Plano Anual de Visitas - PAV (Acompanhamento Técnico e Financeiro) Modelo, algoritmo e documento normativo elaborados, aprovados e implementados	Ação concluída
8	Adequação do modelo de FAP e Plano de Trabalho	Aprovação da revisão 01 da Norma de elaboração de orçamentos de convênios e termos de cooperação - N-OPE-008/10 em novembro de 2012	Junho de 2013
9	Revisão do modelo de manual de preenchimento de FAP		Junho de 2013
10	Elaboração e publicação de cartilha de elaboração de orçamentos de convênios e termos de cooperação, com base na respectiva Norma		Junho de 2013
11	Detalhamento da proposta de reestruturação da unidade DAFP e do plano de implantação, para deliberação da Diretoria Executiva em Resolução específica	Reestruturação deliberada em Resolução de Diretoria 015/11, de 24/01/11 e POR/PRES/Nº 042/2011.	Ação concluída
12	Complementação do quadro de analistas do DPC1/DPC2	Profissionais selecionados, contratados e capacitados	Ação concluída

## ANEXO XXXIV - ITEM 12.3 : Plano de Implantação do Projeto Soluções Integradas para a Gestão e Controle de Projetos - Revisão 02

Ações		Status	Prazo para conclusão da ação
13	Desenvolvimento do Portal do Cliente e monitoramento do cronograma aprovado (avanço físico, produtos, testes e operacionalização)	1º módulo concluído e implementado: . Dados cadastrais . Alteração de equipe executora . Remanejamento financeiro  . Módulos tutoriais desenvolvidos . Módulo disponibilizado para todas as instituições . Processo de apresentação de termos de compromisso e cadastramentos de usuários em curso	2º módulo: Junho de 2013  3º módulo: Novembro de 2013
14	Celebração de parceria e especificação do módulo EAD/ENAP (1ª etapa) de capacitação em gestão de convênios e termos de cooperação (para convenientes e acordantes)	Termo de referência de contratação concluído 7(sete) turmas presenciais realizadas Agenda de implementação do módulo EAD em curso	Ação concluída
15	Especificação de infraestrutura e definição de contratações para operacionalização do "call center"	Call center implementado em 02/05/2011 (DPC1 e DPC2)	Ação concluída
16	Elaboração e aprovação dos documentos normativos previstos em agenda de normalização das operações não reembolsáveis, abrangendo o ciclo de gestão de projetos contratados por meio de convênios e termos de cooperação	Ação revisada - atualização e alinhamento com agenda de normalização FINEP - Gestão de projetos contratados por meio de convênios e termos de cooperação  11 (onze) Normativos: 7 (sete) elaborados e aprovados, 2 (dois) em elaboração e 2 (dois) planejados	Junho de 2013
17	Elaboração de plano de capacitação do DPC1 para implantação dos procedimentos de análise e encerramento de convênios e termos de cooperação		Ação concluída
18	Plano de Comunicação Interna e Externa das ações relacionadas ao projeto		Ação contínua
19	Elaboração de modelo detalhado do subprocesso de tramitação de documentos	Banco de dados Access para acompanhamento da tramitação de documentos desenvolvido pelo DPC1 - implantado em 01/03/11.	Ação concluída
20	Contratação temporária do pool de estagiários - DPC1/DPC2 - para operacionalização de remanejamentos financeiros	Pool implementado	Ação concluída
21	Remanejamento do arquivo DPC1/DPC2 de protocolos de prestações de contas e demonstrativos de gastos para arquivo central da FINEP	Ação iniciada em 29/03/11, onde todas as prestações de contas de convênios até 2004 já foram mapeadas	Ação contínua
22	Alteração do fluxo de projetos (Intranet) para exclusão de atividades executadas pelo DPC1/DPC2, inerentes às liberações de primeiras parcelas de convênios e termos de cooperação e finalização de fluxos de ciência	Ação e ser excluída - incorporada ao 3º módulo do Portal do Cliente (Processo de liberação)	Incorporada à ação 13
23	Mapeamento e enquadramento dos convênios que integram os grupos de tratamento do passivo estabelecidos na N-OPE-009/10		Ação concluída
24	Realizar concurso público para seleção de cadastro de reserva de analistas técnicos e financeiros	Concurso público realizado	Ação concluída
25	Designação da equipe de analistas financeiros para análise do passivo de convênios	Quadro de analistas do DPC1/DPC2 complementado e designado	Ação concluída
26	Conclusão da análise e encerramento de passivo de convênios e eliminação do acúmulo de prestações de contas não analisadas tempestivamente (surgimento de novo passivo)		36 meses após conclusão das ações 12 (2º módulo) e 13

Fonte: FINEP - ADES





# ANEXO XXXV – ITEM 12.3

## Plano Anual de Visitas

## ANEXO XXXV – ITEM 12.3 : Plano Anual de Visitas

Relatório do Plano Anual de Visitas (PAV) 2012							
Detalhamento dos Números e Valores das Operações Visitadas - Informações consolidadas							
Departamento		Operações previstas no PAV 2012	Operações no PAV visitadas em 2012		Operações fora do PAV visitadas em 2012	Total de operações <sup>1</sup> visitadas em 2012	
			#	%		#	%
DIPA	Quantidade	25	8	32,0%	0	8	32,0%
	Valor (em milhões de R\$)	328,0	116,3	35,5%	0,0	116,3	35,5%
DIPE	Quantidade	45	16	35,6%	0	16	35,6%
	Valor (em milhões de R\$)	227,1	61,0	26,9%	0,0	61,0	26,9%
DITE	Quantidade	53	16	30,2%	6	22	41,5%
	Valor (em milhões de R\$)	293,7	118,3	40,3%	8,4	126,7	43,1%
DTS1	Quantidade	50	19	38,0%	5	24	48,0%
	Valor (em milhões de R\$)	146,1	32,1	22,0%	5,3	37,3	25,5%
DTS2	Quantidade	44	24	54,5%	20	44	100,0%
	Valor (em milhões de R\$)	61,4	47,3	77,0%	27,0	74,3	121,0%
DUN 1	Quantidade	76	44	57,9%	29	73	96,1%
	Valor (em milhões de R\$)	155,5	88,8	57,1%	37,2	126,0	81,0%
DUN 2	Quantidade	69	39	56,5%	29	68	98,6%
	Valor (em milhões de R\$)	291,8	162,3	55,6%	30,5	192,8	66,1%
DUN 3	Quantidade	240	29	12,1%	4	33	13,8%
	Valor (em milhões de R\$)	936,0	145,3	15,5%	5,1	150,4	16,1%
DTIS	Quantidade	21	8	38,1%	0	8	38,1%
	Valor (em milhões de R\$)	122,5	45,9	37,5%	0,0	45,9	37,5%
DSR	Quantidade	6	6	100,0%	0	6	100,0%
	Valor (em milhões de R\$)	7,5	7,5	100,0%	0,0	7,5	100,0%
SRSP	Quantidade	9	8	88,9%	1	9	100,0%
	Valor (em milhões de R\$)	17,1	16,0	93,6%	1,4	17,4	101,8%
<b>Total dos operacionais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>638</b>	<b>217</b>	<b>34,0%</b>	<b>94</b>	<b>311</b>	<b>48,7%</b>
	<b>Valor (em milhões de R\$)</b>	<b>2586,7</b>	<b>840,8</b>	<b>32,5%</b>	<b>114,9</b>	<b>955,6</b>	<b>36,9%</b>
DPC1	Quantidade	454	355	78,2%	40	395	87,0%
	Valor (em milhões de R\$)	2181,0	1834,3	84,1%	0,0	1834,3	84,1%
<b>TOTAL</b>	<b>Quantidade</b>	<b>786</b>	<b>491</b>	<b>62,5%</b>	<b>228</b>	<b>613</b>	<b>78,0%</b>
	<b>Valor (em milhões de R\$)</b>	<b>3.065,3</b>	<b>2.185,2</b>	<b>71,3%</b>	<b>229,8</b>	<b>2.287,5</b>	<b>74,6%</b>

Fonte: FINEP - ADES

# ANEXO XXXVI – ITEM 13.1

## Declaração do Contador Responsável

**DECLARAÇÃO**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 240131 – Programa de Ações Especiais MCTI/FINEP que apresenta Relatório de Gestão para o exercício de 2012.

Ressalto que o Fluxo de Caixa e o Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2013.

Ruben Silveira Mello Filho  
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada  
CRC/RJ - 56.592/0-7

# **Demonstrações Contábeis**

**Unidade Gestora FINEP**

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI  
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP  
 Balanço Patrimonial em 31/12/2012 e 31/12/2011  
 Em Reais Mil

ATIVO	Notas	2012	2011
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	4	2.773.273	1.586.571
Operações de Crédito	5	842.926	792.133
Outros Créditos	6	34.961	18.631
Créditos por Cessão de Pessoal		408	467
Impostos e Contribuições a Recuperar	15.3	23.190	14.022
Pessoal		6.260	2.100
Outros		5.103	2.042
Outros Valores e Bens		821	1.440
Almoxarifado		109	136
Despesas Antecipadas		712	1.304
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>3.651.980</b>	<b>2.398.775</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários		171.879	125.760
Cotas de Fundos em Empresas Emergentes	16	171.879	125.760
Operações de Crédito		4.481.610	3.537.590
Operações de Crédito	5	4.588.007	3.640.132
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(106.397)	(102.542)
Outros Créditos	6	140.422	134.544
Depósitos Judiciais		16.780	4.849
Créditos com o Tesouro Nacional		25.471	25.471
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.2	98.172	104.225
Investimentos	7	68.129	62.801
Imobilizado de Uso	8	71.836	73.619
Imóveis de Uso		87.039	88.804
Outras Imobilizações de Uso		9.601	7.740
Depreciações Acumuladas		(24.804)	(22.924)
Intangível	9	146	196
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>4.934.022</b>	<b>3.934.511</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.586.003</b>	<b>6.333.286</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antonio Truzzi  
 Arbilx

João Alberto De Negri  
 Diretor  
 CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro  
 Diretor

Roberto Vermulm  
 Diretor  
 CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho  
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7  
 CPF 598.262.907-34

## ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI**  
**FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**  
**Balanço Patrimonial em 31/12/2012 e 31/12/2011**  
**Em Reais Mil**

<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações por Repasses do País	12	915.377	1.038.107
Obrigações por Repasses do Exterior	12	15	20
Outras Obrigações		<u>221.636</u>	<u>183.801</u>
Fiscais e Previdenciárias		14.843	8.512
Participações sobre o Lucro a Pagar		7.504	5.363
Provisão para Contingências Trabalhistas	14	145.877	129.457
Provisão para Férias e 13º salário		18.113	16.270
Consignatários e Fornecedores		4.848	3.651
Dividendos / JCP a Pagar	17.1	29.938	20.452
Outras		514	96
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b><u>1.137.028</u></b>	<b><u>1.221.928</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Obrigações por Repasses do País	12	5.521.118	3.319.030
Obrigações por Repasses do Exterior	12	234	225
Outras Obrigações		<u>753.563</u>	<u>689.846</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.2	22.134	22.440
Depósitos e Cauções		1.626	1.852
Recursos para Equalização	13	408.369	365.137
Obrigações sobre Recursos do FNDCT	13	321.434	300.417
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b><u>6.274.915</u></b>	<b><u>4.009.101</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	17		
Capital Social		901.552	901.552
Reserva de Capital		1	1
Outros Resultados Abrangentes		33.201	33.659
Reservas de Lucros		239.305	167.045
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>1.174.060</u></b>	<b><u>1.102.257</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>8.586.003</u></b>	<b><u>6.333.286</u></b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antonio Truzzi Arbix  
Presidente

João Alberto De Negri  
Diretor  
CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro  
Diretor

Roberto Vermulm  
Diretor  
CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho  
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7  
CPF 598.262.907-34

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI  
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP  
 Demonstração do Resultado em 31/12/2012 e 31/12/2011  
 Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2012	2011 (Ajustado)	2011 (Publicado)
Receitas da Intermediação Financeira	751.952	541.655	541.655
Operações de crédito	485.830	417.294	417.294
Aplicações do disponível e em títulos mobiliários	197.678	68.835	68.835
Rendas com administração de fundos	68.444	55.526	55.526
Despesas da Intermediação Financeira	(343.145)	(229.082)	(229.082)
Captação - financiamentos e repasses	(339.289)	(215.767)	(215.767)
Provisão para risco de crédito	(3.855)	(13.315)	(13.315)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	408.807	312.573	312.573
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	(244.903)	(180.601)	(179.471)
Provisão para contingências trabalhistas	(16.419)	-	-
Despesas com pessoal e encargos	(168.206)	(145.689)	(144.559)
Despesas administrativas	(45.640)	(20.481)	(20.481)
Despesas tributárias	(19.051)	(16.163)	(16.163)
Outras receitas (despesas) operacionais	4.413	1.732	1.732
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	163.904	131.972	133.102
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(45.649)	(37.407)	(37.692)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(5.748)	(9.585)	(9.754)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	112.508	84.980	85.656

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glaucio Antonio Truzzi  
 Arbix  
 Presidente

João Alberto De Negri  
 Diretor  
 CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro  
 Diretor  
 CPF 627.437.597-04

Roberto Vermulm  
 Diretor  
 CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho  
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7  
 CPF 598.262.907-34



# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI  
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP  
 Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2012 e 31/12/2011  
 Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	DEZ / 2012	DEZ / 2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido do Exercício	112.508	85.656
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	2.069	1.667
Valor residual do imobilizado alienado	9	3
Ajuste de inventário de bens móveis	(7)	(1.698)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	5.748	9.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.855	8.628
Juros capitalizados sobre financiamentos a receber	(8.634)	1.885
Juros capitalizados sobre financiamentos a pagar	63.854	125.339
Variação cambial sobre financiamentos	20	27
Atualização de investimentos	(3.524)	(3.684)
Juros sobre impostos e contribuições a recuperar	(324)	(1.178)
Juros equalizados	(189.563)	(178.662)
Atualização de obrigações sobre recursos do FNDCT	38.065	45.972
Atualização de depósitos e cauções	106	141
Desvalorização de cotas do FND	-	33.652
Juros sobre dividendos a pagar	897	2.204
Participação de empregados no lucro (PLR)	7.484	5.354
Provisão para contingências trabalhistas	16.419	-
Impostos e Contribuições liquidados por compensação	14.345	16.398
Caixa e equivalentes gerados pelo resultado do exercício	63.327	151.458
Financiamentos concedidos	(1.765.059)	(1.753.272)
Retorno de Financiamentos concedidos	789.431	636.363
Financiamentos tomados	2.230.627	1.947.059
Pagamento de Financiamentos tomados	(247.246)	(156.849)
Recursos recebidos para equalização	206.037	162.757
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Emergentes	9.642	3.820
Recursos retornados de fundos	68	3.656
Aplicação em quotas de Fundos de Empresas Emergentes	(50.828)	(32.738)
Resgate de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	4.709	14.901
Dividendos pagos	(26.834)	(22.009)
Imposto de Renda pago por antecipação	(22.000)	(11.056)
Contribuição Social paga por antecipação	(1.167)	(2.449)
Depósitos e cauções recebidos	186	357
Devolução de depósitos e cauções	(513)	(1.212)
Pagamento do saldo de PLR do exercício anterior	(5.344)	(5.760)
Aumento em outros créditos de longo prazo	(11.931)	(4.679)
Variação líquida de outros Ativos e Passivos	15.637	5.270
Recursos gerados (utilizados) nas atividades operacionais	1.188.742	935.617
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imobilizado	(2.015)	(2.094)
Aquisição de Intangível	(25)	(4)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	(2.040)	(2.098)
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	1.186.702	933.519
<b>MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>		
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.586.571	653.052
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.773.273	1.586.571
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	1.186.702	933.519

Glauco Antonio Truzzi  
 Arbix  
 Presidente

João Alberto De Negri  
 Diretor  
 CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro  
 Diretor  
 CPF 627.437.597-04

Roberto Vermulm  
 Diretor  
 CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho  
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7  
 CPF 598.262.907-34

**ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI**  
**FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**  
**Demonstração da Muta  o do Patrimônio Líquido em 31/12/2012 e 31/12/2011**  
**Em Reais Mil**

	Outros Resultados Abrangentes					Reservas de Lucros					Demonstra��o do	
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavalia��o	Ajuste de Avalia��o Patrimonial	Total	Reserva Legal	Expans��o, Moderniza��o e Margem Operacional	Lucro a Destinar	Total	Lucros / (Preju��zos) Acumulados	Total	Resultado Abrangente Total da Companhia
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>901.552</b>	<b>1</b>	<b>2.638</b>	<b>31.480</b>	<b>34.118</b>	<b>6.648</b>	<b>35.320</b>	<b>59.415</b>	<b>101.383</b>	<b>-</b>	<b>1.037.053</b>	<b>83.266</b>
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absor��o de Preju��zos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfer��ncia para Reserva	-	-	-	-	-	-	59.414	(59.414)	-	-	-	-
Realiza��o de Reserva de Reavalia��o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza��o da Reserva de Reavalia��o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constitui��o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavalia��o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza��o do Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	(764)	(764)	-	-	-	-	764	-	764
IRPJ e CSLL sobre Realiza��o do Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	305	305	-	-	-	-	(305)	-	(305)
Lucro L��quido do Exerc��cio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.656	85.656	85.656
Reserva Legal	-	-	-	-	-	4.306	-	-	4.306	(4.306)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.452)	(20.452)	-
Lucro Remanescente a Destinar	-	-	-	-	-	-	-	61.357	61.357	(61.357)	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (PUBLICADO)</b>	<b>901.552</b>	<b>1</b>	<b>2.638</b>	<b>31.022</b>	<b>33.659</b>	<b>10.954</b>	<b>94.734</b>	<b>61.357</b>	<b>167.045</b>	<b>-</b>	<b>1.102.258</b>	<b>86.115</b>
Dividendos Adicionais (Of��cio n��224/2012/DEST-MP de 10/04/2012)	-	-	-	-	-	-	-	(5.485)	(5.485)	-	(5.485)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (AJUSTADO)</b>	<b>901.552</b>	<b>1</b>	<b>2.638</b>	<b>31.022</b>	<b>33.659</b>	<b>10.954</b>	<b>94.734</b>	<b>55.872</b>	<b>161.560</b>	<b>-</b>	<b>1.096.773</b>	<b>86.115</b>
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absor��o de Preju��zos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfer��ncia para Reserva	-	-	-	-	-	-	55.872	(55.872)	-	-	-	-
Realiza��o de Reserva de Reavalia��o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza��o da Reserva de Reavalia��o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constitui��o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavalia��o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza��o do Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	(764)	(764)	-	-	-	-	764	-	764
IRPJ e CSLL sobre Realiza��o do Ajuste de Avalia��o Patrimonial	-	-	-	305	305	-	-	-	-	(305)	-	(305)
Lucro L��quido do Exerc��cio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112.508	112.508	112.508
Reserva Legal	-	-	-	-	-	5.648	-	-	5.648	(5.648)	-	-
Juros sobre o capital pr��prio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.221)	(35.221)	-
Lucro Remanescente a Destinar	-	-	-	-	-	-	72.097	-	72.097	(72.097)	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>901.552</b>	<b>1</b>	<b>2.638</b>	<b>30.564</b>	<b>33.201</b>	<b>16.602</b>	<b>222.703</b>	<b>-</b>	<b>239.305</b>	<b>-</b>	<b>1.174.060</b>	<b>112.966</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstra  es contábeis)

Glauco Ant  nio Truzzi Arbix  
 Presidente  
 CPF 518.652.118-34

João Alberto de Negri  
 Diretor  
 CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro  
 Diretor  
 CPF 627.437.597-04

Roberto Vermulm  
 Diretor  
 CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho  
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7  
 CPF 598.262.907-34

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP Balanco Patrimonial em 31/12/2012- Memória de Cálculo Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
<b>A T I V O</b>	<b>8.586.002.720,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.586.002.720,40</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.651.980.443,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.651.980.443,98</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>2.773.272.848,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.773.272.848,03</b>
1.1.1.1.2.99.02 Banco do Brasil (Moeda nacional)	0,01	0,00		0,01
1.1.1.1.2.01.22 Recursos da Conta Única Aplicados	2.000.000.000,00			2.000.000.000,00
1.1.1.1.2.99.04 Caixa Econômica Federal	1.100,00			1.100,00
1.1.1.2.2.00.00 Bancos C/Movimento (Moeda Estrangeira)				0,00
1.1.1.1.3.11.00 Fundo de Aplicação - Extra Mercado	747.504.846,71			747.504.846,71
1.1.2.1.6.04.00 Limite de Saque c/ Vinculação de Pagtº	25.766.901,31	0,00	0,00	25.766.901,31
<b>Operações de Crédito</b>	<b>842.925.864,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>842.925.864,25</b>
Operações de Crédito	<b>843.882.189,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>843.882.189,59</b>
1.1.2.3.2.01.00 Financiamentos Concedidos	804.914.412,21			804.914.412,21
1.1.2.3.4.06.01 Juros Pró-Rata s/Financiamento	18.750.514,03			18.750.514,03
1.1.2.3.5.01.00 Encargos s/Emprest.e Financiamentos	20.217.263,35			20.217.263,35
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	<b>-956.325,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-956.325,34</b>
1.1.2.3.9.00.00 Provisão p/ Perdas de Emprést. E Financiamentos	-956.325,34			-956.325,34
<b>Outros Créditos</b>	<b>34.960.537,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.960.537,12</b>
Créditos por Cessão de Pessoal	<b>407.670,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>407.670,33</b>
1.1.2.1.9.07.00 Crédito a Rec.p/Cessão de Pessoal	1.609.281,41			1.609.281,41
1.1.2.1.9.90.00 Provisão p/dev.duvid.(Cessão de Pessoal)	-1.201.611,08			-1.201.611,08
Diversos	<b>34.552.866,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.552.866,79</b>
Impostos e Contribuições a Recuperar	<b>23.190.331,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.190.331,02</b>
1.1.2.1.5.03.00 IRPJ a Compensar- Antecipação	0,00			0,00
1.1.2.1.5.05.00 IRPJ a Recuperar	21.999.766,80			21.999.766,80
1.1.2.1.5.08.00 IRRF a Compensar	0,00			0,00
1.1.2.1.5.09.00 CSSL a Recuperar	1.166.650,37			1.166.650,37
1.1.2.1.5.16.00 CSSL a Compensar - Antecipação	0,00			0,00
1.1.2.1.6.03.00 Créditos por Infrações Legais e Contratuais	23.913,85			23.913,85
1.1.2.1.9.70.02 Imposto pago a maior (3560)				0,00
Pessoal	<b>6.260.007,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.260.007,51</b>
1.1.2.1.9.08.00 Créditos a Receber-Folha de Pagamento	6.260.007,51			6.260.007,51
Outros	<b>5.102.528,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.102.528,26</b>
1.1.2.1.9.11.00 Créditos p/ Pagamentos de Desp. de Terceiros	515,00			515,00
1.1.2.2.1.01.00 Entidades Federais	3.746.411,87			3.746.411,87
1.1.2.2.3.00.00 Recursos da União	1.296.440,00			1.296.440,00
1.1.2.2.9.03.00 Desfalques ou Desvios	58.827,59			58.827,59
1.1.2.2.9.04.00 Débitos e Terc.em Prest. de Serviço	333,80			333,80
1.1.2.2.9.08.00 Falta ou Irregularidade de Comprovação	0,00			0,00
1.1.2.4.4.00.00 Adiant. A Suprimento de Fundos				0,00
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>821.194,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>821.194,58</b>
Outros Valores e Bens	<b>109.380,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>109.380,81</b>
1.1.3.1.8.01.00 Material de Consumo	109.380,81	0,00	0,00	109.380,81
Despesas Antecipadas	<b>711.813,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>711.813,77</b>
1.1.3.2.2.03.00 Vales, Tickets e Bilhetes	709.032,17			709.032,17
1.1.4.1.1.03.00 Prêmios de Seguro a Apropriar	2.781,60			2.781,60
1.1.4.1.1.99.00 Outras Despesas Antecipadas	0,00			0,00

## ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

### FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP Balanco Patrimonial em 31/12/2012- Memória de Cálculo Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>4.934.022.276,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.934.022.276,42</b>
<b><u>Títulos e Valores Mobiliários</u></b>	<b>171.879.237,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>171.879.237,06</b>
1.2.3.1.3.02.00 Fundos Aplic.Cotas Empresas Emergentes	171.879.237,06			171.879.237,06
Prov. p/ perdas com Títulos e Valores				
<b><u>Operações de Crédito</u></b>	<b>4.481.610.119,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.481.610.119,08</b>
Operações de Crédito	<b>4.588.006.978,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.588.006.978,40</b>
1.2.2.3.2.01.00 Financiamentos Concedidos	4.439.836.786,19			4.439.836.786,19
1.2.2.3.6.00.00 Cobrança Judicial	148.170.192,21			148.170.192,21
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	<b>-106.396.859,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-106.396.859,32</b>
1.2.2.8.0.00.00 Prov.p/ Créd.Realiz.L.P. Perdas Prováveis	-106.396.859,32			-106.396.859,32
<b><u>Outros Créditos</u></b>	<b>140.422.320,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>140.422.320,80</b>
Diversos	<b>16.779.754,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.779.754,90</b>
1.1.2.5.1.02.00 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)				0,00
1.2.1.2.2.00.00 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	16.779.754,90			16.779.754,90
Créditos Específicos	<b>25.470.709,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.470.709,94</b>
1.2.2.9.0.00.00 Outros Créditos (Risco Cambial)	25.470.709,94			25.470.709,94
1.2.2.1.5.16.00 Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	<b>98.171.855,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>98.171.855,96</b>
(2319) IRPJ Diferido	61.362.600,93	0,00	0,00	61.362.600,93
(2469) CSLL Diferida	36.809.255,03	0,00	0,00	36.809.255,03
	<b>140.110.599,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>140.110.599,48</b>
<b><u>Investimentos</u></b>	<b>68.129.194,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>68.129.194,51</b>
Outros Investimentos	68.129.194,51	0,00	0,00	68.129.194,51
1.4.1.1.2.01.00 Participações em Empresas-MC	0,34			0,34
1.4.1.1.2.02.00 Participações em Fundos-MC	63.886.153,10			63.886.153,10
1.4.1.3.1.01.00 Bens Imóveis	1.803.574,00			1.803.574,00
1.4.1.3.1.02.00 Bens Móveis - Obras de Arte	2.439.467,07			2.439.467,07
<b><u>Imobilizado de Uso</u></b>	<b>71.835.534,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.835.534,46</b>
1.4.2.1.1.00.00 Imóveis de Uso	87.038.763,76			87.038.763,76
1.4.2.1.2.00.00 Bens Móveis-Outras Imobilizações de Uso	9.600.690,22	0,00		9.600.690,22
1.4.2.9.0.00.00 Depreciações Acumuladas	-24.803.919,52			-24.803.919,52
<b><u>Intangível</u></b>	<b>145.870,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>145.870,51</b>
1.4.4.0.0.00.00 Intangível	145.870,51			145.870,51
1.4.3.0.0.00.00 Diferido				0,00
<b>Prova Real</b>				
<b>Total do Ativo</b>				
<b>Relatório</b>	<b>8.586.002.720,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.586.002.720,40</b>
<b>Conbalanug - Balanço 20</b>	<b>8.586.002.720,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.586.002.720,40</b>
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP Balço Patrimonial em 31/12/2012- Memória de Cálculo Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
<b>P A S S I V O</b>	<b>8.586.002.720,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.586.002.720,40</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.137.027.945,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.137.027.945,19</b>
<b>Obrigações por Repasses do País</b>	<b>915.376.711,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>915.376.711,33</b>
2.1.1.4.9.08.00 FAT	834.766.797,86			834.766.797,86
2.1.2.2.2.02.09 Juros de Contr.de Empréstimos Internos	0,00			0,00
2.1.2.2.3.00.00 Empréstimos e Financiamentos a Liberar	0,00			0,00
2.1.2.3.1.02.02 Empréstimos Internos	28.840.770,16			28.840.770,16
2.1.2.3.1.02.03 Juros pró-rata Emprést.Internos	51.769.143,31			51.769.143,31
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>	<b>15.152,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.152,85</b>
2.1.2.3.2.02.00 Empréstimos Externos	11.418,17			11.418,17
2.1.2.3.2.01.00 Juros pró-rata Emprést.Externos	3.734,68			3.734,68
<b>Outras Obrigações</b>	<b>221.636.081,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>221.636.081,01</b>
Fiscais e Previdenciárias	<b>14.842.952,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.842.952,76</b>
2.1.1.2.3.01.00 IRRF	8.667.767,87	0,00	0,00	8.667.767,87
2.1.1.2.3.02.00 INSS	2.408.492,22	0,00	0,00	2.408.492,22
2.1.1.2.3.06.00 FGTS	1.137.330,58			1.137.330,58
2.1.2.1.4.03.01 Provisão para IRPJ	0,00			0,00
2.1.2.1.4.03.02 Provisão para CSLL	0,00			0,00
2.1.2.1.5.07.00 Cofins	2.261.816,85			2.261.816,85
2.1.2.1.5.09.00 Pis	367.545,24			367.545,24
2.1.2.1.5.10.00 IPTU/TLP	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos				0,00
Participações sobre o Lucro a Pagar	<b>7.503.667,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.503.667,57</b>
2.1.2.1.4.12.00 Prov.para Participações e Empregados	7.503.667,57			7.503.667,57
Diversas	<b>199.289.460,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>199.289.460,68</b>
Provisão para Contingências	<b>145.876.502,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>145.876.502,68</b>
2.1.2.1.4.07.00 Prov.para Indeniz.Trabalhistas	145.876.502,68			145.876.502,68
Provisão para Férias e 13º Salário	<b>18.113.470,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.113.470,06</b>
2.1.2.1.4.01.00 Provisão para 13º Salário	0,00			0,00
2.1.2.1.4.02.00 Provisão de Férias	18.113.470,06			18.113.470,06
Consignatários e Fornecedores	<b>4.847.506,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.847.506,18</b>
2.1.1.1.1.02.00 INSS	308,00	0,00	0,00	308,00
2.1.1.1.3.03.00 Impostos e Contribuições Diversos	1.576,78	0,00	0,00	1.576,78
2.1.1.1.2.00.00 Pensão Alimentícia	0,00			0,00
2.1.1.1.5.00.00 Planos de Previd. Assist. Médica	3.007.441,94			3.007.441,94
2.1.1.1.6.00.00 Entidades Represent. de Classe	64.407,27			64.407,27
2.1.1.1.9.00.00 Diversos Consignatários	0,00			0,00
2.1.2.1.1.01.00 Fornecedores - Exercício	1.761.421,79	0,00	0,00	1.761.421,79
2.1.2.1.1.02.00 Fornecedores - Exercícios anteriores	12.350,40			12.350,40
2.1.2.2.1.03.00 Entidades Previd.Complementar	0,00			0,00
Dividendos a pagar	<b>29.937.583,19</b>			<b>29.937.583,19</b>
2.1.2.1.8.01.00 Dividendos a pagar - Tesouro Nacional	29.937.583,19			29.937.583,19
Outras	<b>514.398,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>514.398,57</b>
2.1.1.4.1.00.00 Depósitos e Cauções	202.263,31			202.263,31
2.1.1.4.8.00.00 Depósitos a Transferir	287,26			287,26
2.1.1.4.9.01.00 Depósitos de Terceiros	0,00	0,00		0,00
2.1.2.1.2.01.00 Pessoal a pagar - Exercício	4.499,12			4.499,12
2.1.2.1.9.04.00 Obrigações ref.pessoal requisitado	60.637,51			60.637,51
2.1.2.1.9.60.01 Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.1.9.60.08 Indenizações e Restituições				0,00
2.1.2.6.3.00.00 Ordens Bancárias Canceladas	0,00			0,00
2.1.2.9.0.00.00 Outras Obrigações	246.711,37			246.711,37

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP  
Balanco Patrimonial em 31/12/2012- Memória de Cálculo  
Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>	<b>6.274.914.783,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.274.914.783,42</b>
<b><u>Obrigações por Repasses do País</u></b>	<b>5.521.117.700,85</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.521.117.700,85</b>
2.2.2.1.2.00.00 Contratos Internos	5.521.117.700,85			5.521.117.700,85
<b><u>Obrigações por Repasses do Exterior</u></b>	<b>233.772,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>233.772,11</b>
2.2.2.2.2.00.00 Contratos Externos	233.772,11			233.772,11
<b><u>Outras Obrigações</u></b>	<b>23.760.635,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.760.635,95</b>
Fiscais e Previdenciárias	<b>22.134.203,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.134.203,56</b>
2.2.2.3.1.01.00 IRPJ Diferido	13.833.877,12			13.833.877,12
2.2.2.3.1.05.00 CSLL Diferida	8.300.326,44			8.300.326,44
Diversas	<b>1.626.432,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.626.432,39</b>
Depósitos e Cauções	<b>1.626.432,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.626.432,39</b>
2.2.1.2.1.0.00.00 Depósitos e Cauções	1.626.432,39			1.626.432,39
<b><u>Receita Diferida e Obrigações s/ Recursos</u></b>	<b>729.802.674,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>729.802.674,51</b>
2.1.4.1.1.91.00				
Rec. p/Invest. Fundos Empr. Emergentes - 0250365033	95.704.255,25			95.704.255,25
Recursos Aplicados em Fundos Emerg. 0209365003	171.663.295,94			171.663.295,94
Recursos Retornados de Fundos 0209365004	26.698.563,63			26.698.563,63
Rec. p/Garantia de Liquidez dos Fundos 0250365034	27.367.820,07			27.367.820,07
Sub Total	321.433.934,89	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	321.433.934,89
Recursos para Equalização 0280365001	408.368.739,62			408.368.739,62
<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>	<b>1.174.059.991,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.174.059.991,79</b>
<b><u>Capital</u></b>	<b>901.551.931,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>901.551.931,35</b>
De Domiciliados no País	<b>901.551.931,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>901.551.931,35</b>
2.4.1.2.1.00.00 Capital Social	901.551.931,35			901.551.931,35
<b><u>Reservas</u></b>	<b>272.508.060,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>272.508.060,44</b>
2.4.2.1.2.00.00 Reservas de Capital	1.500,00			1.500,00
2.4.2.2.1.00.00 Reservas de Reavaliação	2.637.543,16			2.637.543,16
2.4.2.3.0.00.00 Reservas de Lucros	239.305.252,95			239.305.252,95
2.4.3.0.0.00.00 Resultado Acumulado	0,00	<b>0,00</b>		0,00
2.4.5.0.0.00.00 Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.563.764,33			30.563.764,33
<b><u>Resultado do Período</u></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Prova Real</b>				
<b>Total do Passivo</b>				
Relatório	<b>8.586.002.720,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.586.002.720,40</b>
Conbalanug - Balanço 20	8.586.002.720,40	0,00	0,00	8.586.002.720,40
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2012- Memória de Cálculo

Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
<b>1- Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>751.952.189,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>751.952.189,57</b>
1.1 Operações de Crédito	485.830.303,89	0,00	0,00	485.830.303,89
4.1.6.0.0.02.99 Outros Serviços Financeiros				0,00
4.1.6.0.0.14.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização	17.626.788,44			17.626.788,44
6.2.3.2.3.05.01 Juros Semestrais (PSI)	28.368.355,75			28.368.355,75
6.2.3.2.3.05.04 Juros Vencidos				0,00
6.2.3.2.3.05.05 Juros Equalizados	190.107.052,43			190.107.052,43
6.2.3.2.3.05.08 Juros Mensais	214.879.699,25			214.879.699,25
6.2.3.2.3.05.10 Juros Pro-rata	203.611.497,05			203.611.497,05
6.2.3.2.3.05.99 Juros Renegociados	5.657.418,19			5.657.418,19
6.2.3.2.3.08.00 Multas	2.434.078,30			2.434.078,30
4.1.9.1.9.27.00 Multas e Juros Previstos em Contratos	3.333.233,38			3.333.233,38
4.2.3.0.0.99.00 Amortizações de Empréstimos Divs.	21.692.735,87			21.692.735,87
4.9.8.0.0.00.00 Retificações	-53,95			-53,95
6.2.3.2.3.04.02 Diversos Responsáveis	0,00			0,00
6.2.3.2.3.04.03 Créditos a Receber	752.846,88			752.846,88
6.2.3.2.3.04.05 Empréstimos e Financ. Concedidos	400.991,01			400.991,01
5.2.3.1.7.04.00 Empréstimos e Financiamentos	-394.070,31			-394.070,31
5.2.3.1.7.02.10 Créditos Diversos				0,00
5.2.3.2.3.04.05 Empréstimos e Financ. Concedidos	-28.573,56			-28.573,56
5.2.3.2.3.06.01 Empréstimos e Financ. Concedidos	-202.611.694,84			-202.611.694,84
5.2.3.2.3.07.02 Variação Cambial Não Financeira				0,00
1.2 Resultado com aplic.do disponível e em títulos mobiliários	197.678.135,28	0,00	0,00	197.678.135,28
4.1.3.2.5.00.00 Remuneração Depósitos Bancários	154.635.921,57			154.635.921,57
4.1.3.2.6.00.00 Remuneração Depósitos Especiais				0,00
4.1.3.2.9.00.00 Outras Receitas Valores Mobiliários				0,00
6.2.3.1.7.01.04 Créditos Tributários	41.660.950,43			41.660.950,43
6.2.3.2.2.02.07 Fundos de Aplic.em Cotas/RV	84.823,28			84.823,28
6.2.3.1.7.03.02 Agentes Devedores (Remuneração Tesouro)	1.296.440,00			1.296.440,00
5.2.3.1.7.10.50 Investimentos				0,00
1.3 Rendas com administração de fundos	68.443.750,40	0,00	0,00	68.443.750,40
4.1.6.0.0.13.00 Serviços Administrativos	57.251.156,21			57.251.156,21
4.1.9.2.2.99.00 Outras Restituições	9.393.789,65			9.393.789,65
5.2.3.1.7.03.01 Devedores - Entidades e Agentes	-722.954,84			-722.954,84
6.2.3.1.7.03.01 Entidades Devedoras	2.521.759,38			2.521.759,38
<b>2- Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>-343.144.804,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-343.144.804,53</b>
2.1 Captação no mercado - financiamentos e repasses	-339.289.476,64	0,00	0,00	-339.289.476,64
3.3.2.9.0.21.01 Juros Div.Contratada c/Instit.Financeiras	-211.871.317,40			-211.871.317,40
3.3.2.9.0.21.03 Juros Dívida Contratada no Exterior	-10.945,36			-10.945,36
3.3.2.9.0.21.99 Outros Juros da Dívida Contratada	-488,13			-488,13
3.3.2.9.0.22.01 Encargos da Dívida Contr.c/Instit. Finan.	-1.829.825,40			-1.829.825,40
5.2.3.4.1.03.00 Encargos	-32.108.053,91			-32.108.053,91
5.2.3.4.1.01.00 Atualização Monetária Financeira	-93.145.652,60			-93.145.652,60
5.2.3.4.1.02.00 Atualização Monetária n/ Financeira				0,00
5.2.3.4.1.05.03 Juros e Encargos -Div.Contratada Interna	-302.899,78			-302.899,78
5.2.3.4.2.03.00 Variação Cambial não Financeira Div.	-51.895,36			-51.895,36
6.2.3.3.1.02.00 Operações de Créditos - em Títulos				0,00
6.2.3.4.1.04.00 Variação Cambial não Financeira				0,00
6.2.3.4.2.03.02 Variação Cambial não Financeira Div.	31.601,30			31.601,30
2.2 Provisão para risco de crédito	-3.855.327,89	0,00	0,00	-3.855.327,89
5.2.3.2.3.01.00 Provisão p/Devedores Duvidosos	-3.855.327,89			-3.855.327,89
5.2.3.2.3.05.00 Provisão p/Perdas Prováveis	-3.149.924,75			-3.149.924,75
6.2.3.2.3.01.00 Reversão da Prov. p/Dev.Duvidosos				0,00
6.2.3.2.3.09.00 Reversão da Prov. p/Dev.Duvidosos	3.149.924,75			3.149.924,75
<b>3- Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>-243.749.789,62</b>	<b>-788.120,44</b>	<b>-330.955,08</b>	<b>-244.868.865,14</b>
3.1. Provisão para contingências trabalhistas	-16.418.513,39	0,00	0,00	-16.418.513,39
5.2.3.3.1.07.09 Obrigações Trabalhistas em Litígio	-16.418.513,39			-16.418.513,39

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

### Demonstração do Resultado em 31/12/2012- Memória de Cálculo

Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
3.2. Despesas com pessoal	-168.194.959,79	-9.242,12	-1.803,22	-168.206.005,13
3.2.1 Proventos	-105.958.427,09	0,00	-1.443,22	-105.959.870,31
3.3.1.9.0.11.01 Vencimentos e Salários	-80.727.585,21			-80.727.585,21
3.3.1.9.0.11.05 Incorporações	-376.409,86			-376.409,86
3.3.1.9.0.11.10 Adicional de Insalubridade	-4.211,76			-4.211,76
3.3.1.9.0.11.30 Abono Provisório - Pessoal Civil			0,00	0,00
3.3.1.9.0.11.33 Gratificação p/ Exercício de Funções	-4.637.047,15			-4.637.047,15
3.3.1.9.0.11.42 Férias Vencidas e Proporcionais	-492.906,08			-492.906,08
3.3.1.9.0.11.43 13º. Salário	-7.926.656,38			-7.926.656,38
3.3.1.9.0.11.44 Férias - Abono Pecuniário	-2.081.338,43			-2.081.338,43
3.3.1.9.0.11.45 Férias - Abono Constitucional	-4.081.461,29			-4.081.461,29
3.3.1.9.0.11.46 Férias - Pagamento Antecipado			0,00	0,00
3.3.1.9.0.11.96 Vencimentos e Vantagens-Pagtº Ant.			0,00	0,00
3.3.1.9.0.11.99 Outras Despesas Fixas-Pessoal Civil			0,00	0,00
3.3.1.9.0.13.04 Contribuição de Salário-Educação			0,00	0,00
3.3.1.9.0.16.34 Aviso Prévio	-63.969,49			-63.969,49
3.3.1.9.0.16.44 Serviços Extraordinários	-43.683,93			-43.683,93
3.3.1.9.0.16.45 Participação a Empregados e Administradores	-1.130.738,52			-1.130.738,52
3.3.1.9.0.17.76 Auxílio Moradia			0,00	0,00
3.3.1.9.0.92.04 Outras Despesas Variáveis - Civil			0,00	0,00
3.3.1.9.0.94.01 Indenizações Trabalhistas-Ativo Civil	-1.643.684,88			-1.643.684,88
3.3.3.9.0.93.02 Restituições	-699.981,53		-1.443,22	-701.424,75
3.3.3.9.0.93.03 Ajuda de Custo - Pessoal Civil	-146.030,74			-146.030,74
5.2.3.1.7.02.04 Créditos por Cessão de Pessoal	-2.253.241,81			-2.253.241,81
5.2.3.1.7.02.08 Créditos a Receber - Folha de Pagtº			0,00	0,00
5.2.3.1.7.05.02 Adiantamentos Concedidos n/Financ.			0,00	0,00
5.2.3.1.7.06.01 Depósitos Compulsórios			0,00	0,00
5.2.3.3.1.07.01 Provisão p/13º. Salário	0,00			0,00
5.2.3.3.1.07.02 Provisão p/ Férias	-4.608.166,16			-4.608.166,16
6.1.3.1.2.04.00 Créditos Diversos a Receber			0,00	0,00
6.2.3.1.7.02.04 Créditos por Cessão de Pessoal	2.193.547,50			2.193.547,50
6.2.3.3.1.04.00 Obrigações de Exerc. Anteriores	378,25			378,25
6.2.3.3.1.07.01 Provisão p/13º. Salário			0,00	0,00
6.2.3.3.1.07.02 Provisão p/Férias	2.764.760,38			2.764.760,38
6.2.3.3.1.07.09 Obrigações Trabalhista em Litígio			0,00	0,00
3.2.2 Benefícios Sociais	-10.734.174,92	-9.242,12	0,00	-10.743.417,04
3.3.1.9.0.08.01 Auxílio Funeral Ativo Civil	-1.906,75			-1.906,75
3.3.1.9.0.08.90 Integ.Dados Orgão Entid. Parc. SIAFI			0,00	0,00
3.3.1.9.0.08.99 Outros Benefícios Assistenciais			0,00	0,00
3.3.3.9.0.08.51 Auxílio Doença			0,00	0,00
3.3.3.9.0.08.54 Auxílio Funeral			0,00	0,00
3.3.3.9.0.08.55 Auxílio Creche	-1.355.662,58			-1.355.662,58
3.3.3.9.0.39.40 Programa Alimentação-PAT	-8.279.244,56			-8.279.244,56
3.3.3.9.0.49.01 Vale-Transporte	-505.282,80	-9.242,12		-514.524,92
5.2.3.1.4.00.00 Baixa de Títulos e Valores	-9.871.036,10			-9.871.036,10
6.2.3.1.4.00.00 Incorporação de Títulos e Valores	9.278.957,87			9.278.957,87
3.2.3 Honorários da Diretoria e Conselhos	-1.206.459,86	0,00	0,00	-1.206.459,86
3.3.1.9.0.11.71 Remuneração de Diretores	-915.890,34			-915.890,34
3.3.3.9.0.36.45 Jetons a Conselheiros	-290.569,52			-290.569,52
3.2.4 Encargos Sociais	-34.608.054,10	0,00	0,00	-34.608.054,10
3.3.1.9.0.07.01 Complem. de Previdência-FIPECQ	-5.472.584,34			-5.472.584,34
3.3.1.9.0.13.01 FGTS	-8.093.017,35			-8.093.017,35
3.3.1.9.0.13.02 INSS	-21.042.452,41			-21.042.452,41
3.3.1.9.0.13.16 Contr.0,5% s/Rem. mês Anterior-LC101			0,00	0,00
3.2.5 Assistência Médica	-8.203.448,02	0,00	-360,00	-8.203.808,02
3.3.3.9.0.36.30 Serviços Médicos e Odontológicos	-7.412.922,30		-360,00	-7.413.282,30
3.3.3.9.0.39.50 Serv. Méd.Hosp.,Odont. e Laboratoriais	-790.525,72			-790.525,72
3.2.6 Benefício a Empregados	-7.484.395,80	0,00	0,00	-7.484.395,80
5.2.3.3.1.07.16 Provisão de participação de empregados	-7.484.395,80			-7.484.395,80
3.3 Despesas administrativas	-44.576.302,19	-737.911,69	-325.814,39	-45.640.028,27
3.3.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.069.216,50	0,00	0,00	-2.069.216,50
5.2.3.2.8.01.01 Administração	-1.993.284,11			-1.993.284,11
5.2.3.2.8.02.00 Amortizações	-75.932,39			-75.932,39



# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

### Demonstração do Resultado em 31/12/2012- Memória de Cálculo

Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
3.3.2 Locação de Imóveis	-8.087.846,79	-335.030,42	-190.449,79	-8.613.327,00
3.3.3.9.0.36.01 Condomínios				0,00
3.3.3.9.0.36.15 Locação de Imóveis	-148.835,20	-139.075,80		-287.911,00
3.3.3.9.0.39.02 Condomínios	-3.435.500,56	-99.274,32	-16.041,79	-3.550.816,67
3.3.3.9.0.39.10 Locação de Imóveis	-4.503.511,03	-96.680,30	-174.408,00	-4.774.599,33
3.3.3 Locação de Bens Móveis	-117.399,85	-4.040,00	0,00	-121.439,85
3.3.3.9.0.36.16 Locação de Bens Móveis Intangíveis	-6.425,00			-6.425,00
3.3.3.9.0.39.11 Locação Softwares	-32.671,50			-32.671,50
3.3.3.9.0.39.12 Locação de Máquinas e Equipamentos	-57.306,00	-4.040,00		-61.346,00
3.3.3.9.0.39.14 Locação Bens Móv. outras Nat. Intang.	-20.997,35			-20.997,35
3.3.4 Manutenção e Conservação de Bens	-274.645,00	-92.251,30	-1.590,00	-368.486,30
3.3.3.9.0.36.18 Manut.e Conservação Equipamentos				0,00
3.3.3.9.0.36.20 Manut.e Conservação de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.36.21 Manut.e Cons.Bens Móv. outras Nat.				0,00
3.3.3.9.0.36.22 Manut.e Conservação de Bens Imóveis	-5.015,00			-5.015,00
3.3.3.9.0.37.06 Manut.e Conservação de Bens móveis				0,00
3.3.3.9.0.39.16 Manut.e Conservação de Bens Imóveis	-230.065,10	-84.791,00		-314.856,10
3.3.3.9.0.39.17 Manut.e Conservação de Maq. e Equip.	-34.065,16	-7.460,30	-1.590,00	-43.115,46
3.3.3.9.0.39.19 Manut.e Conservação de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.39.20 Manut.e Cons. Bens Móv. outras Nat.	-1.923,74			-1.923,74
3.3.3.9.0.39.95 Manut.e Cons. Equip. de Proces.	-3.576,00			-3.576,00
3.3.5 Serviços de Telefonia e Energia	-1.308.294,89	-86.970,97	-23.838,66	-1.419.104,52
3.3.3.9.0.39.43 Serviços de Energia Elétrica	-533.615,16	-28.911,42	-9.355,40	-571.881,98
3.3.3.9.0.39.58 Serviços de Telecomunicações	-774.679,73	-58.059,55	-14.483,26	-847.222,54
3.3.6 Serviços Prestados - Pessoa Física	-1.373.635,31	-34.396,60	-1.976,00	-1.410.007,91
3.3.6.1 Diárias	-452.301,56	-33.061,60	-1.976,00	-487.339,16
3.3.3.9.0.14.14 Diárias no País	-376.893,40	-33.061,60	-1.976,00	-411.931,00
3.3.3.9.0.14.16 Diárias no Exterior	-41.504,16			-41.504,16
3.3.3.9.0.36.02 Diárias a Colab.Eventuais no País	-17.212,00			-17.212,00
3.3.3.9.0.36.03 Diárias a Colab.Eventuais no Exterior	-2.236,00			-2.236,00
3.3.3.9.0.36.46 Diárias a Conselheiros	-14.456,00			-14.456,00
3.3.6.2 Outros Serviços	-921.333,75	-1.335,00	0,00	-922.668,75
3.3.3.9.0.36.04 Comissões e Corretagens				0,00
3.3.3.9.0.36.05 Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.36.06 Serviços Técnicos Profissionais	-891.503,75			-891.503,75
3.3.3.9.0.36.27 Serviços de Comunicação em Geral				0,00
3.3.3.9.0.36.28 Serviço de Seleção e Treinamento				0,00
3.3.3.9.0.36.34 Serviços de Perícias Med. p/ Benefício	-29.830,00	-1.335,00		-31.165,00
3.3.3.9.0.36.35 Serviços Apoio Adm., Tec.e Operac.				0,00
3.3.3.9.0.36.39 Fretes e Transportes de Encomendas				0,00
3.3.3.9.0.36.42 Juros				0,00
3.3.3.9.0.36.59 Serviços de Audio, Vídeo e Foto				0,00
3.3.3.9.0.36.96 Outros Serv de Terc. PF-Pagtº Antecip.				0,00
3.3.3.9.0.36.99 Outros Serviços				0,00
3.3.7 Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	-28.819.320,86	-81.282,60	-30.675,48	-28.931.278,94
3.3.7.1 Diversos Serviços	-2.701.487,97	-2.600,00	-2.690,00	-2.706.777,97
3.3.3.9.0.37.03 Vigilância Ostensiva	-1.532.870,07			-1.532.870,07
3.3.3.9.0.39.48 Serviços de Seleção e Treinamento	-1.147.815,30			-1.147.815,30
3.3.3.9.0.39.57 Serviços de Proces. de Dados	-8.247,87			-8.247,87
3.3.3.9.0.39.69 Seguros em Geral	-12.330,56	-2.600,00	-2.690,00	-17.620,56
3.3.3.9.0.39.77 Vigilância Ostensiva				0,00
5.2.3.1.7.09.01 Despesas Antecipadas	-16.914,17			-16.914,17
6.1.3.1.4.02.00 Despesas Antecipadas	16.690,00			16.690,00
3.3.7.2 Outros Serviços	-26.117.832,89	-78.682,60	-27.985,48	-26.224.500,97
3.3.3.9.0.31.02 Premiações Artísticas				0,00
3.3.3.9.0.31.03 Premiações Científicas	-5.625.480,00			-5.625.480,00
3.3.3.9.0.35.01 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	-249.245,45			-249.245,45
3.3.3.9.0.35.04 Consultoria em Tecnologia da Informação	-1.431.402,25			-1.431.402,25
3.3.3.9.0.37.01 Apoio Administrativo Tec.e Operacional	-710.092,38			-710.092,38
3.3.3.9.0.37.02 Limpeza e Conservação	-93.300,00		-27.073,98	-120.373,98
3.3.3.9.0.39.01 Assinaturas de Periódicos e Anuid.	-84.613,81	-636,90	-911,50	-86.162,21
3.3.3.9.0.39.03 Comissões e Corretagens				0,00
3.3.3.9.0.39.04 Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.39.05 Serviços Técnicos Profissionais	-1.712.400,50			-1.712.400,50
3.3.3.9.0.39.08 Manut.de Software	-27.227,73			-27.227,73
3.3.3.9.0.39.09 Armazenagem				0,00
3.3.3.9.0.39.22 Exposições, Congres. e Conferências	-530.825,17			-530.825,17
3.3.3.9.0.39.23 Festividades e Homenagens				0,00
3.3.3.9.0.39.25 Taxa de Administração				0,00
3.3.3.9.0.39.29 Honorários Advocáticos				0,00
3.3.3.9.0.39.44 Serviços de Água e Esgoto	-1.958,69			-1.958,69

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2012- Memória de Cálculo

Em R\$

		RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
3.3.3.9.0.39.45	Serviços de Gás				0,00
3.3.3.9.0.39.47	Serviço de Comunicação em Geral	-82.196,82			-82.196,82
3.3.3.9.0.39.49	Produções Jornalísticas				0,00
3.3.3.9.0.39.53	Serviços de Assistência Social				0,00
3.3.3.9.0.39.59	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	-46.254,44			-46.254,44
3.3.3.9.0.39.63	Serviços Gráficos	-254.519,11	-25,20		-254.544,31
3.3.3.9.0.39.65	Serviços de Apoio ao Ensino	-1.567.047,42			-1.567.047,42
3.3.3.9.0.39.66	Serviços Judiciários	-221.452,05			-221.452,05
3.3.3.9.0.39.67	Serviços Funerários				0,00
3.3.3.9.0.39.73	Transporte de Servidores				0,00
3.3.3.9.0.39.74	Frete e Transportes de Encomendas	-23.214,16	-1.019,28		-24.233,44
3.3.3.9.0.39.78	Limpeza e Conservação	-2.500,00	-73.206,42		-75.706,42
3.3.3.9.0.39.79	Serv. de Apoio Adm., Tec. e Operacional				0,00
3.3.3.9.0.39.80	Hospedagens	-563,28			-563,28
3.3.3.9.0.39.83	Serviços de Cópia e Reprod.de Doc.				0,00
3.3.3.9.0.39.86	Patrocínio	-11.761.950,00			-11.761.950,00
3.3.3.9.0.39.92	Serviço de Publicidade Institucional	-1.668.193,31			-1.668.193,31
3.3.3.9.0.39.94	Aquisição de Softwares de Aplicação				0,00
3.3.3.9.0.39.97	Comunicação de Dados	-2.098,20			-2.098,20
3.3.3.9.0.39.99	Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	-21.298,12	-3.794,80		-25.092,92
3.3.8	Material de Consumo	-384.565,68	-20.995,55	-3.893,62	-409.454,85
3.3.3.9.0.30.01	Combustíveis e Lubrif. Automotivos				0,00
3.3.3.9.0.30.04	Gás e Outros Materiais Engarrafados	-5.174,83			-5.174,83
3.3.3.9.0.30.07	Gêneros de Alimentação	-28.163,98	-2.958,85	-1.429,87	-32.552,70
3.3.3.9.0.30.09	Material Farmacológico	-11.195,39			-11.195,39
3.3.3.9.0.30.10	Material Odontológico				0,00
3.3.3.9.0.30.14	Material Educativo e Esportivo				0,00
3.3.3.9.0.30.15	Material p/Festividades/ Homenagens				0,00
3.3.3.9.0.30.16	Material de Expediente	-54.104,75		-167,20	-54.271,95
3.3.3.9.0.30.17	Material de Proc. de Dados	-6.452,52		-838,90	-7.291,42
3.3.3.9.0.30.19	Material de Acondic. e Embalagem				0,00
3.3.3.9.0.30.20	Material de Cama, Mesa e Banho				0,00
3.3.3.9.0.30.21	Material de Copa e Cozinha	-28.592,00	-1.338,61		-29.930,61
3.3.3.9.0.30.22	Material de Limpeza e Prod.Higienização	-58.745,58	-3.037,74	-1.457,65	-63.240,97
3.3.3.9.0.30.23	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-6.867,90			-6.867,90
3.3.3.9.0.30.24	Material p/Manut. de Bens Imóveis	-39.979,64			-39.979,64
3.3.3.9.0.30.25	Material p/Manut. de Bens Móveis	-24.993,45	-11.207,70		-36.201,15
3.3.3.9.0.30.26	Material Elétrico e Eletrônico	-22.235,39	-1.562,65		-23.798,04
3.3.3.9.0.30.28	Material de Proteção e Segurança	-18,00			-18,00
3.3.3.9.0.30.29	Material p/Áudio,Vídeo e Foto	-198,00			-198,00
3.3.3.9.0.30.30	Material p/Comunicações				0,00
3.3.3.9.0.30.35	Material Laboratorial				0,00
3.3.3.9.0.30.36	Material Hospitalar				0,00
3.3.3.9.0.30.39	Material p/Manutenção de Veículos	-270,00			-270,00
3.3.3.9.0.30.41	Material p/Utilização em Gráfica				0,00
3.3.3.9.0.30.42	Ferramentas	-4.696,97			-4.696,97
3.3.3.9.0.30.44	Material de Sinalização Visual e Outros				0,00
3.3.3.9.0.30.46	Material Bibliográfico	-8.250,00			-8.250,00
3.3.3.9.0.30.47	Aquisição de Softwares de Base				0,00
3.3.3.9.0.30.48	Bens Móveis Não Ativos	-47.747,41	-890,00		-48.637,41
3.3.3.9.0.30.50	Bandeiras Flâmulas e Insignias	-270,00			-270,00
3.3.3.9.0.30.59	Material para Divulgação	0,00			0,00
3.3.3.9.0.30.96	Material de Consumo-Pagtº. Antecipado				0,00
3.3.3.9.0.30.99	Outros Materiais Consumo				0,00
3.3.3.9.0.32.00	Material de Distribuição Gratuita	-9.935,00			-9.935,00
5.2.3.1.2.02.01	Consumo p/Requisição	-203.788,05			-203.788,05
5.2.3.1.2.02.02	Consumo Imediato	-206.696,73	-20.995,55	-3.893,62	-231.585,90
6.1.3.1.1.02.02	Bens de Estoque	347.955,81	20.995,55	3.893,62	372.844,98
6.1.3.1.3.04.39	Incorporação Serv.Terceiros PJ	30.104,10			30.104,10
6.2.3.1.2.02.01	Bens de Estoque	5.750,00			5.750,00
3.3.9	Transporte de Pessoal	-1.209.669,19	-82.739,05	-73.390,84	-1.365.799,08
3.3.3.9.0.33.01	Passagens para o País	-1.098.597,84	-238,00		-1.098.835,84
3.3.3.9.0.33.02	Passagens para Exterior	-34.113,80			-34.113,80
3.3.3.9.0.33.03	Locação de Meios de Transportes	-76.957,55	-67.032,67	-73.390,84	-217.381,06
3.3.3.9.0.33.05	Locomoção Urbana		-13.898,58		-13.898,58
3.3.3.9.0.33.08	Pedágios		-1.569,80		-1.569,80
3.3.3.9.0.33.96	Pas. Desp. c/Locomoção- Pagtº.Antecip.				0,00
					0,00

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2012- Memória de Cálculo

Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
3.3.10 Diversos	-931.708,12	-205,20	0,00	-931.913,32
3.3.3.5.0.41.08 Entidades Representativas de Classe	-662.982,51			-662.982,51
3.3.3.9.0.39.07 Descontos Financeiros Concedidos				0,00
3.3.3.9.0.39.35 Multas Dedutíveis	-13.467,84			-13.467,84
3.3.3.9.0.39.36 Multas Indedutíveis	-61.072,09			-61.072,09
3.3.3.9.0.39.37 Juros	-83,91			-83,91
3.3.3.9.0.39.81 Serviços Bancários	-193.735,76	-205,20		-193.940,96
5.2.3.2.1.04.00 Bens de Estoque	-15.501,82			-15.501,82
6.2.3.2.1.01.00 Bens Imóveis				0,00
6.2.3.2.1.04.00 Bens de Estoque	15.135,81			15.135,81
3.4 Despesas Tributárias	-19.007.103,47	-40.966,63	-3.337,47	-19.051.407,57
3.3.3.9.0.47.02 IPTU	-332.346,62	-40.857,97	-3.337,47	-376.542,06
3.3.3.9.0.47.05 IPVA	-858,81			-858,81
3.3.3.9.0.47.08 Imposto s/Serviços de Qualquer Nat.				0,00
3.3.3.9.0.47.09 IOF	-6.225,79			-6.225,79
3.3.3.9.0.47.10 Taxas	-45.026,71	-108,66		-45.135,37
3.3.3.9.0.47.15 Multas				0,00
3.3.3.9.0.47.16 Juros	-1.215,95			-1.215,95
3.3.3.9.0.47.18 Contribuições Prev.-Serviços Terceiros	-225.262,24			-225.262,24
3.3.3.9.0.47.27 Multas Indedutíveis	-270,00			-270,00
3.3.3.9.0.47.28 Imposto Transmissão de Imóvel				0,00
6.2.3.1.7.09.01 Valores Pendentes / Desp. Antecipadas				0,00
3.3.3.9.0.47.11 COFINS	-15.824.427,84			-15.824.427,84
3.3.3.9.0.47.12 Contribuição p/o PIS/PASEP	-2.571.469,51			-2.571.469,51
3.5 Outras receitas operacionais	4.447.089,22	0,00	0,00	4.447.089,22
5.2.3.2.3.07.01 Variação Cambial Financeira				0,00
4.1.3.2.2.00.00 Dividendos				0,00
6.2.3.2.2.01.00 Valorizações de Títulos e Valores	3.524.270,20			3.524.270,20
6.2.3.2.3.05.07 Juros sobre Créditos Tributários	323.768,51			323.768,51
6.2.3.2.3.07.01 Financeira				0,00
4.1.9.2.2.01.00 Restituições de Convênios	0,00			0,00
4.1.9.2.2.07.00 Recuperação de Desp Exerc Anter.	599.050,51			599.050,51
6.2.3.3.1.01.00 Operações de Crédito - em Contratos				0,00
<b>4- Outras receitas (despesas)</b>	<b>-34.227,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-34.227,81</b>
4.2.2.1.6.00.00 Alienação de móveis e utensílios	8.940,00			8.940,00
5.2.3.1.2.01.03 Perda				0,00
5.2.3.1.2.01.04 Doações				0,00
5.2.3.1.2.01.07 Leilão	-122.427,49			-122.427,49
5.2.3.1.2.01.12 Transferências				0,00
5.2.3.1.2.01.16 Inservibilidade				0,00
5.2.3.1.7.03.03 Diversos Responsáveis - Cancelamento	-34.344,53			-34.344,53
6.2.3.1.2.01.02 Doações Intra-Orçamentárias				0,00
6.2.3.1.2.01.04 Doações				0,00
6.2.3.1.2.01.13 Adjudicação				0,00
6.2.3.1.2.01.18 Incorp.Bens Móveis/Localização				0,00
6.2.3.1.2.01.19 Incorp.Bens Móveis/Classificação				0,00
6.2.3.1.7.03.03 Diversos Responsáveis - Inscrição				0,00
6.2.3.2.8.01.00 Reversão da Depreciação	113.604,21			113.604,21
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL</b>	<b>165.023.367,61</b>	<b>-788.120,44</b>	<b>-330.955,08</b>	<b>163.904.292,09</b>
<b>5- Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	<b>-45.648.882,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-45.648.882,38</b>
3.3.3.9.0.47.03 Imposto de Renda	-28.480.930,89			-28.480.930,89
3.3.3.9.0.47.13 Contribuição Social s/ Lucro	-17.167.951,49			-17.167.951,49
<b>6- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	<b>-5.747.653,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-5.747.653,76</b>
5.2.3.1.7.10.09 Créditos Tributários (IRPJ)	-12.262.822,50			-12.262.822,50
6.2.3.1.7.10.07 Créditos Tributários (IRPJ)	8.479.628,35			8.479.628,35
6.2.3.3.1.18.00 Obrigações Diferidas (IRPJ)	190.910,52			190.910,52
6.2.3.1.7.10.07 Créditos Tributários (CSSL)	5.087.777,01			5.087.777,01
5.2.3.1.7.10.09 Créditos Tributários (CSSL)	-7.357.693,50			-7.357.693,50
6.2.3.3.1.18.00 Obrigações Diferidas (CSSL)	114.546,36			114.546,36

# ANEXO XXXVII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora FINEP

## FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Demonstração do Resultado em 31/12/2012- Memória de Cálculo

Em R\$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>113.626.831,47</b>	<b>-788.120,44</b>	<b>-330.955,08</b>	<b>112.507.755,95</b>
<b>Resultados Compensatórios</b>	<b>-1.119.075,52</b>	<b>788.120,44</b>	<b>330.955,08</b>	<b>0,00</b>
3.3.3.9.0.67.02 Depósitos Judiciais	-11.931.124,22			-11.931.124,22
6.1.3.1.2.03.00 Depósitos Realizáveis Vinculados	11.931.124,22			11.931.124,22
3.3.3.9.0.39.94 Aquisição de Softwares de Aplicação				0,00
6.1.3.1.4.01.00 Gastos Operacionais				0,00
3.3.3.9.0.39.96 Outros Serv. Terc. PJ- Pagto Antecipado				0,00
5.1.3.1.2.04.00 Créditos Administ. - Recebimentos				0,00
6.1.3.1.2.05.00 Adiantamentos Concedidos				0,00
3.4.4.9.0.39.00 Outros Serv.de terceiros - PJ	-25.348,00			-25.348,00
6.1.3.1.1.04.00 Bens Intangíveis	25.348,00			25.348,00
3.4.4.9.0.61.00 Aquisição de Imóveis				0,00
3.4.4.9.0.51.00 Obras e Instalações	-44.661,11			-44.661,11
6.1.3.1.1.01.00 Bens Imóveis	44.661,11			44.661,11
3.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Mat. Permanente	-1.970.112,93	-6.992,63		-1.977.105,56
6.1.3.1.1.02.01 Bens Móveis de Uso Permanente	1.970.112,93	6.992,63		1.977.105,56
3.4.5.9.0.65.04 Cotas/ Ações de Fundos	-50.828.394,68			-50.828.394,68
6.1.3.1.1.03.00 Títulos e Valores	50.828.394,68			50.828.394,68
3.4.5.9.0.66.01 Empréstimos Concedidos				0,00
3.4.5.9.0.66.02 Financiamentos Concedidos	-1.765.058.528,57			-1.765.058.528,57
6.1.3.1.2.01.00 Empréstimos e Financiamentos	1.765.058.528,57			1.765.058.528,57
3.4.6.9.0.71.01 Amort. Dívida Cont.c/Instit.Financeira	-5.549.722,35			-5.549.722,35
3.4.6.9.0.71.03 Amort.Dívida Contratada no Exterior	-16.523,49			-16.523,49
6.1.3.3.1.00.00 Operações de Créditos-em Contratos	5.566.245,84			5.566.245,84
5.1.3.3.5.00.00 Créditos de Exercícios Anteriores				0,00
4.2.1.1.2.00.00 Obrigações do FND				0,00
4.2.1.1.4.00.00 Obrigações Créd. Internas-FNDCT	2.230.627.066,59			2.230.627.066,59
5.1.3.3.1.01.01 Oper.de Créditos Contratuais Internas	-2.230.627.066,59			-2.230.627.066,59
4.2.1.1.9.00.00 Outras Operações de Crédito Internas				0,00
4.2.2.1.9.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis				0,00
5.1.3.1.1.02.01 Bens Móveis de Uso Permanente				0,00
4.1.6.0.0.02.01 Juros de Empréstimos	420.132.130,85			420.132.130,85
4.2.3.0.0.70.02 Amortizações de Contratos	4.793.661,07			4.793.661,07
4.2.3.0.0.80.01 Amortizações de Bens				0,00
4.2.3.0.0.80.02 Amortizações de Projetos	789.435.515,10			789.435.515,10
5.1.3.1.2.01.00 Empréstimos e Financiamentos	-1.214.361.307,02			-1.214.361.307,02
4.1.3.2.4.04.00 Fundos de Aplicações em Cotas-R. Var.				0,00
5.2.3.2.2.01.00 Desvalorização de Títulos e Valores				0,00
5.2.3.1.7.01.99 Outros Créditos a Receber				0,00
6.2.3.1.7.99.00 Incorporação de Outros Direitos				0,00
5.1.3.3.2.00.00 Aumento de Capital				0,00
5.1.2.1.3.01.00 Sub-Repasso Concedido	-1.154.096,49	-27.130,27	-1.084,52	-1.182.311,28
6.1.2.1.3.01.00 Sub-Repasso Recebido	28.214,79	822.096,49	332.000,00	1.182.311,28
5.2.2.1.3.00.00 Títulos e Valores				0,00
6.2.2.1.3.00.00 Títulos e Valores				0,00
5.2.2.2.1.01.00 Transferências Concedidas				0,00
5.2.2.3.1.00.00 Corresp. de Créditos SD n/Financeiro		-6.992,63		-6.992,63
6.2.2.3.1.00.00 Corresp. de Débito SD n/Financeiro	6.992,63			6.992,63
5.2.2.3.2.00.00 Corresp. de Créditos SD Financeiro	-186,45			-186,45
6.2.2.3.2.00.00 Corresp. de Débito SD Financeiro		146,85	39,60	186,45
5.2.2.3.3.07.04 Ajuste de Sistemas Contábeis - Finan.	-40.705.526,47			-40.705.526,47
6.2.2.3.3.07.03 Ajuste de Sistemas Contábeis-N/Finan.	40.705.526,47			40.705.526,47
<b>Relatório</b>	<b>113.626.831,47</b>	<b>-788.120,44</b>	<b>-330.955,08</b>	<b>112.507.755,95</b>
<b>Con balanço - Balanço 20</b>	<b>112.507.755,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>112.507.755,95</b>
	<b>1.119.075,52</b>	<b>-788.120,44</b>	<b>-330.955,08</b>	<b>0,00</b>

# **Demonstrações Contábeis**

**Unidade Gestora  
Contratos e Convênios**

## ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI  
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS  
Balanço Patrimonial em 31/12/2012  
Em Reais

<b>ATIVO</b>	<b>426.952.996,21</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>347.095.010,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>327.198.251,23</b>
<b>DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>327.198.251,23</b>
1.1.1.1.2.99.02 - Banco do Brasil	
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS-CONTA ÚNICA</b>	<b>327.198.251,23</b>
1.1.1.1.3.11.00 - Fundo de Aplicação - Extramercado	327.198.251,23
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>19.896.759,76</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.488.499,83</b>
1.1.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	2.485.513,00
1.1.2.3.4.06.01 - Juros Pró-Rata s/ Financiamentos	2.986,83
<b>RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER</b>	<b>8.411.463,27</b>
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pgtº	8.411.463,27
<b>DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>8.996.796,66</b>
1.1.2.2.9.08.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	8.996.796,66
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>79.857.985,22</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>79.857.985,22</b>
1.2.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	79.857.985,22
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>-</b>
Diferido	-
1.4.3.3.0.00.00 - Projetos Softwares	660.198,81
1.4.3.9.0.00.00 - Amortizações	-660.198,81

**ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora  
Contratos e Convênios**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI**  
**FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS**  
**Balanço Patrimonial em 31/12/2012 e 31/12/2011**  
**Em Reais Mil**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades	327.198	361.208
Créditos em Circulação	19.897	12.854
Créditos Tributários	-	-
Operações de Crédito	2.488	3.565
Recursos Especiais a Receber	8.411	292
Devedores Entidades e Agentes	8.997	8.997
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>347.095</b>	<b>374.062</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Operações de Crédito	79.858	48.356
Operações de Crédito	79.858	48.356
Imobilizado	-	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>79.858</b>	<b>48.356</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>426.953</b>	<b>422.419</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

\_\_\_\_\_  
Glauco Antonio Truzzi Arbix  
Presidente  
CPF-518.652.118/34

\_\_\_\_\_  
João Alberto De Negri  
Diretor  
CPF-620.169.979/15

\_\_\_\_\_  
Fernando de Nielander Ribeiro  
Diretor  
CPF-627.437.597/04

\_\_\_\_\_  
Roberto Vermulm  
Diretor  
CPF-758.889.048/72

\_\_\_\_\_  
Ruben Silveira Mello Filho  
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7  
CPF-598.262.907/34

**ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora  
Contratos e Convênios**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI**  
**FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS**  
**Balanco Patrimonial em 31/12/2012**  
**Em Reais**

<b>PASSIVO</b>	<b>426.952.996,51</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>73.067.618,08</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>139.844,87</b>
<b>RECURSOS DA UNIÃO E DEP. DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>139.844,87</b>
2.1.1.2.3.01.00 - Recursos Fiscais	102.486,78
2.1.1.2.3.02.00 - Recursos Previdenciários - GPS a Emitir	37.358,09
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>72.927.773,21</b>
<b>CONSIGNATÁRIOS E FORNECEDORES</b>	<b>58.054.501,96</b>
2.1.1.1.1.00.00 - Previdência Social	2.693,55
2.1.2.1.1.01.00 - Do Exercício	58.051.808,41
2.1.2.1.1.02.00 - De Exercícios Anteriores	
<b>CONVÊNIOS A PAGAR</b>	<b>2.614.497,90</b>
2.1.2.1.1.03.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.03.02 - De Exercícios Anteriores	2.614.497,90
<b>CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR</b>	<b>12.258.773,35</b>
2.1.2.1.1.13.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.13.02 - De Exercícios anteriores	12.258.773,35
<b>DEBITOS DIVERSOS A PAGAR</b>	<b>0,00</b>
2.1.2.1.9.60.01 - Diárias	
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>0,00</b>
2.1.2.2.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Liberar	
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>0,00</b>
2.1.2.9.2.00.00 -Outras obrigações Exercícios Anteriores	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>21.037.831,23</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA</b>	<b>21.037.831,23</b>
2.2.2.2.3.01.00 -Financiamentos do Ativo Permanente	21.037.831,23
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>332.847.547,20</b>
<b>RESULTADO ACUMULADO</b>	<b>386.093.732,60</b>
2.4.3.0.0.00.00 - Superavits ou Deficits Acumulados	386.093.732,60
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>-53.246.185,40</b>



# ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI**  
**FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS**  
**Balanço Patrimonial em 31/12/2012 e 31/12/2011**  
**Em Reais Mil**

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Recursos da União e Depósitos de Diversas Origens	140	111
Obrigações em Circulação	72.928	15.176
Consignatários e Fornecedores	58.055	
Previdência Social	3	-
Exercício	58.052	303
Convênios a Pagar	2.614	2.614
Exercício	-	-
Exercícios Anteriores	2.614	2.614
Contratos de Subvenção a Pagar	12.259	12.259
Do Exercício	-	-
Exercícios Anteriores	12.259	12.259
Débitos Diversos	-	-
Credores Entidades e Agentes	-	-
Outras obrigações	-	-
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>73.068</b>	<b>15.287</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	21.038	21.038
Operações de Crédito Funttel	21.038	21.038
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>21.038</b>	<b>21.038</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Resultado Acumulado	386.094	351.098
Resultado do Período	(53.246)	34.996
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>332.848</b>	<b>386.094</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>426.953</b>	<b>422.419</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

\_\_\_\_\_  
 Glauco Antonio Truzzi Arbix  
 Presidente  
 CPF-518.652.118/34

\_\_\_\_\_  
 João Alberto De Negri  
 Diretor  
 CPF-620.169.979/15

\_\_\_\_\_  
 Fernando de Nielander Ribeiro  
 Diretor  
 CPF-627.437.597/04

\_\_\_\_\_  
 Roberto Vermulm  
 Diretor  
 CPF-758.889.048/72

\_\_\_\_\_  
 Ruben Silveira Mello Filho  
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7  
 CPF-598.262.907/34

## ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI  
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS  
Demonstração do Resultado em 31/12/2012  
Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2012
<b>1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>29.113.158,21</b>
<b>1.1. SERV. FINANCEIROS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>10.414.164,90</b>
4.1.6.0.0.99.00 - Outras Receitas de Serviços	905.707,90
4.1.9.2.2.07.00 - Recup.de Desp.de Exerc. Anteriores	9.058.703,09
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais	453.652,31
5.2.3.2.3.06.01 - Empréstimos e Financiamentos	-58.917,14
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pró-rata	55.018,74
<b>1.2. RECEBIMENTO DE RECURSOS DE TERCEIROS</b>	<b>18.698.993,31</b>
4.1.6.0.0.02.06 - Serviços de Remun. Rep. Prog.Des.Economico	
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros	18.698.993,31
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-20.387.466,21</b>
<b>2.2. LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL</b>	<b>-2.414.237,36</b>
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	-1.334.151,86
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares	-202.261,50
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equip.	-877.824,00
<b>2.4. SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS</b>	<b>-16.834.227,56</b>
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	-40.612,00
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	-46.099,42
3.3.3.9.0.35.04 - Consultoria em Tecnologia da Informação	-1.831.953,50
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias Colab.Event. no País	-8.996,00
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias Colaboradores Event. Exterior	-4.959,07
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec.e Operac.	-5.403.712,02
3.3.3.9.0.37.02 - Limpeza e Conservação	-895.534,46
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	-313.007,69
3.3.3.9.0.39.08 - Manut. de Software	-134.659,51
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis	-789.309,89
3.3.3.9.0.39.17 - Manut e Conservação de Maq e Equip.	-52.537,71
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congressos e Conf.	-1.040.944,63
3.3.3.9.0.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral	-156.151,22
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	-122.165,86
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Processamento de Dados	-2.872,24
3.3.3.9.0.39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	-62.500,00
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos Editoriais	-8.550,00
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral	-1.859,68
3.3.3.9.0.39.79 - Serviço de Apoio Administ. Tec. e Oper.	
3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagem	-3.555,62
3.3.3.9.0.39.81 - Serviços Bancários	-156,52
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	-1.128.169,66
3.3.3.9.0.39.92 - Serviços de Publicidade Institucional	-4.674.033,33
3.3.3.9.0.39.95 - Manut. e Conserv. Equip. de Processamento	-111.887,53
<b>2.5. MATERIAL DE CONSUMO</b>	<b>0,00</b>
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proces. de Dados	
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	
<b>2.6. TRANSPORTE DE PESSOAL</b>	<b>-1.139.001,29</b>
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	-1.082.388,63
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	-54.513,88
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transporte	-2.098,78

## ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI  
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS  
Demonstração do Resultado em 31/12/2012  
Em Reais

<b>3. DESPESAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>-15.994.408,34</b>
3.3.3.3.0.41.00 - Contribuições	-219.156,40
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cult. Educ.	-12.416.524,24
3.3.3.5.0.41.03 - Inst. de Pesquisa e Desenvolv.	-1.397.660,42
3.3.3.6.0.45.03 - Inst. de Pesquisa e Desenv. Tecnológico	-1.961.067,28
3.3.3.6.0.41.05 - Inst. de caráter Comercial	
<b>4. RESULTADOS COMPENSATÓRIOS</b>	<b>0,00</b>
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	
3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos	-36.962.984,09
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	36.962.984,09
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	453.652,31
4.2.3.0.0.80.02 - Amortização de Projetos	6.548.646,09
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	-7.002.298,40
5.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Créditos	
6.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Débitos	
<b>5. DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>-76.811.011,19</b>
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis	-2.693,99
3.3.3.9.0.39.37 - Juros	-307,65
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	-70.327.404,01
3.3.3.9.0.47.09 - IOF	-3.164,31
5.2.3.1.2.01.02 - Doações Intra-Orçamentárias	
5.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	-6.477.441,23
5.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Cancelamento	
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial n/Financeira	
<b>6. RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>30.833.542,13</b>
4.1.3.2.5.00.00 - Remun. de Depósitos Bancários	24.350.712,92
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	
4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	495,15
4.9.8.0.0.00.00 - Retificações	-9.596,57
5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos	-1.193,40
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	6.477.441,23
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	
6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	5.151,62
6.2.3.2.3.04.05 - Emprést. e Financ. Concedidos	10.531,18
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exercícios Anteriores	
<b>7. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>-53.246.185,40</b>

## ANEXO XXXVIII – ITEM 13.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI  
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS  
Demonstração do Resultado em 31/12/2012 e 31/12/2011  
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2012	2011
Receita Operacional Bruta	29.113	80.204
Serviços Financeiros / Operações de Crédito	10.414	8.119
Recebimento de Recursos de Terceiros	18.699	72.085
Despesas Administrativas	(20.387)	(18.906)
Locação e Arrendamentos Mercantil	(2.414)	(2.377)
Serviços Profissionais e Contratados	(16.834)	(14.953)
Material de Consumo	-	-
Transporte de Pessoal	(1.139)	(1.576)
Despesas de Convênios	(15.994)	(26.974)
Despesas Financeiras	(76.811)	(39.207)
Receitas Financeiras	30.834	39.879
<b>Lucro / Prejuízo Líquido</b>	<b>(53.246)</b>	<b>34.996</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antonio Truzzi Arbix  
Presidente  
CPF-518.652.118/34

João Alberto De Negri  
Diretor  
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro  
Diretor  
CPF-627.437.597/04

Roberto Vermulm  
Diretor  
CPF-758.889.048/72

Ruben Silveira Mello Filho  
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7  
CPF-598.262.907/34

# ANEXO XXXIX – ITEM 13.3

## Composição Acionária do Capital Social

## ANEXO XXXIX – ITEM 13.3: Composição Acionária do Capital Social

### FINEP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### QUADRO 05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL ( CONTA - 24.121.00.00 )

POSIÇÃO EM : 31.12.2012

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
<p>A FINEP é uma Empresa Pública criada nos termos do Decreto Lei nº 200 de 25.02.67, modificado pelo Decreto-Lei nº 900 de 29.09.69.</p> <p>O Capital da FINEP é composto por 300.000.000 ( trezentos milhões ) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme artigo 7º do estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996 e alterado pelo Decreto nº 2.471 de 26.01.1998 de 26.01.1998, sendo 100% do seu capital de propriedade do Tesouro Nacional.</p> <p>Ao Tesouro Nacional é reservado, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto, necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.</p>	
CAPITAL SOCIAL APROVADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONFORME ART. 3º DO DECRETO Nº 3.987 DE 29/10/2001.	537.268.098,97
( + ) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND INTEGRALIZADAS PELO TESOIRO NACIONAL EM 28.12.2001 CONFORME ARTIGO 4º DO DECRETO 3.987 DE 29.10.2001.	320.000.000,00
VALOR DA CONTA CAPITAL(conta 24.121.00.00) 31/12/2008	857.268.098,97
( + ) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND EM 15/12/2009 CONFORME ARTIGO 1º DO DECRETO S/N E INTEGRALIZADAS EM 18/12/2009 CONFORME CI-FND Nº.078A	524.000.000,00
( - ) REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CONFORME ARTIGO 2º DO DECRETO S/N DE 15/12/2009 REFERENTE AOS PREJUÍZOS ACUMULADOS ATÉ 31/12/2008.	479.716.167,62
AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO Nº 7.322 DE 30.09.2010 VALOR DA CONTA CAPITAL ( conta 24.121.00.00 ) EM 31.12.2010.	901.551.931,35

Ruben Silveira Mello Filho  
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7  
CPF - 598.262.907/34

# ANEXO XL – ITEM 13.4

## Parecer da Auditoria Independente Sobre as Demonstrações Contábeis da FINEP





**MACIEL**

AUDITORES & CONSULTORES

Auditoria, Consultoria e Perícia

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Acionistas da  
Financiadora de Estudos E Projetos – FINEP  
Rio de Janeiro/RJ**

Examinamos as demonstrações financeiras da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP do Estado do Rio de Janeiro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.**

A Administração da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES.**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**OPINIÃO.**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**ÊNFASE.**


A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP descreve em nota explicativa item nº14 que a Assessoria Jurídica interna entende que o montante de R\$ 145.877 mil contabilizado na conta Contingências Trabalhistas é suficiente para atender as demandas judiciais. Cabe salientar a existência de uma diferença no montante de R\$ 110.097 mil contabilizados a menor do que o classificado pela Assessoria Jurídica Externa como possibilidade de perda provável.

A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP continua com negociações para se ressarcir do valor de R\$ 25.471 mil, conforme descreve em nota explicativa item nº6 baseado na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CVM 66/68 que mantém consignada na rubrica Outros Créditos – Créditos Específicos "Risco Cambial" Ativo Não Circulante o valor de R\$ 25.471 mil, valor este a débito do Tesouro Nacional.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2013.



**MACIEL & AUDITORES INDEPENDENTES S/S ME**  
CRC RS – 005460/O-0 – “S” – RJ  
**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**  
CRC RS – 71.505/O-3 – “S” – RJ  
Responsável Técnico



**ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO**  
CRC RS – 65.932/O-7 – “S” – RJ  
Responsável Técnica



# ANEXO XLI – ITEM 14.3

## Parecer da Auditoria Independente Sobre as Demonstrações FIPECq

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Membros da Diretoria da

*FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA.*

### Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA ("Fundação"), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as Demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## Ênfases

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião e conforme requerido na Norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC 1233/2009 (NBC-TA 706), os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das demonstrações contábeis:

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa 10a), a Fundação mantém contabilizado em 31 de dezembro de 2012 um Fundo Previdencial de R\$ 274.410 mil (R\$ 246.090 mil em 2011), formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA ao Plano de benefícios previdenciários. Tal valor se refere às contribuições vertidas pelas citadas Patrocinadoras no período anterior a 1º de janeiro de 1991, referentes aos Participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único - RJU e, por consequência, tiveram a relação de patrocínio com as referidas Patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho. Os valores correspondentes à contribuição dos Participantes já foram a eles atribuídos e, consequentemente, não fazem parte do valor acima mencionado.

Em virtude de inexistir uma manifestação das autoridades governamentais a respeito da destinação deste Fundo – se da Patrocinadora, ou do Participante, ou da própria Fundação –, em dezembro de 2010 a FIPECq ajuizou uma Ação Declaratória com o objetivo de obter do Poder Judiciário uma Declaração, por sentença, sobre a destinação dos recursos referentes a este Fundo Previdencial e que integram o seu patrimônio atual. No momento, esta ação judicial ainda não foi apreciada em Primeira Instância.

A Administração da Fundação optou por realizar a atualização deste saldo conforme a meta atuarial, todavia, não há nenhuma determinação judicial, atuarial ou regulamentar que defina sobre o critério a ser adotado.

É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação, e individuais de cada Plano de Previdência Complementar – PPC.

2. A Fundação administrou até 2003 um Plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido Programa assistencial, de R\$4.068 mil, que foi equacionado pela

FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A Fundação solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada. Tal posicionamento, todavia, encontra-se pendente de manifestação por aquele Órgão normativo.

Por outro lado, a PREVIC, através do Ofício 1453 de 29 de abril de 2011, requereu à Fundação prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo Administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado para devolução ao citado Fundo Administrativo. A FIPECq, por sua vez, acredita que ocorreu prescrição, e solicitou à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Pelos controles da Fundação em 31 de dezembro de 2012, este déficit totaliza R\$ 3.410 mil, tendo em vista que do valor original do déficit (R\$ 4.068 mil), sendo parte recuperada através de recebimentos de contribuições em atraso), e, conseqüentemente, naquela data o Fundo Administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a inflação do período.

Adicionalmente, a PREVIC informou à Fundação (i) sobre os aportes por esta feitos ao Fundo Administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 totalizava R\$32.112 mil, e (ii) solicitou que sejam tomadas providências no sentido de efetuar a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos a PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo recebeu um aporte extraordinário em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei 8.112/90 que, ao transformar em Regime Jurídico Único o regime celetista dos então empregados do setor público, tal fato ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a Fundação, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado.

No momento, é incerto o desfecho destes assuntos e os reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

3. Conforme demonstrado na Nota explicativa 5e), a Fundação mantém aplicações em Fundos de Investimentos de diversas modalidades, tais como, Renda Fixa, Ações, Participações, etc., cujo valor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 434.427 mil, sendo R\$ 405.950 mil para o PPC, R\$ 10.571 mil para o FIPECq/PREV e R\$ 17.726 mil para o PGA. Os valores correspondentes às quotas de cada Fundo foram obtidos no sítio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Como as Demonstrações contábeis auditadas destes Fundos ainda não tinham sido recebidas pela Fundação, os valores das cotas utilizados para fins de valorização do valor investido podem estar sujeitos à variação, se houverem, quando da comparação dos valores utilizados para valorização da carteira em relação àqueles auditados pelos Auditores Independentes dos Fundos de investimento.

#### **Outros Assuntos**

1. Anteriormente, auditamos o Balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2011 as respectivas Demonstrações



consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a Demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, cujo relatório, datado de 26 de março de 2012, foi emitido com Opinião sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos mencionados no tópico "Ênfases" acima.

Belo Horizonte, 1º. de março de 2013

*Teixeira & Associados*  
**TEIXEIRA & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes  
CRC-MG 5.194



*Domingos Xavier Teixeira*

**DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA**

Sócio Diretor

Contador CRC MG-14.105-O/5 -S-DF-103





**Demonstrações Atuariais  
2012  
Plano PPC – FIPECq**

JM/0498/2013

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2013

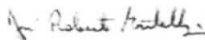
Ilmo. Sr.  
Dr. Roberto Teixeira de Carvalho  
M.D. Diretor Presidente da  
**FIPECq**

Prezado Senhor,

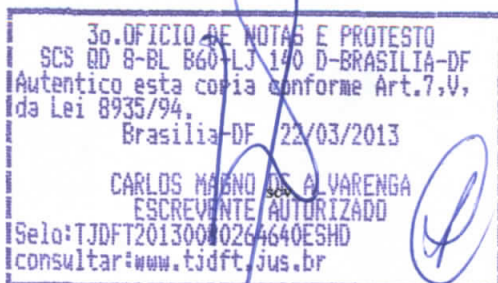
Estamos apresentando, em anexo, a versão por escrito das Demonstrações Atuariais (DA) do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq (CNPB: 1979.0016-18), na forma estabelecida pela PREVIC, do exercício de 2012.

Ao inteiro dispor para maiores orientações e esclarecimentos, reiteramos nossas elevadas estima e consideração.

Atenciosamente,



**JOSÉ ROBERTO MONTELLO**  
ATUÁRIO MIBA 426





**JESSÉ MONTELLO**  
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Anexo 1 ao JM/0498/2013 de 20/02/2013

**DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)**

**PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC DA FIPECq**

**I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:**

CNPB: 19790016-18  
CPF do atuário: 405.910.507-49  
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

**II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:**

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2012  
Data do Cadastro: 30/11/2012  
Data da Avaliação: 31/12/2012  
Observações: Base setembro de 2012, já com reajuste de 7,50% na Tabela Salarial da FINEP (conforme ACT-2012/2013), bem como a provisão de 1,89% correspondente ao INPC do IBGE de setembro a novembro de 2012, para colocar a preços de dezembro de 2012.  
Base janeiro de 2012, já com reajuste de 6,24% na Tabela Salarial da FIPECq (conforme o ACT - 2012/2013), bem como a provisão de 0,54% correspondente ao INPC do IBGE de novembro de 2012, já que no cálculo do Salário Real de Benefício, o Salário Real de Contribuição já vem sendo atualizado, para colocar a preços de dezembro de 2012.  
Base julho de 2009, sem reajuste na Tabela Salarial do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (conforme ACT 2008/2009), mas com a provisão de 20,64% correspondente ao INPC do IBGE de julho de 2009 a novembro de 2012, para colocar a preços de dezembro de 2012.

**III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:**

Duration do passivo (em meses): 250  
Observações: Calculado com base no resultado do fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias do Plano.

**IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:**

Grupo de Custeio: 1

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da FINEP: 33.749.086/0001-00  
CNPJ do IPEA: 33.892.175/0001-00  
CNPJ do CNPq: 33.654.831/0001-36  
CNPJ do INPE: 01.263.896/0005-98  
CNPJ do INPA: 01.263.896/0015-60  
CNPJ da FIPECq: 00.529.958/0001-74

Participantes Ativos: 654 (610 ativos + 25 autopatrocinados + 3 benefícios proporcionais diferidos + 16 auxílios-doença).

**NOTA:** Por estar sendo contabilizada apenas a Reserva de Poupança, não estão incluídos, como Participantes Ativos, os 2 ativos do Sub-Plano de Benefício Saldado, cuja

situação está sendo analisada levando-se em consideração as questões apresentadas pela PREVIC.

Folha de Salário de Participação \*1:  $13 \times R\$ 6.165.914,60 = R\$ 80.156.889,80$ .

\*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, a preços de 31/12/2012.

**a) Seção das hipóteses atuariais:**

**a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 5% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,92% ao ano

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A rentabilidade real líquida de 5,92% ao ano, atingida em 2012, ficou acima da meta atuarial de 5% ao ano de taxa real de desconto/juros, sendo que, num período próximo maior, constituído pelos 5 (cinco) anos anteriores a 2012, a rentabilidade real média obtida foi de 3,18% ao ano, não alcançando a respectiva meta atuarial de 5% ao ano.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros de 5% ao ano, já leva em consideração a tendência de redução da taxa real de retornos dos investimentos no Brasil. Em nosso posicionamento sobre essa hipótese, alertamos ser indispensável que os consultores financeiros da FIPECq, partindo do fluxo de receitas e de despesas desse Plano, venham a verificar a viabilidade de se obter rentabilidade real líquida de 5% ao ano, ao longo dos anos futuros, levando em consideração os títulos já existentes em carteira e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano de Benefício Definido.


Justificativa EFPC: Considerando que a área financeira e os consultores financeiros que participam da política de investimentos deste Plano BD da FIPECq se posicionaram sobre ser factível, dentro do cenário esperado para os anos futuros, a obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial de INPC + juros reais de 5% ao ano, levando em consideração os fluxos de receitas e de despesas, as rentabilidades dos títulos já existentes em carteira e as aplicações/reaplicações de recursos a serem realizadas no futuro, entendemos pela adoção da taxa de juros reais de 5% ao ano.

**a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)**

Valor: 2,01% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,01% ao ano

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,22% ao ano

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2012, o Salário Real de Benefício, dos participantes em atividade do Plano, cresceu 5,22% em termos reais, tendo sido projetado para o ano de 2012 um crescimento real de 3,02%, sendo relevante destacar que, após esse aumento real de 5,22% ocorrido em 2012, se espera para os exercícios futuros aumentos reais de salário com menor intensidade, inclusive porque existe um teto para o Salário de Participação, que funciona como um limitador para esse crescimento real. 





**JESSÉ MONTELLO**  
**Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.**

Opinião do Atuário: Com base nos salários do final do ano de 2011, se realizou, utilizando uma "cross-section" da evolução do salário médio em função da idade (havendo alta correlação entre a idade e o tempo de empresa), um ajuste do Salário Médio por Idade através de uma curva logarítmica, que apresentou um elevado grau de correlação (da ordem de 0,98, ou seja, próximo a 1,00). Tal crescimento, decorrente de Mérito Pessoal, representa, em média, um crescimento real da ordem de 0,98% ao ano. Além do crescimento real por Mérito Pessoal se considerou a um crescimento real de salário decorrente de Produtividade Geral de 1% ao ano, em consonância com o Novo Plano de Cargos e Salários em implantação. Em consequência, o crescimento real de salário, por Mérito Pessoal e por Produtividade Geral, ao longo dos anos remanescentes de atividade, adotado é da ordem de 2,01% ao ano (em média). Por se tratar de uma hipótese econômico-financeira que envolve diretamente a política de pessoal da Patrocinadora, devendo a patrocinadora mostrar formalmente sua conformidade com tal projeção de crescimento real de salário.

Justificativa EFPC: Tendo em vista que a Patrocinadora, levando em consideração o Novo Plano de Cargos e Salários em implantação, se mostrou conforme com os procedimentos elaborados pelo atuário para projetar a evolução do salário real ao longo dos anos remanescentes de atividade, nos posicionamos favorável à indicação do atuário, devidamente referendada pela Patrocinadora.

**a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários**

Valor: 100%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese.

**a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade**

Valor: 98% (compatível com uma inflação média da ordem de 4% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,73%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O INPC do IBGE, aplicado com 1 mês de defasagem, foi em 2012 da ordem de 6%, enquanto que o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade trabalha com uma inflação média anual, ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, da ordem de 4%.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: Efetivamente uma inflação média anual de longo prazo da ordem de 4% ao ano representa uma projeção adequada.

**a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)**

Valor: Considerada Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0 (zero), já que se está trabalhando com rotatividade nula.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 8.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver a Opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Desde a avaliação atuarial do ano de 2007, com a perspectiva de implantação do Benefício Proporcional Diferido - BPD, passou-se a trabalhar com rotatividade nula, o que dá maior segurança à avaliação, já que, para o Participante deste Plano, esta é, para os participantes ativos com algum tempo de filiação ao Plano, a opção mais vantajosa, sendo que, para os que tenham pouco tempo de filiação ao Plano, a opção pelo Resgate tem impacto pouco relevante no custeio.

Justificativa EFPC: Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é estruturado na modalidade Benefício Definido e encontra-se aberto a novas adesões, a implantação do Instituto PBD (Benefício Proporcional Diferido) pela Lei Complementar permite aos participantes desligados da Patrocinadora um benefício proporcional maior que o resgate, o que gera um aumento no compromisso do Plano, desta forma, entendemos ser prudente atribuir à hipótese de Rotatividade o percentual 0%.

**a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: "q<sub>x</sub> da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,98.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 10.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 6,02 entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício seguinte é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/3652/2012 de 21/12/2012. *lq*





**JESSÉ MONTELLO**  
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Opinião do Atuário: Foi apresentado através do JM/3652/2012 de 21/12/2012 estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas, entre 31/12/2006 e 31/12/2011, que nos levou à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral " $q_x$  da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%" é a indicada, já que apresenta aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

Justificativa EFPC: Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade enviado pelo atuário através do JM/3652/2012 de 21/12/2012, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral " $q_x$  da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%" para projetar a mortalidade dos participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

**a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: " $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina) suavizada em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,49.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de -0,49 entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício seguinte é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo JM/3652/2012 de 21/12/2012.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos " $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina) suavizada em 10%", por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado.

Justificativa EFPC: Com base nas razões apresentadas pelo atuário no estudo de aderência apresentado através do JM/3652/2012 de 21/12/2012, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos " $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina) suavizada em 10%".

**a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: LIGHT (FRACA).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,74.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de -2,74 entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício seguinte foi considerada no Relatório de Premissas e Hipóteses Atuariais, apresentado pelo JM/3653/2012 de 21/12/2012.

Opinião do Atuário: Foi apresentado através do JM/3653/2012 de 21/12/2012 relatório acerca das premissas e hipóteses atuariais, que indicou a substituição da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) para LIGHT (FRACA), destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos



**JESSÉ MONTELLO**  
**Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.**

casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: Com base nas razões apresentadas no relatório de premissas e hipóteses atuariais apresentado pelo atuário através do JM/3653/2012 de 21/12/2012, nos posicionamos pela substituição da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) para LIGHT (FRACA).

**a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional atualizada em 2009 nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,87

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,87

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Em função da manutenção da Composição Média de Família de Dependentes desse Plano administrado pela FIPECq, não há alteração entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado. (Os valores informados representam a média de dependentes por família).

Opinião do Atuário: Desde a avaliação atuarial de 2011 já vem sendo adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidas. Portanto, tão-somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional atualizada em 2009, estando a próxima atualização prevista para ser adotada na avaliação de 2014 (já que tal atualização é, em geral, quinquenal).

Justificativa EFPC: A adoção da família efetiva para avaliar os compromissos relativos aos Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, mantendo-se a adoção da composição de família correspondente à Experiência Regional tão-somente para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos traz maior realismo aos resultados da avaliação atuarial.

**a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,96%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando o INPC do IBGE o indexador do Plano, utilizado pela Patrocinadora para o ano de 2012, este índice acumulado resultou em 5,96%, ou seja, acima do centro da meta da inflação oficial do Brasil para o ano de 2012, que foi de 4,5% ao ano, sendo que, por estar tal hipótese vinculada a uma inflação de longo prazo, estamos mantendo para o exercício seguinte uma inflação de 4% (ao ano).

Opinião do Atuário: O indexador em questão se baseia na projeção de que a política de reajuste dos benefícios da Previdência Social tomará por base a inflação dada pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.  $\frac{1}{12}$





**JESSÉ MONTELLO**  
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

**a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria**

Valor: Com base no levantamento realizado pela FIPECq de que os participantes permanecem, antes de requerer o benefício pleno de aposentadoria, em média, algo como 3 (três) anos antes de requerer benefício de aposentadoria programada, se está considerando que os participantes não assistidos irão entrar em gozo de benefício programado no ano subsequente ao seguinte ao que preencherem os requisitos para entrada em gozo de aposentadoria plena.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 62

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 14

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável (Ver Opinião do Atuário).

Opinião do Atuário: Na Avaliação Atuarial, se está considerando que os participantes não assistidos irão entrar em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencherem os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena, por ser tal hipótese conservadora em relação ao que vem sendo registrado nesse Plano.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do atuário.

**b) Seção dos Benefícios:**

	BENEFÍCIOS				
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
<b>ESTATÍSTICAS</b>					
Qtd de benefícios concedidos	122	17	1	26	126
Valor médio do benefício	R\$ 6.636,03	R\$ 4.271,31	R\$ 5.305,58	R\$ 4.221,78	R\$ 2.170,32
Idade média dos assistidos (em anos)	69	82	90	64	59
<b>PMBC</b>					
VABF Programados - Assistidos	R\$ 126.306.355,00	R\$ 7.689.446,00	R\$ 365.821,00	-	R\$ 12.117.730,00
VABF Não Programados - Assistidos	-	-	-	R\$ 17.896.334,00	R\$ 24.752.116,00
<b>PMBAC</b>					
BD Capitalização Programado					
VABF	R\$ 569.033.057,00	-	-	-	-
VACF Patrocinadores	R\$ (70.376.423,00)	-	-	-	-
VACF Participantes	R\$ (70.376.423,00)	-	-	-	-
BD Capitalização Não Programado					
VABF	-	-	-	R\$ 40.449.540,00	R\$ 16.609.926,00
VACF Patrocinadores	-	-	-	R\$ (20.224.770,00)	R\$ (8.304.963,00)
VACF Participantes	-	-	-	R\$ (20.224.770,00)	R\$ (8.304.963,00)
Custo do Ano (Vide Nota)	R\$ 6.460.645,32 (*1)	-	-	R\$ 2.853.585,28 (*2)	R\$ 2.084.079,13 (*3)

Nota: Inclui Sobrecarga Administrativa.

(\*1)  $8,06\% \times (13 \times R\$ 6.165.914,60) = R\$ 6.460.645,32$

(\*2)  $3,56\% \times (13 \times R\$ 6.165.914,60) = R\$ 2.853.585,28$

(\*3)  $2,60\% \times (13 \times R\$ 6.165.914,60) = R\$ 2.084.079,13$

Observação: Estão incluídos os 7 aposentados não decorrentes de invalidez e os 4 pensionistas, do Sub-Plano de Benefício Saldado (PBS), cuja situação está sendo analisada, levando-se em consideração as questões apresentadas pela PREVIC.

c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

**Déficit Equacionado**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**Serviço Passado**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

**Outras Finalidades: Débitos Contratados do Patrocinador**

Patrocinador:  
Valor: -  
Prazo: -

Participantes ativos:  
Valor: -  
Prazo: -

Assistidos:  
Valor: -  
Prazo: -

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 628.273.485,69

Insuficiência de Cobertura do Plano: -



**JESSÉ MONTELLO**  
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:**

Finalidade: Dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do Plano (incluindo os referidos Benefícios Saldados), a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi agregada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca da titularidade desse Fundo Previdencial.

Fonte de Custeio: Recursos vinculados com as coberturas de direitos dos que, sendo participantes celetistas tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, do Regime CLT para o Regime Jurídico Único (RJU) e respectivas rentabilidades obtidas ao longo dos anos.

Recursos Recebidos  
no Exercício : R\$ -

Recursos Utilizados  
no Exercício : R\$ -

Saldo : R\$ 274.409.601,86

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -  
Participantes Ativos: -  
Assistidos: -

Resultado positivo do exercício \*1: R\$ 42.014.021,75

Resultado negativo do exercício: R\$ -

Déficit Técnico: R\$ -

Reserva de Contingência: R\$ 10.865.472,69

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

\*1: Ver numeral 2 do item V.3..

**V - PLANO DE CUSTEIO:**

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador (a preços de 31/12/2012):

% Contribuição do Patrocinador  $\times$  (13  $\times$  Folha de Salário dos Participantes Ativos)

7,11%  $\times$  (13  $\times$  R\$ 6.165.914,60) = R\$ 5.699.154,86

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2012): -



- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado (a preços de 31/12/2012): -
- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes – Outras Finalidades (a preços de 31/12/2012): -
- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos (a preços de 31/12/2012):  
  
% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo  $\times$  (13  $\times$  Folha de Salário dos Participantes Ativos)  
  
 $7,11\% \times (13 \times R\$ 6.165.914,60) = R\$ 5.699.154,86$
- 6) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos (a preços de 31/12/2012):  
  
% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido  $\times$  (13  $\times$  Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)  
  
 $6,07\% \times (13 \times R\$ 997.280,35) = R\$ 786.953,92$
- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2012): -
- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2012): -
- 9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2012): -
- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit (a preços de 31/12/2012): -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2012): -
- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2012): -
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de janeiro de 2013.

## VI - PARECER ATUARIAL:

### V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 14,22% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 6,07%, incluída a sobrecarga administrativa, dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	6,98%	6,85%
INVALIDEZ / AUXÍLIO-DOENÇA	2,50%	3,03%
PENSÃO POR MORTE / PECÚLIO	2,35%	2,21%
<b>SUB-TOTAL (1)</b>	<b>11,83%</b>	<b>12,09%</b>
SUPLEMENTAR	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,09%	2,13%
<b>SUB-TOTAL (2)</b>	<b>2,09%</b>	<b>2,13%</b>
<b>TOTAL (1)+(2)</b>	<b>13,92%</b>	<b>14,22%</b>

\*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

\*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

**NOTA:** Na avaliação Atuarial de 2012, a idade média dos participantes ativos é de 48 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 14,22% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2013, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais		Em %	
Referência		Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)		6,96%	7,11%
Contribuição Normal da Patrocinadora		6,96%	7,11%
<b>Sub-Total</b>		<b>13,92%</b>	<b>14,22%</b>
Contribuição Suplementar		-%	-%
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)</b>		<b>13,92%</b>	<b>14,22%</b>
<b>Contribuições Normais dos Assistidos</b>			
Aposentados Assistidos (*)		5,83%	6,07%
Pensionistas Assistidos		-	-

(\*): Inclui Sobrecarga Administrativa.





**JESSÉ MONTELLO**  
**Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.**

- 3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,22% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2012, de 14,22% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2012.

**V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:**

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2011 para o final do ano 2012 é a seguinte:

Referência	31/12/2011	31/12/2012	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos.....	162.527.613,00	189.127.802,00	16,37%
Provisão de Benefícios a Conceder.....	431.113.416,00	428.280.211,00	-0,66%
<u>Provisão Matemática a Constituir .....</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) .....	593.641.029,00	617.408.013,00	4,00%

**V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:**

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da Mortalidade Geral que passou a ser AT 2000 (masculina) - Suavizada em 10%, da Mortalidade de Inválidos que passou a ser AT 83 (masculina) Suavizada em 10%, da Entrada em Invalidez que passou a ser a LIGHT (FRACA), e a projeção do crescimento real de salário que passou de 3% ao ano para 2% ao ano, bem como passando a considerar que o Participante entra em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencher os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 10.865.472,69, equivalente a 1,73% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 628.273.485,69.
- 2) No encerramento do exercício de 2012, o reflexo conjunto da adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) - Suavizada em 10%, da adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) Suavizada em 10%, da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FRACA), e a projeção do crescimento real de salário de 2% ao ano, bem como passando a considerar que o Participante entra em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencher os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 50.097.503,00.
- 3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
- i) Tábua de Mortalidade Geral: Substituição do  $q_x$  da AT-2000 (masculina) para o  $q_x$  da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%.



**JESSÉ MONTELLO**  
**Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.**

- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: Substituição do  $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina) para o  $q_x^i = q_x$  da AT-83 (masculina) suavizada em 10%.
  - iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Substituição da LIGHT (MÉDIA) para a LIGHT (FRACA).
  - iv) Rotatividade: Mantida Nula.
  - v) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 5% ao ano.
  - vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 2,01% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade)
  - vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
  - viii) Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para avaliar as Provisões de Benefícios Concedidos de Aposentadoria e de Pensão por Morte e se está adotando a Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009, para avaliar atuarialmente os benefícios de pensão por morte dos Participantes Não Assistidos.
  - ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- 4) Para o exercício de 2013, estão sendo mantidas as contribuições vigentes e, nesse contexto, não está sendo utilizado qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior, ou seja:
- i) **Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:**
    - $a\% = 1,40\%$  do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);
    - $b\% = 1,90\%$  da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social; e
    - $c\% = 7,00\%$  da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.
  - ii) **Contribuição Normal da Patrocinadora:**
    - A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.
- 5) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2012, foi de 12,49% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,51% o que, em termos reais, representou obter mais 5,92%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano,  $\frac{1}{1}$ .





**JESSÉ MONTELLO**  
**Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.**

tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

**NOTA:** Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da **FIPECq** obtida ao longo de 2012, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de mais 5,95%.

- 6) Contabilmente os Ativos da Carteira de Investimentos do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela FIPECq, de Benefício Definido (BD), são registrados na forma "Títulos disponíveis para a negociação". Nesse caso, a Marcação a Mercado (MaM) se faz necessária, pois o Ativo pode ser vendido a qualquer momento sendo então influenciado pelas taxas de mercado. Através da MaM é possível avaliar a valorização ou desvalorização dos Ativos e Passivos enquanto estiverem em carteira e não apenas na hora de sua liquidação. Neste contexto, as convenções de contagem de dias e apropriação de juros estão de acordo com as regras contábeis da FIPECq e da Instituição que está fazendo a marcação.
- 7) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2012: "Fundo Previdencial" constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 274.409.601,86 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não comprometida com Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência ou Reserva Especial para Revisão de Plano, se existirem, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação "sub-júdice".

**NOTA 1:** As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2012, do saldo de R\$ 2.457.368,19 no Fundo de Seguro-Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento).

**NOTA 2:** Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do "Fundo Previdencial", apresentado neste numeral 6, encontra-se constituída, em 31/12/2012, a Provisão de R\$ 5.363.099,64 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.





**V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:**

- 1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A..

**V.5. - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:**

▪ Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2012 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2012 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2011) .....	R\$ (23.182.643,06) (*1)/(*2)
▪ Considerando que o Participante entre em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencher os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena .....	R\$ 34.752.107,00
▪ Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos (reduzindo a Produtividade Geral de 2% ao ano para 1% ao ano) .....	R\$ 28.162.472,00
▪ Substituição da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) para LIGHT (FRACA) .....	R\$ 1.513.039,00
▪ Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) para AT 2000 (masculina) suavizada em 10% .....	R\$ (13.615.856,00)
▪ Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) para AT 83 (masculina) suavizada em 10% .....	R\$ (714.259,00)
▪ Outros fatores pulverizados e de origens diversas .....	R\$ (16.049.387,25) (*3)/(*4)
▪ Superávit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2012 .....	R\$ 10.865.472,69

(\*1) R\$ 628.273.485,69 - R\$ 651.456.128,75 = R\$ (23.182.643,06), onde R\$ 628.273.485,69 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2012 e onde R\$ 651.456.128,75 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de Dezembro de 2011).

(\*2): Neste valor de R\$ (23.182.643,06) já está incluído o ganho de rentabilidade por ter sido ultrapassada a meta atuarial de juros reais de 5% ao ano, no valor de R\$ 7.889.319,97.

(\*3): Desses R\$ (16,0) milhões, tem-se que, em torno de R\$ (10,0) milhões se referem ao fato de, no ano de 2012, o aumento real de salário ter sido de 5,22%, enquanto que o projetado era de 3,02%.

(\*4) Equivalente a 2,60% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2012, que foi de R\$ 617.408.013,00, ou equivalente a 0,98% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2012, caso se deduza desses R\$ (16,0) milhões, os R\$ (10,0) milhões decorrentes dos 5,22% de aumento real de salário, enquanto que o projetado era de 3,02%, em 2012.

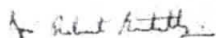
**V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:**

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas, encontra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

**V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:**

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2013



**JOSÉ ROBERTO MONTELLO**  
ATUÁRIO MIBA 426

# ANEXO XLIII – ITEM 14.3

## Política de Investimento do Plano PPC 2012 - FIPECq

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 1451-FIPECQ

Plano de Benefícios: 1979001618-PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2012

Data de Geração: 16/12/2011 12:11:15



Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: RCD 11/2011

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 08/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	ROBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
REDA FIXA	30,00%	100,00%	59,70%
REDA VARIÁVEL	10,00%	70,00%	29,74%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	1,21%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	3,31%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	4,23%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	1,81%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Utiliza Derivativos? Sim

## Observações

1) Os títulos da carteira de investimentos são marcados a mercado;

2) Cenário Macroeconômico

Projeções

	2012	2013	2014	2015	2016
PIB %	3,50	4,00	5,00	5,00	5,00
Selic Meta %	10,50	9,75	9,00	9,00	9,00
IPCA %	5,57	5,00	4,50	4,50	4,50
Juros Reais %	4,67	4,52	4,31	4,31	4,31